

UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, EDUCAÇÃO E HUMANIDADES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

RAFAEL DE SOUZA OLIVEIRA

PARA SALVAR A NAÇÃO: UMA TEORIZAÇÃO SOBRE
EDUCAÇÃO, SAÚDE E RELIGIÃO NA ASSEMBLEIA
CONSTITUINTE DE 1934

SÃO BERNARDO DO CAMPO

2018

RAFAEL DE SOUZA OLIVEIRA

PARA SALVAR A NAÇÃO: UMA TEORIZAÇÃO SOBRE
EDUCAÇÃO, SAÚDE E RELIGIÃO NA ASSEMBLEIA
CONSTITUINTE DE 1934

Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação à Universidade Metodista de São Paulo, Escola de Comunicação, Educação e Humanidades para obtenção do título de Doutor em Educação.

Área de Concentração: Educação

Orientação: Prof^a. Dr^a. Roseli Fischmann

Coorientação: Prof. Dr. Marcelo Furlin

SÃO BERNARDO DO CAMPO

2018

FICHA CATALOGRÁFICA

Ol4p	<p data-bbox="339 1261 1141 1424">Oliveira, Rafael de Souza Para salvar a nação: uma teorização sobre educação, saúde e religião na assembleia constituinte de 1934 / Rafael de Souza Oliveira. 2018. 235 f.</p> <p data-bbox="339 1462 1141 1626">Tese (Doutorado em Educação) --Escola de Comunicação, Educação e Humanidades da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2018. Orientação de: Roseli Fischmann. Coorientação de: Marcelo Furlin.</p> <p data-bbox="339 1664 1141 1760">1. Educação 2. Teoria fundamentada em dados 3. Laicidade - Brasil 4. Eugenia - Brasil 5. Higienismo 6. Ensino religioso I. Título.</p> <p data-bbox="1027 1767 1141 1794">CDD 370</p>
------	--

A tese de doutorado intitulada: “PARA SALVAR A NAÇÃO: UMA TEORIZAÇÃO SOBRE EDUCAÇÃO, SAÚDE E RELIGIÃO NA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DE 1934”, elaborada por RAFAEL DE SOUZA OLIVEIRA, foi apresentada e aprovada em 11 de junho de 2018, perante banca examinadora composta por Dr. Marcelo Furlin (Presidente/UMESP), Prof^a. Dr^a. Ana Sílvia Moço Aparício (Titular Externo/USCS), Prof^a. Dr^a. Maximina Maria Freire (Titular Externo/PUC-SP), Prof^a. Dr^a. Elisabete Ferreira Esteves Campos (Titular Interno/UMESP) e Prof^a. Dr^a. Adriana Barroso de Azevedo (Titular Interno/UMESP).

Prof. Dr. Marcelo Furlin

Coorientador e Presidente da Banca Examinadora

Prof. Dr. Marcelo Furlin

Coordenador do Programa de Pós-Graduação

Programa: Pós-Graduação em Educação

Área de Concentração: Educação

Linha de Pesquisa: Política e Gestão Educacionais

Este trabalho foi realizado com o auxílio da bolsa CAPES-PROSUP

Dedico esta tese aos meus filhos: Miguel e Manuela

AGRADECIMENTOS

Ao Deus da Verdade, que se manifestou à humanidade em Cristo Jesus, para nos ensinar a amar e viver em plenitude.

À minha amada esposa, pela compreensão e companheirismo.

Aos meus pais e familiares, pelo amor, apoio e suporte.

À Prof^a. Dr^a. Roseli Fischmann, minha orientadora, pelas ricas oportunidades de experiência acadêmica, por todas as contribuições a este trabalho e, especialmente, pelo carinho da amizade.

Ao Prof. Dr. Marcelo Furlin, meu co-orientador, pela acolhida e direcionamento em um momento de muitas incertezas. Muito obrigado pela confiança.

À Prof^a. Dr^a. Maria Leila Alves, minha primeira orientadora, quem me acolheu no programa de Pós-Graduação em Educação da UNESP e me acompanhou nos primeiros passos inseguros. Serei sempre grato pela confiança, pelo carinho e pelos ensinamentos.

Ao Prof. Dr. Luis de Souza Cardoso e ao Prof. Dr. Roger Marchesini, membros da banca de qualificação desta tese, pelas preciosas colaborações a este trabalho.

Às professoras Dr^a. Ana Silvia Moço Aparício (USCS), Dr^a. Maximina Maria Freire (PUC-SP), Dr^a. Elisabete Ferreira Esteves Campos (UNESP) e Dr^a. Adriana Barroso de Azevedo (UNESP), membros titulares da banca de defesa, pelo reconhecimento conferido a esta pesquisa e pelas palavras de encorajamento na continuidade da caminhada acadêmica.

Ao Prof. Dr. Décio Saes, à Prof^a. Dr^a. Zeila Demartini, à Prof^a. Dr^a. Marília Duran, ao Prof. Dr. Jean Lauand, ao Prof. Dr. Rui Josgrilberg e à Prof^a. Dr^a. Sandra Duarte, pelos importantes diálogos e contribuições para a minha formação acadêmica e pessoal.

Aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em Educação que contribuíram para a excelência acadêmica desse curso.

Aos colegas de caminhada, pela amizade e colaboração.

À Priscila Roger, assistente de coordenação, pelo constante suporte e atenção.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo fomento desta pesquisa.

RESUMO

Este trabalho objetiva apresentar uma teoria substantiva sobre a relação entre educação, religião e saúde na Constituinte de 1934, visando contribuir com outras iniciativas na busca por caminhos que auxiliem a efetiva concretização das políticas públicas da promoção da saúde nas escolas brasileiras. Para tal, adota o método qualitativo de pesquisa denominado *Grounded Theory*, que utiliza um conjunto de procedimentos para desenvolver indutivamente uma teoria enraizada em dados sistematicamente coletados e analisados. O método orientou a coleta de dados a partir dos anais da referida Constituinte, assim como o processo de codificação e análise. O *software* ATLAS.ti® foi utilizado como ferramenta facilitadora do processo de codificação, escrita de memorandos e esquematização de diagramas. Três macrocategorias emergiram ao longo do processo de análise dos dados: Aperfeiçoamento Racial, Higienização da Nação e Defesa do Ensino Religioso. Em um nível abstrato superior, como categoria central, obteve-se a categoria Para Salvar a Nação. A pesquisa revela o eugenismo como o eixo aglutinador da tríade proposta. O atraso econômico é visto como resultado da ineficiência do brasileiro. Tal problema poderia ser superado, sob a égide eugênica, resolvendo-se dois grandes problemas nacionais: saúde e educação. Nesse sentido, a eugenia, como incumbência do Estado, seria a base científica norteadora das políticas públicas nessas duas áreas, alicerçada, por um lado, pelo higienismo, como um importante axioma de pensamento em saúde, e, por outro lado, pela enorme legitimidade e inserção do discurso religioso na população. O papel da religião católica, de forma institucional e pela influência cultural, será decisivo para a conformação do movimento eugênico nos moldes que se viu no Brasil. Nesse contexto, a educação apresenta-se como uma via privilegiada para a concretização dos ideais eugênicos.

Palavras-chave: Educação. *Grounded Theory*. Laicidade. Eugenismo. Higienismo. Ensino Religioso.

ABSTRACT

This study aims to present a substantive theory about the relation between education, religion and health in the 1934 Constituent Assembly, contributing with other initiatives in the search for ways that help the effective implementation of the public policies of health promotion in Brazilian schools. To this end, it adopts a qualitative method called Grounded Theory, which uses a set of procedures for inductively develop a theory grounded on data collected and analyzed systematically. This method guided the collection of data from the annals of the Constituent, as well as the process of codification and analysis. The software ATLAS.ti® was used as a facilitator tool for coding, writing memos and laying out diagrams. Three macrocategories emerged during the data analysis process: Improving the race, Hygienizing the Nation and Defending Religious Education. At a higher abstract level, as the central category, the category Saving the Nation was obtained. This research reveals eugenism as the agglutinating axis of the proposed triad. The economic backwardness is seen as a result of the inefficiency of the Brazilian people. Such a problem could be overcome, under the eugenic aegis, by solving two major national problems: health and education. In this sense, eugenics, as the incumbency of the State, would be the scientific basis for public policies in these two areas, supported, on the one hand, by hygienism, as an important axiom of health conceptions, and, on the other hand, by the enormous legitimacy and insertion of religious discourse in the population. The role of the Catholic religion, institutionally and by cultural influence, will be decisive for the conformation of the eugenic movement as seen in Brazil. In this context, education is viewed as a privileged way to achieve eugenic ideals.

Keywords: Education. Grounded Theory. State secularism. Eugenism. Hygienism. Religious teaching.

RESUMEN

Esta tesis pretende presentar una teoría sustantiva sobre la relación entre educación, religión y salud en la Asamblea Constituyente de 1934, contribuyendo con otras iniciativas en la búsqueda de formas que ayuden a la implementación efectiva de las políticas públicas de promoción de la salud en las escuelas brasileñas. Por lo tanto, adopta el método cualitativo de investigación denominado *Grounded Theory*, que utiliza un conjunto de procedimientos para desarrollar inductivamente una teoría enraizada en datos sistemáticamente recogidos y analizados. El método orientó la recolección de datos a partir de los anales de esa Constituyente, así como el proceso de codificación y análisis. El software ATLAS.ti® fue utilizado como herramienta facilitadora del proceso de codificación, escritura de memorandos y esquematización de diagramas. Tres macrocategorías surgieron a lo largo del proceso de análisis de los datos: Perfeccionamiento Racial, Higienización de la Nación y Defensa de la Enseñanza Religiosa. En un nivel abstracto superior, como categoría central, se obtuvo la categoría Para Salvar la Nación. La investigación revela el eugenismo como el eje aglutinador de la tríada propuesta. El retraso económico es visto como resultado de la ineficiencia del brasileño. Tal problema podría ser superado, bajo la égida eugenésica, resolviendo dos grandes problemas nacionales: salud y educación. En ese sentido, la eugenesia, como incumbencia del Estado, sería la base científica orientadora de las políticas públicas en esas dos áreas, apoyada, por un lado, por el higienismo, como un importante axioma de pensamiento en salud, y, por otro lado, por la enorme legitimidad y inserción del discurso religioso en la población. El papel de la religión católica, de forma institucional y por la influencia cultural, será decisivo para la conformación del movimiento eugenésico en los moldes que se vio en Brasil. En ese contexto, la educación se presenta como una vía privilegiada para la concreción de los ideales eugenésicos.

Palabras clave: Educación. *Grounded Theory*. Laicidad. Eugenesia. Higienismo. Educación religiosa.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Área de trabalho do <i>software</i> ATLAS.ti	68
Figura 2 –	Ilustração de <i>network</i> elaborado no ATLAS.ti	70
Figura 3 –	O processo da GT	73
Figura 4 –	Relações dentro da categoria Pedagogia da Higiene	81
Figura 5 –	Rede do código Sanear é eugénizar	86
Figura 6 –	Diagrama da categoria central	116
Figura 7 –	Diagrama da subcategoria Aperfeiçoamento físico	135
Figura 8 –	Diagrama da subcategoria Aperfeiçoamento Moral	151
Figura 9 –	Diagrama da subcategoria ER: Aperfeiçoamento Moral	153
Figura 10 –	Diagrama da subcategoria Aperfeiçoamento intelectual	164
Figura 11 –	Diagrama da macrocategoria Aperfeiçoamento Racial	206
Figura 12 –	Diagrama da macrocategoria Higienização da Nação	207
Figura 13 –	Diagrama da macrocategoria Defesa do Ensino Religioso	208

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Confronto entre as principais escolas de GT.....	58
Quadro 2 – Teses com temas em educação que utilizam a Grounded Theory.....	60
Quadro 3 – Descrição dos conectores de códigos utilizados.....	80
Quadro 4 – Categoria Aperfeiçoamento Racial e seus códigos.....	82
Quadro 5 – Categoria Higienização da Nação e seus códigos.....	82
Quadro 6 – Categoria Defesa do Ensino Religioso e seus códigos.....	83
Quadro 7 – Critérios para definição da Categoria Central.....	84
Quadro 8 – A construção do título ‘Família’ nos textos da Constituinte.....	98
Quadro 9 – A construção dos temas ‘Cultura e Ensino’ nos textos da Constituinte.....	101
Quadro 10 – Parâmetros de normalidade da saúde do escolar conforme Carlos Sá.....	178
Quadro 11 – Relação de memorandos gerada pelo ATLAS.ti.....	203

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
AIB	Ação Integralista Brasileira
Alef	Aliança Eleitoral pela Família
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNE	Conselho Nacional de Educação
DIP	Doença infecciosa e parasitária
ER	Ensino Religioso
EUA	Estados Unidos da América
EUG	Eugenismo
FUG	Frente Única Gaúcha
GT	<i>Grounded Theory</i>
HIG	Higienismo
IDH	Índice de desenvolvimento humano
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LEC	Liga Eleitoral Católica
MAM	Museu de Arte Moderna
OMS	Organização Mundial da Saúde
OPAS	Organização Pan-americana de Saúde
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PD	Partido Democrático
PL	Partido Libertador
PPR	Partido Popular Radical
PRL	Partido Republicano Liberal
PRP	Partido Republicano Paulista
PRR	Partido Republicano Rio-Grandense
PSE	Programa Saúde na Escola
PSF	Partido Socialista Fluminense
PT	Partido dos trabalhadores
SESP	Serviço Especial de Saúde Pública
STF	Supremo Tribunal Federal
TFD	Teoria fundamentada nos dados

TFP	Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade
UMESP	Universidade Metodista de São Paulo
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UPF	União Progressista Fluminense

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1 A ÁREA DE INVESTIGAÇÃO.....	23
1.1 Laicidade à brasileira: contra-secularismo, catolicismo e espaço público.....	23
1.1.1 Cultura cristã: um elemento de resistência.....	28
1.2 Saúde e educação.....	32
1.2.1 Pela superação do paradigma biomédico.....	33
1.2.2 Conceitos de saúde: linguagem e história.....	35
1.2.3 Uma abordagem histórica da relação entre saúde e educação.....	40
1.3 Uma articulação necessária.....	47
2 O MÉTODO DE PESQUISA.....	50
2.1 Características gerais do método.....	51
2.1.1 Exploração de um processo.....	51
2.1.2 Amostragem teórica (<i>theoretical sampling</i>).....	52
2.1.3 Simultaneidade entre recolher e analisar os dados.....	52
2.1.4 Uso do método da constante comparação em todos os níveis de análise.....	52
2.1.5 Construção de uma codificação a partir dos dados.....	53
2.1.6 Elaboração de conceitos.....	54
2.1.7 Produção de memorandos e de diagramas.....	54
2.2 A evolução da <i>Grounded Theory</i>.....	55
2.3 <i>Grounded Theory</i> e a pesquisa em educação no brasil.....	59
2.4 Programa de apoio metodológico: o ATLAS.ti.....	66
3 O CAMINHO PERCORRIDO: O PROCESSO DA PESQUISA.....	72
3.1 A área de investigação e a pergunta da pesquisa.....	73
3.2 Métodos, instrumentos e coleta de dados.....	75
3.3 Codificação e análise.....	77
3.4 Codificação focalizada e codificação teórica.....	79
3.5 Amostragem teórica.....	84
3.6 Memorandos.....	85
3.7 Diagramas.....	87

3.8	Uma teorização	87
4	CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIAL	89
4.1	Constituinte 1934: contexto histórico e processo político	
	– uma aproximação	89
4.1.1	A Igreja católica e sua organização para as eleições constituintes.....	92
4.1.2	Algumas considerações sobre os títulos ‘Família e Educação’ e ‘Cultura e Ensino’.....	96
4.2	Organizações político-ideológicas	103
4.2.1	<i>Club</i> 3 de Outubro.....	104
4.2.2	Liga Eleitoral Católica.....	105
4.3	Agentes políticos	107
4.3.1	Xavier de Oliveira.....	108
4.3.2	Guaraci Silveira.....	109
4.3.3	Gwyer de Azevedo.....	110
4.3.4	Costa Fernandes.....	111
4.3.5	Teotônio Monteiro de Barros Filho.....	112
4.3.6	Pacheco e Silva.....	112
4.3.7	Miguel Couto.....	113
4.4	Contexto e processo	114
5	PARA SALVAR A NAÇÃO	115
5.1	Movimento eugênico no contexto da constituinte de 1934	117
5.2	Aperfeiçoamento físico: raça, saúde e corpo	135
5.2.1	O mito do branqueamento: um caminho possível.....	135
5.2.2	Eugenia, saúde e religião na questão imigratória.....	140
5.2.3	A maldição de Cam e o debate racial.....	145
5.2.4	Educação física e os conflitos religiosos com o corpo.....	148
5.3	Aperfeiçoamento moral: o ensino religioso	150
5.3.1	A defesa do ensino religioso na Constituinte de 1934.....	152
5.3.2	Não existe moral sem religião.....	156
5.4	Aperfeiçoamento intelectual: educação para salvação pública	163
5.4.1	O discurso higiênico: saberes médicos na superação dos problemas sociais.....	167
5.4.2	Pedagogia da Higiene: um projeto eugênico para a Escola.....	170
5.4.3	Educação eugênica: uma medida possível.....	179

5.5 Educação, Saúde e Religião: articulações em torno da questão eugênica.....	181
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	184
REFERÊNCIAS.....	191
APÊNDICES.....	203
ANEXOS.....	209

INTRODUÇÃO

A construção da identidade nacional está estritamente ligada à forte influência da Igreja Católica Apostólica Romana, cuja ruptura com o Estado foi oficializada com o Decreto n. 119-A, de 7 de janeiro de 1890¹. O governo republicano excluiu a hierarquia eclesiástica da participação no poder político da nação, estabelecendo o ensino laico nas escolas, a obrigatoriedade do casamento civil, a laicização dos cemitérios e a extinção do padroado, mas não anularia tão facilmente os 400 anos anteriores de relacionamento estreito entre a Igreja² e o Estado brasileiro. Há raízes históricas que vão perdurar pelas décadas posteriores.

As décadas de 1920 e 1930 vão revelar diversas iniciativas da Igreja no processo de recuperação de sua influência na estrutura do Estado, que serão exploradas ao longo desta pesquisa. Mais um outro exemplo possível de citação, ocorrido já no século XXI, foi o acordo assinado entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé em 13 de novembro de 2008 no Vaticano. Esse acordo, denominado concordata Brasil-Santa Sé, tratava, dentre outros temas, da obrigatoriedade do ensino religioso católico nas escolas públicas. Isso já era um caloroso tema de debate nacional na década de 1930.

Nas últimas décadas do século XX, o pentecostalismo ganha significativa projeção no campo político nacional. Até a ditadura militar, a ideologia desse grupo era afastar-se das coisas do “mundo”. Conforme Paulo Ayres de Mattos, a “política era considerada coisa suja e dominada pelo diabo” (MATTOS, 2012, *online*). Com o rompimento entre a ditadura e a Igreja católica, há uma aproximação dos militares com os pentecostais, que passam, então, a ter mais inserção na política. Atualmente, segundo o mesmo autor, a presença pública dos evangélicos é capaz de influenciar na definição de muitos aspectos da vida nacional, “inibindo que avanços mais republicanos ocorram no país” (MATTOS, 2012, *online*).

Essa estreita aproximação entre religião e política no Brasil, que é constitucionalmente laico, reflete raízes de uma história marcada pela presença da Igreja em posição de protagonismo nos espaços de decisão. Trata-se de uma união duradoura entre Igreja e Estado que não foi rompida simplesmente com uma

¹ Revogado pelo Decreto 11/1991. Vigência restabelecida pelo Decreto 4.496/2002.

² Doravante nesta pesquisa o termo Igreja refere-se à Igreja Católica Apostólica Romana.

assinatura. Foram 400 anos de inculcação religiosa, formando a identidade de um povo com bases nesses alicerces, que ainda são muito presentes no cotidiano das instituições públicas, dentre elas, a escola pública.

Além de elementos concretos como crucifixos em repartições públicas e imagens religiosas em hospitais públicos, existem ainda no cotidiano escolar elementos subjetivos atuando como barreiras imaginárias que limitam a concretização de políticas no que diz respeito a direitos humanos fundamentais como saúde, em especial a educação sexual. Trata-se de representações enraizadas na religiosidade popular que obstruem o avanço de conquistas democráticas e a plenitude da educação para a cidadania.

Em pesquisa anterior do autor desta tese, naquele momento com vistas ao desenvolvimento da dissertação de mestrado intitulada *Saúde e Escola: um estudo do cotidiano*³, verificaram-se pistas de uma forte barreira religiosa na escola estudada, que impedia, por exemplo, a distribuição de materiais de educação sexual. Essa foi a inspiração para aprofundar o estudo dessa temática nesta tese. O tema, em particular, interessa ao autor deste trabalho por sua formação, inicialmente, em medicina veterinária e em teologia, além de uma inserção em atividades sociais como liderança da juventude metodista e, atualmente, como pastor da Igreja Metodista. Essa trajetória propiciou uma vivência com a dura realidade do ser humano em condições de pobreza, tanto no Rio de Janeiro quanto em países sul-americanos, o que despertou um sentimento de que é preciso fazer algo para a superação de tal quadro. Assume-se aqui a educação como uma possibilidade concreta, que permite ao ser humano a chance de ser humano, consciente de seu papel como sujeito na História, agente capaz de realizar as mudanças necessárias para alcançar vida em plenitude.

Assim, esta pesquisa insere-se na busca por caminhos que auxiliem a efetiva concretização das políticas públicas da promoção da saúde nas escolas brasileiras. A relevância deste estudo se dá, então, pelo seu valor histórico e temático, além de contribuir com pistas para novos caminhos organizacionais que superem o atraso observado na concretização das conquistas democráticas. Não se pretende aqui determinar ou normatizar esses caminhos, mas se unir a outras iniciativas que, em

³ OLIVEIRA, R. S. *Saúde e Escola: um estudo do cotidiano*. 2013. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2013.

conjunto, podem propiciar elementos para a reflexão sobre as particularidades de cada contexto.

O Brasil é marcado por uma pervasiva cultura religiosa. Considerando, por exemplo, as campanhas eleitorais de 2010 e 2014, foi possível notar o temor por certos assuntos considerados agressivos para a religiosidade popular. Nesse sentido, temas como a legalização do aborto e do casamento homoafetivo foram tratados como tabus e pouco se avançou nesse debate, já que as pressões religiosas eram (e são) significativas.

Verifica-se, assim, que o processo de transição de um Estado religioso para um Estado laico não está completamente realizado – se é que existe –, apesar da legislação vigente. Partindo desse pressuposto, um projeto de tese foi inicialmente elaborado com o objetivo de analisar historicamente a influência da matriz religiosa brasileira sobre as práticas e políticas na interface saúde-educação na escola pública. Tratava-se de um estudo histórico-crítico que partiria de premissas definidas na pesquisa de mestrado.

No entanto, a despeito de uma série de documentos para análise referentes a diferentes períodos pós-laicização, verificou-se uma escassez de referenciais teóricos que considerassem a tríade educação, religião e saúde, o que dificultava o desenvolvimento do trabalho. Somam-se a isso as limitações que esse tipo de pesquisa pode incorrer no que tange ao avanço do conhecimento na área escolhida. Diante de tal dificuldade, era necessário um método de pesquisa que se aplicasse a estudos exploratórios e que pudesse contribuir para um trabalho relevante para a área de estudo.

Nesse período, outros doutorandos do programa faziam o uso experimental da *Grounded Theory* (GT), uma metodologia para estudos de caráter exploratório, flexível e que objetiva a criação de teoria, aplicando-se a áreas de estudo com pouca pesquisa acumulada. Assumiu-se, então, a possibilidade de se adotar tal metodologia.

A apropriação dessa nova metodologia constitui um importante momento na historicização desta pesquisa. Após contato inicial com a bibliografia, as discussões no âmbito do grupo de pesquisa contribuíram enormemente para que este estudo pudesse ser desenvolvido. Destaca-se, em especial, a mesa-redonda “Metodologias Aplicadas à Pesquisa em Educação: relatos de pesquisadores”, realizada na XVI Mostra de Produção Acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Educação da

Universidade Metodista de São Paulo, na qual o Prof. Luis Cardoso de Souza apresentou sua experiência de aplicação dessa metodologia em seu doutoramento.

Ao longo do processo de apropriação da GT, novos desafios foram se apresentando. A metodologia também era um método geral que orientava desde a definição da pergunta de pesquisa, passando pela coleta, análise e interpretação de dados até a escrita do relatório e avaliação. Logo, todo o projeto de pesquisa precisava ser reformulado. Nesse ponto, foi necessário permitir que o novo método orientasse todo o trabalho, assumindo o pressuposto de um processo de pesquisa orientado pelos dados.

Assim, delimitou-se o estudo à Constituinte de 1934, por se tratar de um período de significativa relação entre Estado e religião, com a tentativa da Igreja de retomada do espaço perdido com a proclamação da República; além de ser um período no qual as políticas educacionais, cujas definições básicas são lançadas na Constituinte, vão perdurar por um longo período, até a década de 1990, deixando raízes profundas no cotidiano da escola até os dias atuais.

Os Anais da Assembleia Constituinte de 1934 foram selecionados como fonte de pesquisa para este estudo, uma vez que preservam uma importante premissa para a metodologia que é a oralidade. Os discursos estão permeados pelas manifestações calorosas dos debates, de modo que é possível sentir pelo registro taquigráfico o clima tenso das sessões em curso na cidade do Rio de Janeiro. Mais observações sobre a escolha da fonte e as adaptações necessárias ao método são expostas posteriormente neste trabalho.

Outro destaque é a apropriação do uso do *software* ATLAS.ti, que constitui ferramenta valiosíssima para gestão e análise dos dados. Tal apropriação se deu por meio de um processo longo de uso do programa, mas também de participação em cursos *on-line* oferecidos pela empresa gestora, com participantes de vários países da América Latina, que ofereceu as ferramentas necessárias para o início deste trabalho. O ATLAS.ti é apresentado na seção 2.4 desta tese e sua aplicação pode ser percebida ao longo dos demais capítulos, principalmente por meio dos diagramas e dos relatórios gerados pelo programa.

Tendo em vista as especificidades da área de estudo, o primeiro capítulo faz uma abordagem teórica, buscando situar a tríade educação, saúde e religião no âmbito da pesquisa em laicidade. Esse estudo bibliográfico prévio objetiva caracterizar o campo de pesquisa, apresentando um quadro teórico que aborda

questões introdutórias, cujo objetivo não é limitar a construção de uma teoria que emergja dos dados, mas fornecer conceitos sensibilizantes que possam guiar a pesquisa como pontos de partida e não como pontos de chegada.

Desde já, é importante esclarecer que a GT pressupõe que a revisão de literatura seja realizada na fase final da pesquisa, quando uma teoria enraizada nos dados já esteja bem estruturada, isenta de qualquer influência das ideias preexistentes na literatura. Torna-se necessário enfatizar, porém, que a maioria dos teóricos clássicos não assume que um pesquisador chegue de forma neutra para pesquisar uma área de interesse. Especialmente em programas de doutorado, considera-se que o pesquisador realizou antecipadamente um levantamento bibliográfico sobre o tema a fim de desenvolver, por exemplo, um projeto de pesquisa, ou, ainda, traz de projetos anteriores uma importante bagagem para novos trabalhos. É crucial, no entanto, a postura do pesquisador de não permitir que esse conhecimento prévio atrapalhe a construção de uma teoria que deve emergir verdadeiramente dos dados, e não de teorias preexistentes. A importância dessas leituras anteriores é a definição dos conceitos sensibilizantes, que vão orientar uma primeira coleta e incursão aos dados.

Após essa apresentação do campo no qual se desenvolve a pesquisa, o capítulo dois apresenta o próprio método de pesquisa adotado. Assim, discutem-se algumas questões teóricas sobre o método, suas características gerais e sua evolução histórica. Além disso, esse capítulo apresenta um levantamento sobre a aplicação do método em pesquisas com temáticas vinculadas à educação. A última parte do segundo capítulo faz uma apresentação do *software* ATLAS.ti, que foi uma importante ferramenta metodológica para o desenvolvimento desta pesquisa.

O terceiro capítulo apresenta a descrição e discussão da aplicação da GT neste trabalho. Nesse capítulo, em especial, é descrito o processo, por exemplo, que leva à definição da pergunta de pesquisa, que pode ser expressa nos seguintes termos: como o pensamento eugênico articula religião, saúde e educação nos discursos da Constituinte de 1934? É importante frisar que a pergunta final da pesquisa é decorrente de um processo de análise dos dados, que, em busca da saturação das categorias, vai conduzindo a formulação de questões. Destaca-se ainda nesse capítulo o processo de codificação que culmina na definição das macrocategorias e da categoria central.

Na sequência, tem-se um capítulo preparatório. Trata-se de uma contextualização histórica, social e política do ambiente da Constituinte de 1934. Esse quarto capítulo é dividido em três partes. Na primeira, apresenta-se o contexto de instabilidade política e social da década de 1930 e a capacidade de Getúlio Vargas de lidar com interesses antagônicos. Faz-se um levantamento histórico do processo de reaproximação entre Igreja e Estado, com destaque para a organização da Liga Eleitoral Católica (LEC), organização de caráter suprapartidário que revelou o poder político da Igreja. A segunda parte traz considerações sobre duas organizações importantes pela influência política durante a Constituinte: a já mencionada LEC e o *Club 3 de Outubro*. A terceira parte, por fim, faz menção a algumas figuras importantes nos debates sobre as temáticas que tangem esta pesquisa.

No capítulo cinco, tem-se a apresentação da teorização propriamente dita. Três macrocategorias emergiram do processo de análise – “Aperfeiçoamento racial”, “Higienização da Pátria” e “Defesa do Ensino Religioso”. Em um nível abstrato superior, elaborou-se a categoria “Para Salvar a Nação”, que se destaca como categoria central. O capítulo tem como eixo axiomático o discurso eugênico em congruência com os interesses da Igreja, do governo e da ciência, desvelando a relação que se busca neste trabalho entre educação, saúde e religião.

Esta tese traz ainda anexos e apêndices. Como anexos, foram incluídos aqui aqueles discursos cujo conteúdo foi considerado relevante para ser exposto de forma ampla, facilitando seu acesso ao leitor e outros pesquisadores. Como apêndices, têm-se o relatório de memorandos e os diagramas, ambos desenvolvidos por meio do *software* ATLAS.ti.

1 A ÁREA DE INVESTIGAÇÃO

Esta pesquisa insere-se no âmbito dos estudos sobre educação em sua interface com as áreas de saúde e religião. Nesse sentido, temáticas como a laicidade do Estado, promoção da saúde e educação em saúde destacam-se neste estudo.

Este capítulo, cujo objetivo é apresentar um bloco introdutório que caracteriza o campo de pesquisa, é dividido em duas partes. Na primeira, traz-se um estudo bibliográfico acerca da importância da laicidade do Estado em um sistema democrático. A caracterização do campo de pesquisa continua, na segunda parte deste capítulo, abordando a relação entre a educação e a saúde, importante espaço, na atual conjuntura, de conflitos de cunho religioso. Nessa seção, busca-se demonstrar a importância da interface entre essas áreas, a fim de uma prática educativa voltada à promoção da vida.

1.1 Laicidade à brasileira: contra-secularismo, catolicismo e espaço público

O caráter laico do Estado é condição fundamental para o fortalecimento da democracia. Nesse sentido, Roseli Fischmann aponta que, ao mesmo tempo que impõe a não interferência dos grupos religiosos sobre o Estado, a laicidade igualmente garante aos grupos religiosos a não interferência do Estado. “O fortalecimento da democracia ocorre, então, porque podem e devem conviver, no espaço público, visões diferentes entre si de um mesmo fenômeno, sem que o Estado tenha que escolher alguma delas” (FISCHMANN, 2012, p. 22-23).

Acerca da noção de laicidade, para Ricardo Mariano trata-se da regulação política, jurídica e institucional das relações entre religião e política, igreja e Estado em contextos pluralistas. Sendo assim, o termo refere-se ao processo histórico e normativo de emancipação do Estado e do ensino público dos poderes, de referências e de legitimação da Igreja. Isso inclui tratamento isonômico às diferentes religiões, além da defesa e promoção da tolerância religiosa, liberdades de consciência, de religião e de culto (MARIANO, 2011, p. 244).

O caso brasileiro tem suas peculiaridades. Questões históricas que envolvem a participação da Igreja católica na formação – haja vista o monopólio da educação

jesuíta por duzentos anos no período colonial⁴ – e gestão do espaço público brasileiro – considerando o monopólio também sobre o casamento, registro civil, cemitérios, além da presença política até a república e retomada na era Vargas⁵ – e, mais recentemente, o acirramento da disputa entre católicos e pentecostais, não apenas no campo religioso, mas também no político-partidário e midiático, determinam uma laicidade com características próprias.

Christina Vital da Cunha fala em uma “revelação do segredo público” que teria desencadeado esse quadro. A autora aponta que a histórica relação entre Estado brasileiro e a Igreja católica, mantida de forma velada, ao ser revelada levou outros grupos religiosos a buscarem relações igualmente estreitas e legítimas com o Estado.

[...] a revelação, ao invés de servir para informar a situação e torná-la incômoda e insustentável, foi seguida por ações políticas no sentido de formalizar o que informalmente já vigia (como no caso do Acordo Brasil – Santa Sé), além de servir para que vários outros grupos religiosos buscassem estreitar suas relações com o Estado no Brasil (VITAL DA CUNHA, 2013, p. 26).

É interessante destacar também, no estudo de Vital da Cunha, que os atores religiosos não defendem publicamente o estabelecimento de um Estado religioso, mas afirmam e defendem a laicidade do Estado. Para a autora, o que está em jogo é que “sua presença tenha a força e legitimidade que outros grupos de opinião e pressão também exercem sobre o Estado” (VITAL DA CUNHA, 2013, p. 20).

Todo esse cenário mostra a complexidade do campo religioso brasileiro e suas relações com a política, revelando uma grande permeabilidade das fronteiras entre o religioso e a política. Para Mariano (2011, p. 254), “a laicidade não constitui propriamente um valor ou princípio nuclear da República brasileira”, o que indica que há no Brasil sérias limitações às pretensões mais ambiciosas de defensores ou ativistas do laicismo. O fato é que, diferentemente da sociedade francesa ou inglesa,

⁴ Sobre esse assunto, Paulo Ghiraldelli Jr. (2009, p. 26) afirma: “Os colégios jesuítas tiveram grande influência sobre a sociedade e sobre a elite brasileira. Não foram muitos, diante das necessidades da população. Todavia, foram suficientes para gerar uma relação de respeito entre os que eram os donos das terras e os que eram os donos das almas”.

⁵ Saulo de Tarso Cerqueira Baptista, em sua tese, vai discutir a formação da cultura política brasileira, especialmente no primeiro capítulo, mostrando como tal cultura irá viabilizar a presença pentecostal e neopentecostal posteriormente no espaço político. Ver BAPTISTA, S.T.C. *Cultura Política Brasileira, práticas pentecostais e neopentecostais: a presença da Assembleia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus no Congresso Nacional (1999-2006)*. 2007. 562 f. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2007.

a sociedade brasileira não seria “tão” secularizada, se é possível falar em nível ou grau de secularização. Sobre secularismo, Paula Montero (2013, p. 14) afirma que, “embora intimamente relacionado ao conceito de laicidade, o conceito de secularismo remete, não ao regime jurídico do Estado, mas ao nível societário e à sua doutrina política de emancipação do religioso”.

A expressão *teoria da secularização* se refere a trabalhos dos anos 1950 e 60, mas Peter Berger (2000, p.10) explica que a ideia central da teoria pode ser encontrada no Iluminismo. “A ideia é simples: a modernização leva necessariamente a um declínio da religião, tanto na sociedade como na mentalidade das pessoas”. No entanto, na opinião do autor, a ideia mostrou-se errada. “A modernização teve alguns efeitos secularizantes, em alguns lugares mais do que em outros”. Mas, paralelamente, ela também teria provocado o “surgimento de poderosos movimentos de contrassecularização”. Assim, o mundo de hoje, com algumas exceções, “é tão ferozmente religioso quanto antes, e até mais em certos lugares”.

A explosão numérica dos evangélicos não só na América Latina, mas também no Extremo Oriente, na Coreia do Sul, nas Filipinas, no Pacífico Sul, na África Subsaariana e em partes da antiga Europa comunista, assim como a expansão do islamismo desafiam o velho paradigma weberiano da secularização, que supunha o processo de privatização da religião, assim como racionalização das religiões de salvação (BERGER, 2000, p. 10).

No Brasil, temos não só as religiões se imiscuindo no espaço público, mas também o supracitado *boom* evangélico, especialmente do segmento pentecostal. O sucesso de movimentos religiosos com crenças e práticas saturadas de “sobrenaturalismo reacionário” também desafia o paradigma da secularização. Na análise global de Berger (2000, p. 11), “as comunidades religiosas sobreviveram e até floresceram na medida em que não tentaram se adaptar às supostas exigências de um mundo secularizado”. Sobre esse assunto, Montero, ao analisar caso brasileiro, afirma:

A dimensão que a literatura definiu como ‘mágica’, isto é, irracional e emocional, por oposição ao que se concebeu como ‘crenças religiosas’, não apenas não declinou como estimulou a criação já no final do século XX de ‘novos movimentos religiosos’ que ampliaram a noção mesma de campo religioso para novas dimensões da vida social (2009, p. 8).

Berger advoga que a religião continuará tendo seu lugar na experiência humana. Para esse autor, não há razão para pensar que o mundo do século XXI será menos religioso (BERGER, 2000, p. 18). Ainda nesse sentido, Berger afirma:

Seria necessário algo como uma mutação de espécie para suprimir para sempre esse impulso. Naturalmente, os pensadores mais radicais do Iluminismo e seus mais recentes descendentes intelectuais tinham a esperança de que algo assim ocorresse. Até agora não aconteceu, e como argumentei, é improvável que aconteça num futuro previsível. A crítica ao secularismo comum a todos os movimentos ressurgentes é que a existência humana despojada da transcendência é uma condição empobrecida e afinal insustentável (2000, p. 19).

Além dessa característica contrassecularizante identificada na sociedade brasileira, outro elemento importante para se entender a laicidade praticada por aqui é o modo como ela se constituiu historicamente. Segundo Montero, diferentemente de casos europeus, especialmente a França, nos quais a instituição eclesial teria se erigido como um forte obstáculo à secularização, no Brasil o fim do padroado e a separação dos poderes foi em grande parte estimulado pela própria Igreja católica. O padroado significava uma subordinação total da instituição religiosa ao Estado monárquico e um grande distanciamento com relação ao Vaticano, o que perdurou no período pós-independência, com reforço do controle estatal nos assuntos eclesiásticos. O episódio da “questão religiosa” de 1872 levou os bispos Dom Vital e Dom Antonio de Macedo Costa a desafiar o poder civil, quando, imbuídos da doutrina ultramontana, não admitiam a sujeição da Igreja a uma estrutura política dominada por maçons e liberais (MONTERO, 2013, p. 22). As acusações durante os debates da Constituinte de 1934 acerca do interesse de se reestabelecer a religião oficial são rebatidas pelos defensores dos interesses da Igreja como um retorno à submissão dessa ao Estado, o que não era interesse da liderança eclesial.⁶

Na constituinte de 1890, a Igreja defendeu uma estrutura autônoma, embora tenha usado de todos os recursos para imprimir na carta constitucional os valores cristãos. Nesse processo, a Igreja católica como instituição perdeu seus poderes civis. O governo republicano excluiu a hierarquia eclesiástica da participação no poder político da nação, estabelecendo o ensino secular nas escolas, a

⁶ De fato, os católicos não defendiam a religião oficial, mas o reconhecimento público de que a Igreja Católica Apostólica Romana era a religião da maioria. O interesse é a recuperação da presença pública da Igreja, como aspiração da maioria católica, mas sem subordinação ao Estado, como ficou caracterizado no período do Padroado.

obrigatoriedade do casamento civil, a laicização dos cemitérios e a extinção do padroado.

No entanto, o catolicismo vai permanecer como “matéria-prima da construção da nacionalidade disputando com o positivismo que penetrara nas classes letradas e dirigentes do país, mas reinando, quase absoluto no coração das classes populares” (MONTERO, 2013, p. 22-23). Como resultado, a Igreja deixa o Estado, mas agora, com autonomia de jurisdição e livre do dízimo, a Igreja pode tornar-se uma força ativa na construção de sua contrapartida: a sociedade civil. Roberto Cipriani, embasado em Böckenförde, explica esse processo como uma conversão da religião – que não guia mais o espírito do Estado – em uma religião civil, passando a influenciar a ordem social por meio de indivíduos e das orientações que lhes são proporcionadas. Daí espera-se uma aspiração da religião por um papel político desde uma perspectiva que lhe é própria (CIPRIANI, 2012, p. 23).

Nesse sentido, Maria das Dores Campos Machado e Paula Montero em estudos distintos fazem a mesma constatação. No Brasil, a Igreja católica teria aceitado a separação em relação ao Estado, mas reluta até os dias atuais em admitir não só a privatização da religião, mas também da moralidade (MACHADO, 2006, p. 19; MONTERO, 2009, p. 13). Para Montero, a Igreja católica, na longa duração, conseguiu enraizar uma convicção a respeito da equivalência entre sociedade brasileira e religião católica (MONTERO, 2009, p. 13). Sendo assim, apesar de uma ruptura oficial entre Igreja e Estado em 1990, a laicidade construída desde então nunca teria sido “suficientemente forte para produzir uma doutrina política que tome como ilegítima a atuação política da Igreja e sua manifestação no espaço público” (MONTERO, 2013, p. 23).

Emerson Giumbelli (2008) afirma que, no Brasil, a religião é acolhida no espaço público por meio de dispositivos jurídicos que implicam o aparato e o poder de Estado, a despeito da laicidade normatizada. Montero ilustra esse fato ao apontar que as religiões estiveram presentes no processo histórico de construção e na gestão do espaço público. Para a autora,

a presença histórica das igrejas cristãs nas áreas de educação, saúde, assistência social, etc. correspondeu a uma delegação consentida e pactuada pelo próprio Estado. A concessão pública de canais televisivos e de radiodifusão a confissões religiosas tampouco é um fenômeno recente. No campo da política também já nos

habitamos à presença de bancadas evangélicas no Congresso (MONTERO, 2009, p. 9).

1.1.1 Cultura cristã: um elemento de resistência

Em um mundo visto como secularizado, são possíveis às comunidades religiosas duas estratégias: rejeição ou adaptação. Uma postura adaptativa normalmente fracassa. Para Peter Berger, essa é mais uma evidência do insucesso da teoria da secularização. Argumenta o autor que, se “vivêssemos realmente num mundo altamente secularizado, poderíamos esperar que as instituições religiosas sobrevivessem na medida em que se adaptassem à secularização”, mas o que ocorre em geral é a sobrevivência e até florescimento de comunidades religiosas “que não tentaram se adaptar às supostas exigências de um mundo secularizado”. (BERGER, 2000, p. 11).

Quanto à estratégia de rejeição, Berger aponta duas possibilidades. A primeira seria a “revolução religiosa”, na qual “tenta-se dominar uma sociedade como um todo e torna-se obrigatória para todos uma religião contra-moderna” (BERGER, 2000, p. 11). Essa iniciativa tem se mostrado muito difícil na maioria dos países do mundo contemporâneo. A modernização engendra sociedades muito heterogêneas e um salto quantitativo na comunicação intercultural. Esses dois fatores favorecem o pluralismo e não favorecem o estabelecimento (ou restabelecimento) de monopólios religiosos.

A segunda possibilidade apontada pelo autor para se provocar a rejeição a ideias e valores modernos na vida dos indivíduos seria a criação de subculturas religiosas. Essas teriam como objetivo evitar as influências da sociedade circundante, mostrando-se mais promissoras na comparação com a revolução religiosa (BERGER, 2011, p. 11). No Brasil, parece ter sido esse o caminho adotado, favorecendo-se da imensa capilaridade do cristianismo pelo país. Mais recentemente, os pentecostais têm contribuído nesse processo com o domínio religioso da telecomunicação e da propagação de ideias pelas mídias digitais.

A cultura cristã no Brasil é bem pervasiva, e não precisa ser chamada de subcultura. Para Montero, ela é historicamente hegemônica na sociedade, em parte como resultado do modo como se construiu a estrutura estatal brasileira em oposição ao regime do Padroado. Tal autora explica que:

a burocracia estatal e a religiosa estavam de tal modo entrelaçadas nesse regime que o território e os súditos eram controlados por meio de aparelhos administrativos complementares em sua concepção organizativa e espacial. Em consequência dessa justaposição de funções que perdurou por séculos a Igreja católica e seus agentes foram parte ativa na construção do estado nacional (MONTERO, 2013, p. 22).

No amplo espaço territorial brasileiro, o catolicismo foi utilizado pelo Estado como elemento unificador da nação. Além da hegemonia educacional que perdurou séculos, a estrutura eclesiástica infiltrada nos rincões do país permitiu que um sentimento de nacionalidade fosse erigido em torno do discurso religioso. Embora a ideologia republicana se tenha consolidado em contraposição ao poder da Igreja, “a cultura cristã foi usada e permaneceu como repertório da experiência de construção de nacionalidade” (MONTERO, 2013, p. 23). Assim, “a esfera pública brasileira se forja historicamente deixando em baixo-relevo a marca invisível da *civis crist*” (MONTERO, 2009, p. 13).

Nessa cultura cristã, questões relacionadas à moralidade tradicional, defesa da família nuclear e bons costumes, defendidos no discurso político religioso, encontram respaldo e legitimação social. É importante destacar que, enquanto pentecostais e católicos disputam no campo religioso pela adesão e fidelização de fiéis, e nos programas sociais governamentais, por maior atuação e representação, no campo moralista ambos estão bem afinados, lançando mão dessa cultura histórica e socialmente instituída para defenderem seus interesses no Congresso Nacional.

Com esse respaldo cultural, políticos, assim como magistrados⁷, têm obtido sucesso no tratamento conservador de temas como a questão do aborto, a descriminalização ou legalização do uso de drogas, a união civil homoafetiva, a criminalização da homofobia, a questão dos direitos sexuais e reprodutivos, a implantação de novas tecnologias reprodutivas, do uso de células-tronco embrionárias em pesquisas científicas, além de garantirem apoio a temas como o ensino religioso na escola pública e a forte oposição ao debate sobre gênero nas escolas. Apesar de todo discurso moralista, a questão ética na política e na coisa

⁷ Sobre isso, ver a recente decisão do STF sobre o ensino religioso confessional nas escolas públicas. O endereço a seguir disponibiliza *links* para o voto de todos os ministros. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=357099>>. Acesso em: 21 abr. 2018.

pública passa despercebida, em geral, para os representantes dos interesses “cristãos” no Congresso.

Contribuindo para a ideia de criação de uma subcultura religiosa como meio de rejeição à secularização, é possível citar a enorme campanha que circulou nas mídias sociais contra temas considerados de interesse para chantagens eleitorais. Há alguns vídeos que são insígnias dessa campanha religiosa pela opinião e adesão do eleitor. O site do jornal *O Globo* publicou no dia 22 de setembro de 2010: “Pastor prega voto contra o PT e vira fenômeno no YouTube”⁸. O vídeo, que em menos de um mês alcançou 2 milhões de visualizações, foi amplamente divulgado nas igrejas, não só evangélicas, mas também católicas⁹. No referido vídeo, o Pr. Paschoal Piragine Júnior, presidente da Primeira Igreja Batista de Curitiba, apela que evangélicos e católicos não votem em políticos comprometidos com causas como o aborto ou mesmo o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Entre eles, na opinião do pastor, estariam especialmente os candidatos do Partido dos Trabalhadores (PT).

Dentre outros inúmeros vídeos que destacam figuras conhecidas do campo religioso e do embate travado entre política e religião¹⁰, gostaria de destacar para esta análise um vídeo que trata diretamente do assunto da orientação sexual nas escolas. Em palestra realizada na Primeira Igreja Batista de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, a pastora, advogada, assessora jurídica da Frente Parlamentar Evangélica e professora Damares Alves critica a abordagem realizada pelo governo federal acerca da sexualidade na educação infantil e do uso de entorpecentes, além do projeto de aprovação do aborto. Nessa palestra, Alves conclama os evangélicos do país a “salvar essa nação do que está acontecendo”. E completa: “Estão detonando nossas crianças”.

⁸ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ILwU5GhY9MI>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

⁹ Vital da Cunha analisa o fato de um padre católico utilizar tal vídeo evangélico para instruir o povo católico no voto contrário a candidatos favoráveis ao aborto (VITAL DA CUNHA, 2013, p. 71).

¹⁰ Figuras como Jair Bolsonaro e Silas Malafaia, assim como seus embates com Jean Wyllys, contam com muitos vídeos na internet. Os que talvez estejam em mais destaque para defesa dos argumentos apresentados nesse artigo são: “Pastor cala a boca de Jean Willis”. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=zQyGHN8YwVQ>>, com 2,594,246 de visualizações. Acesso em: 20 fev. 2015; “O Homem que calou a Marília Gabriela”. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=oBpMFBSm2So>>, com 1,513,374. Acesso em: 20 fev. 2014; “A Globo não mostra resposta de Silas Malafaia ao gay que chamou evangélicos de desgraçados”.

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AoOE3D08Wvo>>, com 985,295. Acesso em: 20 fev. 2015.

O vídeo¹¹, que inclui imagens de cartilhas, que na opinião da assessora, promoveriam o homossexualismo, a erotização infantil, o uso de drogas e uma cultura de morte (aborto), tem 1 hora e 13 minutos de duração e foi publicado no dia 19 de abril de 2013. Até a presente data, alcançou mais de 600 mil visualizações, mas seu alcance foi muito maior já que versões menores do vídeo foram compartilhadas. Um desses fragmentos, intitulado “Dra. Damares Alves aborda a perversão de nossas crianças imposta pelo Governo”¹², tem mais de 360 mil acessos. Outro fragmento da mesma palestra com o título “PT distribui Cartilha de sexo explícito que incentiva pedofilia e o homossexualismo nas escolas”¹³ tem mais de 120 mil acessos. Em certo momento, a palestrante mais uma vez mostra a afinidade entre o grupo evangélico e a Igreja católica nos assuntos morais:

Uma cartilha da Prefeitura de Porto Velho... Nós fomos lá junto com a Igreja católica também para retirar esta cartilha de circulação, e olha o nome da cartilha: 'Menina esperta vive melhor'. Nós estamos ensinando na igreja que as nossas meninas são princesas, mas a escola está dizendo que este aqui é o ideal de ser menina. Este é o ideal de ser menina no Brasil com o dinheiro público, vinha com espelho para a menina olhar a vagina.¹³

Ainda sobre a cultura cristã, essa é reconhecida juridicamente em posições em defesa da manutenção de símbolos religiosos em espaços públicos. Sobre esse assunto, “no que tange especificamente à presença de crucifixos em recintos estatais, para muitos, esta afixação já é parte de nossa tradição histórica, um costume, exprimindo a ‘cultura cristã brasileira’” (RANQUETAT JÚNIOR, 2012, p. 61). Recentemente, também baseado em argumentos da cultura religiosa brasileira, entre outros, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou constitucional o ensino religioso confessional nas escolas públicas¹⁴.

Analisando a presença da Bíblia e do crucifixo em locais públicos, César Alberto Ranquetat Júnior mostra que, para legitimar esse costume, a nação e a cultura nacional são relacionadas ao cristianismo. Expressões como pátria cristã,

¹¹ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BKWc0sUOvVM>>. Acesso em: 21 abr. 2018.

¹² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=r_2uktcM3cl>. Acesso em: 21 abr. 2018.

¹³ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=RWPZCyQxzXw>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

Esse link acessado em 2014 não está mais disponível, mas o vídeo pode ser acessado pelo endereço a seguir. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JaAWzEur2G4>>. Acesso em: 21 abr. 2018.

¹⁴ Sobre isso, ver a recente decisão do STF sobre o ensino religioso confessional nas escolas públicas. O endereço a seguir disponibiliza *links* para o voto de todos os ministros. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=357099>>. Acesso em: 21 abr. 2018.

nação cristã, cultura cristã, cultura católica, povo religioso, povo espiritualista, tradição cristã e outros semelhantes são abundantemente utilizadas pelos atores favoráveis à fixação de símbolos religiosos em ambientes públicos e estatais (RANQUETAT JÚNIOR, 2012, p. 63). Nesta pesquisa, percebe-se que esse recurso já era comum no período da Constituinte de 1934.

A forte legitimidade conferida ao se lançar mão desses argumentos de viés culturalista mostra a força que a cultura cristã ainda exerce na sociedade brasileira. No entanto, Montero aponta que essa percepção católica da nacionalidade e do bem coletivo está sendo desnaturalizada. Para a autora, o fato de que essas questões têm chegado cada vez mais aos tribunais mostra que não são mais tão pacíficas, sendo um indicativo claro dessa desnaturalização. Essa autora ainda coloca que a própria exigência de justificação e fundamentação das decisões gera um exercício de flexibilidade que coloca a questão religiosa de lado, como “resquícios supersticiosos”, em busca de argumentos mais seculares, de legitimidade pública, em torno de “questões do bem comum organizados em termos de códigos generalizadores tais como assistência pública, educação, cultura ou mesmo ciência” (MONTERO, 2013, p. 24).

1.2 Saúde e educação

Esta segunda parte do capítulo busca apresentar um quadro teórico da interface saúde-educação, diretamente relacionada ao conceito de saúde socialmente construído ao longo da história, assim como do entendimento acerca do papel da educação. O autor desta pesquisa, em sua dissertação de mestrado, faz um estudo histórico do entendimento de saúde e sua aplicação ao espaço escolar. Percebe-se que, embora intelectualmente tenha havido um avanço no entendimento sobre saúde na escola, na realidade cotidiana essa ainda é uma área marcada por concepções retrógradas bem alimentadas na cultura religiosa do país.

Nesta seção, traçam-se algumas considerações acerca da evolução do conceito de saúde e da importância da contribuição das ciências sociais e humanas para a área, em busca da ruptura com o paradigma biomédico. A seguir, explora-se a interface saúde-educação, tendo em vista suas fases históricas e as políticas mais atuais de promoção da saúde no espaço escolar.

1.2.1 Pela superação do paradigma biomédico

Questões referentes à saúde foram sempre objetos da preocupação das diversas sociedades. No entanto, um grande atraso é ainda observado na conquista de melhor qualidade de vida para as populações, principalmente dos países periféricos. Economicamente, o Brasil é a sétima maior potência do planeta¹⁵. Considerando-se o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), no entanto, o país está na 85ª posição de uma análise de 186 países, estando abaixo da média da América Latina¹⁶.

Apesar de ter logrado considerável melhora dos indicadores de saúde pública, o Brasil, por se tratar de um país de dimensões continentais, continua apresentando graves problemas escondidos nos números e porcentagens divulgados. As diferenças econômicas e sociais seguem marcantes na sociedade. Contexto no qual famílias pobres ainda sofrem com o problema, por exemplo, das doenças infecciosas e parasitárias (DIPs).

A superação desse quadro esbarra em dois movimentos históricos que são apontados por Cecília Minayo ao refletir sobre a colaboração das ciências sociais para as ciências de saúde. Para essa autora,

[...] aceitar as evidências de que as doenças não são somente entidades biológicas uma vez que também estão relacionadas em diversos graus aos modelos de vida, às ofertas pluralistas de tratamento e cura, à presença muito maior da sociedade no controle das intervenções médicas e epidemiológica tornam o campo da saúde muito mais aberto para receber a contribuição das ciências sociais. No entanto, é preciso evidenciar dois movimentos históricos que tendem a problematizar essa interação (MINAYO, 2009, p. 200).

O primeiro movimento histórico que a pesquisadora aponta é a ideologia baseada na reflexão negadora da questão do social. Esse pensamento é decorrente das descobertas da bacteriologia e contribui para a ênfase curativa e terapêutica da medicina ocidental.

É claro que o avanço científico propiciado pela bacteriologia foi e é importante para a humanidade. A questão que se coloca para reflexão no plano das

¹⁵ Classificação realizada pelo Banco Mundial e noticiada pela versão on-line do jornal *Valor Econômico* em 30 abr. 2014. Disponível em <<http://www.valor.com.br/internacional/3532202/estudo-do-banco-mundial-mostra-brasil-como-7>>. Acesso em: 14 jul. 2014.

¹⁶ O IDH é baseado em três pilares: saúde, educação e renda. Ele foi desenvolvido para oferecer um contraponto ao PIB *per capita*, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento.

ideias e das práticas é a postergação dos fatores econômicos, sociais, culturais e subjetivos na construção das enfermidades e na promoção da saúde, reduzindo esses fenômenos a entidades ou processos biológicos apenas, deixando para trás uma longa tradição da medicina social que mostrou pleno vigor na metade do século XIX. Hoje, a fragmentação produzida pelo reducionismo biomédico conduz a redução de uma pessoa doente quase que unicamente a seu corpo, simples objeto de manipulação e de intervenções (MINAYO, 2009, p. 201).

Para Minayo, desde o final do século XX, estamos sendo confrontados pelas tentativas de pensar saúde como um processo biologicamente determinado apenas. Medidas preventivas não têm sido o foco das pesquisas na área de saúde, que estão voltadas para o desenvolvimento de técnicas medicamentosas, cirúrgicas e eletrônicas direcionadas para o enfrentamento de doenças isoladas. Um manual do Ministério da Saúde aponta essa tendência, ao indicar que a melhoria da qualidade da assistência médica, principalmente no que diz respeito ao correto diagnóstico e tratamento dos pacientes, associada ao encaminhamento e adoção das medidas de controle indicadas em tempo hábil, desempenha um papel importante na redução de uma série de doenças infecciosas e parasitárias (BRASIL, 2004, p. 16).

O segundo movimento que tende a eliminar o sujeito histórico situado na área da saúde é o do tecnicismo da clínica e da epidemiologia, cujo refinamento cria ilusão da verdade dos números, dos dados e dos modelos. Na área de saúde, os arroubos de evidenciar verdades e objetividade fazem esquecer as perguntas fundamentais e de situar os problemas das pessoas nas dinâmicas de seus contextos, de suas vidas, de suas relações e representações. Por causa disso, os estudos tecnicistas acumulam dados sobre a realidade e tratam enfermidades como entes externos aos pacientes que as sofrem, diminuindo a eficácia dos contatos humanos necessários na área da saúde.

Entendendo que a área da saúde é um campo pluridisciplinar em disputa de poder e de legitimação, conclui Minayo que, entre o paradigma médico (hegemônico para todas as profissões das ciências da saúde) e as ciências sociais, existirão sempre relações possíveis: complementares, conflituosas ou de negação, dependendo dos contextos, problemas e atores em interação (MINAYO, 2009, p. 204). Destaca-se que essa concepção biomédica hegemônica acerca da saúde extrapola a área médica e é amplamente disseminada na sociedade. A escola é um

importante espaço de propagação e prática dessa ideia¹⁷. Partindo-se da premissa de que o conceito de saúde embasa as práticas de promoção da saúde na escola (OLIVEIRA, 2013, p. 22), torna-se importante uma análise da evolução desse conceito.

1.2.2 Conceitos de saúde: linguagem e história

Importante passo neste estudo é compreender que saúde, mais do que um estado natural, é uma concepção construída social, histórica e culturalmente, relacionando-se, ainda, com interesses econômicos. Cada civilização, ao longo da história, tem determinado sua própria concepção de saúde e, conseqüentemente, do que não é saúde.

É nessa perspectiva – de que cada povo determina seus doentes conforme sua cultura – que fenômenos biológicos, sociais, psicológicos são considerados moléstias de interesse médico ou não. Para exemplificar, após a década de 1990, a homossexualidade deixa de ser considerada doença, enquanto, na década de 1970, a obesidade torna-se assunto médico.

Sendo assim, conceituar saúde é um grande desafio, uma vez que é preciso reter, ao mesmo tempo, suas dimensões estruturais e políticas, além de contemplar os aspectos histórico-sociais de sua realização. É possível perceber, no entanto, que os conceitos mais modernos se distanciam de sua origem etimológica.

Jean Lauand destaca que a língua é um fator importante no processo de análise da cultura e mentalidade de um povo, “na medida em que condiciona o pensamento, a possibilidade de acesso à realidade” (LAUAND, 2007, p. 165). Logo, torna-se importante verificar, etimologicamente, o significado do termo saúde.

Saúde, assim como sua variante em espanhol, *salud*, deriva da raiz *salus*. No latim, esse termo designava o atributo principal dos inteiros/intactos/integros (ALMEIDA FILHO, 2000, p. 300). Madel Therezinha Luz (2009) apresenta outros significados para o termo: salvação, conservação da vida, cura, bem-estar. Blanches de Paula concorda com a significação concomitante do termo como *saúde* e *salvação*. Por isso, aponta a autora que, “quando a Bíblia fala em salvação (*salus*), convém lembrar a origem bem material dessa palavra, a saúde” (DE PAULA, 2008,

¹⁷ Sobre essa constatação, ver a dissertação deste autor: OLIVEIRA (2013). Disponível em: <http://ibict.metodista.br/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3349> Acesso em: 28 mar. 2014.

p. 911). Assim, *salus* está muito provavelmente relacionado a todo esse campo. Tal abrangência, ao menos, é notada no pensamento confundente¹⁸ do antigo Israel.

As línguas orientais tendem ao pensamento confundente. De fato, no pensamento bíblico, os termos salvação, bem-estar, saúde, inteireza e integridade assumem o mesmo sentido. A palavra hebraica *shalom*, que significa *inteiro*, mas também é traduzida por *paz*, é, como aponta Monika Ottermann, o “bem-estar integral que vai muito além da ausência de guerra ou de violência em nível comunitário e individual”, abrangendo, assim, “a saúde em todos os seus aspectos (física, psíquica e emocional, conforme as categorias tradicionais de nossa cultura)”. Nesse sentido, continua a autora, “cumprimentar uma pessoa com *shalom!* e perguntar *mah shlomha* (Como está teu *shalom?* = Como vai?) significam desejar algo e perguntar por algo que tem a ver com sua situação e condição abrangente e integral, inclusive a saúde” (OTTERMANN, 2009, p. 38).

Observa-se, assim, que há uma quase identificação de saúde e vida. Mais um exemplo está em como o hebraico significa o sentido de ficar curado, voltar a estar são. Ottermann (2009, p. 38) explica que nessa língua usam-se formas da raiz H-Y-H, que significam viver, estar vivo. “Assim, não é por acaso que o nosso brinde – Saúde! – corresponda ao hebraico *lehayim!* (À vida!)”.

Então, etimologicamente, o termo saúde está associado a um estado positivo do viver, mesmo sentido observado nas línguas orientais. As línguas ocidentais, no entanto, que a grosso modo tendem mais à distinção, buscaram desenvolver conceitos e, por muito tempo, a saúde foi entendida como ausência de doença. Essa compreensão veio se consolidando ao longo dos séculos XVII e XVIII, período no qual se assentaram as bases da bacteriologia e da microbiologia, orientadoras até hoje das práticas médicas e sanitárias. O microscópio é o descobrimento mais importante dessa época¹⁹.

No século XIX, há uma continuidade nesses avanços científicos, mas é preciso considerar um fato. A Revolução Industrial deixou um legado de problemas sociais que aumentaram a mortalidade geral e a infantil. Nesse período, surgem, então, os primeiros conceitos de saúde social e saúde coletiva baseados nessa

¹⁸ O pensamento confundente é a forma como determinada língua concentra numa única palavra realidades distintas, mas conexas (LAUAND, 2007, p. 165)

¹⁹ Sobre esse, assunto ver OLIVEIRA (2011, p. 17ss).

relação saúde e condições de vida. Acirra-se, assim, a tensão paradigmática desse momento (WESTPHAL, 2009, p. 637).

Um importante estudo dessa época é do médico e político alemão chamado Rudolf Ludwig Karl Virchow. Suas contribuições para um pensamento holístico em saúde o identificam como o pai da medicina social e precursor da Promoção da Saúde. A partir de seus estudos entre 1847 e 1848 sobre o Tifo na Prússia, ele relacionou saúde à democracia, educação, liberdade e prosperidade da população pobre da região estudada (WESTPHAL, 2009, p. 637).

No entanto, os avanços no campo da microbiologia, acompanhando o grande “desenvolvimento” tecnológico e científico do mundo moderno, irão determinar uma época conhecida como “era bacteriológica”, que atravessa o século XX. Nessa época, o pensamento causal em saúde é deslocado do ambiente físico e social para agentes patógenos concretos. Agora, a causa da doença é creditada a uma única fonte e cada germe determina uma etiologia. Dessa forma, o conceito de saúde se consolida como ausência de doença, isto é, a ausência de um agravo causado por um germe (WESTPHAL, 2009, p. 638; MELLO, 2010, p. 1).

A década de 1930 marca o início da “era terapêutica”, que se estabelece à medida que fármacos de eficiência comprovada são conhecidos, como a insulina e as sulfamidas. Esses avanços farmacológicos corroboram a ideia de saúde como ausência de doença. É nessa época ainda que princípios da concepção hegemônica de saúde vigente são estabelecidos: o mecanicismo, a unicausalidade, o biologicismo, o individualismo e a especialização (WESTPHAL, 2009, p. 638).

O paradigma biomédico alterou de forma sensível os níveis de saúde, mas não resolveu o problema. Os países periféricos não conseguiam (e ainda não conseguem) garantir o acesso da sua população aos serviços médicos (foco das ações em saúde no campo hegemônico); doenças infectocontagiosas e parasitárias continuavam (e ainda continuam) ceifando a vida de crianças nos bolsões de pobreza do mundo moderno e civilizado; fome, violência urbana, guerras ainda destruíam (e continuam destruindo), mesmo nos países desenvolvidos, a esperança de dias melhores. O medo de uma nova epidemia viral mundial drena a paz de todos, independentemente da classe social. Westphal vai além, uma vez que, para ela,

[...] a violação dos direitos humanos persiste avassaladora nos países em regime democrático. Multiplicam-se hoje no nosso meio as vítimas de violências e acidentes, das doenças crônicas não transmissíveis, das endemias antigas que têm ressurgido, às vezes com novas roupagens. Microorganismos antes desconhecidos, favorecidos pelo processo de globalização que intensificou a troca entre os países em todos os setores, encontraram formas rápidas de disseminação (2009, p. 639).

Nesse contexto, em 1948, a Organização Mundial de Saúde (OMS) define um novo conceito de saúde: saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doenças. Essa definição contribuiu para ampliar o conceito médico dominante, assim como salientou a importância de um olhar multidisciplinar sobre a questão. Favoreceram-se, assim, as correntes que defendiam uma abordagem integral ou ampliada do processo saúde-doença. Além disso, estimularam-se políticas públicas mais abrangentes e uma formação de profissionais de saúde menos centrada no enfoque biológico (CAMPOS, 2009, p. 61).

Entretanto, será apenas na década de 1960, como implicação de debates desenvolvidos em todo o mundo, que a centralidade da doença na concepção de saúde começa a ser superada, mas ainda não completamente. Um importante documento que representa essa tendência será a Declaração de Alma Ata²⁰, em 1978. Apesar da impregnação ainda da ideia de ausência de doença, essa declaração já valorizava a saúde como componente central do desenvolvimento humano e apontava para fatores necessários para assegurar a qualidade de vida e o direito ao bem-estar social, dentre eles o envolvimento da população (FERREIRA; BUSS, 2002, p. 11).

Outro documento importante é o Relatório Lalond²¹, primeiro documento a usar a denominação *promoção da saúde*. Publicado no Canadá em 1974, nele se caracteriza o campo da saúde dividido em quatro esferas: organização serviço médico (assistência tradicional), biologia humana, ambiente e hábitos de vida. Esse relatório

²⁰ Documento resultante da Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde, realizada em Alma-Ata, URSS, de 6 a 12 de setembro de 1978. Ver BRASIL, 2002, p. 33-34. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartas_promocao.pdf>, acesso em 21/04/2018>. Versão na íntegra disponível em: <<http://cmdss2011.org/site/wp-content/uploads/2011/07/Declaração-Alma-Ata.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2018.

²¹ Disponível em: <<http://www.phac-aspc.gc.ca/ph-sp/pdf/perspect-eng.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2018.

identifica que os serviços de assistência tradicional, apesar de altamente dispendiosos, menos contribuíam para promover uma melhor saúde.

Esse relatório marcou uma ênfase, a partir de então, no caráter individual das ações, buscando mudança nos estilos de vida, o que suscitou muitas críticas (FERREIRA; BUSS, 2002; HEIDMANN *et al.*, 2006; TOLEDO, 2006). Ainda assim, o relatório de Lalonde continua atualmente influenciando políticas de saúde de distintos países e organismos internacionais.

A Promoção da Saúde, em seu conceito mais moderno, como é entendida hoje, vincula-se a uma visão holística e socioambiental. A década de 1980 é marcada por uma série de congressos e conferências realizados no Canadá e Europa, originando uma nova corrente de pensamento em Promoção da Saúde, na qual a saúde passou a ser reconhecida como resultante da determinação social, a saber: pobreza, desemprego, habitação precária e outras desigualdades econômicas e sociais. Tem-se como estratégias principais para a promoção à saúde o fortalecimento dos serviços comunitários, políticas públicas saudáveis e o favorecimento da participação popular. Além disso, utilizam-se dos conceitos de desenvolvimento comunitário e empoderamento (*empowerment*) como elementos-chave para alcançar saúde. Assim, a promoção da saúde passou de sua base nos estilos de vida à nova orientação centrada nos fatores sociais e ambientais (FERREIRA; BUSS, 2002; HEIDMANN *et al.*, 2006).

Nessa direção, realizou-se a I Conferência Internacional sobre Promoção à Saúde, em Ottawa, em novembro de 1986. O documento resultante dessa conferência, Carta de Ottawa²², define que “promoção de saúde é o nome dado ao processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo” (BRASIL, 2002, p. 19). Esse documento, atualmente, é a principal referência para os programas de promoção da saúde em todo o mundo.

A carta de Ottawa assume a definição de saúde conforme aquela proposta pela OMS em 1948. Tal conceito deve ser entendido como um alvo, um objetivo a ser perseguido. Um “estado de completo bem-estar físico, mental e social” e, recentemente, “espiritual”, tem sido apontado como uma “possibilidade rara ou inexistente”, que desconsidera “os estados intermediários entre este suposto estado

²² Ver BRASIL, 2002, p. 19-28. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartas_promocao.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2018.

de êxtase e a morte” (CAMPOS, 2009, p. 61). No entanto, por mais utópico que pareça, é um conceito que busca reconhecer o ser humano integralmente, superando a fragmentação dos conceitos anteriores.

Além disso, Minayo entende que a cultura deve ser introduzida no conceito de saúde, pois ela amplia e contém as articulações da realidade social. Isso demarca um espaçamento radical. Para essa pesquisadora,

cultura não é um lugar subjetivo, ela abrange uma objetividade com a espessura que tem a vida, por onde passa o econômico, o político, o religioso, o simbólico e o imaginário. Ela é o *locus* onde se articulam os conflitos e as concessões, as tradições e as mudanças e onde tudo ganha sentido, ou sentidos, uma vez que nunca há apenas um significado (MINAYO, 1996, p. 15).

Destarte, é possível verificar que a saúde se cria e se vive no marco da vida cotidiana: nos locais de ensino, no trabalho, no lazer, na família, na vizinhança, nos grupos etários, na religião, na política, na consciência. A saúde é resultado dos cuidados que a pessoa dispensa a si mesma e aos demais, da capacidade de tomar decisões e controlar a própria vida e assegurar que a sociedade em que se vive ofereça a todos os seus membros a possibilidade de gozar de um bom estado de saúde. Nesse contexto, a instituição escolar é entendida como um importante espaço de promoção da saúde.

1.2.3 Uma abordagem histórica da relação entre saúde e educação

A relação entre saúde e educação passou por diversas fases ao longo da história do país, principalmente após a constituição de uma economia urbano-comercial e a projeção de uma elite dominante com inspirações burguesas, especialmente no período da República Velha, que buscava implantar no país uma ordem social europeia e capitalista. Nesse período, é possível identificar elos estabelecidos entre a pedagogia e as intervenções médicas e sanitárias, determinando uma ênfase higienista moralizadora, inicialmente focada na educação das elites e posteriormente atualizada para repressão das classes subalternas. Na década de 1920, esse discurso é reatualizado em decorrência da aproximação entre os sanitaristas e os ideais da escola nova. Passa-se, então, ao desenvolvimento de uma pedagogia de formação de hábitos sadios e preparação do cidadão para a vida

– leia-se, trabalho. A década de 1920 será marcada ainda pela influência do discurso racista do movimento eugênico, postura que vai definir as práticas de higiene social e educação sanitária até meados dos anos de 1940²³.

O fim do regime autoritário do Estado novo e a derrota mundial do fascismo trazem ares democráticos às práticas de normatização sanitária. Os documentos do VI e VII Congressos Brasileiros de Higiene, respectivamente em 1947 e 1948, apontam que os intelectuais da higiene optaram pela ideologia do sanitarismo. A educação higiênica procurou transformar-se em dispositivo “técnico e apolítico” (COSTA, 1981, p. 26).

Em 1942, os Estados Unidos firmam um acordo com o Brasil a fim de realizar a exploração da borracha e de minérios e aumentar a produção de alimentos. Esse acordo foi justificado pelos interesses da II Guerra Mundial. Era necessária, entretanto, uma estrutura médico-sanitária que possibilitasse essa exploração com menor risco que aqueles sofridos quando da abertura do canal do Panamá. Cria-se, assim, um Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), que reforça o modelo americano de Saúde Pública e torna-se uma nova frente para a educação sanitária. Nesse momento, conforme Joaquim Alberto Cardoso Melo, “a educação não é só dirigida a jovens imaturos, passíveis de serem educados”, mas com a reformulação do conceito de “maturo, homem pronto, educado”, o adulto também é considerado “passível de sofrer o processo de educação” (MELO, 1981, p.35). Aqui, a educação de adultos adquire grande relevância. Da mesma forma, a educação do homem rural toma uma nova dimensão – “é preciso educar o homem do campo na utilização de técnicas agrícolas modernas que garantam o aumento da produção” (MELO, 1981, p.37).

A Fundação SESP influenciou consideravelmente o pensamento higienista no Brasil, introduzindo a concepção de desenvolvimento de comunidade, participação comunitária e educação de grupos. Além disso, passa-se a incluir os fatores sociais, econômicos e culturais, tidos como barreiras para ação educativa, na maneira de perceber e explicar a saúde/doença. No entanto, a doença é tida como um fenômeno individual. Como explica Melo (1981, p. 37), “os indivíduos oferecem uma barreira cultural, econômica e/ou social, que deve ser diagnosticada, no sentido de

²³ As fases higienista, escolanovista e eugênica da relação entre saúde e educação são especialmente tratadas no Cap. 5 desta tese, especialmente na seção 5.4 em diante. Mais sobre o assunto, ver Oliveira (2013), Costa (1981) e Gondra (2007).

rompê-la”. Valoriza-se a educação de indivíduos a fim de se prevenir doenças e caminhar para um estado de saúde.

Em resumo, esse período é caracterizado pela grande relevância do conhecimento das Ciências Sociais na compreensão da saúde/doença. Além disso, outras profissões passam a integrar a equipe de saúde, o que leva a saúde/doença a ser analisada a partir de diferentes óticas – não só da Biologia. Esses fatores levam em 1961 ao encerramento do curso de educação sanitária oferecido pela Faculdade de Higiene e Saúde Pública, cujo conteúdo oferecido aos professores primários era puramente biológico.

As décadas de 1940 a 1960 são consideradas o momento áureo da educação sanitária no Brasil. Observa-se que saúde e educação estão sempre integradas nas propostas das políticas oficiais. Destaca-se, no entanto, a motivação baseada nas exigências do capital e do trabalho, ou seja, a necessidade da formação e manutenção da mão de obra (MELO, 1981, p. 37-38).

O regime militar, que se inicia em 1964, é caracterizado por um período altamente repressivo, centralizador e concentrador de renda, que considera as questões sociais como de ordem da segurança nacional. Conseqüentemente, a educação sanitária vai enfrentar sérias dificuldades. É um período no qual a educação e a saúde são entendidas como setores de investimento. “A saúde é tomada pela doença enquanto mercadoria, assim como a educação” (MELO, 1981, p. 38).

Em 11 de agosto de 1971, é promulgada a Lei 5.692, que fixava as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus. Seu art. 7º tornava obrigatória a inclusão de Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus. Acompanhavam essa obrigação a Educação Moral e Cívica, Educação Física e a Educação Artística (BRASIL, 1971). Os programas de saúde serão descritos pelo Parecer n. 2.264 do Conselho Nacional de Educação em 1974. Esse documento define como objetivos dos programas de saúde:

1. Desenvolver no aluno atitudes e competências que, baseadas na compreensão do ambiente em que vive, o levem a assumir responsabilidade individual de promover e conservar a saúde própria, a de sua família e a da comunidade.
2. Levar o aluno a compreender que saúde é um bem coletivo e a cumprir e propagar, com base nesta compreensão, as medidas que minimizam os riscos de acidentes e doenças e a deterioração do ambiente natural e social.

3. Estimular o aluno a desenvolver hábitos saudáveis, com referência à higiene pessoal, à alimentação, à prática desportiva, ao trabalho e ao lazer, à segurança individual e coletiva.
4. Fazer com que o aluno adquira um conhecimento básico do funcionamento do organismo que lhe permita reconhecer desvios da normalidade e o leve a procurar, com oportunidade, os meios para corrigi-los (a assistência médica sempre que possível, e não a do “curandeiro”).
5. Favorecer no aluno o equilíbrio emocional indispensável a uma interação construtiva com o meio (CNE, 1974, p. 67-68)²⁴.

Observa-se nessa determinação que a escola continua entendida como local por excelência para determinação de hábitos saudáveis. A ênfase na higiene pessoal continua como marca da saúde na escola, agora estampada como preocupação da legislação. O parecer supracitado, como enfatizado no próprio texto desse documento, representava que, “pela primeira vez, a lei destaca e individualiza a educação da saúde” (CNE, 1974, p. 63).

Destaca-se nessa legislação a aplicação do conceito de saúde desenvolvido pela OMS em 1945, que já se tornara amplamente divulgado e aceito. A relatora do parecer explica as razões que a levaram a adotar tal conceito:

A preferência dada à conceituação da OMS prendeu-se não só ao desejo de ter o respaldo da autoridade incontestada daquele órgão, mas também porque o enfoque daquela conceituação se faz no indivíduo. Ainda que se possa focalizar a saúde como um estado de equilíbrio ecológico, e possa a educação ser encarada no seu contexto ecológico e ecológico-social, é para o indivíduo e sua ação que ela deve se dirigir prioritariamente. O objeto e os objetivos do ensino da saúde na escola devem centrar-se no indivíduo e na sua formação e é para esses que se dirigem o interesse e a vocação do educador (CNE, 1974, p. 64-65).

Nessa explicação, fica clara a continuidade da preocupação com os hábitos individuais, herança da educação sanitária. Nessa primeira etapa, conforme o parecer, não era responsabilidade da escola a preocupação com os fatores sociais da relação saúde/doença, que caberiam, numa segunda etapa, aos programas de educação sanitária da comunidade, que também contariam com a contribuição da escola. Outro destaque importante desse documento é a preocupação com que o programa de saúde não fosse tratado de forma fragmentada, como disciplina, mas

²⁴ O texto na íntegra do Parecer nº 2.264/74 foi gentilmente cedido pelo Conselho Nacional de Educação, após solicitação por e-mail em 13/08/2015. A paginação referenciada nesta tese segue o documento cedido, arquivado sob o rótulo *Documenta 165 – Ano 1974*.

sim “de modo pragmático e contínuo, através de atividades”. Enfatiza-se que tal abordagem deveria ser instituída e reforçada pela contribuição das diferentes áreas e disciplinas (CNE, 1974, p. 65).

A despeito de certa evolução na legislação, no cotidiano escolar, a educação em saúde permaneceu encarada de forma individualista e fragmentada. Edvaldo Góis Junior e Hugo Rodolfo Lovisolo defendem que esse fato está relacionado com a defesa dos interesses do capital. Para eles,

é certo que a tendência individualista tem maior apoio dos meios de comunicação, que por sua vez comercializam as ações de saúde vinculadas ao mundo dos negócios (venda de equipamentos, vestimentas, produtos alimentares, entre outros). A intervenção sobre as condições sociais dificilmente pode ser transformada em oportunidades de lucro para as empresas e, portanto, em anunciantes para a mídia (GÓIS JUNIOR.; LOVISOLO, 2013, p. 44).

Ao invés do tratamento transversal, o Programa de Saúde foi encaixado nos currículos já existentes como nova disciplina sob a responsabilidade do professor de ciências, enquanto a prática de saúde (ou Projeto de Saúde Escolar) cabia aos técnicos de saúde. “Pouco se caminhou para romper com a tendência de restringir essa abordagem aos aspectos informativos e exclusivamente biológicos” (BRASIL, 1998, p. 258). Assim, ao longo dos anos de 1970 e 1980, no cotidiano escolar, a saúde foi se consolidando na temática das Ciências Naturais, em descompasso com as regulamentações governamentais.

Ainda na década de 1970, mas em especial na década de 1980, é possível observar que os ideais da promoção da saúde começam a influenciar a escola, motivação oriunda do enfraquecimento da crença nas abordagens em saúde centradas exclusivamente no indivíduo. Nesse sentido, Ghisleine Trigo Silveira destaca a preocupação de educadores em propiciar de alguma forma a superação paradigmática quanto à maneira de melhorar as condições de vida de uma sociedade – deseja-se envolver efetivamente a escola nesse processo, sem, no entanto, mais uma vez “cair no engodo de considerá-la a redentora das condições sócio-econômico-culturais que determinam o nível de qualidade de vida de uma comunidade” (SILVEIRA, 2000, p. 12).

É dentro desse contexto que ocorre o fortalecimento do conceito da promoção da saúde na esfera escolar. Os dois movimentos, promoção da saúde e educação,

se unem a fim de empoderar os cidadãos para uma atuação decisiva na conquista de melhores condições de vida.

Em 1995, a Organização Pan-americana de Saúde (OPAS), da OMS, considerando o papel decisivo da escola para a concretização dos ideais do movimento da promoção da saúde, formaliza um programa denominado “Iniciativa Regional Escolas Promotoras de Saúde”²⁵. Parte-se de uma visão integral do ser humano (conforme as concepções da promoção de saúde) e reconhece-se a escola como integrante desse processo de transformação da sociedade.

A Escola Promotora da Saúde veio trazer uma nova visão, considerando que o desenvolvimento do escolar está ligado às condições ambientais, de convivência com a família e com a sociedade em geral. Relaciona-se também às questões de “alimentação e nutrição adequadas, às oportunidades de aprendizagem de habilidade, de construção de conhecimento e de acesso à recreação e às condições de segurança que lhes são oferecidas” (IERVOLINO, 2000, p. 51).

No modelo tradicional, pautado na intervenção do setor de saúde no âmbito escolar, a escola desenvolve um papel passivo de cenário para ações de saúde como vacinação, desparasitação, controles médicos, ou palestras de profissionais da saúde nas escolas. Ainda nessa linha de atuação, os professores fazem o controle do cartão de vacinas, participam de campanhas de prevenção e realizam ação de detectar e encaminhar crianças com “problemas de saúde” (IPPOLITO-SHEPHERD, 2005?, p. 6). Com a iniciativa das escolas promotoras da saúde, pretendeu-se superar o modelo baseado na lógica biomédica, oferecendo às escolas e demandando delas, agora, um papel ativo e dinamizador, baseado no conceito de promoção da saúde.

²⁵ Inspirada nos ideais das Escolas Promotoras de Saúde, a Sociedade Brasileira de Pediatria elaborou um caderno com o objetivo de divulgar o tema e sensibilizar profissionais, instituições e setores interessados na promoção da saúde. O segundo capítulo do referido caderno traz um panorama do desenvolvimento das Escolas Promotoras da Saúde na América Latina, resultado de um levantamento realizado pela OPAS em 2001, do qual o Brasil participou. Nesse levantamento, o país não aparece dentre os que apresentam uma alta ou média porcentagem de Escolas Promotoras de Saúde. Isso pode ter ocorrido pela forma como o país caracteriza as Escolas Promotoras de Saúde. A legislação brasileira será influenciada pelos ideais da promoção da saúde, mas outras nomenclaturas são adotadas no que tange a saúde na escola. Sem embargo, algumas iniciativas municipais podem ser identificadas. A dissertação de Rubens Azevedo do Amaral, por exemplo, avalia a experiência de implantação do projeto-piloto das Escolas Promotoras de Saúde na cidade de São Caetano do Sul, SP. Pode-se também citar algumas teses que se debruçam sobre a temática, como o trabalho de Ghisleine Trigo Silveira intitulado *Escola Promotora de Saúde: quem sabe faz a hora* (ver referência SILVEIRA, 2000) e a tese de livre-docência de Maria Cecília Focesi Pelicioni sob o título *Educação em Saúde e Educação Ambiental: estratégias de construção da escola promotora de saúde* (ver PELICIONE, 2000).

No Brasil, um novo marco legislativo para a saúde na escola surge no ano de 1996: a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Tal legislação enfoca o exercício da cidadania como objetivo da educação básica comum. Como pano de fundo no cenário internacional para esse movimento, tem-se o *Relatório Jacques Delors: Educação – um tesouro a descobrir*²⁶, cujo teor era apontar os elementos necessários para a educação do século XXI. Esse relatório, apresentando em 1995, pela UNESCO, propunha a inserção de conteúdos sociais no currículo, não na forma de disciplina, uma vez que considerou a grade escolar sobrecarregada, mas de forma a oportunizar a formação de uma cultura pessoal, valorizando a experiência²⁷.

A educação para a cidadania requer que questões sociais sejam contempladas no currículo escolar (BRASIL, 1997, p. 25). Os temas transversais são, então, incluídos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) seguindo a proposta do relatório Jacques Delors. Além da Saúde, compõem os temas transversais: Ética, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Orientação Sexual e Trabalho e Consumo.

Nos PCNs, é enfática uma preocupação já existente desde a Resolução do CFE de 1974 supracitada. A diretriz não perpassa a criação de disciplinas, mas a abordagem de forma transversal em todas as áreas preexistentes. Essa questão parece ser uma dificuldade histórica. Segundo o texto legal,

pretende-se que esses temas integrem as áreas convencionais de forma a estarem presentes em todas elas, relacionando-as às questões da atualidade e que sejam orientadores também do convívio escolar (BRASIL, 1998, p. 27).

Outro importante marco regulatório na interface Saúde e Educação no século XXI é o decreto presidencial n. 6.286, de 5 de dezembro de 2007, que institui, no âmbito dos Ministérios da Educação e da Saúde, o Programa Saúde na Escola (PSE). Trata-se de uma política intersetorial – entre os Ministérios da Saúde e da

²⁶ Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

²⁷ Outro referencial importante para o desenvolvimento dessa legislação nacional é a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, elaborada na Conferência de Jomtien, realizada na Tailândia em 1990. Nessa conferência, os países-membros da UNESCO firmaram o compromisso de garantir a educação básica para todos. A declaração está disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.htm>. Acesso em: 23 abr. 2018.

Educação – na perspectiva da prevenção, promoção e atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e jovens do ensino público básico.

Observa-se nesse documento a linha axiomática dos ideais da promoção de saúde da OMS, assim como do programa Escolas Promotoras de Saúde da OPAS. A descrição dos objetivos do programa reflete essas influências:

Art. 2º São objetivos do PSE:

I - promover a saúde e a cultura da paz, reforçando a prevenção de agravos à saúde, bem como fortalecer a relação entre as redes públicas de saúde e de educação;

II - articular as ações do Sistema Único de Saúde - SUS às ações das redes de educação básica pública, de forma a ampliar o alcance e o impacto de suas ações relativas aos estudantes e suas famílias, otimizando a utilização dos espaços, equipamentos e recursos disponíveis;

III - contribuir para a constituição de condições para a formação integral de educandos;

IV - contribuir para a construção de sistema de atenção social, com foco na promoção da cidadania e nos direitos humanos;

V - fortalecer o enfrentamento das vulnerabilidades, no campo da saúde, que possam comprometer o pleno desenvolvimento escolar;

VI - promover a comunicação entre escolas e unidades de saúde, assegurando a troca de informações sobre as condições de saúde dos estudantes; e

VII - fortalecer a participação comunitária nas políticas de educação básica e saúde, nos três níveis de governo (BRASIL, 2007, p. 2).

Outro importante ponto a ser destacado desse marco regulatório são as ações em saúde, as quais devem considerar a atenção, promoção, prevenção e assistência. Observa-se, conseqüentemente, uma tendência à adequação dos princípios dos programas internacionais supracitados à atual situação de saúde no Brasil marcada pela fragmentação, burocracia e ênfase terapêutica. A escola novamente é afirmada como espaço privilegiado para as ações propostas, que são realizadas pelas Equipes de Saúde da Família e profissionais de educação.

1.3 Uma articulação necessária

Este capítulo trouxe um panorama geral sobre o campo de pesquisa. Em um primeiro momento, tratou do tema da laicidade, área maior no qual se insere a discussão proposta aqui. Destaca-se o conceito de *cultura cristã* como um arcabouço ideológico que naturaliza as intenções e motivações religiosas no espaço público brasileiro. Essa influência religiosa é o que move esta pesquisa a se

debruçar sobre a história em busca de caminhos reflexivos para a atualidade, marcada por grandes desafios impostos pela religiosidade, especialmente, no que interessa a esta pesquisa, as políticas e práticas de promoção à saúde no espaço escolar.

Sendo assim, a segunda parte deste capítulo trouxe uma abordagem histórica da interface entre educação e saúde. Percebe-se uma evolução histórica do conceito de saúde, que buscou desprender-se da simples concepção de ausência de doença, para um estado mais complexo de bem-estar que envolve, entre muitos fatores, questões sociais, emocionais, ambientais, culturais e até espirituais. As construções políticas acerca da saúde na escola buscaram acompanhar esse desenvolvimento que culmina na ideia de promoção da saúde.

Constata-se que a proposta de considerar o tema saúde em uma perspectiva socioeconômica e cultural pode trazer a impressão que há uma ruptura com os sistemas antigos de abordagem da relação saúde-educação na escola. No entanto, muitos pesquisadores²⁸ atestam que, na realidade social do cotidiano escolar, essa apropriação de concepções mais atuais sobre saúde é muito mais complexa, ficando, em geral, mais atrelada ao entendimento dos professores sobre o assunto, que em geral está baseado no senso comum biologicista do tema, do que aos avanços alcançados no campo teórico. Dessa forma, a interface saúde-educação se concretiza na prática cotidiana, como ocorreu com os Programas de Saúde da década de 1970: assumem-se o conteúdo sobre saúde nas disciplinas de Ciências ou Biologia e a verificação da saúde do escolar, que se limita, quase que exclusivamente, a exames clínicos de qualificação para a educação física ou a diagnóstico de transtornos psicológicos.

O quadro social atual impõe, de forma crescente, a necessidade de articulação de saúde e educação. O amplo debate sobre questões de gênero, direitos sexuais, meio ambiente, atividade física, entre outros, no espaço público, precisa ser encarado na ótica da promoção da saúde, sendo inegável a importância do espaço escolar para tal discussão. No entanto, raízes culturais profundas contribuem para impedir essa abordagem, prevista em lei, na prática pedagógica.

O levantamento teórico realizado neste capítulo de forma alguma pretende limitar ou enviesar a construção de uma teorização enraizada nos dados, mas se

²⁸ Sobre o estudo das concepções e representações sobre saúde no cotidiano escolar, ver Grynszpan (1999), Lervolino (2000) e Oliveira (2013).

mostra necessário para apresentar o campo de pesquisa com suas particularidades e conhecimento acumulado, assim como fornecer conceitos sensibilizadores, como será demonstrado, especialmente, na seção 3.2.

2 O MÉTODO DE PESQUISA

O objetivo deste capítulo é trazer considerações gerais sobre o método utilizado nesta pesquisa, a fim de que o leitor possa se apropriar da bagagem conceitual e epistemológica que tal abordagem carrega. Sendo assim, apresentam-se, inicialmente, características gerais do método, ou seja, elementos constitutivos de uma pesquisa dita GT. Importante, também, para a compreensão do método, é sua evolução histórica que contextualiza a formação de diferentes escolas dentro da GT. A seguir, procede-se uma análise carente na bibliografia da área, que é um levantamento sobre a utilização desse método na pesquisa em educação, que confere algumas reflexões para esta pesquisa. Por fim, são apresentadas algumas considerações sobre o *software* de apoio metodológico utilizado para a realização deste trabalho.

A *Grounded Theory* foi originalmente desenvolvida pelos sociólogos Barney Glasser e Anselm Strauss, durante seus estudos do processo da morte em hospitais. À medida que construíam as suas análises do processo da morte, eles desenvolveram estratégias metodológicas sistemáticas que poderiam ser adotadas no estudo sobre diversos temas. A obra *The Discovery of Grounded Theory*, de 1967, articulou essas estratégias e defendeu o desenvolvimento de teorias a partir da pesquisa baseada em dados.

O termo *grounded* é um adjetivo de difícil tradução para a língua portuguesa. Inspirado em Massimiliano Tarozzi (2011), neste trabalho optou-se por manter o termo em inglês, a fim de preservar sua riqueza semântica. Em português, o melhor adjetivo para a tradução seria “enraizada”, como sugerido em alguns textos. No Brasil, além da expressão original em inglês, outra forma utilizada é Teoria Fundamentada nos Dados (TFD), seguindo a mesma tendência observada na língua espanhola.

Quanto à definição, o texto fundante apresenta, sinteticamente, a GT como um método geral de análise comparativa e um conjunto de procedimentos capazes de gerar uma teoria enraizada nos dados. Opiniões posteriores divergiram sobre sua colocação entre os métodos ou as metodologias. Para Tarozzi (2011, p. 18), e essa é a abordagem assumida aqui, a GT pode ser considerada ambas as coisas: seja um olhar teórico sobre o recolhimento e a análise de dados (um “método geral”),

seja “um conjunto de procedimentos” e de instrumentos concretos para recolher e analisar dados.

A GT é um método qualitativo de pesquisa que utiliza um conjunto de procedimentos para desenvolver indutivamente uma teoria enraizada em dados sistematicamente coletados e analisados. Com a aplicação simultânea de estágios de coleta de dados e suas análises, o pesquisador cria, de um conjunto de material desorganizado, uma teoria ou um modelo para interpretar os dados. Essa teoria compreende a identificação e descrição de uma série de categorias e suas relações.

O componente indutivo é o que diferencia a GT de outras formas de construção de teoria que são baseadas, por exemplo, na dedução lógica a partir de hipóteses previamente concebidas. A GT é construída a partir de dados e é conceitualmente densa, ou seja, conceitos são constantemente gerados e relacionados. A GT também se diferencia de alguns tipos de pesquisa qualitativa preocupada exclusivamente na descrição do fenômeno. Construir uma teoria difere de descrever, porque desenvolve conceitos por meio da interpretação dos dados e os relaciona a fim de formar esquemas conceituais (STRAUSS; CORBIN, 1990).

2.1 Características gerais do método

Há características fundamentais que qualificam as pesquisas que podem ser definidas como GT. Mesmo mantendo a necessidade de flexibilidade e aceitando uma noção plural de GT que compreenda uma multiplicidade de abordagens e de orientações, é importante levar em consideração os traços característicos dessa abordagem que, independentemente da orientação preferida, não podem absolutamente faltar em trabalhos tidos como GT (TAROZZI, 2011, p. 21ss).

2.1.1 Exploração de um processo

Um traço peculiar da GT é o de ser particularmente apta à exploração, não de fenômenos estáticos, mas dos processos subjacentes a tais fenômenos indagados, fazendo emergir os processos sociais e os processos psicológicos de base que subjazem aos fenômenos indagados.

2.1.2 Amostragem teórica (*theoretical sampling*)

A amostragem na GT não está baseada em princípios estatísticos, como a aleatoriedade. Pelo contrário, casos que aparentam apropriados devem ser propositalmente escolhidos. Entretanto, não quer dizer que a coleta de dados é feita sem critérios ou de forma descuidada. Na amostragem teórica, o que deve controlar a coleta de dados são os requerimentos conceituais da teoria em construção, ou seja, o pesquisador inicia com um objeto abrangente ou uma área de interesse e, ao longo do processo de análise pela codificação, decide-se que dado coletar a seguir e onde encontrá-los. A amostra não se forma *a priori*, mas, no decorrer da pesquisa, seguindo as lacunas da teoria emergente, para chegar a “saturar” as categorias.

A saturação teórica é ao momento alcançado durante a categorização no qual não há informações novas ou relevantes a emergir de determinada categoria. Nesse ponto, a categoria foi profundamente analisada e sua conexão com outras categorias foi estabelecida. A saturação teórica na GT objetiva criar uma teoria conceitualmente densa.

2.1.3 Simultaneidade entre recolher e analisar os dados

Uma GT exige necessariamente a simultaneidade entre a coleta e a análise dos dados. Isso permite o desenvolvimento do trabalho de construção da teoria, liberando-se do plano descritivo para percorrer níveis de abstração conceitual sempre crescente. Além da progressiva extensão da amostra, também o trabalho de codificação, a escolha das primeiras categorias relevantes para a pesquisa, a reformulação da pergunta de pesquisa, a definição de propriedades e atribuições das categorias e a delimitação da teoria impõem que exista um acompanhamento constante da reflexão analítica com periódicos retornos ao campo, e que o processo de recolhimento de dados seja guiado pela reflexão analítica sobre as categorias emergentes.

2.1.4 Uso do método da constante comparação em todos os níveis de análise

Uma abordagem comparativa é o coração da GT. Nessa perspectiva, confrontam-se constantemente dados entre si, etiquetas geradas pela primeira

codificação, eventos diferentes observados, categorias (entre si e com os dados) e propriedades das categorias. A constante comparação convida a apresentar constantemente perguntas aos dados, nos vários níveis de análise, e essas perguntas, que buscam nexos entre dados e conceitos, favorecem o progresso da compreensão conceitual dos fenômenos estudados.

Sobre as comparações, Rodrigo Bandeira-de-Melo e Cristiano José Castro de Almeida Cunha (2003) identificam dois tipos: teóricas e incidente-incidente. Para esses autores, as comparações teóricas ocorrem predominantemente durante os exercícios de microanálise dos dados nas fases iniciais e consistem na identificação de categorias conceituais, suas propriedades e dimensões. “É nessa hora que o pesquisador exerce sua sensibilidade teórica e utiliza seu conhecimento para interpretar, da forma mais isenta possível, o significado dos dados” (BANDEIRA-DE-MELO; CUNHA, 2003, p.4). As comparações incidente-incidente, por sua vez, são feitas somente quando já existem possíveis categorias definidas em suas propriedades e dimensões. “Elas avaliam se um dado novo, ou citação, tem as mesmas propriedades de alguma categoria já identificada. Em caso afirmativo, o dado novo torna-se associado a essa categoria, o que aumenta sua fundamentação empírica” (BANDEIRA-DE-MELO; CUNHA, 2003, p.5).

2.1.5 Construção de uma codificação a partir dos dados

A teoria gerada nesse método mantém e preserva um forte enraizamento da conceituação nos dados empíricos. A intuição, que nasce da constante comparação e leva a pôr em luz os processos sociais e psicológicos de base, deve ser sempre enraizada nos dados, e o percurso de construção teórica que se desencadeia desse processo deve ser sempre traçado de modo a justificar e explicitar de maneira transparente a sua conexão com os dados dos quais foi gerado. A codificação é estratificada em níveis sucessivos e progressivos que, na literatura, são chamados de modos diferentes. Tal maneira gradual e progressiva de codificar é necessária para manter a evidência e os traços do percurso gerativo dos conceitos que constituem a teoria enraizada.

2.1.6 Elaboração de conceitos

O acento sobre a elaboração conceitual a partir dos dados representa uma marca registrada da GT; por conseguinte, as análises que não conseguirem evoluir do plano da descrição, por mais acuradas, sistemáticas e aprofundadas que sejam, não podem ser consideradas GT.

Sobre conceitos, Corbin e Strauss (2008, p. 160) afirmam que eles podem variar de conceitos de níveis mais inferiores (*lower-level concepts*) até níveis mais superiores (*higher-level concepts*). Esses são denominados **categorias**²⁹, que dizem para que determinado grupo de conceitos de nível inferior estão apontando ou indicando. Todos os conceitos, independentemente do nível, emergem dos dados. A diferença, no entanto, é o nível de abstração. Conceitos de níveis inferiores são denominados **propriedades** quando são características que definem e descrevem conceitos mais superiores, e **dimensões**, quando são variações dentro de propriedades que dão especificidade e variação a conceitos.

2.1.7 Produção de memorandos e de diagramas

Durante todo o processo de análise, o pesquisador está anotando pensamentos, ideias e rótulos de categorias com suas respectivas dimensões e propriedades. A escrita de memorandos começa com o processo de codificação, constituindo notas teóricas e o produto de reflexões do processo analítico.

Tipicamente, os memorandos registrarão ideias sobre categorias, relações provisórias identificadas nos dados, problemas encontrados durante o processo, e sugestões para posterior coleta de dados (amostragem teórica). Neles, é escrita a história teórica do processo analítico, é traçado o mapa do percurso desenvolvido e são identificadas as direções a serem assumidas no futuro.

Assim, os memorandos representam um material extremamente rico que acompanha e estimula a produção teórica, mas que não deixa traços visíveis no

²⁹ Esta tese assume ainda o termo macrocategoria para fazer referência às três categorias superiores decorrentes desta pesquisa que darão origem, em um nível mais superior de abstração, à categoria central. O termo subcategoria será utilizado para identificar aqueles conceitos de nível superior, mas que não atingiram o nível de macrocategoria, por exemplo, a subcategoria Questão Imigratória (p. 116).

produto final. Enquanto memorandos são escritos para os registros da análise, diagramas são os registros gráficos das explicações teóricas, que representam conceitos e suas relações em um formato visual e compacto³⁰.

2.2 A evolução da Grounded Theory

A fim de compreender melhor a GT, é importante assentar o contexto de surgimento, suas bases epistemológicas e seu contínuo desenvolvimento ao longo do tempo. O contexto acadêmico da década de 1960 era de ascensão e fortalecimento do positivismo – paradigma dominante de investigação de uso geral das ciências naturais – e enfraquecimento da longa tradição de pesquisa qualitativa na Sociologia.

As concepções positivistas, de meados do século passado, a respeito do método científico e do conhecimento destacaram a objetividade, a generalidade, a réplica da pesquisa e a falsificação de hipóteses e teorias concorrentes. Os pesquisadores sociais que adotaram o paradigma positivista tinham como objetivo descobrir explicações causais e realizar previsões sobre um mundo externo e conhecível. Suas crenças na lógica científica, em um método unitário, na objetividade e na verdade legitimaram a redução das qualidades da experiência humana a variáveis quantificáveis (CHARMAZ, 2009, p. 18).

Nessa conjuntura, a pesquisa qualitativa era vista como impressionista, anedótica, não sistemática e tendenciosa. Apenas as formas de conhecimento quantitativas, tidas como científicas, asseguravam a validade para os positivistas. A radical ênfase na reprodução e verificação resultou na desconsideração dos problemas humanos e das questões de pesquisa que não se ajustavam aos planos de pesquisa positivista. Com o fortalecimento do positivismo, a divisão entre teoria e a pesquisa empírica acentuou-se. As tentativas de associação entre teoria e pesquisa empírica eram no sentido de testar hipóteses logicamente deduzidas a partir de uma teoria existente. Embora determinada teoria pudesse ser aprimorada, raramente chegava-se a uma nova construção de teoria.

Glasser e Strauss vão se opor a essa lógica, contestando noções de consenso metodológico e oferecendo estratégias sistemáticas para a prática da

³⁰ A aplicação de memorandos e diagramas nesta tese é descrita nas seções 3.6 e 3.7, respectivamente. Além disso, os apêndices apresentam o relatório de *memos* e os diagramas desenvolvidos com o ATLAS.ti.

pesquisa qualitativa. Dessa forma, esses autores deslocaram a investigação qualitativa para além dos estudos descritivos, e em direção à esfera dos arranjos teóricos explanatórios. Assim, legitimaram a pesquisa qualitativa como uma abordagem metodológica confiável em si mesma e não meramente uma precursora à elaboração de instrumentos quantitativos.

A parceria entre Anselm Strauss e Barney Glaser alia duas linhas de pensamento referentes às posturas filosóficas e à formação dos dois sociólogos, vistas como opostas e concorrentes. Strauss representa o interacionismo e pragmatismo da Universidade de Chicago, com longa tradição em pesquisa qualitativa. Barney Glaser, da Universidade de Columbia, foi influenciado por Paul Lazarsfelds, conhecido como inovador dos métodos quantitativos (GASQUE, 2007; CHARMAZ, 2009).

Os pressupostos epistemológicos, a lógica e a abordagem sistemática da GT refletem a formação quantitativa rigorosa de Glaser na Universidade de Colúmbia. Strauss, por sua vez, levou para a GT as noções de atividade humana, dos processos emergentes, das significações sociais e subjetivas, das práticas da solução de problemas e do estudo irrestrito da ação. Além do legado da pesquisa etnográfica de Chicago, Strauss adotou também, sob influência de Herbert Blumer e Robert Park, o interacionismo simbólico – uma perspectiva teórica que compreende que a sociedade, a realidade e o indivíduo são construídos por meio da interação e, assim, conta com a linguagem e a comunicação.

Oriundos de tradições tão diferentes, não é de se admirar que um estranhamento tenha ocorrido entre os autores, culminando com uma separação. A causa desencadeadora foi a publicação, em 1990, do volume *Basics of Qualitative Research. Techniques and Procedures for Developing Grounded Theory*, escrito por Strauss e sua assistente, Juliet Corbin. Tarozzi (2011) sistematiza as 3 principais críticas de Glaser à visão de GT apresentada no livro:

- a) ênfase excessiva no aspecto técnico do método, amarrando-o a procedimentos que terminam por ser demasiadamente rígidos;
- b) deslocar consideravelmente o método na direção da verificação de hipóteses, mais do que no sentido de gerar uma teoria;
- c) forçar a análise para dentro de categorias pré-constituídas, traindo em tal modo um dos pontos nodais que definiam a essência mesma a GT como metodologia.

Além desses pontos de discordância, outras divergências foram se acentuando entre os autores, principalmente no que tange à nomenclatura de noções já existentes no texto fundacional e à nomenclatura de procedimentos mais específicos. Ademais, ocorreu a reviravolta das ciências sociais para uma perspectiva interpretativa e construtivista, em favor de uma visão na qual o pesquisador é considerado um construtor ativo da realidade que se pretende descrever objetivamente. Nesse processo, surge uma nova geração que tenta pensar a GT à luz das novas perspectivas das ciências sociais, com destaque, em especial, para Kathy Charmaz. Ela propôs uma interpretação da GT em chave construtivista, assumindo que o conhecimento é fruto de uma construção recíproca entre pesquisador/a e os sujeitos da pesquisa. Sobre essa abordagem, seguem as palavras da autora:

A teoria fundamentada serve como um modo de aprendizagem sobre os mundos que estudamos e como um método para a elaboração de teorias para compreendê-los. Nos trabalhos clássicos da teoria fundamentada, Glaser e Strauss falam sobre a descoberta da teoria como algo que surge dos dados, isolado do observador científico. Diferentemente da postura deles, compreendo que nem os dados nem as teorias são descobertos. Ao contrário, somos parte do mundo o qual estudamos e dos dados os quais coletamos. Nós construímos as nossas teorias fundamentadas por meio dos nossos envolvimentos e das nossas interações com as pessoas, as perspectivas e as práticas de pesquisa, tanto passados e como presentes (CHARMAZ, 2009, p. 24-25).

Nessa perspectiva, colocam-se no centro da análise os significados, ao invés dos fatos; e as próprias indicações de procedimentos são utilizadas de modo flexível e não como rígidas prescrições. O/a pesquisador é inevitavelmente parte do processo que observa e as relações interpessoais entre pesquisador/a e participantes são fundamentais. O quadro a seguir sistematiza em linhas gerais o confronto entre as principais escolas de GT:

Quadro 1 – Confronto entre as principais escolas de GT

	GT clássica	GT full conceptual description	GT construtivista
	Glaser	Corbin	Charmaz
Pergunta de pesquisa	Não é uma afirmação que identifica o problema a ser estudado. É impossível de defini-lo antes de ir a campo (inicia-se de modo aberto a partir de uma área de investigação).	É uma afirmação que identifica claramente o problema a ser estudado. Consente restringir e gerenciar a área de investigação.	Não existe. Os conceitos sensibilizantes (Blumer), interesses pessoais e disciplinares iniciam a pesquisa.
Tipo de dados	“All is data”.	Indiferente, sobretudo observações.	Entrevistas semiestruturadas e análise textual. Co-construção de dados.
Core Category	Emerge quase magicamente no início ou no fim de uma pesquisa.	Fazê-la emergir requer fortes manipulações de dados. Não existe uma única <i>core category</i> .	Existe uma <i>core category</i> prevalente.
Tipos de codificação	Substantiva teórica.	Aberta, axial, seletiva	Inicial, focalizada, axial, teórica

Fonte: TAROZZI, 2011, p. 56.

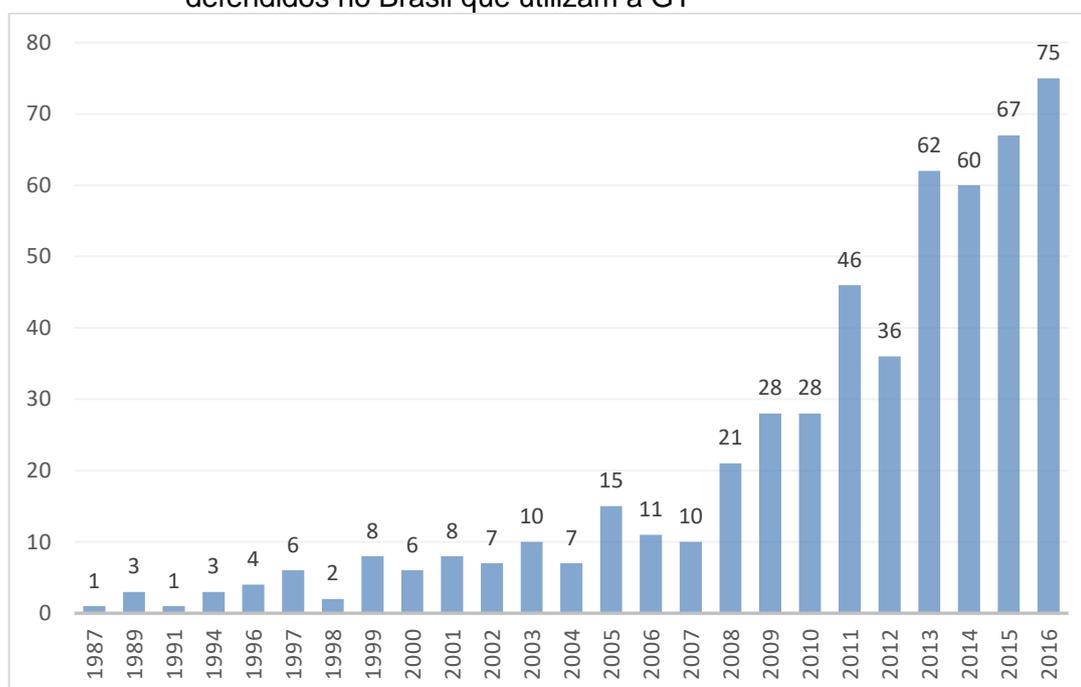
A apresentação dessas principais escolas visa mostrar as articulações que o método assumiu nas últimas décadas, além de evidenciar a flexibilização possível em determinados procedimentos, sem, no entanto, alterar as características gerais da GT. Charmaz (2009) entende a GT como um conjunto de princípios e práticas, não como pacotes ou prescrições prontas. No mesmo sentido, Tarozzi (2011, p. 55) completa afirmando que a GT não deve ser assumida como “detalhadas prescrições às quais seguir escrupulosamente, mas como um conjunto assistemático e flexível de indicações de procedimentos”. No entanto, deve-se preservar o quadro epistemológico original que distingue a GT das demais metodologias qualitativas.

A seção seguinte apresenta um levantamento da apropriação da GT na pesquisa em educação no Brasil, considerando teses de doutorado defendidas no país.

2.3 *Grounded Theory* e a pesquisa em educação no Brasil

A GT, segundo o banco de teses e dissertações da CAPES, pode ser observada em trabalhos brasileiros a partir de 1989. Nesse ano, apenas um trabalho resultou da busca pelos termos “teoria fundamentada” e/ou “grounded theory”. Trata-se da dissertação de mestrado em enfermagem de Sonia Silva Marcon, intitulada “Vivenciando a gravidez”, submetida à Universidade Federal de Santa Catarina. Desde então, a aplicação da metodologia tem crescido, alcançando o número de 75 trabalhos (teses e dissertações) no ano de 2016, conforme gráfico a seguir.

Gráfico 1 – Número de trabalhos do Banco de Teses e Dissertações da CAPES defendidos no Brasil que utilizam a GT



Fonte: Desenvolvido pelo autor.

Considerando a área de conhecimento dessas pesquisas, a Enfermagem concentra em torno de 46% (241/525) dos trabalhos concluídos nesse período, a Psicologia reúne cerca de 8% (43/525) e, em terceiro lugar, com aproximadamente 5% (27/525), aparece a Educação³¹. É importante destacar ainda a área de Ciências da Computação com 25 trabalhos, a Administração com 21 trabalhos, a Saúde e

³¹ Dado não considera as seguintes áreas de conhecimento: Educação de adultos (1), Educação física (2), Ensino (4), Ensino de Ciências e Matemática (10), Letras (4), Psicologia do Ensino e da Aprendizagem (1).

Biológicas com 18 trabalhos, a Saúde Coletiva e a Saúde Pública com 15 e a área Interdisciplinar com 14 trabalhos.

Torres e colaboradores (2014) buscaram na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) trabalhos que tivessem utilizado a GT entre os anos de 2008 e 2012. Dos 278 documentos encontrados, analisaram 182 teses e dissertações. Analisando o curso e o programa de pós-graduação ao qual pertenciam, identificaram a Enfermagem (=20) e a Administração (n=18) como as áreas temáticas que mais adotaram essa abordagem. A Educação aparecia em quarto lugar com sete trabalhos, atrás da Psicologia com dez trabalhos. Observa-se, a partir desses números, que a Educação ocupa um importante espaço na pesquisa com GT. Sendo assim, aqui se procura analisar como essa área tem se apropriado do método.

Uma vez que a GT exige dos projetos de pesquisa um longo período de análise, tendo em vista a exigência de amostragem teórica, presume-se que os projetos de tese apresentem maior viabilidade para aplicação apropriada do método. Assim, foram selecionadas, a partir do Banco de Teses e Dissertações da CAPES e da BDTD, as teses defendidas em programas de pós-graduação em Educação, resultando em apenas oito trabalhos. Tendo em vista que temas relacionados à Educação podem ser objeto de pesquisa em outras áreas, a busca foi ampliada para todos os programas de pós-graduação, obtendo-se, então, 30 teses, apresentadas no quadro a seguir:

Quadro 2 – Teses com temas em educação que utilizam a Grounded Theory (continua)

AUTOR	ANO	IES	PROGRAMA	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE
MARTINS, Edna	2003	PUC-SP	PPG Educação: Psicologia da Educação	Brincar educa? A brincadeira como prática educativa na família	Práticas educativas; socialização; brincadeiras; família
MOITA, Filomena Maria G.S. Cordeiro	2006	UFPB	PPG Educação	Games: contexto cultural e curricular juvenil	Educação; currículo; currículo cultural; games; juventude
AMARAL, Jorge Luiz do	2007	UERJ	PPG Saúde Coletiva	Duzentos anos de ensino médico no Brasil	Escolas médicas; ensino médico; expansão
FREITAS, Angilberto Sabino	2009	PUC-RJ	PPG Administração de empresas	A implementação do e-learning nas escolas de gestão: um modelo integrado para o processo de alinhamento ambiental	Educação à distância; e-learning; tecnologia; <i>Grounded Theory</i> ; escolas de gestão; TIC's
GOMES, Gisela Hernandes	2009	PUC-SP	PPG Educação Matemática	A Matemática em um curso de Engenharia: vivenciando culturas	Ensino de Engenharia; aspectos do pensamento matemático; trabalho de conclusão de curso, <i>Grounded Theory</i>

Quadro 2 – Teses com temas em educação que utilizam a Grounded Theory (continua)

AUTOR	ANO	IES	PROGRAMA	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE
SCHRÖDER, Christine da Silva	2009	UFRGS	PPG Administração	Educação a distância e mudança organizacional na Escola de Administração: uma teoria substantiva	Educação a distância; mudança organizacional; teoria substantiva; teoria fundamentada nos dados
MIETO, Gabriela Sousa de Melo	2010	UNB	PPG Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde	Virtuosidade em professores de inclusão escolar de crianças com deficiência intelectual	Inclusão escolar; psicologia do desenvolvimento; dialogismo; virtudes; deficiência intelectual; formação de professores; funções do brincar
PACHECO, Andressa Sasaki Vasques	2010	UFSC	PPG Engenharia e Gestão do Conhecimento	Evasão e permanência dos estudantes de um curso de administração do sistema Universidade Aberta do Brasil: uma teoria fundamentada em fatos e na gestão do conhecimento	Gestão universitária; gestão do conhecimento; permanência; evasão; educação a distância
TRAVIS, Eric Ford	2011	UFPR	PPG Administração	Intellectual dependency and Brazil's trade deficit in management knowledge: foreign influence in graduate business education at public universities in Brazil	Estratégia educacional, a dependência intelectual, Teoria Estruturação, Teoria Institucional, a influência estrangeira em educação em administração brasileira
LACERDA, Naziozênio Antonio	2012	UFMG	PPG Estudos linguísticos	Linguagem e Cognição: categorização e significado das concepções de educadores sobre tecnologia digital	Linguagem e cognição; categorização e significado; tecnologia digital; concepções de educadores; cognição incorporada e situada
SOARES, Aline Pereira	2012	UFSC	PPG Engenharia e Gestão do Conhecimento	Gestão do conhecimento e conflitos inter-organizacionais em EAD: construção de uma teoria substantiva	Gestão do conhecimento; gestão de conflitos inter-organizacionais; cursos de educação a distância
TSUKAMOTO, Mariana Harumi Cruz	2012	USP	PPG Educação Física	Dando laços, construindo pontes: docentes universitários em busca da integração entre teoria e prática nas disciplinas ginásticas	Educação física; ensino superior; ginástica; prática; teoria
BORSSOI, Adriana Helena	2013	UEL	PPG Ensino de Ciências e Educação Matemática	Modelagem matemática, aprendizagem significativa e tecnologias: articulações em diferentes contextos educacionais	Modelagem matemática; aprendizagem significativa; tecnologias; UEPS; educação matemática
PIETRO, Angela Torma	2013	FURG	PPG Educação Ambiental	A ecologia da violência sexual contra crianças e adolescentes: redes de proteção e uma intervenção positiva	Ecologia da violência sexual; redes de proteção; intervenção positiva; educação ambiental
SILVA, Karina Alessandra Pessoa da	2013	UEL	PPG Ensino de Ciências e Educação Matemática	Uma interpretação semiótica de atividades de modelagem matemática: implicações para a atribuição de significado	Educação matemática; modelagem matemática; semiótica peirceana; atribuição de significado
ALMEIDA, Alisandra Cavalcante Fernandes	2014	PUC-SP	PPG Educação: Currículo	Programa um computador por aluno: as práticas pedagógicas desenvolvidas com o uso do laptop	Informática educativa; tecnologias educacionais; web currículo; prática pedagógica; formação de professores; Projeto Um Computador por Aluno (UCA)
BASSO, Cláudia	2014	UFSC	PPG Psicologia	Aspectos pessoais e contextuais favoráveis à permanência de estudantes em cursos técnicos do PRONATEC	Vivências; ajustamento escolar; evasão; estudantes

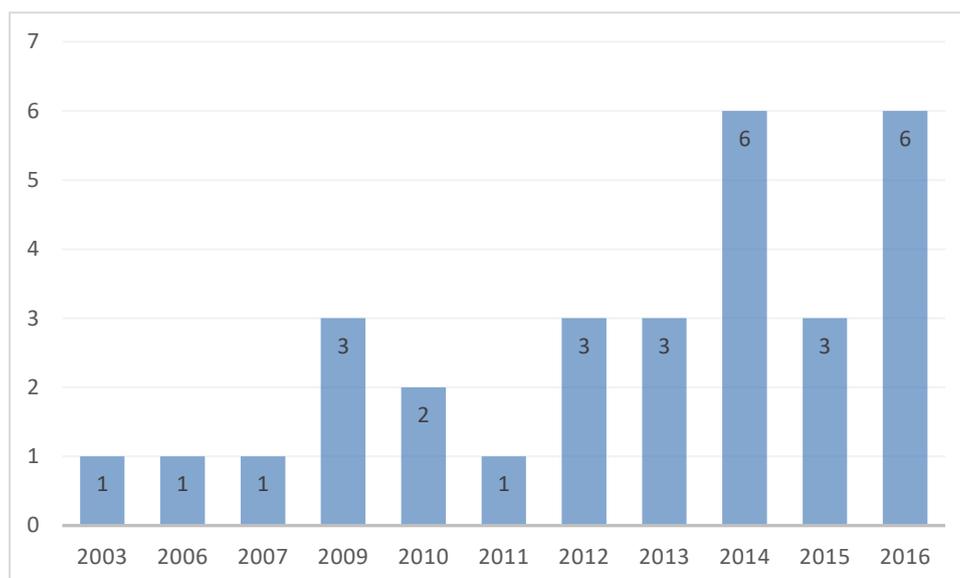
Quadro 2 – Teses com temas em educação que utilizam a Grounded Theory (conclusão)

AUTOR	ANO	IES	PROGRAMA	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE
COUTINHO, Célio Riberio	2014	UFCE	PPG Educação	Formação político-educativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no contexto do Governo Lula (2003 a 2010)	MST; governo Lula; formação; hegemonia; Estado
HERMANN, Ana Paula	2014	UFPR	PPG Enfermagem	A vivência em ensinar a aprender o cuidado domiciliar nos cursos de graduação em saúde	Assistência domiciliar; saúde; educação superior; formação de recursos humanos; complexidade.
PEREIRA, Luis Artur Borges	2014	UFPEL	PPG Educação	João Simões Lopes Neto, o pensador social e a educação: breve estudo sobre a conferência <i>Educação Cívica</i>	João Simões Lopes Neto; história da educação brasileira; civismo; folclore; progresso
SILVEIRA, Everaldo	2014	UFSC	PPG Educação Científica e Tecnológica	A modelagem em educação matemática na perspectiva CTS	Modelagem na Educação Matemática; modelagem na perspectiva crítica; Ciência, Tecnologia e Sociedade; modelagem na perspectiva CTS
CORADIM, Josimayre Novelli	2015	UEL	PPG Estudos da linguagem	Ciclos reflexivos alternativos	Educação de professores; cognição; reflexão; <i>Grounded Theory</i> ; análise paradigmática e sintagmática
SANTOS, Cenilza Pereira	2015	UFBA	PPG Educação	A cultura profissional dos professores do Centro de Educação Básica da UEFS: saberes, poderes e autonomia	Cultura profissional; formação de professores; trabalho docente; etnografia; Teoria Fundamentada em Dados
SILVA, Claudionor Renato da	2015	UNESP	PPG Educação escolar	Proposta teórico-interpretativa em sexualidade infantil: contribuição à educação sexual a partir da <i>Grounded Theory</i>	sexualidade infantil; <i>Grounded Theory</i> ; educação sexual; psicanálise; teorização
ALMEIDA, Helber Rangel Formiga Leite	2016	UNESP	PPG Educação Matemática	Polidocentes-com-Mídias e o Ensino de Cálculo I	Educação a Distância. Universidade Aberta do Brasil (UAB). Licenciatura em Matemática. Tecnologias Digitais. Teoria Fundamentada nos Dados.
CARDOSO, Luis de Souza	2016	UMESP	PPG Educação	A identidade da UNIMEP no movimento de sua política acadêmica: uma teoria fundamentada nos dados	Política de Ensino Superior; Política Acadêmica; Universidade; Construção da Cidadania
CHIMENTÃO, Lilian Kemmer	2016	UEL	PPG Estudos da linguagem	Entre quatro binários: um estudo sobre desenvolvimento profissional docente	Desenvolvimento profissional docente; identidade; PIBID; <i>Grounded Theory</i>
D'ALMAS Juliana	2016	UEL	PPG Estudos da linguagem	Da passividade à agência: desenvolvimento de professoras como resultado de empoderamento	Letramento crítico; empoderamento; agência; cognição; <i>Grounded Theory</i>
MOURA, Paulo Rogério Garcez de	2016	UFRGS	PPG Educação em Ciência	Ciência e Compreensão: abordagem fenomenológico-hermenêutica e processo educacional em ciências fundamentado	Ciência; conhecimento científico; educação; ensino de ciências; fenomenologia; hermenêutica; teoria fundamentada
TEIXEIRA, Ziliane Lima de Oliveira	2016	UFSM	PPG Educação	Narrativas de professores de flauta transversal e piano no ensino superior: a corporeidade presente (ou não) na aula de instrumento	Educação musical; corporeidade; narrativas; docência no ensino superior; saúde do músico

Fonte: Elaborado pelo autor.

Muito embora a GT tenha no campo da saúde o seu espaço de desenvolvimento, a partir deste levantamento, pode-se observar que a metodologia tem sido empregada com certa regularidade na pesquisa em educação no Brasil, e de forma crescente. O gráfico a seguir representa a distribuição das teses analisadas em relação ao ano da defesa:

Gráfico 2 – Distribuição das teses conforme o ano de defesa



Fonte: Elaborado pelo autor.

Quanto ao tema das pesquisas, doze trabalhos relacionam-se ao ensino superior. É importante destacar que os trabalhos apresentados a programas de pós-graduação em Administração, Administração de empresas, Educação Matemática, Educação Física, Engenharia e Gestão do Conhecimento e Enfermagem inserem-se nessa temática. Desses trabalhos, quatro discutem a Educação a Distância. Os demais trabalhos, apresentados a Programas de Pós-graduação em Educação (6), Educação Ambiental (1), Educação Científica e Tecnológica (1), Educação em Ciências (1), Educação Escolar (1), Educação Currículo (1), Educação: Psicologia da Educação (1), Ensino de Ciências e Educação (2), Estudos da Linguagem (3), Estudos Linguísticos (1), Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde (1) e Psicologia (1), apresentam temáticas voltadas à educação escolar, tais como: práticas educativas, currículo, inclusão escolar, formação de professores, concepção de educadores, educação ambiental, educação matemática, ajustamento escolar, evasão, tecnologias educacionais, educação sexual, trabalho docente, ensino de

ciências e história da educação. Esses dados revelam que a GT tem sido aplicada em diversos temas, em concordância com os autores clássicos que visualizavam essa possibilidade.

Das teses aqui destacadas, cinco trabalhos declaram a adesão à vertente construtivista (BORSSOI, 2013; SILVA, 2013; SILVA, 2015; D'ALMAS, 2016; MOURA, 2016). No entanto, apenas Silva (2015) utiliza a GT para orientar todo o trabalho, os demais utilizam suas técnicas para analisar os dados. Moura (2016), por sua vez, associa a GT à fenomenologia-hermenêutica, propondo a Análise Fenomenológico-Hermenêutica Fundamentada. Freitas (2009) declara adesão à linha estraussiana (*Full Conceptual Description*) como metodologia de pesquisa, pois defende que ela “permite ao pesquisador uma flexibilidade suficiente para captar a essência do fenômeno que emergiu dos dados”. Silveira (2014) expressa que assume os procedimentos indicados por Tarozzi. De fato, Tarozzi (2011) assume uma abordagem mais flexível em relação às técnicas da linha construtivista, no entanto, epistemologicamente, mantém-se vinculado a essa última vertente. Cardoso (2016), por outro lado, assume a posição de não fazer uma adesão explícita a qualquer vertente, pois pretende fazer um uso experimental da GT. De outra forma, ficaria forçado a uma aplicação ortodoxa de uma das linhas.

Os demais 22 trabalhos não fazem qualquer menção no texto sobre a adoção ou não de qualquer vertente da GT. Isso se explica, em parte, pelo fato da obra de Tarozzi, que vai sistematizar e difundir essa descrição das três escolas, ter sido publicada no Brasil apenas em 2011. No entanto, trabalhos posteriores ainda desconsideram a importância dessa obra, principalmente para a pesquisa em educação. Nesse grupo, a principal referência metodológica é Strauss e Corbin (MARTINS, 2003; MOITA, 2006; SCHRÖDER, 2009; PACHECO, 2010; SOARES, 2012; ALMEIDA, 2014; BASSO, 2014; CORADIM, 2015; CHIMENTÃO, 2016; ALMEIDA, 2016). Travis (2011) e Pereira (2014) são os únicos dois autores que afirmam basear a metodologia segundo Glasser. Gomes (2009), Mieto (2010), Hermann (2014), Santos (2015) e Teixeira (2016) declaram se apoiar tanto nos escritos de Strauss e Corbin quanto em Charmaz. Desses, apenas Hermann (2014), que também é exceção nesse grupo por referenciar o texto de Tarozzi (2011), orienta todo o seu trabalho na GT e declara como objetivo gerar uma teoria, enquanto os demais a utilizam para análise de dados ou mesmo como uma inspiração metodológica.

Amaral (2007), Lacerda (2012), Pietro (2013) e Coutinho (2014) dizem orientar o trabalho (em diferentes níveis) na GT, mas não fazem qualquer referência aos autores clássicos do método. Lacerda (2012), além disso, não demonstra qualquer adesão ao método, pois desenvolve um estudo dedutivo que busca confirmar uma hipótese previamente definida.

Moita (2006), Freitas (2009), Schröder (2009), Pacheco (2010), Travis (2011), Soares (2012), Tsukamoto (2012), Hermann (2014), Silveira (2014), Silva (2015), Almeida (2016) e Cardoso (2016) utilizam a GT como método geral, conduzindo todas as fases da pesquisa, e expressam no texto o objetivo de formular uma teoria. Por outro lado, Amaral (2007), Schröder (2009), Pacheco (2010) e Coutinho (2014) não fazem qualquer menção sobre como a metodologia foi utilizada. Os outros 10 trabalhos utilizam os procedimentos para análise de dados. Sobre esse assunto, Torres e colaboradores (2014, p. 505) afirmam que a utilização da GT somente para análise e interpretação dos dados não desqualificaria as pesquisas como GT, “desde que a análise seja pautada por um dos referenciais de base e que estejam explicitados os procedimentos, as escolhas e as decisões de todo o processo de pesquisa”.

Uma das razões para que a GT seja utilizada apenas na fase de análise dos dados pode ser inferida a partir da pesquisa de Cenilza Pereira dos Santos, que aponta para o conhecimento tardio da metodologia como motivo para limitá-la às fases mais avançadas da pesquisa:

Com o objetivo de compreender essas relações profissionais dos professores, escolhi fazer uma pesquisa de inspiração etnográfica e a partir dela houve o encontro com a Teoria Fundamentada em Dados (TFD). O contato, apesar de tardio para seguir os princípios da TFD, possibilitou uma revisita constante ao campo durante a análise dos dados, conforme assegura essa teoria, o que me garantiu a veracidade dos dados aqui apresentados (SANTOS, 2015, p. 14-15).

Uma característica importante observada nas pesquisas em educação com a GT é a associação de métodos, aqui observada em Moita (2006), Gomes (2009), Travis (2011), Soares (2012), Coradim (2015), Moura (2016) e Chimentão (2016). Para Tarozzi (2011), é plenamente legítimo utilizar, com cautela e competência, métodos mistos ou múltiplos. A flexibilidade dos métodos e dos instrumentos – muito comum na pesquisa qualitativa – pode, no entanto, criar confusão metodológica e

mixagens impróprias. Logo, a associação de métodos é possível, desde que se leve em consideração os traços característicos de um estudo que se declare GT.

Outro destaque importante é a ausência do termo *Grounded Theory* ou suas variantes em português nos títulos dos trabalhos ou como palavras-chave. Para Silva (2015), isso demonstra que o uso da GT está mais voltado à análise de dados do que propriamente à formulação de teorias emergentes ou teorizações. No entanto, neste levantamento, pode-se observar que há trabalhos que não fazem esse tipo de menção, mas objetivam construir uma teoria e orientam toda a pesquisa nos procedimentos da GT, como Tsukamoto (2012), Hermann (2014) e Silveira (2014).

Quanto ao apoio tecnológico, Freitas (2009), Pacheco (2010), Travis (2011), Soares (2012), Borssoi (2013), Silveira (2014) e Cardoso (2016) utilizam o *software* ATLAS.ti, enquanto Pietro (2013) e Basso (2014) utilizam o N-Vivo. Os demais trabalhos não utilizaram esses recursos tecnológicos para suporte na análise dos dados.

Este levantamento indica que a GT tem sido utilizada na pesquisa em educação no Brasil de forma crescente e aborda uma diversidade de temas, como contemplaram seus fundadores. Observa-se que os pesquisadores brasileiros em educação lançam mão do princípio da flexibilidade do método, para associá-lo com outras abordagens metodológicas, o que requer rigor para se evitar a descaracterização da GT. Destaca-se ainda que o *software* mais utilizado para gestão dos dados foi o ATLAS.ti, o mesmo utilizado nesta tese. Sobre esse programa, algumas considerações são feitas a seguir.

2.4 Programa de apoio metodológico: o ATLAS.ti

Nesta pesquisa, optou-se como recurso tecnológico a utilização do *software* de análise qualitativa ATLAS.ti em sua versão 8.1.³² "ATLAS.ti" é uma marca registrada de ATLAS.ti *Scientific Software Development GmbH* e, para realização deste trabalho, foi adquirida uma licença para uso estudantil. É importante destacar que esse *software* não realiza por si só o processo de análise e interpretação dos

³² A pesquisa iniciou com a versão 7. Durante o seu desenvolvimento, lançou-se a versão 8 e, logo em seguida, a versão 8.1. Essas alterações determinaram alguns desafios metodológicos que são comentados nas considerações finais.

dados, mas serve como um auxiliar na gestão deles. Nesse sentido, o aplicativo atua como um apoio metodológico e não como automação da pesquisa em si.

Como se verificou na seção anterior, vários autores na pesquisa em educação já utilizaram esse *software*, cuja grande vantagem é permitir o manejo de muitos dados. Na primeira fase desta pesquisa, por exemplo, já se tinha obtido a casa de quatro centenas de códigos, o que seria de difícil manuseio em outra forma de gestão desse material. Segundo Susanne Friese (2018, p. 10), um programa como o ATLAS.ti permite extrair, categorizar e ligar segmentos de dados de uma grande variedade e volume de documentos-fonte.

Para entender como esse programa maneja os dados, é importante esclarecer alguns termos básicos. A unidade que reúne todos os documentos e permite o rastreamento desses dados é denominada *ATLAS.ti project* ou Unidade Hermenêutica (UH)³³. A opção padrão para o programa é manter os documentos salvos em um banco de dados interno, mas no caso de se trabalhar com arquivos grandes como áudio ou vídeo, há a opção de criar *links* para endereços externos para preservar espaço no disco (FREISE, 2018, p. 10).

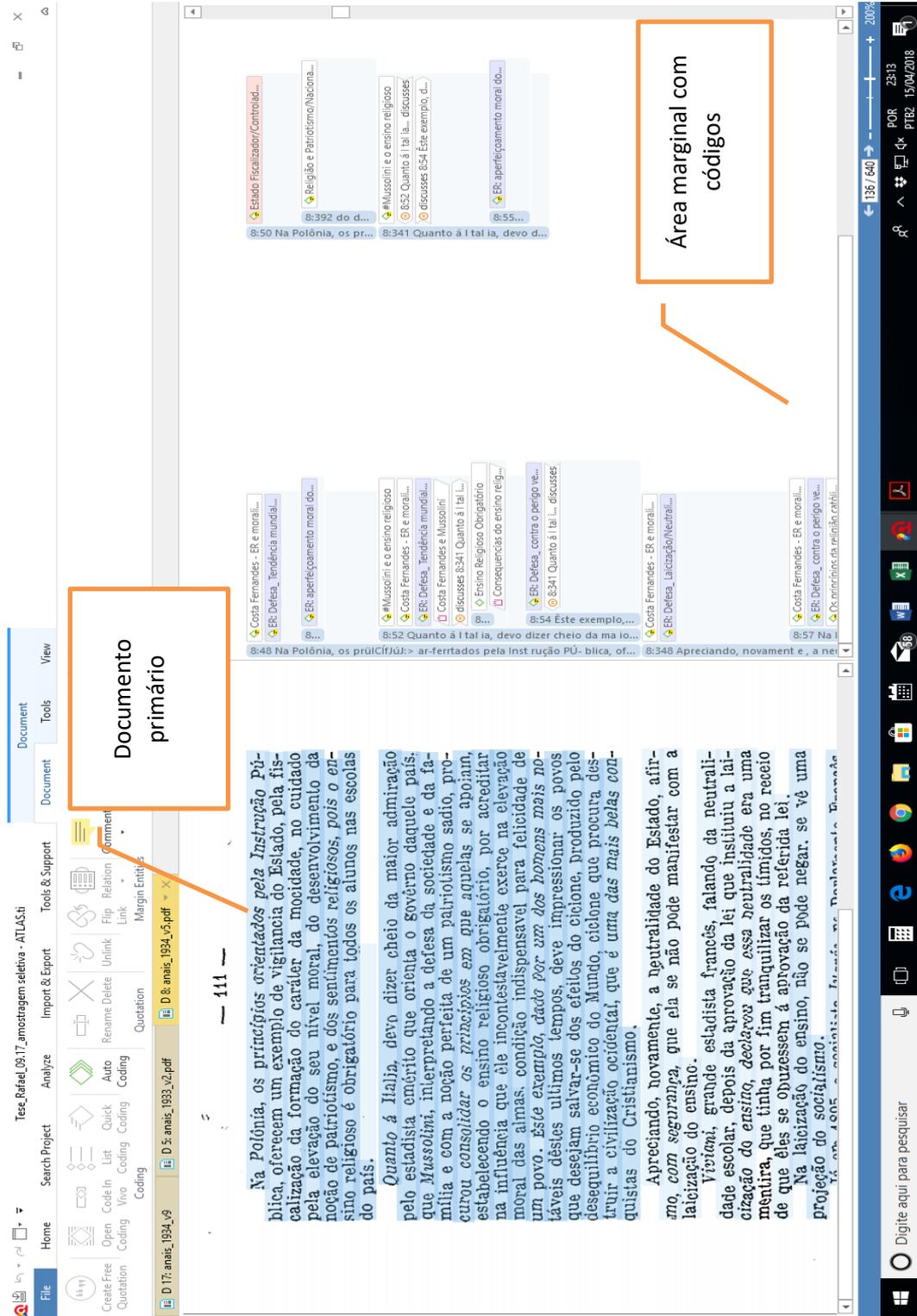
O programa permite trabalhar com arquivos de textos (como entrevistas, artigos, relatórios), imagens (fotos, captura de tela, diagramas), áudios (entrevistas, músicas, *broadcasts*), materiais audiovisuais, arquivos em pdf e até mesmo dados geográficos (dados de localização utilizando *Open Street Map*). Uma vez que os documentos estejam inseridos no programa, o trabalho pode iniciar. A codificação é a atividade básica na utilização do *software* e é a base para todas as outras funções. Tal atividade consiste em rotular segmentos de informação que são de interesse para os objetivos da pesquisa (FREISE, 2018, p.10)³⁴.

A área de trabalho do programa oferece uma área marginal (*margin area*) que disponibiliza a visualização do processo de codificação, como pode ser visualizado na figura a seguir:

³³ Terminologia usada em versões anteriores do programa.

³⁴ Freise (2017, sem paginação) esclarece que o uso dos termos *coding* e *code* na análise qualitativa – que são de fato amplamente utilizados – significa simplesmente o processo de anexar um rótulo a um segmento de dados. Não confundir com o processo de codificação aberta da GT, que é muito mais complexo do que apertar o botão *open coding*. Mais sobre esse assunto é discutido na seção 3.3.

Figura 1 Área de trabalho do software ATLAS.ti



Fonte: Desenvolvido pelo autor durante análise dos dados no software ATLAS.TI

Com base em Friese (2018, p. 13-18), os principais elementos do ATLAS.ti estão apresentados a seguir e sintetizam algumas funções importantes para o processo de análise que será pormenorizado no próximo capítulo:

- a) documentos: representam os dados adicionados a um projeto no ATLAS.ti. Podem ser texto, imagem, vídeo ou materiais geográficos que se deseja interpretar;
- b) citações (*quotations*): segmentos de determinado documento interessante ou importante para o pesquisador. Em documentos textuais, uma citação pode variar de um único caractere a uma palavra, uma sentença, um parágrafo ou até mesmo a todo um arquivo de dados. Essas citações, ou incidentes, são referenciadas com um número indicando a que documento primário se refere e outro que indica sua ordem dentro do documento. Citações livres são como passagens destacadas com um marcador de texto. O programa permite a criação automática de citações, vinculando a elas um código, baseando-se em repetição de palavras, mas este recurso não foi utilizado nesta pesquisa;
- c) memorandos (*memos*): trata-se das anotações das considerações do pesquisador sobre o processo de análise. Memorandos capturam as ideias sobre o texto e são importantes elementos no processo de criação da teoria. Um memorando pode se manter isoladamente, como notas livres, ou ser vinculado a citações, códigos e outros memorandos;
- d) comentários (*comments*): é possível escrever comentários para todos os elementos do ATLAS.ti. Segundo os princípios do programa, comentários diferem dos *memos* por estarem sempre vinculados a um outro elemento, como documentos, citações, códigos, memorandos e diagramas. Eles podem ainda se vincular a todos os tipos de grupos e a todas as relações traçadas entre códigos. No próximo capítulo, verificar-se-á que para a GT esses comentários realizados no programa são, de fato, memorandos;
- e) redes (*networks*): são representações gráficas que permitem conceitualizar a estrutura, conectando códigos que se relacionam entre si em um diagrama. Revelam, assim, as associações entre os códigos e são elementos que auxiliam na integração das categorias e subcategorias para a apresentação da teoria. A figura a seguir representa uma rede elaborada nesta pesquisa:

Em suma, este capítulo buscou situar as características gerais da GT, explorando seus elementos constitutivos que precisam estar presentes em um trabalho que pretenda assumir esse método. A pesquisa em educação tem utilizado de forma crescente a GT, o que propicia desde já uma bagagem teórica importante sobre sua aplicação. Observa-se, no entanto, a utilização de abordagens múltiplas ou associações de métodos, que, embora não descaracterizem uma GT, devem ser utilizadas com cautela.

Neste capítulo, também foi possível verificar que o programa ATLAS.ti constitui uma importante ferramenta para o processo de análise de muitos dados. No capítulo seguinte, será mostrado como essa bagagem teórica foi utilizada, descrevendo-se o processo da pesquisa, sem perder a dimensão da autocrítica.

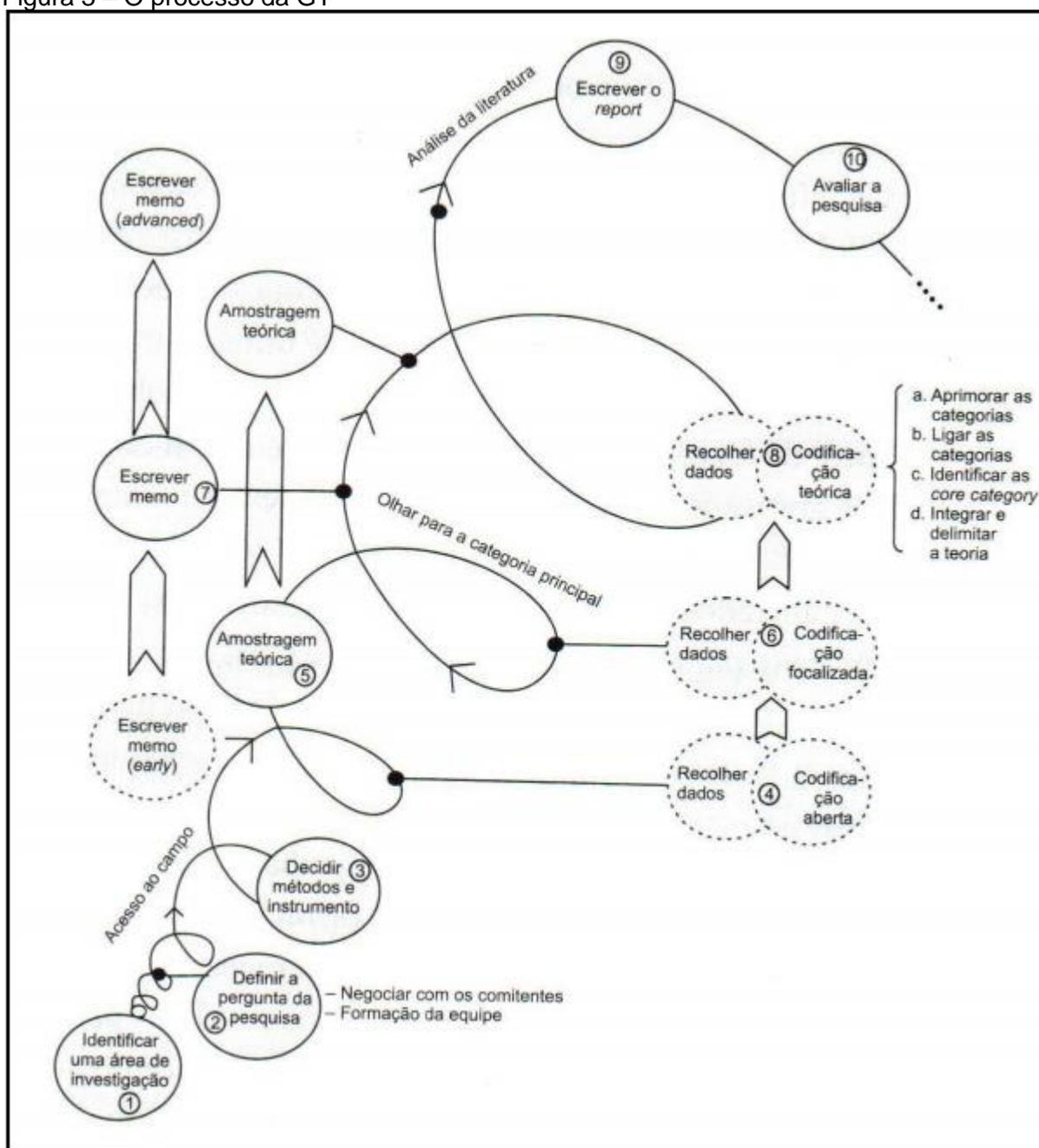
3 O CAMINHO PERCORRIDO: O PROCESSO DA PESQUISA

Esta pesquisa adota a perspectiva construtivista da GT, conforme procedimentos descritos por Tarozzi (2011), tendo em vista sua inserção na pesquisa educacional e a aplicabilidade desse referencial a este campo de estudo. Tarozzi assume uma abordagem mais flexível em relação às técnicas da linha construtivista, no entanto, epistemologicamente, mantém-se vinculado a essa escola. Nessa esteira, o objetivo deste capítulo é apresentar a lógica da GT adotada aqui. Ressalta-se que essa descrição é feita de forma linear, o que não condiz com o percurso da pesquisa. Por isso, Charmaz fala em *processo*:

Processo é constituído por sequências temporais reveladas que podem apresentar limites identificáveis com inícios e finais claros e marca de referência entre eles. As sequências temporais estão associadas a um determinado processo e o levam à modificação. Assim, eventos individuais tornam-se associados como parte de uma totalidade mais ampla. Mesmo o processo mais arregimentado pode conter surpresas, porque o presente resulta do passado, mas nunca é exatamente a mesma coisa. Assim, a experiência e o resultado de um processo específico apresentam algum grau de indeterminação, por menos que seja (CHARMAZ, 2009, p. 24).

Segundo Tarozzi (2011, p. 59), “o percurso de uma pesquisa de campo é sempre incerto, vacilante, não programável meticulosamente com antecedência”, no entanto não se exime o(a) pesquisador(a) de conhecer as especificidades de cada fase do processo de investigação. Para representar o processo da GT, Tarozzi utiliza o esquema de uma espiral, colocando os pontos em sequência dentro de um diagrama sintético, objetivando dar uma imagem global do inteiro processo, conforme figura a seguir:

Figura 3 – O processo da GT



Fonte: TAROZZI, 2011, p. 60.

3.1 A área de investigação e a pergunta da pesquisa

A questão da identificação do tema e da formulação da pergunta de pesquisa encontra uma primeira resposta na natureza específica do método. A GT é apta para explorar processos sociais ou fenômenos para produzir conceitos. Visa investigar áreas complexas e de difícil delimitação, temas dinâmicos atravessados por uma enorme quantidade de variáveis, para depois construir uma teoria geral capaz de

responder a perguntas sobre o sentido do agir dos sujeitos que trabalham em tais realidades e fornecer-lhes respostas úteis e eficazes. Em outras palavras, a teoria gerada busca interpretar processos subjacentes a um fenômeno (TAROZZI, 2011, p. 94-95).

Um tema de pesquisa na GT toma sempre a forma de conceito sensibilizante. Esse, diferentemente dos conceitos definitivos, não visa fechar dentro de uma definição todos os elementos comuns de uma classe de objetos, mas oferece à investigação social um sentido geral, um guia para aproximar-se de um tema; logo, ao invés de dar claras prescrições sobre o que olhar, simplesmente fornece indicação sobre a direção à qual se encaminhar.

Como afirma Tarozzi (2011, p. 96), é ingênuo pensar que qualquer pesquisador social possa selecionar um tema e produzir uma pergunta de pesquisa sem algum conhecimento e sem algum instrumento conceitual que lhe provém da sua formação. Como já explicitado na introdução desta tese, foram os resultados obtidos na pesquisa de mestrado deste autor que conduziram ao tema aqui proposto, além, é claro, de uma trajetória de vida que articula a tríade saúde-religião-educação. Essa aproximação inicial conferiu a este autor alguma intimidade com o tema da pesquisa e com a bibliografia relacionada.

Em uma GT, é fundamental, no entanto, estar aberto aos dados, por isso a noção de conceitos sensibilizantes serve de apoio como uma orientação inicial, um ponto para começar, não para concluir. Conforme Charmaz (2009, p. 34), os pesquisadores adeptos da GT utilizam conceitos sensibilizadores como ferramentas provisórias para desenvolverem as suas ideias sobre os processos definidos em seus dados. Se esses conceitos originais se mostrarem irrelevantes, devem ser desprezados.

A área de investigação já foi previamente apresentada. Trata-se do campo de articulação entre educação, saúde e religião. Partindo de estudos anteriores, são trazidos para esta pesquisa conceitos sensibilizantes como eugenismo, controle dos corpos, cultura religiosa, promoção à saúde, higienismo e sanitarismo³⁵.

Identificados o tema e a área de pesquisa, põe-se o problema de sua redução a uma pergunta que seja viável. Uma pesquisa em GT pode demandar um longo

³⁵ Boa parte dos estudos referidos, além do primeiro capítulo desta tese, está apresentada na dissertação deste autor intitulada *Saúde e Educação: um estudo do cotidiano*. Disponível em: <http://ibict.metodista.br/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3349>. Acesso em: 28 mar. 2014.

tempo (às vezes, indefinido), tendo em vista o princípio da *amostragem teórica*, logo, considerando-se a limitação de tempo de um doutorado, o trabalho de definição da pergunta torna-se ainda mais importante para se garantir o controle dos processos de pesquisa. Como afirma Tarozzi (2011, p. 101), “qualquer tipo de redução nunca é neutral”, e dentro da GT ela precisa ser feita de forma a não limitar a possibilidade de construção da teoria emergente. Sobre esse assunto, explica o autor:

Partindo de perguntas de pesquisa muito definidas e focalizadas, a pesquisa se torna descritiva e de verificação, encontrando nas categorias a confirmação de ideias preconcebidas mais ou menos implicitamente na pergunta inicial (TAROZZI, 2011, p. 66).

A pergunta geral com a qual iniciar uma pesquisa em GT é bem explicada na fórmula: *what's going on here?* Nesse sentido, pergunta-se: “O que acontece aqui na relação entre educação, saúde e religião?”. Essa é a pergunta, então, que orientou a primeira codificação da fonte primária. Uma pergunta mais pontual emergiu posteriormente: Há influência dos agentes religiosos na formulação de políticas de saúde na escola no período estudado? E ainda: A questão religiosa, defendida pelos agentes políticos de confissão católica, tem alguma relação com o tema da saúde na escola? As perguntas vão se configurando juntamente com a análise, conduzindo a amostragem teórica. A pergunta final pode ser expressa, portanto, nos seguintes termos: Como o pensamento eugênico articula religião, saúde e educação nos discursos da Constituinte de 1934?

3.2 Métodos, instrumentos e coleta de dados

Os tipos de dados úteis para uma pesquisa que utiliza a GT são múltiplos, e os instrumentos e os métodos para a coleta são variados. O instrumento principal na GT é a entrevista, em virtude da ênfase sobre a questão da atribuição de significados típica do interacionismo simbólico, mas também porque os instrumentos verbais consentem focalizar a coleta de dados de acordo com o trabalho de codificação. Contudo, tendo em vista o caráter histórico deste estudo, não será possível o uso clássico das entrevistas. Esta pesquisa baseia-se na análise documental.

O uso de novas fontes de dados, além daquelas construídas nas entrevistas, é uma recomendação na GT desde os fundadores. Aqui, os “textos existentes”,

conforme classificação de Charmaz (2009, p. 60-61), assumem o protagonismo como fonte de dados. Textos existentes diferenciam-se dos textos extraídos pelo fato de o pesquisador não influenciar em sua produção.

Os anais da Assembleia Constituinte de 1934 foram escolhidos como documentos primários por reunir o debate, preservando a verbalização, de diversos grupos políticos e sociais do período estudado. A taquigrafia preservou, de certa forma, o calor das discussões, revelando facetas emocionais dos oradores. Além disso, a disponibilidade integral dos volumes em diversos acervos digitais e a compatibilidade com a tecnologia de apoio utilizada também contribuíram para a definição dessa fonte.

Algumas teses em GT defendidas no país baseiam-se também em textos existentes. Para exemplificar, a tese de Claudionor Renato da Silva (2015) objetivou organizar e formular um modelo teórico-interpretativo (teorização) em sexualidade infantil, e adotou como fonte textos existentes (artigos, dissertações e teses) localizados no Google acadêmico, de 2004 a 2014. O autor buscou garantir a saturação dos dados, realizando a amostragem teórica no banco de teses da CAPES. Outro exemplo é a dissertação de Adriana Machado Simões (1997), que utiliza a GT para análise de dados buscando teorizar a cobertura sobre AIDS do jornal *Estado de Minas*, no período de 1984 a 1985.

Os dois trabalhos revelam que um grande desafio para a pesquisa em GT exclusivamente baseada em textos existentes é a amostragem teórica. Silva (2015) buscou saturar seus dados em outro banco de dados, preservando, de certo modo, o princípio da amostragem teórica. Já Simões (1997) lançou mão de modelos estatísticos, o que põe em questionamento o enraizamento nos dados da teoria gerada. A amostragem teórica neste estudo será descrita na seção 3.5.

Tendo em vista que as fontes desta pesquisa são os volumes dos anais da Constituinte de 1934 e eles abordam diversos temas que não tangem aos objetivos propostos aqui, palavras localizadoras foram selecionadas com base nos conceitos sensibilizantes previamente apresentados, a fim de direcionarem às perícopes do texto que poderiam contribuir para este estudo. Em um primeiro momento, utilizaram-se: religião, liga eleitoral católica, protestante, igreja, ensino religioso; escola, ensino obrigatório, ensino facultativo, criança; eugenia, nazismo, fascismo; higiene, saúde, doença.

Os anais da referida constituinte estão disponíveis em pdf na biblioteca digital do Senado Federal, possibilitando o recurso “localizar” do programa *Adobe Acrobat Reader*. Cada palavra localizadora foi, então, procurada nos documentos por meio desse recurso. Após localização, verificou-se se o contexto poderia ter o mínimo interesse para a pesquisa. Em caso positivo, toda a perícope³⁶ foi selecionada para análise.

Em geral, foram selecionados os discursos por inteiro nos quais pelo menos um desses termos localizadores tivesse sido identificado, incluindo os apartes registrados na taquigrafia. Em alguns momentos, os termos localizadores foram encontrados em contextos diferentes como, por exemplo, a palavra escola com significado de um conjunto de pensamento congruente. Nesses casos, tais termos não foram considerados nesta análise.

3.3 Codificação e análise

Uma característica importante da GT é a simultaneidade entre coleta de dados e análise deles. A primeira codificação orienta o retorno à coleta de dados, auxilia na identificação de direções para se ampliar a amostra e é fundamental para escrever nos memorandos as primeiras reflexões e favorecer a emergência de intuições (*insights*).

A codificação é a primeira parte analítica da GT, muito embora as fases precedentes já são capazes de gerar reflexões significativas, que devem ser cuidadosamente registradas nos memorandos. O processo de codificação assume nomenclaturas e procedimentos diferentes conforme as tradições da GT, mas inserem-se no quadro de uma lógica comum. Conforme Charmaz (2009, p. 69), “codificar significa categorizar segmentos de dados com uma denominação concisa que, simultaneamente, resume e representa cada parte dos dados”.

Tarozzi (2011, p. 122ss) apresenta a codificação em três fases progressivas e, conceitualmente, cada vez mais elevadas – inicial, focalizada e teórica. Entretanto, não são necessariamente estágios no processo de codificação; todos podem ocorrer em uma única sessão de codificação sem fronteiras claras marcando o final de uma e o início de outra.

³⁶ Entende-se por perícope neste trabalho o fragmento de texto que contenha sentido completo.

A codificação inicial explora analiticamente os dados, abrindo-os a todas as direções de sentido possíveis, indagando pontualmente e meticulosamente cada porção do texto de que são constituídos e designando as primeiras etiquetas conceituais. Nessa fase, o convite é o de ficar muito aderente aos dados e explorar todas as possibilidades teóricas que provêm deles, utilizando, sempre que possível, as mesmas palavras dos participantes (codificação *in vivo*). Essa fase resulta em conceitos expressos por categoriais ainda não saturadas ou ainda não completamente desenvolvidas.

Tarozzi (2011, p. 127) apresenta os procedimentos evitando os tecnicismos, pois entende que “fechar os processos de codificação em indicações técnicas demasiadamente detalhadas e rígidas termina por empobrecer a capacidade heurística do(a) pesquisador(a)”. São eles:

- a) ler e reler todos os textos com o objetivo de colher o significado geral de um texto através de uma leitura global;
- b) codificação palavra por palavra, cujo objetivo é ressaltar o valor da palavra e sua capacidade de gerar significados;
- c) codificação linha por linha consente selecionar os segmentos mínimos de texto dotados de um sentido para a pesquisa. As várias codificações emersas devem ser, a seguir, constantemente comparadas entre si, para fazer emergir ulteriores sugestões teóricas;
- d) comparar acontecimento (*incident*) por acontecimento. Consiste em confrontar entre si episódios, sejam similares, sejam diferentes, registrados nos dados para fazer desencadear ideias e intuições.

A organização da codificação é enormemente facilitada pelo uso de *softwares* de análise qualitativa dos dados. Alguns foram desenvolvidos especialmente para realizar a análise com base na GT, como é o caso do ATLAS.ti³⁷, utilizado nesta pesquisa.

A codificação foi iniciada pelos primeiros cinco volumes de um total de 22 volumes que compõem os anais da Constituinte de 1934. Esses primeiros volumes resultaram em 448 códigos iniciais³⁸, em mil citações, num total de 2.969 páginas.

³⁷ Apresentado em suas ferramentas e possibilidades analíticas na seção 2.4.

³⁸ É importante ressaltar que, sendo o processo de codificação simultâneo em suas diversas fases, esse primeiro resultado já contém códigos que estariam classificados em fases posteriores.

Nesse ponto, a codificação inicial foi interrompida, a fim de passar à codificação focalizada, buscando categorias e relações entre os códigos.

Nesta fase, observou-se um erro decorrente da inexperiência deste pesquisador. Acumularam-se muitos códigos sem nenhuma relação traçada entre eles, o que dificultou consideravelmente o processo de codificação focalizada, criando redes com um número de nodos impossível de análise. Assim, a codificação focalizada voltou-se ao agrupamento de códigos de níveis muito inferiores, que representavam a mesma propriedade ou dimensão de determinada categoria, em um único código com mais enraizamento. Como exemplo, os códigos “consciência católica”, “consciência da maioria” e “consciência da Nação” foram agrupados³⁹ sob o código consciência da maioria, assim como os códigos “mesmo facultativa coage a liberdade de consciência”, “como instrumento de opressão”, “questões de consciência” e “opressão para o credo contrário” foram agrupados no código “ER⁴⁰: Crítica_ instrumento de opressão da liberdade de consciência”. Com esse processo e após codificação inicial e focalizada dos demais volumes, obteve-se o número de 394 códigos classificados em 34 grupos⁴¹.

3.4 Codificação focalizada e codificação teórica

A codificação focalizada é a fase de preocupação com os temas relevantes. Nessa fase, recolhem-se os conceitos em categorias a fim de identificá-los em um nível mais elevado, mas é também o momento no qual as categorias se interligam entre si e com suas propriedades. Nesse processo, revela-se a densidade (*density*)⁴² de um código. Uma análise em conjunto da densidade e do enraizamento (*grounded*)⁴³ de determinado código permite verificar sua relevância para o esquema teórico. No processo de definição das relações entre os códigos no ATLAS.ti, nesta pesquisa, foram utilizados os conectores apresentados no **Erro! Fonte de**

³⁹ Esse agrupamento é possível por meio da função *merge* do ATLAS.ti

⁴⁰ A sigla ER nos códigos significa Ensino Religioso.

⁴¹ A classificação em grupos é uma ferramenta do ATLAS.ti que objetiva facilitar o rastreamento de dados. É possível criar grupos de citações, de códigos, de redes e de memorandos.

⁴² Densidade no ATLAS.ti é o número de vezes que um código se relaciona com outros códigos, oferecendo possibilidade de criar redes de relacionamento explicativas do fenômeno. Também indica sua potencialidade conceitual, teórica e explicativa para o fenômeno em estudo (CARDOSO, 2016, p.194 *notas*).

⁴³ Cardoso (2016, p. 194, *notas*) utiliza a terminologia “fundamentação”, que no ATLAS.ti pode ser conhecida pelo número de vezes que um mesmo código é empregado na análise de documentos primários em um mesmo projeto. Quanto maior a fundamentação do código, significa que ele tem maior potencialidade conceitual, teórica e explicativa para o fenômeno em estudo.

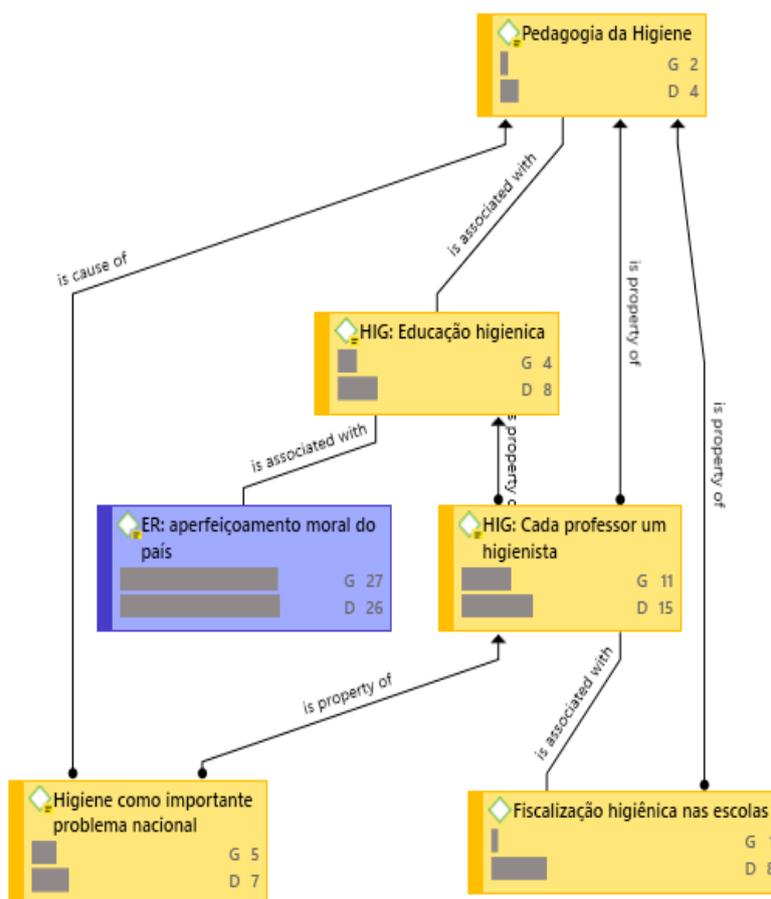
referência não encontrada. a seguir. Com base nesses conectores, a Figura 4 ilustra o processo de formação de uma categoria com seus códigos. Percebe-se que, conforme o nível de conceito sobe, a densidade e o enraizamento são reduzidos. Isso ocorre porque esses códigos são criados para reunir outros códigos gerados a partir dos dados. Logo, a análise de densidade e enraizamento aplica-se para os níveis mais inferiores.

Quadro 3 – Descrição dos conectores de códigos utilizados

Tipo de Relação	Ocorrência	Comentário	Direção do Layout	Propriedade formal	Símbolo
Contradicts	75	Demonstra relação de contrariedade	left–right	Symmetric	<>
is a	53	A relação ISA conecta conceitos específicos a conceitos gerais	down–up	Transitive	isa
is associated with	494	Relaciona conceitos sem subsunção.	down–up	Symmetric	==
is cause of	55	Usado para representar relações causais, processos etc.	down–up	Transitive	=>
is part of	93	Essa relação conecta objetos, não conceitos, de diferentes níveis de abstração	down–up	Transitive	[]
is property of	146	Uma meta-relação entre um conceito e suas propriedades	down–up	Asymmetric	*}
Noname	5	Para relações que não se enquadram nas demais	down–up	Symmetric	

Fonte: Desenvolvido pelo autor no ATLAS.ti.

Figura 4 – Relações dentro da categoria Pedagogia da Higiene



Fonte: Desenvolvido pelo autor no ATLAS.ti.

Os códigos desta pesquisa formaram três macrocategorias, a saber: Aperfeiçoamento Racial, Higienização da Nação e Defesa do Ensino Religioso. Nos quadros a seguir, apresentam-se os códigos reunidos por categoria classificados em importância segundo a densidade e o enraizamento:

Quadro 4 – Categoria Aperfeiçoamento Racial e seus códigos

Código	Grounded	Density	Criado	Modificado
EUG_AG Xavier de Oliveira: raça branca é forte	32	19	01/06/2016	24/03/2018
EUG: aperfeiçoamento racial	23	16	29/06/2016	21/03/2018
Estado Fiscalizador/Controlador/Poderoso/Modificador	9	15	09/05/2017	23/08/2017
EUG_AG Plínio Correia de Oliveira	13	12	01/06/2016	06/04/2017
Questão imigratória: "uma advertência altamente patriótica"	38	11	05/10/2017	09/04/2018
Eug: Educação Eugênica	10	10	29/06/2016	07/04/2018
EUG_AG Martins e Silva	8	10	18/05/2016	30/09/2017
Eugenia e higienismo	23	9	03/10/2017	14/04/2018
EUG_AG A.C. Pacheco e Silva	20	8	29/06/2016	17/03/2018
EUG: Aperfeiçoamento físico do brasileiro	7	8	21/06/2017	23/08/2017
Miguel Couto: ensino moral, obrigatório e gratuito	13	8	18/05/2016	24/03/2018
EUG_AG Morais Andrade	12	6	01/06/2016	03/10/2017
Eug: Eugenismo familiar	3	4	18/05/2016	29/12/2017

Fonte: Desenvolvido pelo autor a partir de relatórios gerados pelo ATLAS.ti.

Quadro 5 – Categoria Higienização da Nação e seus códigos

Código	Grounded	Density	Criação	Modificação
HIG: Cada professor um higienista	11	15	29/06/2016	05/02/2018
Higiene e força de trabalho	6	12	19/05/2016	05/02/2018
Educação para o sertanejo/para o povo	7	11	11/08/2016	09/04/2018
Higiene mental	7	9	29/06/2016	07/12/2017
HIG: Educação higiênica	4	8	20/05/2016	03/04/2018
Fiscalização higiênica nas escolas	1	8	24/06/2016	24/02/2017
Higiene e educação como medidas protetoras do trabalho	3	7	24/06/2016	05/02/2018
Higiene como importante problema nacional	5	7	18/05/2016	27/10/2017
Higiene para o sertanejo	6	7	18/05/2016	05/02/2018
Higiene e civilização	2	5	29/06/2016	05/02/2018
Higiene e progresso	5	5	19/05/2016	05/02/2018
males sociais generalizados	6	5	11/08/2016	21/08/2017
Pedagogia da Higiene	2	5	06/04/2018	06/04/2018
higiene social	5	4	29/06/2016	25/10/2017

Fonte: Desenvolvido pelo autor a partir de relatórios gerados pelo ATLAS.ti.

Quadro 6 – Categoria Defesa do Ensino Religioso e seus códigos

Código	Grounded	Density	Criação	Modificação
ER: aperfeiçoamento moral do país	27	26	11/07/2016	09/04/2018
ER: Defesa_ aspiração da maioria católica	14	20	20/05/2016	23/10/2017
ER: Defesa_ grande necessidade do país	9	15	01/06/2016	07/07/2017
ER: Defesa_ Laicização/Neutralidade do ensino é um atentado contra a liberdade de ensino, a neutralidade do Estado, a felicidade do Povo e da Pátria	18	13	04/07/2016	23/10/2017
ER: Defesa_ religião disciplina a consciência dos indivíduos	6	12	16/06/2016	07/07/2017
ER: Defesa_ direito natural dos pais	11	10	29/09/2016	18/07/2017
ER: Defesa_ mocidade precisa de religião	7	8	04/07/2016	07/07/2017
ER: Defesa_ Religião dá sentido à vida/traz felicidade	7	6	04/07/2016	08/07/2017
ER: Defesa_ a instrução sem a religião não é completa/Ensino não pode ser neutro	7	5	29/09/2016	23/10/2017
ER: Defesa_ formação da alma	2	4	04/07/2016	08/07/2017
ER: Defesa_ contra o perigo vermelho	5	4	07/10/2016	07/07/2017
ER: Defesa_ Tendência mundial de retorno ao ensino religioso	3	3	08/07/2016	07/07/2017

Fonte: Desenvolvido pelo autor a partir de relatórios gerados pelo ATLAS.ti.

O nível hierárquico de cada código pode ser observado nos diagramas das respectivas categorias apresentados no APÊNDICE B.

A próxima fase é a codificação teórica, que trata da integração final de categorias a fim de completar uma teoria. Nesse momento, seleciona-se a categoria central (*core category*), ou as principais categorias, e as relaciona com outras categorias. Também constituem parte dessa fase a validação dessas relações contra dados e o preenchimento de lacunas por meio do refinamento de categorias menos desenvolvidas.

Nesta pesquisa, a categoria central surgiu a partir de um código criado para reunir as propriedades e dimensões em comum das três macrocategorias, surgindo, dessa forma, um conceito de nível mais abstrato para o qual apontam as demais categorias. As macrocategorias Aperfeiçoamento Racial, Higienização da Nação e Defesa do Ensino Religioso apresentam propriedades e dimensões próprias, mas também comuns. A fim de reunir essas propriedades e dimensões comuns, criou-se

a categoria Para Salvar a Nação, que passou a assumir o papel de categoria central. Corbin e Strauss (2008, p. 104-105) destacam essa possibilidade de criação de um código mais abstrato que expresse uma ideia conceitual sob a qual todas as demais categorias podem ser subsumidas. O quadro a seguir aponta os critérios que devem ser observados para a definição de uma categoria central segundo esses autores:

Quadro 7 – Critérios para definição da Categoria Central

1. Deve ser abstrata, ou seja, todas as outras categorias maiores devem se relacionar com ela e se posicionar abaixo dela.
2. Deve aparecer frequentemente nos dados. Isso significa que dentro de todos – ou quase todos – os casos, há indicadores apontando para esse conceito.
3. Deve ser lógica e consistente com os dados. Não deve haver dados forçados.
4. Deve ser suficientemente abstrata, de modo que possa ser usada para pesquisas em outras áreas substantivas, conduzindo para o desenvolvimento de uma teoria mais geral.
5. Deve crescer em profundidade e poder explanatório, uma vez que cada uma das outras categorias está relacionada com ela por meio de conectores de relacionamento.

Fonte: Quadro baseado em CORBIN; STRAUSS (2008, p. 105).

3.5 Amostragem teórica

A amostragem teórica visa buscar dados pertinentes para desenvolver a teoria emergente e tem como objetivo elaborar e refinar as categorias que constituem a teoria. A amostragem teórica é conduzida ao utilizar a amostra para desenvolver as propriedades da(s) categoria(s) até que não surjam mais propriedades novas (CHARMAZ, 2009, p. 134).

Em uma pesquisa tradicional de GT, o pesquisador pode fazer novas entrevistas com perguntas mais direcionadas a fim de buscar a saturação de suas categorias. Nesta pesquisa, de caráter documental, optou-se por realizar a codificação inicial, em um primeiro momento, até o quinto volume. A análise dos demais volumes seguiu de uma forma mais focalizada. No entanto, esses primeiros volumes foram retomados a fim de se verificar a saturação das categorias pré-elaboradas. A análise prosseguiu até alcançar o décimo volume, quando se percebeu que as categorias estavam saturadas. Após a codificação teórica, os

demais volumes foram confrontados com as categorias estabelecidas. Percebeu-se a existência de lacunas na categoria Ensino Rural, que foram completadas com os discursos presentes nesse restante de material a fim de se alcançar a saturação teórica.

3.6 Memorandos

A escrita de memorandos acompanha todo o processo de pesquisa. É importante frisar que o programa ATLAS.ti oferece uma função denominada *memo*⁴⁴, que, como recomenda Friese (2017), deve ser utilizada para memorandos mais avançados. Nos níveis iniciais de análise, recomenda-se a função *comments*⁴⁵. Sobre esse assunto, assim escreve tal autora:

From a GT perspective, most information written in ATLAS.ti comments would be considered memos. But if you were to use ATLAS.ti memos for all of your writing, because this is what it is called in GT, you would not utilize ATLAS.ti to its fullest potential. My experience is that users often stop writing memos, if they use memos for all levels of their analysis because they generate too many memos and then get or feel lost (FRIESE, 2017, não paginado)⁴⁶.

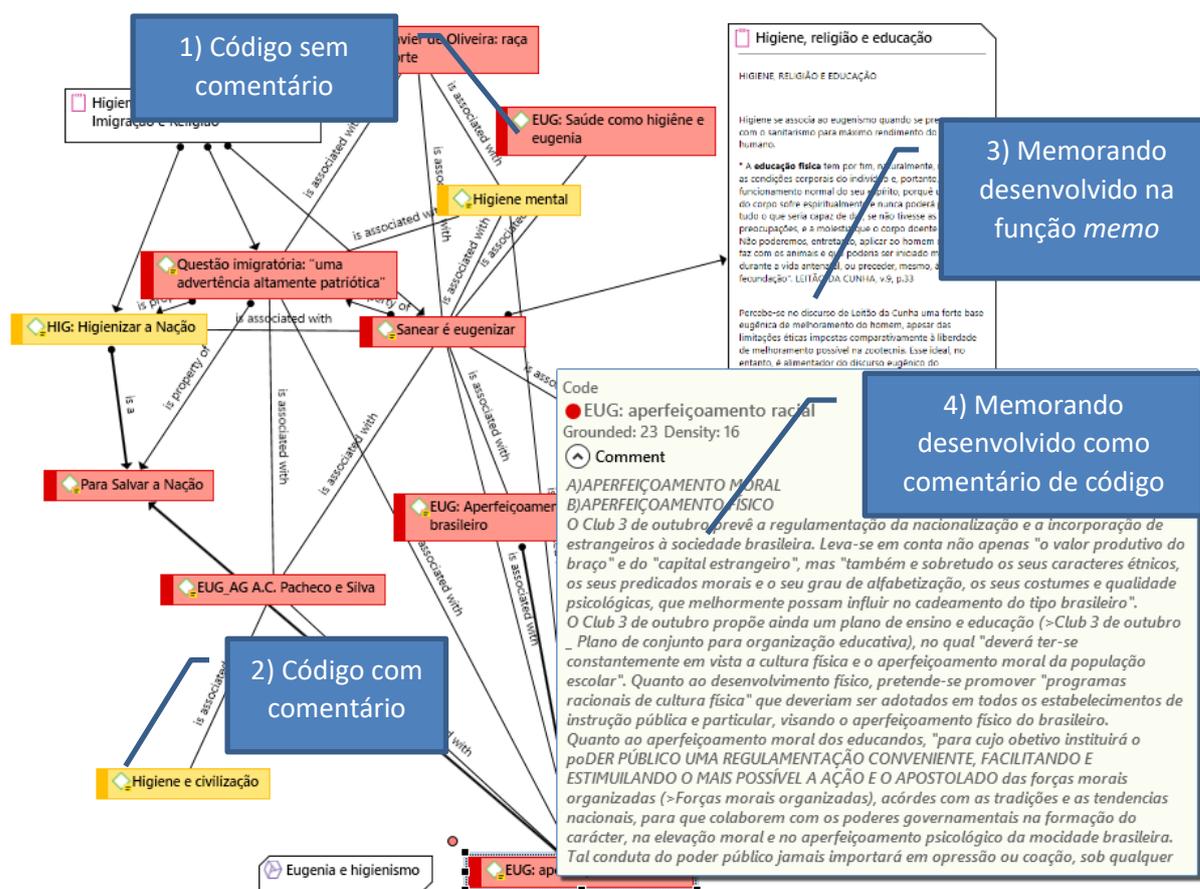
A figura a seguir ilustra o desenvolvimento de memorandos como comentários de códigos (4), assim como aqueles construídos pela função *memo* (3) do ATLAS.ti. Destaca-se ainda um código sem comentário (1), indicado pela figura do losango vazio, e um código com comentário (2), indicado pela figura do losango com texto:

⁴⁴ Ver seções 2.1.7 e 2.4.

⁴⁵ Ver seção 2.4.

⁴⁶ Na perspectiva da GT, a maioria das informações escritas em comentários no ATLAS.ti será considerada memorando. Se a função memorando do programa for utilizada para todas as anotações, simplesmente porque assim também o é chamado na GT, você não utilizaria o ATLAS.ti em todo seu potencial. Minha experiência diz que usuários normalmente param de escrever memorandos se eles utilizam a função *memo* para todos os níveis da análise, porque são gerados muitos memos que os fazem se sentir ou mesmo os deixam perdidos (tradução deste autor).

Figura 5 – Rede do código Sanear é eugenizar



Fonte: Desenvolvido pelo autor durante análise no ATLAS.ti.

Nesta pesquisa, quase a totalidade dos códigos recebeu comentários que, para códigos mais iniciais, incluíam algumas citações e, em códigos mais abstratos, buscavam demonstrar as relações, as propriedades e dimensões da categoria, como no exemplo acima. O comentário do código 'EUG: aperfeiçoamento racial' busca expressar o conteúdo teórico da categoria.

Além dos comentários de códigos, esta pesquisa desenvolveu 60 *memos*. Tais memorandos foram divididos em cinco grupos, a saber: oito memorandos bibliográficos, que contrapõem à teoria em formação com a bibliografia disponível; trinta memorandos iniciais, resultado da codificação inicial com as primeiras percepções sobre a pesquisa; onze memorandos metodológicos, que trazem a história da pesquisa, com destaque para a evolução das perguntas e os passos tomados; sete memorandos seletivos, aqueles resultantes da codificação focalizada, ou seja, já estão em um nível mais abstrato de análise; e, por fim, quatro

memorandos teóricos, que já trazem uma formulação teórica mais bem desenvolvida⁴⁷.

3.7 Diagramas

Os diagramas ocupam importante espaço no processo de construção da teoria. Trata-se de um instrumento de análise que, embora não exponha detalhadamente uma teoria, auxilia na elaboração de conceitos e nexos. Nesta pesquisa, tendo em vista o elevado número de códigos, a construção de diagramas foi fundamental no processo de reflexão e compreensão das relações entre os conceitos. Essa esquematização gráfica ocorre ao longo de todo o processo analítico, mas na codificação teórica, em especial, revela a complexidade e a densidade de uma teoria antes mesmo que ela possa ser completamente expressa na linguagem verbal (TAROZZI, 2011, p. 160).

Alguns diagramas já foram anteriormente apresentados ao longo desta tese à guisa de ilustração, mas assumem especial importância os diagramas das três macrocategorias apresentados no APÊNDICE B. O diagrama da categoria central está apresentado no capítulo cinco.

3.8 Uma teorização

Tendo em vista a apresentação do método no capítulo anterior e do caminho percorrido analisado neste capítulo, depreende-se que o objetivo precípua de uma GT é gerar uma teoria enraizada nos dados. Torna-se premente, então, algumas considerações sobre o entendimento do termo *teoria* nessa abordagem.

A metodologia assumida nesta pesquisa, segundo Tarozzi (2011, p. 89), conduz para uma teoria substantiva, ou seja, aquela que interpreta e explica um específico problema referente a uma particular área substantiva. A GT, no entanto, permite ir além, para o que se denomina *teoria formal*. Essa apresenta um nível de generalidade mais amplo, capaz de integrar teoricamente várias teorias substantivas.

⁴⁷ A descrição dos *memos* criados a partir do ATLAS.ti está disponível no APÊNDICE A.

Charmaz, ao invés de teoria, faz a preferência pelo termo *teorização*, que melhor enfatiza a *prática* de “dedicar-se ao mundo e de construir compreensões abstratas sobre ele e dentro dele”. Para essa autora, “a contribuição fundamental dos métodos da teoria fundamentada consiste no oferecimento de diretrizes à prática teórica interpretativa e não no provimento de um esquema para produzir resultados teóricos” (CHARMAZ, 2009, p. 176).

Assim, nesta tese propõe-se apresentar um modelo teórico-interpretativo – uma teorização – sobre a relação entre Educação, Religião e Saúde na Constituinte de 1934 que, além de contribuir para a formulação de uma teoria sociológica mais abrangente com estudos futuros, desde já possa auxiliar na reflexão do complexo quadro atual. Ressaltando-se ainda o processo, a opção pelo termo teorização nesse trabalho reflete a concepção de incompletude da obra e a necessidade do constante movimento de busca da realidade.

Tendo em vista a importância da contextualização no processo analítico da GT, o próximo capítulo dedica-se a apresentar esse contexto social e político que permeia a Assembleia Constituinte de 1934, preparando o leitor para o quinto capítulo, o qual traz a teorização propriamente dita.

4 CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIAL

O objetivo deste capítulo é pontuar algumas considerações contextuais que auxiliem a leitura e entendimento do capítulo a seguir. Nesse sentido, tecem-se alguns comentários sobre o processo político em torno da Constituinte de 1934. Não se pretende aqui fazer uma análise crítica do processo histórico, mas apresentar um contexto político e social que sirva de suporte para a compreensão desta pesquisa. Em uma pesquisa GT baseada em dados textuais, essa contextualização torna-se ainda mais importante. Segundo Charmaz (2009, p. 63), os textos precisam ser situados dentro de seus respectivos contextos.

Assim, apresenta-se um panorama geral da Assembleia Constituinte e seu processo interno, com especial atenção à construção do texto que aborda os temas Educação, Saúde e Religião. A seguir, faz-se a apresentação de duas organizações político-ideológicas que estão diretamente envolvidas na temática abordada nesta tese – *Club 3 de Outubro* e *Liga Eleitoral Católica (LEC)*. Por fim, mas de suma importância, apresentam-se algumas considerações biográficas sobre os deputados mais ativos nos debates apontados neste trabalho, destacando-se ainda uma abordagem sobre o discurso defendido.

4.1 Constituinte 1934: contexto histórico e processo político – uma aproximação⁴⁸

Os anos de 1930 marcam um período de instabilidade política. Os movimentos sociais da década anterior, como a fundação do Partido Comunista do Brasil (1922) e as Revoltas Tenentistas (1922 e 1924), já apontavam para o turbilhão de insatisfações em relação às oligarquias e ao sistema republicano vigente até então (VIERA, 2007, p. 296). Além disso, ao se analisar a década de 1930, torna-se

⁴⁸ A bibliografia sobre o assunto é vasta e possível de ser analisada sob diversos enfoques políticos. O texto aqui desenvolvido, principalmente, no trabalho de Ângela Maria de Castro Gomes e colaboradores, que, sob a direção de Boris Fausto, publicaram o volume 10 da coleção *História Geral da Civilização Brasileira* (Editora Bertrand Brasil) e no verbete *Assembleia Nacional Constituinte de 1934*, dessa mesma autora, disponível no *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* (CPDOC/FGV). Além disso, lança-se mão do texto *Anos de Incerteza (1930-1937) – Constituição de 1934* do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Função Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/Constituicao1934>>. Acesso em: 11/04/2018.

inevitável a menção ao profundo *crash* financeiro que abalou o capitalismo no que ficou conhecido como a Grande Depressão de 1929-1941. A quebra da Bolsa de Valores de Nova York, ocorrida em 24 de outubro de 1929, revela a profundidade da crise que gerou impactos em todo o mundo.

A resposta de muitos países europeus foi a construção de Estados interventores na economia, deixando de lado os princípios do liberalismo econômico. Alguns casos tenderam para o extremo de Estados autoritários. Foi nesse contexto de crise que ocorreu, por exemplo, a ascensão de Hitler na Alemanha e Mussolini, na Itália. Em decorrência da crise, o Brasil entrou em um momento de intensa instabilidade política, o que colaborou para a instalação da chamada Revolução de 30 (LOMBARDI; LIMA, 2017, p. 13).

O movimento de 1930 depôs o presidente Washington Luís em 24 de outubro em decorrência de sua ruptura com a Política do Café com Leite. Esse processo impediu a posse do presidente eleito, Júlio Prestes, colocando fim à República Velha. O movimento armado foi liderado pelos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba que, em meados de 1929, para fazer frente às tentativas dos paulistas em perpetuar-se no poder, criaram a Aliança Liberal, cujos interesses eram representados pela candidatura do gaúcho Getúlio Vargas à presidência.

A revolução de 30 instalou no poder uma junta governativa provisória, que dias depois transmitiu o Governo a Getúlio Vargas – candidato derrotado nas eleições presidenciais. Sua posse ocorreu em 3 de novembro daquele ano. Em 11 de novembro, era promulgado o Decreto n. 19.398, que institucionalizava os poderes discricionários desse cargo, concentrando nas mãos do Chefe do Governo Provisórios as funções e atribuições não só do Poder Executivo, como também do Poder Legislativo. Essa situação excepcional deveria perdurar até que fosse eleita uma Assembleia Constituinte, que estabeleceria uma nova organização constitucional (GOMES et al., 2007, p. 19).

A Constituinte de 1934, embora tenha suas origens no movimento revolucionário de 1930, não foi uma consequência imediata dele. Setores que, mesmo tendo participado da Revolução de 1930, estavam descontentes com o Governo por se virem marginalizados do aparelho de Estado exigiam o estabelecimento da Constituinte imediatamente e conduziram um movimento armado que buscava o fim do governo provisório. Essa efervescência política se materializava na Revolução Constitucionalista de 1932.

De fato, Vargas lançava mão de manobras para prolongar o estabelecimento da Constituinte. Segundo Sampaio (1984, p. 42), “Getúlio Vargas recalcitrava em instituir um governo constitucional, pretendendo governar sob a forma de governo ditatorial, o que, como se sabe, veio a conseguir com o golpe de Estado de 1937”. No entanto, o movimento armado de 1932, mesmo tendo sido vencido militarmente, obteve uma vitória política, pressionando o Governo a convocar a Constituinte. Esse protagonismo do Governo, determinado por uma prerrogativa legal, retira todo o caráter oposicionista do movimento, colocando a Constituinte “como intenção legítima de toda a nação, defendida e encaminhada por aqueles que estão no poder, particularmente o próprio Vargas” (GOMES et al., 2007, p. 17). Além disso, a vitória militar garantiu a Vargas “uma ampla margem de poder e influência sobre a Assembleia que se instalava” (GOMES et al., 2007, p. 26).

Com vistas à Constituinte, o governo promoveu o estudo e reformulação das leis eleitorais vigente no país. Assim, em 24 de fevereiro de 1932, o Decreto n. 20.076 instituía um novo código eleitoral para o país. Essa legislação apresentava uma série de inovações, sendo a maior delas o estabelecimento do sufrágio universal direto e secreto. Segundo Ângela Maria de Castro Gomes e colaboradores,

a conquista do voto secreto representava uma aspiração antiga de todos aqueles que, vendo-se excluídos do poder, lutavam para alcançá-lo ainda na década de 1920. Neste sentido, a consagração do voto secreto representava o cumprimento de uma primeira grande promessa da revolução – o saneamento dos costumes políticos do país –, como também um passo essencial para sua reintegração do Brasil ao futuro regime constitucional (2007, p. 22).

Outras inovações trazidas pelo código podem ser apontadas, como a ampliação do corpo político da nação⁴⁹ – principalmente pela inclusão das mulheres no direito ao voto –, a representação proporcional para todos os órgãos coletivos de natureza política no país, a representação política das classes e a instituição da Justiça Eleitoral – que também possuía a dimensão de moralização da política no Brasil.

O governo se ocupou de ter seus interesses garantidos na nova Constituição, a fim de que a futura ordenação jurídica incorporasse o conjunto de mudanças que

⁴⁹ O novo código concedia o direito de voto a todos os brasileiros maiores de 21 anos, alfabetizados, sem distinção de sexo. Permaneciam excluídos do direito de voto, além dos mendigos e analfabetos, os praças de pré e os clérigos regulares.

vinham sendo promovidas nos campos social, político e econômico. Nesse sentido, criou uma Comissão Constitucional que se tornaria conhecida como a Subcomissão do Itamaraty, que elaborou um anteprojeto de Constituição, o qual foi entregue aos constituintes para ser discutido e emendado. Além disso, formulou o regimento interno da Assembleia Constituinte. A formação de uma bancada fiel ao governo ficou a cargo do ministro da Justiça, Antunes Maciel, que promoveu uma intensa articulação política junto aos grupos oligárquicos regionais.

Lideranças tenentistas que participavam do governo ou estavam próximas dele também buscaram reunir forças para enfrentar os embates políticos da Constituinte. Para isso, contaram com o apoio do interventor no Distrito Federal, Pedro Ernesto, que criou o Partido Autonomista, e do interventor em Pernambuco, Lima Cavalcanti, que criou o Partido Social Democrático.

Já em outros estados, mais distantes da influência tenentista, os grupos políticos trataram de formar novas frentes ou partidos regionais. Em São Paulo, o Partido Democrático e o Partido Republicano Paulista uniram-se na Chapa Única por São Paulo Unido. No Rio Grande do Sul, Flores da Cunha organizou o Partido Republicano Liberal; em Minas Gerais, Gustavo Capanema e Antônio Carlos de Andrada fundaram o Partido Progressista. Finalmente, entre as forças que participaram das eleições, destacou-se a Igreja católica, que tinha no Centro Dom Vital um núcleo de debates e difusão de ideias e, para a ocasião, organizou a Liga Eleitoral Católica (LEC). A Igreja mobilizou sua base em apoio ao que ficou conhecida como Questão Religiosa⁵⁰, pauta integralmente acolhida no texto constitucional.

4.1.1 A Igreja católica e sua organização para as eleições constituintes

A Igreja no início da década de 1930 está claramente decidida a recuperar seu espaço no poder, após estabelecimento da separação entre Igreja e Estado em janeiro de 1890. A luta da Igreja pelo retorno à sua posição privilegiada somente tomou vulto na década de 1920, período conhecido como Renascimento Católico, quando a instituição retomou um discurso de luta pelos direitos da “maioria” dos habitantes do país – povo católico. Nesse sentido, “a religião da grande maioria dos

⁵⁰ Trata-se da assistência religiosa às forças armadas, do ensino religioso facultativo nas escolas, da monogamia indissolúvel e do registro civil do casamento religioso. Ver também seção 4.2.2 e discussão desenvolvida no capítulo 5.

brasileiros deveria reconquistar um *status* privilegiado, semelhante à situação no período imperial, em que a religião católica era a oficial do Estado” (WERNET, 2007, p. 15).

Nesse movimento, lideranças católicas se destacam como Dom Sebastião Leme, Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, e Jackson Figueiredo, morto em 1928 e substituído por Alceu Amoroso Lima⁵¹. É um período também de criação de órgãos que serão importantes para a propagação de ideais católicos, como em 1922 a criação do Centro Dom Vital⁵², iniciativa de Jackson de Figueiredo, com o apoio de Dom Leme, e a revista católica *A Ordem*. Contribui também nesse movimento a encíclica “*Urbi Arcano*”, em 1922, do Papa Pio XI, na qual se defende que, para afirmar e garantir a paz mundial, era necessário restaurar o reinado de Cristo na sociedade, nas famílias e nos indivíduos.

A criação do Centro Don Vital, em especial, ocupa um espaço importante na história da educação católica no país. De fato, o cardeal D. Leme entendia que a formação superior no Brasil era tendencialmente agnóstica e, consciente da importância da formação de intelectuais católicos capazes de uma militância sócio-político-pedagógica eficaz, “incentivou uma série de iniciativas culturais, organizativas e políticas ligadas à Igreja [...] Este centro teve participação fundamental na formação da Confederação Católica Brasileira de Educação (1935), no Instituto Católico de Estudos Superiores (1932), na Ação Católica (1935) e outros organismos” (GHIRALDELLI JR., 2009, p. 58).

As reivindicações da Igreja baseavam-se na constatação de que a decretação do Estado laico não influiu na redução da importância da religião na vida do povo, que continuava com suas práticas religiosas, batizando e casando na Igreja. O primeiro capítulo desta tese traz o conceito de cultura cristã como um elemento bem pervasivo em todo o território e que confere legitimidade e respeito à Igreja. Dom Leme, por exemplo, em março de 1922 é solicitado por representantes do presidente Epitácio Pessoa, que sofria dura oposição, para estar ao seu lado, demonstrando apoio à autoridade civil. Além disso, após debelada a revolta tenentista de 5 de julho de 1922, é Dom Leme quem recebe familiares de revoltosos, que pediram sua

⁵¹ Importante nome do laicato católico. Via exercer grande influência na educação nacional, particularmente nos anos 30. Será integrante do Conselho Nacional de Educação e do Conselho Federal de Educação de 1935 a 1969.

⁵² Essa entidade se tornou o principal centro intelectual do catolicismo brasileiro até 1941, quando foi criada a Pontifícia Universidade Católica (PUC), também no Rio de Janeiro.

intervenção junto ao presidente da República para que seus parentes fossem anistiados (MOREIRA, 2010). Esses fatos ilustram um movimento de aproximação da Igreja com o Estado, na qual este se aproveita do respeito popular à instituição, enquanto a Igreja se aproveita dessa aproximação para alcançar seus interesses. No entanto, é na década de 1930 que ocorre uma real aproximação política da Igreja com o Estado. Segundo Eduardo Góes Castro:

A estratégia apropriada para aquele momento era preparar o máximo de concentrações populares a fim de pressionar o governo a atender as reivindicações católicas, impedindo qualquer tendência do governo provisório à esquerda (2007, p. 20).

Nesse sentido, tem-se a declaração, em 16 de julho de 1930, de Nossa Senhora da Conceição Aparecida como Padroeira Oficial do Brasil. A chegada da imagem ao Rio de Janeiro se deu em trem especial no carro de luxo do Presidente da República. A missa de proclamação de seu Padroado e consagração solene como padroeira do povo e da Pátria brasileira foi um evento com a presença de um milhão de féis, do Presidente da República e sua família, de Ministros de Estado e de autoridades civis, militares e eclesiásticas (WERNET, 2007, p. 13; CASTRO, 2007, p. 20).

Nessa esteira, acontece também a inauguração da estátua do Cristo Redentor no morro do Corcovado, na capital federal, em 12 de outubro de 1931. A inauguração da estátua no dia da comemoração do descobrimento da América, “contou com a presença do alto escalão do governo que, espremido na pequena plataforma erguida para a visitação popular, testemunhou a consagração do Cristo por Dom Leme e, também, o poder do catolicismo” (CASTRO, 2007, p. 21).

Com essa estratégia de demonstração de força e proximidade ao Estado, as autoridades da Igreja conseguem sensibilizar o governo para sua importância e poder de influência no seio da sociedade. Assim, a Igreja consegue, por exemplo, a assinatura do Decreto-Lei de 30 de abril de 1931, que permitia à Igreja o ensino da religião nas escolas públicas. Mas os planos eram mais ambiciosos. A realização de uma Constituinte representava a oportunidade de readequar a Carta Magna aos interesses da Igreja. Nesse sentido, Dom Leme coordenou a elaboração de uma medida de muito sucesso: a Liga Eleitoral Católica (LEC). Tratava-se de uma forma de participação indireta nas eleições que consistia em alistar o máximo de eleitores católicos para as eleições e fornecer a eles diretrizes sobre o dever do voto e o nome

dos candidatos que apoiavam as reivindicações da Igreja. A maioria dos candidatos eleitos teve o apoio da LEC, o que garantia à Igreja uma rearticulação com o Estado.

As eleições para a Constituinte ocorreram no dia 3 de maio 1933, sendo a proclamação dos candidatos eleitos realizada a 26 de junho em sessão plenária do Superior Tribunal Eleitoral. Concorreram ao pleito 802 candidatos, disputando ao todo 214 cadeiras. Os deputados classistas foram eleitos em convenção nacional reunida no Distrito Federal, composta por delegados-eleitores eleitos pelos sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho. O governo esperava contar com o apoio de setores expressivos da bancada classista, que teria 40 representantes.

O resultado das eleições demonstrou a força das novas organizações regionais, espaço natural de apoio ao discurso religioso, que mantinham uma continuidade com a velha política oligárquica regional, mas representou uma renovação dos quadros políticos. Através desses partidos regionais, Vargas conseguia se fortalecer, “reforçando a dimensão centralizadora do Governo Provisório, através de inúmeros e valiosos aliados, sem atingir de pronto e inutilmente as reservas eleitorais sempre sensíveis à defesa da autonomia estadual” (GOMES et al., 2007, p. 26). No quadro geral, a Assembleia fora formada por políticos que, em sua absoluta maioria, apoiaram a Revolução de 1930⁵³.

Ao mesmo tempo, a eleição demonstra o enfraquecimento do movimento tenentista. Contrário à constitucionalização do país, o movimento tenentista obteve um resultado fraco nas urnas. Esse processo de enfraquecimento leva Vargas a uma aproximação com as forças oligárquicas. De fato, Vargas se mostra hábil em conciliar interesses divergentes nesse artifício de tentar tirar algum proveito de uma medida inevitável que foi a convocação da Constituinte. Enquanto o movimento tenentista perde força, outra força política começaria a marcar sua presença: o Exército. Este vai desempenhar um importante papel na consubstanciação do Golpe de 1937.

⁵³ Consta como ANEXO A a lista de deputados constituintes em 15 de maio de 1934, assim como os representantes classistas.

4.1.2 Algumas considerações sobre os títulos 'Família e Educação' e 'Cultura e Ensino'

Os trabalhos da Constituinte foram instalados em 15 de novembro de 1933, em sessão solene, no palácio Tiradentes, com a presença e um longo discurso, que era uma verdadeira prestação de contas, do chefe do Governo Provisório. No dia seguinte, Vargas encaminhou oficialmente aos membros da Assembleia o anteprojeto constitucional elaborado pela Subcomissão do Itamaraty, a partir do qual deveriam desencadear-se os debates parlamentares.

A comissão, que começou a funcionar no dia 16 de novembro, era formada por um representante de cada bancada estadual e pelos grupos profissionais. Ao todo eram 26 componentes, o que a tornou conhecida como a Comissão dos 26. A presidência dos trabalhos dessa comissão ficou com Carlos Maximiliano, importante nome da política gaúcha do Partido Republicano Liberal, e a vice-presidência coube a Levi Carneiro, jurista eminente e deputado classista dos profissionais liberais, enquanto Raul Fernandes, deputado fluminense do Partido Popular Radical (PPR), foi escolhido relator-geral.

A importância da análise do trabalho dessa comissão está no fato relatado pelo próprio presidente Carlos Maximiliano: “toda a obra das assembleias é feita pelas comissões técnicas. Aqueles que, como nós, velhos Deputados, passaram por aqui, sabem bem quão pequena é a modificação que o recinto trás á obra das comissões” (ANNAES, p. 6, v. X). Coube a Adolpho Eugenio Soares Filho a relatoria sobre Família e Educação; a Góis Monteiro e Domingos Velasco, sobre Defesa Militar e Religião; Domingos Velasco foi substituído posteriormente por Nero Macedo.

Desde o início, a questão religiosa fica latente também nessa comissão. Discute-se por uma hora apenas o preâmbulo. Incluir o nome de Deus ou não? É Waldemar Falcão, líder da LEC (Ceará), que vai iniciar essa discussão, reclamando da relatoria que suprimira a invocação ao nome de Deus. A adição não é aprovada.

Apresentados os primeiros pareceres parciais e iniciada a discussão, ao cabo de poucos dias ficou patente que, seguido esse método, seria impossível a conclusão das tarefas nos prazos regimentais. Em tal conjuntura, deliberou-se delegar o estudo desses pareceres ao Presidente, ao Vice-Presidente e ao Relator Geral, aos quais se agregariam os Relatores do Parecer em exame, formando-se,

destarte, a chamada Comissão de Revisão, composta, em regra, de cinco membros e, excepcionalmente, de quatro (para os temas com apenas um relator). Essa comissão restrita celebrou 27 reuniões e terminou apresentando à comissão plena um projeto substitutivo.

Os temas Família e Educação receberam 68 emendas ao Título X “Da Família” e 62 ao Título XI “Da Cultura e do Ensino”, de um total de 1244 emendas apresentadas ao Anteprojeto. O relator retira do texto ideias defendidas no debate da questão religiosa, como o conceito de chefia da sociedade conjugal e o pátrio poder. Sobre o pátrio poder, argumenta que se trata de um tema exclusivo da esfera da legislação de direito público privado.

Por outro lado, deixa expresso no texto que o casamento será monogâmico e indissolúvel. O relator justifica que a Constituição não pode deixar margens para a possibilidade de admissão do divórcio por leis ordinárias.

Tratando-se da criação dum instituto, como seja o da família, *cellula mater*, fundamental da sociedade, o mais relevante e de maior alcance moral, intangível, com numeroso corolário de relações jurídicas e sociaes, se impõe, irrefragavelmente, dizer-se, desde logo, da sua natureza e duração, se a união conjugal deve ser permanente ou provisória. É melhor dizer claramente, sem rebuços, na Constituição, que o casamento é indissolúvel, de que como o fez a Constituição de 1891, timidamente silenciando a respeito, deixando margem a discussões improficuas, sem dispositivo simplíssimo, o que, nem por isso, respeitando-se a tradição, os bons costumes, deixou de ser indissolúvel, como já o era, heroicamente resistindo aos seus demolidores (ANNAES, p. 442, v. X).

Além disso, o relator afirma que tal posição é um princípio firmado nos estatutos e programa de seu partido político (Partido Republicano – MA), logo, cumprindo-lhe refletir seus anseios. O relator lança mão de uma extensa justificativa para afastar todas as possibilidades de se considerar o divórcio, rebatendo as principais ideias dos divorcistas, e conclui: “Plantada no limiar das nupcias, ou no seio da família, a ideia do divórcio é, segundo Piranelli, um veneno perene para o matrimônio, uma suspeita contínua para os esposos, uma ameaça ao bem estar dos filhos” (ANNAES, p. 444, v. X).

O relator não reconhece, no entanto, o casamento religioso com efeito civil, expressando que ele deveria ser celebrado por autoridade do Estado, justificando que num país de liberdade de cultos, sem religião oficial, é o que se pode compativelmente adotar (ANNAES, p. 441, v. X). Para ele, tornar-se-ia uma

“disfarçada aliança do Estado com a Igreja, ou igrejas, incompatível com o regime de liberdade de cultos”. Nesse tema, o autor classifica o casamento como uma “instituição perfeitamente civil, já bem firmada na opinião pública, já com 44 anos de existência de boa prática e bons resultados” (ANNAES, p. 444, v. X).

No que concerne à eugenia, tema axiomático do capítulo seguinte desta tese, o relator inclui a obrigatoriedade do exame pré-nupcial (prova prévia de exame de sanidade física e mental, segundo os moldes da eugenia estabelecidos em lei federal), mas retira o conteúdo da letra a do artigo 110: velar pela pureza, sanidade e melhoramento da família. Um detalhe importante do substitutivo trata-se da especificação de que a vida intrauterina já deve ser amparada pelo Estado, o que suscita amplas discussões atualmente no campo político e social.

Os quadros a seguir representam como os temas relacionados aos capítulos desse relator se consolidaram nos textos do anteprojeto do Governo Provisório, do Projeto da Comissão dos 26 e da Constituição de 1934:

Quadro 8 – A construção do título ‘Família’ nos textos da Constituinte (continua)

ANTEPROJETO DE CONSTITUIÇÃO	PROJETO DA COMISSÃO DOS 26	TEXTO CONSTITUCIONAL
Art. 107 A família está sob a proteção especial do Estado e repousa sobre o casamento e a igualdade jurídica dos sexos; a lei civil, porém, estabelecerá as condições da chefia da sociedade conjugal e do pátrio poder, e regulará os direitos e deveres dos cônjuges.	Art. 167. A família, constituída pelo casamento indissolúvel, está sob a proteção especial do Estado.	Art. 144 - A família, constituída pelo casamento indissolúvel, está sob a proteção especial do Estado. Parágrafo único - A lei civil determinará os casos de desquite e de anulação de casamento, havendo sempre recurso <i>ex officio</i> , com efeito suspensivo.
Art. 108 O casamento legal será o civil, cujo processo e celebração serão gratuitos. § 1º. O casamento é indissolúvel. A lei civil determinará os casos de desquite e de anulação do casamento. § 2º. Haverá sempre apelação <i>ex-officio</i> , e com efeito suspensivo, das sentenças anulatórias de casamento. § 3º. A posse do estado de casado não poderá ser contestada, por terceiros, contra as pessoas que nela se encontrem, ou seus filhos, senão mediante certidão extraída do registro civil, pela qual se prove que alguma delas é ou era legalmente casada com outra.	Art. 168 O casamento será civil, e gratuita a sua celebração e respectivo registro. Parágrafo único: O casamento poderá ser validamente celebrado pelo Ministro de qualquer confissão religiosa, previamente registrado no juízo competente, depois de reconhecida a sua idoneidade pessoal e a conformidade do rito respectivo cm a ordem pública e os bons costumes. O processo de habilitação obedecerá ao disposto na lei civil. Em todos os casos, o casamento somente valerá depois de averbado no Registro Civil. A lei estabelecerá penalidades para a transgressão dos preceitos legais atinentes á celebração do casamento.	Art. 146 - O casamento será civil e gratuita a sua celebração. O casamento perante ministro de qualquer confissão religiosa, cujo rito não contrarie a ordem pública ou os bons costumes, produzirá, todavia, os mesmos efeitos que o casamento civil, desde que, perante a autoridade civil, na habilitação dos nubentes, na verificação dos impedimentos e no processo da oposição sejam observadas as disposições da lei civil e seja ele inscrito no Registro Civil. O registro será gratuito e obrigatório. A lei estabelecerá penalidades para a transgressão dos preceitos legais atinentes à celebração do casamento.

Quadro 8 – A construção do título ‘Família’ nos textos da Constituinte (conclusão)

ANTEPROJETO DE CONSTITUIÇÃO	PROJETO DA COMISSÃO DOS 26	TEXTO CONSTITUCIONAL
		Parágrafo único - Será também gratuita a habilitação para o casamento, inclusive os documentos necessários, quando o requisitarem os Juizes Criminais ou de menores, nos casos de sua competência, em favor de pessoas necessitadas.
	Art. 169. Aos contraentes é obrigatória a prova prévia de exame de sanidade física e mental, segundo os moldes da eugenia, estabelecidos em lei federal.	Art. 145 - A lei regulará a apresentação pelos nubentes de prova de sanidade física e mental, tendo em atenção as condições regionais do País.
Art. 110 Incube à União, como aos Estados e aos Municípios, nos termos da lei federal: a) velar pela pureza, sanidade e melhoramento da família; b) facilitar aos pais o cumprimento de seus deveres de educação e instrução dos filhos; c) fiscalizar o modo por que os pais cumprem os seus deveres para com a prole e cumpri-los subsidiariamente; d) amparar a maternidade e a infância; e) socorrer as famílias de prole numerosa; f) proteger a juventude contra toda exploração, bem como contra o abandono físico, moral e intelectual.	Art. 166. A Assistência social incube á União e, de acordo com as normas fundamentais estabelecidas na lei federal, aos Estados e aos Municípios, com os seguintes objetivos: a) velar pela saúde pública, promovendo o amparo aos desvalidos, criando os necessários serviços técnicos, bem como estimulando os serviços sociais existentes e procurando coordenar as suas finalidades; b) incentiva a educação; c) amparar a maternidade e a infância; d) socorrer as famílias de prole numerosa; e) proteger a juventude contra o abandono físico, moral e intelectual; f) adotar medidas tendentes a restringir a mortalidade e a morbilidade infantis; g) adotar medidas de higiene social e impedir a propagação das doenças transmissíveis; h) cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociais. Parágrafo único. Incumbe obrigatoriamente à União a profilaxia da lepra.	Art. 138 - Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas: a) assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais, cuja orientação procurarão coordenar; b) estimular a educação eugênica; c) amparar a maternidade e a infância; d) socorrer as famílias de prole numerosa; e) proteger a juventude contra toda exploração, bem como contra o abandono físico, moral e intelectual; f) adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a mortalidade ⁵⁴ e a morbilidade infantis; e de higiene social, que impeçam a propagação das doenças transmissíveis; g) cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociais.

Fonte: Desenvolvido pelo autor. Ortografia atualizada.

Quanto ao Título XI, “Da Cultura e do Ensino”, o relator enfatizou a educação como direito que deve ser garantido pelo Estado a todos, assegurando a gratuidade do ensino escolar, em todos os seus graus, a todos os alunos, sem distinção entre

⁵⁴ No texto oficial, lê-se “restringir a *moralidade* e a morbilidade infantis”, o que provavelmente é um erro de datilografia, mas que pode significar uma naturalização da palavra *moralidade*.

ricos e pobres. Torna também obrigatória a educação física. No entanto, o tema mais polêmico é ensino religioso nas escolas públicas. O anteprojeto apresentado pelo Governo provisório o apresentava como facultativo e subordinado à confissão religiosa dos alunos. O relator refutou essa possibilidade com uma considerável justificativa, apoiada nos discursos apresentados em plenário e em emendas contrárias a esse tipo de prática. Destaca-se a seguir a justificativa do relator:

O assunto do § 8º do dito art. 112, do Anteprojeto, facultando o ensino religioso nas escolas públicas ou oficializadas, não tomado em consideração, ficou implicitamente e logicamente excluído do substitutivo desde que, conforme o seu art. C, no plano de educação a se traçar, o ensino público deve ser leigo. Estado leigo, sem religião oficial, que na sua Constituição bem alto proclama a liberdade de cultos, não deve admitir, nem mesmo facultativo, o ensino religioso nas escolas, onde se encontram alunos de diversos credos, credos que se hostilizam, aferradamente, em toda parte; porquê criaria uma fonte perene de discórdias onde deve haver igualdade e concórdia; porquê ofereceria a todo momento motivos para dissídios e até pugilato. Em lugar dêsse ambiente de paz, de serenidade, de confiança recíproca, as escolas se encontrariam num meio de intolerância, de extremismos religiosos, absorvendo todos e todo o tempo, não deixando margem á aprendizagem das disciplinas escolares. Temos bem recente a prova da inconveniência do ensino religioso facultativo nas escolas públicas e oficializadas, quando da sua permissão no E. de S. Paulo, tendo se sentido o seu govêrno na imperiosa necessidade de cassar a permissão. A permissão, diz alguém, que a tudo assistiu e a tudo observou: “foi de resultado pavoroso, a opressão foi dolorosa e até crianças houve que foram vaiadas porquê se retiraram das aulas de religião”. A admissão do ensino religioso, embora facultativo, é contrário ao espírito da Constituição, é burlar o seu dispositivo que fixa a liberdade de cultos. É despertar, reviver lutas religiosas, absorventes e de absoluta esterilidade. É, em suma, a faculdade do ensino religioso nas escolas oficiais e equiparadas, uma aberração do regime republicano, incompatível com toda e qualquer religião, uma disfarçada aliança com igrejas, um golpe profundo de desrespeito á liberdade de cultos, que, certamente, ficará preceituada na Constituição. O têrmo facultativo será apenas no papel e será desvirtuado na prática. É nos lares, no seio da família e nos templos, que se prega, que se ensina religião (ANNAES, p. 448, v. X).

Como pode ser depreendido das justificativas supracitadas, os relatores se aproximam de uma visão mais reacionária à questão religiosa, caracterizada pelo rechaço a dois importantes temas para a Igreja: o casamento religioso com efeito civil e o ensino religioso facultativo nas escolas públicas. Percebe-se também que temas conservadores como a indissolubilidade do casamento são defendidos por um viés moralista laico.

Entretanto, essa posição dos relatores foi revista pela comissão plena. De fato, a discordância com o relatório em muitas temáticas motivou uma alteração no regimento interno da comissão, para permitir que os relatórios recebessem emendas, antes de se constituir o texto para apresentação à plenária da Assembleia. Nesse processo, tendo em vista a ampla influência religiosa na Comissão, vingaram a validade da celebração religiosa do casamento, uma importante requisição da questão religiosa, assim como a facultatividade do ensino religioso nas escolas públicas, de acordo com a confissão religiosa dos alunos, quando os pais ou responsáveis o solicitassem, sem prejuízo do horário escolar e ministrado por pessoa estranha ao magistério oficial.

Além disso, no projeto de constituição tornam-se obrigatórias a educação moral e cívica, a educação física, higiene e os trabalhos manuais como matérias em todas as escolas. Obviamente, a indissolubilidade do vínculo matrimonial é acolhida no texto do projeto constitucional da Comissão dos 26. O Quadro 9 representa o movimento de concepção dos textos referentes a alguns artigos do Título XI “Da Cultura e do Ensino”:

Quadro 9 – A construção dos temas ‘Cultura e Ensino’ nos textos da Constituinte (continua)

ANTEPROJETO DE CONSTITUIÇÃO	PROJETO DA COMISSÃO DOS 26	TEXTO CONSTITUCIONAL
Art. 112. O ensino será público ou particular, cabendo àquele, concorrentemente à União, aos Estados e aos Municípios. O regime do ensino, porém, obedecerá a um plano geral traçado pela União, que estabelecerá os princípios normativos da organização escolar e fiscalizará, por funcionários técnicos privativos, a sua execução.	Art. 170. É livre o ensino em todos os graus, observadas as normas da legislação federal, mas os exames finais do ensino secundário e do superior serão prestados em institutos oficiais, ou reconhecidos pelo Governo Federal, na forma da lei e onde não houver instituto oficial.	Art. 149 - A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana.

Quadro 9 – A construção dos temas ‘Cultura e Ensino’ nos textos da Constituinte (continua)

ANTEPROJETO DE CONSTITUIÇÃO	PROJETO DA COMISSÃO DOS 26	TEXTO CONSTITUCIONAL
	Art. 173. O plano nacional de educação somente poderá ser modificado de seis em seis anos.	Art. 150 - Compete à União: a) fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do País; Art. 152 - Compete precipuamente ao Conselho Nacional de Educação, organizado na forma da lei, elaborar o plano nacional de educação para ser aprovado pelo Poder Legislativo e sugerir ao Governo as medidas que julgar necessárias para a melhor solução dos problemas educativos bem como a distribuição adequada dos fundos especiais. Parágrafo único. Os Estados e o Distrito Federal, na forma das leis respectivas e para o exercício da sua competência na matéria, estabelecerão Conselhos de Educação com funções similares às do Conselho Nacional de Educação e departamentos autônomos de administração do ensino.
Art. 112 §2º O ensino primário é obrigatório, podendo ser ministrado no lar doméstico e em escolas oficiais ou particulares. §3º É gratuito o ensino nas escolas públicas primárias. Nelas será fornecido gratuitamente aos pobres o material escolar.	Art. 172. O ensino primário é obrigatório, inclusive para os adultos e os cegos, abrangendo o ensino profissional.	Parágrafo único - O plano nacional de educação constante de lei federal, nos termos dos Arts. 5º, n. XIV, e 39, n. 8, letras a e e, só se poderá renovar em prazos determinados, e obedecerá às seguintes normas: a) ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensivo aos adultos; b) tendência à gratuidade do ensino educativo ulterior ao primário, a fim de o tornar mais acessível; c) liberdade de ensino em todos os graus e ramos, observadas as prescrições da legislação federal e da estadual;
§ 4º Para lhes permitir o acesso às escolas secundárias e superiores, a União, os Estados e os Municípios estabelecerão em seus orçamentos verbas destinadas aos alunos aptos para tais estudos e sem recursos para neles se manterem. O auxílio será dado até o fim do curso, sempre que o educando demonstrar aproveitamento.	Art. 176. Com os serviços de educação, inclusive auxílio a estudantes de capacidade excepcional, que dele necessitarem, a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios despenderão, anualmente, nuca menos de 10% da importância dos impostos arrecadados.	Art. 156 - A União e os Municípios aplicarão nunca menos de dez por cento, e os Estados e o Distrito Federal nunca menos de vinte por cento, da renda resultante dos impostos na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos. Parágrafo único - Para a realização do ensino nas zonas rurais, a União reservará no mínimo, vinte por cento das cotas destinadas à educação no respectivo orçamento anual.
§7º O ensino cívico, a educação física e o trabalho manual são matérias obrigatórias nas escolas primárias, secundárias, profissionais ou normais.	Art. 179. A educação moral e cívica, a educação física, a higiene e os trabalhos manuais constituem matérias obrigatórias em todas as escolas, exceto nos cursos superiores. Nas escolas primárias é, ainda, obrigatório o ensino do idioma nacional e de noções de geografia e história do Brasil.	

Quadro 9 - A construção dos temas 'Cultura e Ensino' nos textos da Constituinte (conclusão)

ANTEPROJETO DE CONSTITUIÇÃO	PROJETO DA COMISSÃO DOS 26	TEXTO CONSTITUCIONAL
§8º A religião é matéria facultativa de ensino, nas escolas primárias, secundárias, profissionais ou normais, subordinado à confissão religiosa dos alunos.	Art. 171. O ensino religioso será de frequência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno, manifestada pelos pais ou responsáveis, constituindo matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais.	Art. 153 - O ensino religioso será de frequência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno, manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais.

Fonte: Desenvolvido pelo autor. Ortografia atualizada.

No dia 14 de março, encerraram-se os trabalhos da Comissão dos 26, e, no dia seguinte, o substitutivo ao anteprojeto governamental foi apresentado oficialmente ao plenário para entrar em debate em segunda discussão. As lideranças mais expressivas da Assembleia – seu presidente, o presidente da comissão dos 26 e o líder da maioria – trabalharam para aproximar e acomodar os pontos de vista das bancadas mais importantes e numerosas, buscando uma solução conciliatória que assegurasse o continuísmo de Vargas. Essa conciliação seria construída na base de concessões mútuas. É importante frisar, mais uma vez, que as pautas oficiais da Igreja católica foram integralmente inseridas no texto constitucional, demonstrando, por um lado, sua grande influência nos debates constitucionais e, por outro lado, a congruência de algumas temáticas morais com outros grupos que não aqueles diretamente vinculados à Igreja. Após oito meses de discussões, finalmente, no dia 16 de julho de 1934, foi promulgada a nova Constituição.

4.2 Organizações político-ideológicas

Nesta seção, busca-se apontar algumas instituições de cunho político e ideológico que influíram, em alguma medida, nos debates, no que tange, principalmente, às temáticas abordadas nesta tese.

4.2.1 *Club 3 de Outubro*

Trata-se de uma organização ligada ao movimento tenentista⁵⁵ dos anos 1920 e 30 que reunia uma ala mais tendente ao nacionalismo radical dentro daquele grupo. Tal organização, fundada em fevereiro de 1931, no Rio de Janeiro, tinha como objetivo pressionar o governo no aprofundamento das medidas reformistas adotadas pelo governo Vargas, no período pós-revolução de 30, tendo em vista a multiplicidade de grupos ideológicos que levaram e sustentavam Vargas no poder. Tornou-se, também, importante grupo de apoio ao governo em sua empreitada para evitar a constituinte, já que o *Club 3 de Outubro* mostrou-se inicialmente contrário à reconstitucionalização do país, com o intuito de viabilizar alguns dos itens mais radicais do programa da Revolução de 1930.

Esse grupo organizou um esboço que apresentava à Nação suas principais ideias. Tal documento foi elaborado por uma comissão composta por Augusto Amaral Peixoto, Estênio Caio de Albuquerque Lima, Waldemar Falcão e Abelardo Marinho. Para esta tese, destaca-se nesse grupo a figura de Waldemar Falcão⁵⁶, Líder dos Representantes da LEC do Ceará.

Tal documento foi apresentado à Assembleia Constituinte por meio da emenda n. 1.192, que propunha que o esboço fosse aceito como um subsídio de orientação doutrinária para a elaboração da nova Constituição. Assinaram tal emenda os seguintes deputados: Abelardo Marinho, Arruda Camara, Arruda Falcão, Francisco de Moura, Agenor Monte, Francisco Vêras, Pontes Vieira, Alberto Surek, Armando Laydner, Leão Sampaio, Eugenio Monteiro de Barros, Edmar da Silva Carvalho, Mario Manhães, Gibert Gabeira, Plínio Tourinho, Sebastião de Oliveira, Martins e Silva, Luiz Tirelli, Carlos Lindenberg, Prado Kelly e Generoso Ponce.

Percebe-se que as propostas do *Club 3 de Outubro* recebem o apoio de religiosos importantes, como o padre Arruda Camara e Waldemar Falcão. Tal documento, embora não faça menção direta à pauta eugênica, tem um forte cunho

⁵⁵ O movimento tenentista caracteriza-se pela possível identificação de várias tendências, como liberal, nacionalista e esquerdista. Sobre esse assunto, ver SAES, D. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

⁵⁶ Waldemar Cromwell do Rego Falcão nasceu em Baturité (CE), em 1895. Advogado, bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Ceará em 1916. Deu apoio à Revolução de 1930 e, em seguida, filiou-se ao *Club 3 de Outubro*. Em 1932, transferiu-se para o Rio de Janeiro. Desde então, passou a ocupar importantes posições na administração federal. Em 1934, elegeu-se deputado federal constituinte pelo Ceará, na legenda da Liga Eleitoral Católica. Foi, então, escolhido representante do seu estado na Comissão Constitucional, formada para elaborar o texto que serviu de base aos trabalhos constituintes.

moralizante e algumas pautas em comum, como a regulação imigratória e a defesa de um Estado, de certa forma, autoritário. Essas relações são analisadas no próximo capítulo.

4.2.2 Liga Eleitoral Católica

Trata-se de uma associação civil de âmbito nacional criada em 1932 no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, por dom Sebastião Leme, auxiliado por Alceu Amoroso Lima, cujo objetivo era defender as reivindicações católicas na Constituinte de 1934. Os principais fatos que impulsionaram seu estabelecimento foram pontuados na seção 4.1.1 desta tese. É importante destacar, ainda, um outro fato muito importante relatado por Plínio Correia de Oliveira⁵⁷, secretário-geral da LEC paulista. Para ele, a abertura dos votos para as mulheres propiciava à Igreja uma possibilidade de alta representatividade na Constituinte. Ele explica que, em geral, os homens não frequentavam a Igreja e tinham uma mente mais laica. “Isso garantia a manutenção do laicismo no corpo eleitoral e em todos os graus da hierarquia política, eleita pelos homens”. As mulheres, por outro lado, eram “fervorosamente católicas”, mas não votavam. É sobre o eleitorado feminino que se concentraram as ações da LEC.

Além do voto feminino, havia na nova legislação eleitoral a possibilidade de composição de chapas independentemente do partido, ou seja, o eleitor poderia compor uma chapa com os deputados que quisesse, dos vários partidos que houvesse. Esse fato despertou Plínio Correia de Oliveira para a possibilidade de se eleger elevado número de católicos para a assembleia, montando-se uma chapa composta apenas de católicos oriundos dos mais diversos partidos.

Tendo em vista as resistências do episcopado católico para a formação de um partido político, a estratégia do cardeal Leme consistiu em atuar paralelamente ou acima dos partidos. Passou-se, então, a se planejar a formação de uma organização eleitoral sem caráter partidário, que atuasse como grupo de pressão. O Centro Dom

⁵⁷ Esteve diretamente envolvido nas primeiras ideias que culminaram no projeto da LEC. Suas memórias estão registradas na obra *Minha vida pública*. Disponível em: <http://www.pliniocorreadeoliveira.info/Minha_Vida_publica/MVP_01_Indice.htm>. Acesso em: 18 abr. 2018. As citações incluídas nesta seção foram transcritas da página: <http://www.pliniocorreadeoliveira.info/Minha_Vida_publica/MVP_05_A_LEC_e_a_Constituinte.htm#_Toc451114322>, que corresponde aos capítulos 1, 2 e 3 da Parte II do livro supracitado. Acesso em: 18 abr. 2018. Posteriormente, vai fundar a Associação para a Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP).

Vital foi o principal responsável pelo encaminhamento do projeto, que deu origem à LEC.

O mecanismo de ação da LEC consistia em mobilizar o eleitorado católico em todas as dioceses do país para que apoiassem os candidatos comprometidos com a doutrina social da Igreja nas eleições de 1933 para a Assembleia Nacional Constituinte e de 1934 para a Câmara Federal, além das assembleias constituintes estaduais. A LEC atuou ainda nas eleições presidenciais de 1945, nas eleições para a Assembleia Constituinte de 1946 e nas eleições presidenciais de 1950. Em 1962, passou a denominar-se Aliança Eleitoral pela Família (Alef).

As principais medidas propostas pela LEC eram: a promulgação da Constituição em nome de Deus; o reconhecimento constitucional da indissolubilidade do matrimônio e da validade civil do casamento religioso; a adoção da instrução religiosa obrigatória nas escolas públicas de nível primário e secundário; e a concessão de assistência religiosa oficial às forças armadas, às prisões e aos hospitais. Esses três últimos itens constituíam o “programa mínimo” - exigência mínima para que a LEC conferisse seu apoio aos diferentes partidos e candidatos.

Os demais itens do programa consistiam em: lutar pela pluralidade e liberdade de sindicalização, de modo que os sindicatos católicos tivessem as mesmas garantias dos sindicatos neutros; obter a isenção do serviço militar para os clérigos; construir uma legislação trabalhista inspirada na justiça social e nos princípios da ordem cristã; defender o direito da propriedade privada; preservar a ordem social contra qualquer atividade subversiva; e suprimir qualquer legislação que, implícita ou explicitamente, se opusesse aos princípios fundamentais da doutrina católica.

No estado do Rio Grande do Sul, a LEC, por meio da junta estadual gaúcha, indicou a seus eleitores o Partido Republicano Liberal (PRL) e seus candidatos, que disputava a eleição com a Frente Única Gaúcha (FUG), formada pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e pelo Partido Libertador (PL). Dos 16 deputados eleitos pelo Rio Grande do Sul, 13 pertenciam ao PRL com o apoio da LEC. Dos três deputados eleitos pela FUG, dois — Adroaldo Mesquita da Costa e Maurício Cardoso — pertenciam ao PRR e, mesmo não comprometidos com o programa mínimo da LEC, eram-lhe amplamente favoráveis. O único candidato eleito que havia rejeitado abertamente o programa era Assis Brasil, do PL.

Em São Paulo, foi formada a Chapa Única por São Paulo Unido, integrada pelo Partido Republicano Paulista (PRP), o Partido Democrático (PD) e a Federação dos Voluntários, além de duas importantes forças extrapartidárias: a Associação Comercial de São Paulo e a LEC. No contexto paulista, era impossível para a LEC apoiar tanto o Partido Socialista Brasileiro de São Paulo como o Partido da Lavoura. Esse último era o partido do interventor Valdomiro Lima, que defendia o divórcio. Dos 22 deputados de São Paulo, 17 pertenciam à Chapa Única. Foram eleitos os seguintes candidatos da LEC: José Carlos de Macedo Soares, José de Alcântara Machado de Oliveira, Manuel Hipólito do Rego, Rafael de Abreu Sampaio Vidal e Plínio Correia de Oliveira⁵⁸ (presidente da junta estadual). Esse último foi o deputado mais votado em todo o país, com 24.714 votos, demonstrando o poder político da LEC⁵⁹.

A junta estadual pernambucana deu seu apoio ao Partido Social Democrático, que obteve 15 das 17 cadeiras. Em todos os estados, a LEC e o Centro Dom Vital exerceram influência sobre as atividades das agremiações políticas, constituindo-se como grupos de pressão aliados aos principais partidos estaduais. Combatendo todas as tendências liberais e esquerdizantes, a LEC recebeu total apoio das oligarquias locais. Conseqüentemente, a maioria de seus candidatos à Assembleia foi eleita.

No estado do Ceará, a LEC transformou-se num verdadeiro partido político, elegendo seis deputados contra quatro do PSD. Desse quadro católico, destaca-se nesta tese a figura de Antonio Xavier de Oliveira.

4.3 Agentes políticos

Nesta terceira parte do capítulo, são destacadas algumas personalidades que aparecem com mais destaque nas temáticas abordadas neste trabalho. Algumas

⁵⁸ Ver nota de rodapé nº 57, p. 109

⁵⁹ Plínio Corrêa de Oliveira obteve 24.714 votos, 93% do total. A soma dos votos era suficiente para eleger dois deputados e representava o dobro dos obtidos pelo jurista Alcântara Machado, seu antigo professor, segundo colocado. OLIVIERA, P.C. *Uma vitória mariana*. Biografia de Plínio Correia de Oliveira. Disponível em: <<http://www.pliniocorreadeoliveira.info/biografia.asp>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

considerações biográficas são levantadas, assim como ponderações sobre o discurso defendido são tecidas⁶⁰.

4.3.1 Xavier de Oliveira

Antônio Xavier de Oliveira nasceu em Juazeiro do Norte (CE), no dia 9 de outubro de 1892. Mudou-se para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, onde se diplomou pela Faculdade de Medicina, especializando-se em psiquiatria. Dedicou-se paralelamente ao estudo dos problemas brasileiros, em particular do Nordeste.

Em maio de 1933, elegeu-se deputado pelo Ceará à Assembleia Nacional Constituinte na legenda da Liga Eleitoral Católica. Seu papel nesta pesquisa é fundamental, pois nesse constituinte tem-se a convergência do pensamento eugênico, higiênico e religioso. Também é possível apontar algumas afinidades com ideais integralistas. Sobre a questão eugênica e imigratória, defendeu vigorosamente, ao lado de Miguel Couto, a proibição da entrada de imigrantes japoneses e de todos os grupos de cor, especialmente negros, no Brasil. Para ele, o amarelo é inassimilável e de religião mística, enquanto no negro fica patente a “inferioridade dos elementos de formação étnica da nossa antiga Colônia” (ANNAES, p. 547, v. IV). Sobre a temática eugênica, ainda afirma que: “Chega ao ponto que Vogt, por exemplo, o grande neuropsiquiatra da Noruega, diz ser um crime a aproximação de um branco louro de olhos azues do norte com uma negra africana” (ANNAES, p. 460, v. VI).

Em seu discurso sobre a questão religiosa, defende os conceitos de Brasil católico, nação católica, direitos da maioria e se apresenta como grande opositor de Guaraci Silveira no debate sobre o divórcio. Defende também a missão civilizatória da Igreja por meio da educação. Para ele, a inserção da Igreja católica nos rincões do país é um importante elemento para a unidade da Nação. Sua motivação expressa é contribuir com patriotismo na obra de construção da Pátria. A citação a seguir resume bem sua atuação como constituinte:

Senhores, sou brasileiro, autêntico, nacionalista e integral nativista convicto. Amo, acima de tudo, a minha Pátria. E se não tenho, repito, preconceitos de raça, tenho, entretanto, o preconceito da minha nacionalidade! Quero, assim, vêr a nação brasileira, eugenicamente,

⁶⁰ AS informações biográficas foram obtidas dos verbetes do *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

sadia, educada e feliz, vivendo em paz e em harmonia com todos os países do globo! Quero vêr o meu país unido, grande e forte na América, para o mundo, para a Humanidade, para Deus! (ANNAES, p. 482, v. VI).

4.3.2 Guaraci Silveira

Guaraci Silveira nasceu em Franca (SP), no dia 27 de setembro de 1893, filho do capitão Zeferino Carlos da Silveira e de Ana de Sousa Silveira. Seu pai foi vereador em São Simão (SP), em 1889, tendo sido perseguido durante o Império por defender o ideário republicano. Em 1916, ingressou no Instituto Granbery, da Igreja Metodista de Juiz de Fora (MG), e, posteriormente, na Faculdade de Teologia, tornando-se ministro metodista, em 1915. Liderou o movimento emancipador da Igreja Metodista no Brasil em relação à Igreja Metodista Episcopal do Sul, dos Estados Unidos, defendendo a necessidade de autonomia da Igreja nacional, que seria conseguida em 1930. Foi o primeiro pastor brasileiro a servir como capitão-capelão de tropas regulares, tendo atuado no 8º Batalhão de Caçadores de São Paulo e no Batalhão 14 de Julho, durante a Revolução Constitucionalista de 1932.

Em maio de 1933, elegeu-se deputado à Assembleia Nacional Constituinte por São Paulo, na legenda do Partido Socialista de São Paulo. Foi uma das principais vozes na defesa do Estado laico, para se assegurar a liberdade religiosa. Quanto ao ensino religioso, entende ser uma imposição de consciência alheia. Contra o argumento de maioria católica, defende que os direitos dos homens devem ser respeitados, logo não precisam constar na constituição:

O SR. GUARACI SILVEIRA Se alguma coisa podessemos querer seria que o direito da minoria, que somos nós, figurasse na Constituição; o direito da maioria não precisa ser consignado, porque, como disse o Sr. Deputado pelo Estado do Rio, Dr. Fernando Magalhães, a maioria é católica. Nós, porém, que somos a minoria, repito, preferimos confiar no respeito ao direito dos homens por parte de nossos adversários. (Palmas nas galerias.)

Por que deixar na Constituição um texto que, amanhã póde ser desvirtuado para oprimir a consciência dos crentes?

O SR. OLIVEIRA CASTRO – Esse texto é precisamente para assegurar o direito de todos.

O SR. GUARACI SILVEIRA – Sei o que são os direitos alheios quando estão nas mãos da maioria... (ANNAES, p. 280, v. II).

Em diversas ocasiões, ocupou a tribuna para defender o divórcio. “Si não existe no Brasil o divórcio, poderemos afirmar que não existe de direito, mas existe

de fato”. Guaraci Silveira vai defender o direito ao divórcio, partindo do argumento que de fato ele existe e, por se tratar de uma questão puramente religiosa, deveria ser liberado. Inclusive por uma questão de defesa à vida, tendo em vista o “divórcio a bala”, uma anacronia da legislação com origem no império que condena à morte a mulher adúltera, conforme trecho a seguir: “Em nossos dias, embóra isso não seja taxativo nas leis, o homem que mata sua mulher por adultério póde contar, antecipadamente, com a absolvição no júri” (ANNAES, p. 380, v. IX). E ainda sobre o assunto diz:

Para cada divórcio há, no mínimo, um caso de mancebia, no Brasil, quando não são dois casos, além da enorme quantidade de filhos ilegítimos ou adulterinos que arrastarão o estigma que lhes vem da infelicidade dos pais e maldade das leis (ANNAES, p. 379, v. IX).

É um discurso no qual as vozes religiosas se manifestam exasperadamente, assim como em todos os discursos de Guaraci Silveira, principalmente Xavier de Oliveira, Fernando Magalhães⁶¹ e Annes Dias⁶².

4.3.3 Gwyer de Azevedo

Asdrúbal Gwyer de Azevedo nasceu em Santa Maria Madalena (RJ), no dia 22 de dezembro de 1899. Estudou até 1917 em regime de internato, no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, e se alistou em março do ano seguinte, ingressando na Escola Militar do Realengo, também no Rio de Janeiro. Como militar, participou em São Paulo da revolta de 5 de julho de 1924 e do movimento dirigido pela Aliança Liberal em 3 de outubro de 1930, sempre junto às forças revolucionárias. Com a deposição de Washington Luís no dia 24 de outubro de 1930, foi anistiado e promovido a primeiro-tenente, no mês seguinte.

Gwyer de Azevedo integrou o *Club 3 de Outubro* e os efetivos legalistas que combateram a revolução constitucionalista deflagrada em São Paulo, em julho de 1932. Foi um dos organizadores, juntamente com Cristóvão Barcelos, do Partido

⁶¹ Fernando Augusto Ribeiro Magalhães nasceu no Rio de Janeiro no dia 18 de fevereiro de 1878 e formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1899. Foi presidente da Associação Brasileira de Educação para os biênios 1926-1927 e 1930-1931. Foi eleito deputado pelo estado do Rio de Janeiro à Assembleia Nacional Constituinte na legenda do Partido Popular Radical (PPR).

⁶² Heitor Annes Dias nasceu em Cruz Alta (RS) no dia 19 de julho de 1884. Bacharelou-se pela Faculdade de Medicina de Porto Alegre em 1905. Em maio de 1933, elegeu-se deputado pelo Rio Grande do Sul à Assembleia Nacional Constituinte, na legenda do Partido Republicano Liberal (PRL). Como deputado constituinte, apresentou proposições contra o divórcio e sobre endemias rurais.

Socialista Fluminense (PSF), mas desligou-se dessa agremiação e organizou a União Progressista Fluminense (UPF), legenda pela qual se elegeu deputado à Assembleia Nacional Constituinte.

Nos debates, assumiu ferrenha posição contrária às reivindicações católicas. Em uma nota de um jornal católico contrário à posição de Gwyer de Azevedo, afirma que esse seria mentoriado pelo pastor presbiteriano, Rev. Benjamin César, da Igreja Presbiteriana de Campos. Entretanto, nesta pesquisa não foi possível associar o constituinte a essa denominação protestante. De qualquer forma, Gwyer de Azevedo faz duras críticas às intenções da Igreja católica de reimplantar a religião oficial (ANNAES, p. 492, v. II). Juntamente com Guaraci Silveira, denuncia o que seriam as reais intenções da Igreja. Nesse sentido, também critica as ações da LEC, que, em sua opinião, atuava como “partido político que se esconde”⁶³ (ANNAES, p. 238, v. V).

4.3.4 Costa Fernandes

Francisco da Costa Fernandes nasceu em Brejo (MA), no dia 17 de março de 1879, filho de Raimundo da Costa Fernandes e de Amália Fernandes Bacelar, de tradicionais famílias maranhenses. Ingressou na Faculdade de Medicina de Salvador, pela qual se formou em 1903. Aperfeiçoou-se em urologia e em obstetrícia na Faculdade de Medicina de Paris. Em maio de 1933, elegeu-se deputado pelo Maranhão à Assembleia Nacional Constituinte na legenda da União Republicana Maranhense, com o apoio da LEC.

A atuação de Costa Fernandes foi marcada pela defesa na Assembleia Constituinte dos interesses da Igreja representados na questão religiosa. Defende a separação entre Igreja e Estado, sem prejuízo, no entanto, para a colaboração mútua. O ensino religioso é defendido como de grande importância para a Nação, no que diz respeito à sua regeneração moral, já que “sem religião, não há moral” (ANNAES, p. 274, v. II). O perigo vermelho é outra ênfase importante, contra o qual o ensino religioso é um fator importante. A referência ao ditador italiano Mussolini como grande líder internacional revela o tom do discurso de Costa Fernandes.

⁶³ Dado o caráter internacional da Igreja católica, ela não poderia constituir um partido político, se fosse respeitada a mesma lógica de quando se negou autorização ao partido comunista para se organizar legalmente como partido político, sob o pretexto de se tratar de uma organização internacional. A acusação pode ser verificada em: ANNAES, p. 238, v. V.

Defende a indissociabilidade entre educação e religião, uma vez que, para ele, “a religião é que dá sentido á vida, pois a ciência disso é incapaz. É necessário o conhecimento dos destinos do homem, porque, sem êsse idéal, não é possível comparar os valores morais” (ANNAES, p. 108, v. V).

4.3.5 Teotônio Monteiro de Barros Filho

Teotônio Monteiro de Barros Filho nasceu em Ribeirão Preto (SP), em 31 de agosto de 1901. Como aluno de direito da Faculdade de Direito de São Paulo, militou ativamente na política acadêmica. Formado, exerceu a advocacia na região de Araraquara (SP). Em 1932, participou da Revolução Constitucionalista. Por ser reservista, foi incorporado às forças revolucionárias no posto de sargento, sendo promovido durante a campanha ao posto de tenente e, posteriormente, ao de capitão. Foi um dos fundadores da Federação dos Voluntários de São Paulo, organização criada para congregar os voluntários que haviam participado do movimento rebelde. Essa agremiação participou da formação da Chapa Única Unida por São Paulo, legenda pela qual foi eleito deputado à Assembleia Constituinte, em 1933.

Barros Filho foi encarregado de estudar o capítulo do anteprojeto da Constituição referente ao Poder Executivo, apresentando uma série de emendas relativas a esse ponto. Nesta tese, ganham destaque seus discursos sobre a questão imigratória, nos quais defende uma política restritiva, com base em princípios eugênicos, de modo que indo-europeus, principalmente mediterrâneos (leia-se italianos e espanhóis católicos) fossem favorecidos (ANNAES, p. 236, v. VI). No pensamento de Teotônio Monteiro de Barros, a educação rural é inserida no objetivo de se formar no imigrante uma mentalidade nacional. Para ele, assim como a educação, a Igreja também desempenha um importante papel nacionalizante (ANNAES, p. 242-243, v. VI). Nesse sentido, também se destaca como um defensor importante da pauta religiosa.

4.3.6 Pacheco e Silva

Antônio Carlos Pacheco e Silva nasceu na cidade de São Paulo, no dia 29 de maio de 1898. Em 1915, ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Especializou-se em neurologia e psiquiatria na Faculdade de Medicina de Paris e, de volta ao Brasil, passou a trabalhar no Hospital de Juquiri, em São Paulo, do qual se tornou diretor em 1923. Em 1928, foi um dos fundadores da Liga Paulista de Higiene Mental, da qual foi primeiro presidente. Foi eleito, em 1933, enquanto Diretor do Sanatório Pinel, por unanimidade de votos dos sindicatos paulistas, deputado à Assembleia Nacional Constituinte, como representante dos empregadores.

Na Constituinte, defende um discurso higienista com forte viés eugênico. Defende a escolarização, no sentido de que a educação teria o importante papel de propagar os novos conhecimentos na área de higiene pública. Nessa esteira, defende ainda a educação eugênica e sexual.

4.3.7 Miguel Couto

Miguel de Oliveira Couto nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, em 1º de maio de 1864. Fez os estudos secundários no Colégio Pedro II e ingressou na Faculdade de Medicina em 1880, formando-se em 1885. Ingressou como membro titular na Academia Nacional de Medicina em 1896, tendo sido eleito seu presidente em julho de 1914 e sucessivamente reeleito até sua morte em 1934. Ocupou ainda a cadeira número 40 da Academia Brasileira de Letras. Em 1924, preocupado com os problemas educacionais brasileiros, pronunciou uma série de conferências que contribuíram para o aprofundamento do estudo da matéria no país.

Em agosto de 1932, durante a Revolução Constitucionalista, desempenhou o papel de mediador entre o governo federal e os revoltosos de São Paulo. Em maio de 1933, elegeu-se deputado à Assembleia Nacional Constituinte na legenda do Partido Economista, tanto pelo Distrito Federal quanto pelo estado do Rio de Janeiro. O regimento da Assembleia, contudo, obrigava-o a optar por um dos mandatos, e Miguel Couto escolheu a cadeira do Distrito Federal, deixando a do estado do Rio para Laurindo Augusto Lengruber Filho.

Membro da Comissão de Saúde da Assembleia, interessou-se ainda por duas questões: a educação e a imigração. Na defesa da primeira, afirmava que o único problema nacional era a educação do povo, assertiva utilizada por outros deputados sempre em referência à credibilidade de Miguel Couto. Foi autor da emenda vitoriosa que obrigava o emprego de 10% da renda federal na instrução pública.

Quanto à imigração, liderou a corrente que se opunha à imigração não europeia, desenvolvendo intensa campanha contra a entrada de japoneses no Brasil.

4.4 Contexto e processo

Contexto e processo são necessariamente vinculados e devem fazer parte de uma explanação de qualquer fenômeno. Em uma pesquisa GT, isso se reveste de especial importância, na medida em que os dados são construídos dentro de um contexto, que necessariamente precisa ser demonstrado, a fim de se perscrutar os significados e explicações que envolvem o fenômeno social pesquisado. Nesse sentido, neste capítulo algumas questões contextuais foram abordadas de forma que pudessem colaborar para a leitura e entendimento da teorização apresentada no capítulo seguinte.

Destaca-se o contexto de reaproximação entre a Igreja e o Estado, num sistema de simbiose que vai se estender por todo o período posterior ao Estado Novo. No campo político, assume importante papel a organização da LEC na defesa dos interesses da Igreja na Constituinte de 1934. A grande influência da Igreja nos debates em torno da nova constituição pode ser notada na elaboração, principalmente, dos capítulos da Carta Magna em torno dos temas família e educação. A pauta eugênica e um plano nacional para a educação, com gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário, são contemplados no texto constitucional. Como aponta Maria das Graças Carvalho Ferriani (1999, p. 89), “a educação é comum a todos, pois há necessidade de investir nos corpos. A sociedade pretendia entrar no grupo dos países industrializados, devendo exigir do Estado uma participação”.

O levantamento biográfico realizado na terceira e última parte deste capítulo não teve a pretensão de apresentar todos os deputados envolvidos nas temáticas que apareceram ao longo das fases de codificação e análise, mas destacar aqueles que, de alguma forma, auxiliam no desvelamento de relações entre Educação, Saúde e Religião. O papel desses agentes políticos nessa análise é explorado ao longo do capítulo seguinte. Outros nomes também serão mencionados, e para esses casos notas de rodapé com alguns dados biográficos são apresentadas.

5 PARA SALVAR A NAÇÃO

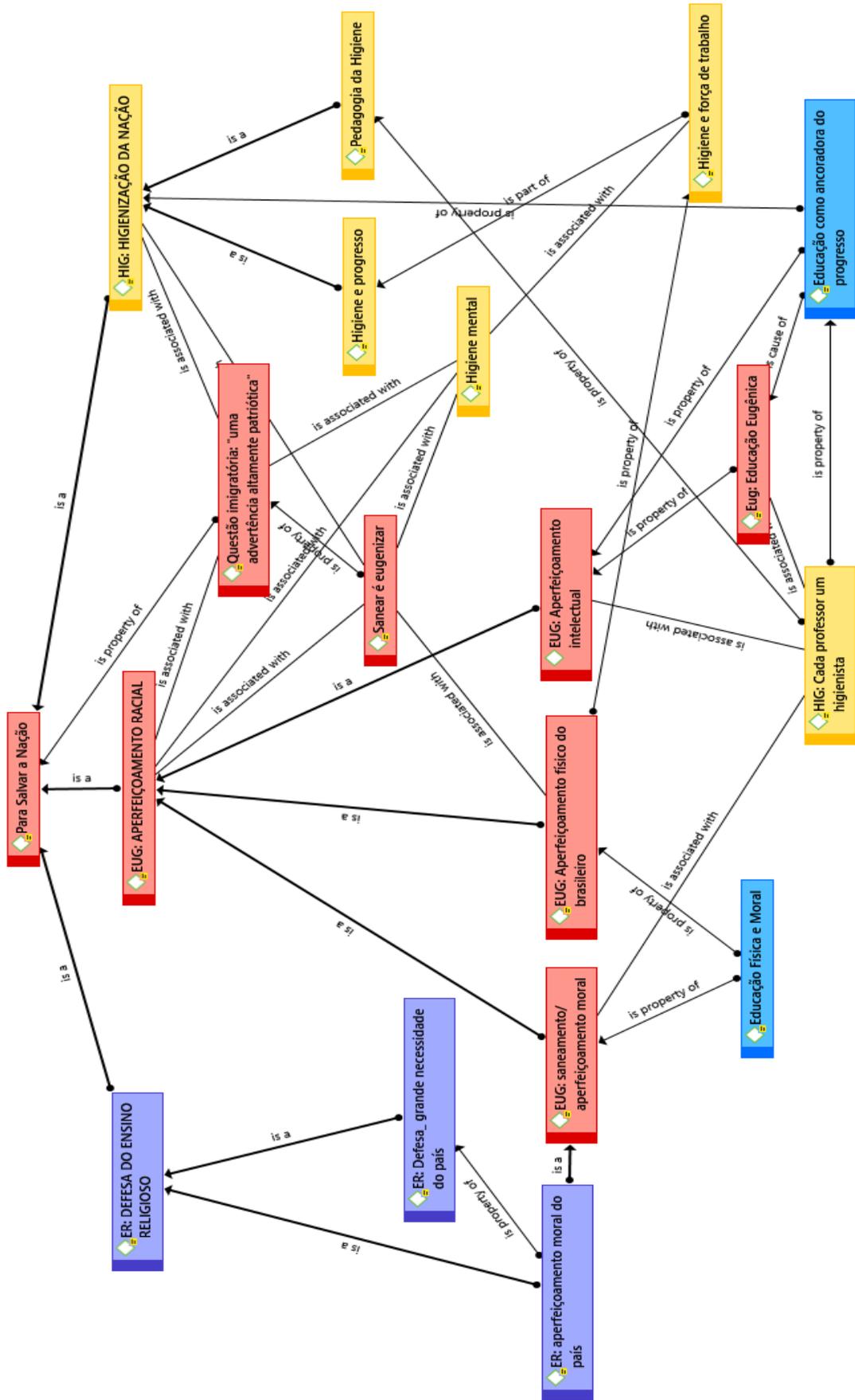
Ao longo do processo de pesquisa, com a aplicação do método da GT, três macrocategorias emergiram: Aperfeiçoamento Racial, Higienização da Nação e Defesa do Ensino Religioso. Essas três categorias reúnem propriedades e dimensões próprias, mas também comuns. A fim de reunir essas propriedades e dimensões comuns, elaborou-se a categoria Para Salvar a Nação, em um nível abstrato superior, que passou a assumir o papel de categoria central.

A criação de uma categoria central está apoiada em Corbin e Strauss (2008)⁶⁴, e se mostrou fundamental no presente estudo tendo em vista a complexidade das três macrocategorias. A categoria central, cujo diagrama está representado na Figura 6 (p. 116), foi capaz de integrar todas as demais categorias, expressando a essência do processo social que se revelou na tríade proposta como campo de pesquisa neste trabalho: educação, saúde e religião.

Para Salvar a Nação representa todo um contexto que influencia o mundo a partir da década de 1920: a expansão de Estados autoritários. Conforme Izidoro Blikstein, origina-se na teoria racial nazista a ideia de que, para cultivar o progresso de um país, “é preciso que as pessoas sejam educadas, tenham uma formação, tenham uma determinada religião e assim por diante. E isso vira uma forma de salvar a nação” (BLIKSTEIN, 2017, *online*). Nessa esteira, a categoria central significa uma intenção recorrente de se afirmar o papel do Estado na definição de uma pauta eugênica que assegure o melhoramento dos indivíduos racialmente – em outras palavras: fisicamente, intelectualmente e moralmente. Esse tipo civilizado seria o responsável pelo progresso do país.

⁶⁴ Sobre esse Sobre esse assunto, os referidos autores afirmam: “A central category may evolve out of the list of existing categories. Or, a researcher may study the categories and determine that though each category tells part of the story, none capture it completely. Therefore, another more abstract term or frase is needed, a conceptual idea under which all the other categories can be subsumed” (CORBIN; STRAUSS, 2008, p.104-105).

Figura 6 – Diagrama da categoria central



Fonte: Desenvolvido pelo autor no software ATLAS.ti.

As cores utilizadas nos diagramas apresentados neste trabalho indicam o vínculo de uma determinada categoria e códigos à sua macrocategoria. A macrocategoria Defesa do Ensino religioso e suas subcategorias apresentam-se na cor azul; a macrocategoria Aperfeiçoamento Racial, na cor vermelha; e a macrocategoria Higienização da Nação, por sua vez, na cor amarela⁶⁵.

A categoria central é representada, como pode ser observado no diagrama acima, a partir da macrocategoria Aperfeiçoamento Racial, nas relações entre suas subcategorias Aperfeiçoamento Físico, Aperfeiçoamento Moral e Aperfeiçoamento Intelectual com as subcategorias e códigos das demais macrocategorias, ilustrando a relação entre a tríade Educação, Saúde e Religião em torno da questão eugênica. Como propriedade da categoria central, inclui-se, ainda, a subcategoria Questão Imigratória, tema que percorre todo o eixo temático deste trabalho.

A macrocategoria Aperfeiçoamento Racial⁶⁶ significa, por sua vez, as influências da pauta eugênica nos debates da Constituinte no que tange ao campo de pesquisa desta tese. Essa macrocategoria apresenta como propriedade o aperfeiçoamento físico, moral e intelectual, e como dimensão, a eugenia familiar e a questão imigratória. Antes da análise propriamente dita dessas propriedades, tornam-se relevantes algumas considerações sobre o movimento eugênico no Brasil.

5.1 Movimento eugênico no contexto da constituinte de 1934

A história do eugenismo, a ciência do aprimoramento racial, aponta para sua inserção no Brasil no contexto de um entusiasmo generalizado pela ciência como sinal de modernidade cultural. A reduzida elite e a classe médica em expansão eram atraídas por esse pensamento, confiando no poder da ciência para criar ordem e progresso e resolver o problema da composição racial do país.

O Brasil foi o primeiro país da América Latina a ter um movimento eugênico organizado, com a fundação, em 1918, da primeira sociedade eugênica brasileira, apenas dez anos depois da sociedade britânica equivalente e seis anos após a francesa. Nesse sentido, Nancy Stepan (2004, p. 333) sugere que os cientistas brasileiros estavam bem sintonizados com os desenvolvimentos científicos

⁶⁵ No diagrama da categoria central, aparecem ainda alguns códigos na cor azul clara que estão relacionados ao tema da educação de uma forma mais abrangente.

⁶⁶ Diagrama disponível no APÊNDICE B, p. 218

européus. Essa autora avalia, no entanto, que há mais elementos internos do que externos, que teriam influenciado a expansão do eugenismo no país. Segundo ela, a entrada do Brasil na guerra, em 1918, desperta para a possibilidade de prospecção do país no cenário mundial. Destarte, a eugenia aponta para uma possibilidade de regeneração nacional, atendendo às reivindicações patrióticas e aos anseios de maior visibilidade internacional.

Além disso, a eugenia surgiu no Brasil como resposta ao que era conhecido na década de 1920 como “questão social”. A abolição da escravidão, 30 anos antes, sem políticas de inclusão social, a fuga do campo para as cidades e as intensas ondas imigratórias geraram uma massa populacional marcada por intensa miséria e enfermidades. Adicionalmente, as precárias condições de trabalho geraram uma grande greve em 1917, que foi abafada com o uso da força e truculência das polícias e milícias dos governos estaduais e municipais.

A luta para superar a questão social no Brasil coloca em xeque a atitude clássica do liberalismo de *laissez-faire* frente a essa situação, o que gerou aqui uma séria ameaça de violência urbana. Assim, assume-se a importância do Estado na intermediação de uma relação mais harmoniosa entre trabalhadores e empregadores. A eugenia brasileira associou-se à mobilização pela introdução de uma legislação de bem-estar social como forma de aprimorar o povo brasileiro (STEPAN, 2004, p. 337).

Um terceiro fator, na concepção de Stepan, para a ascensão da eugenia foi o estágio em que a ciência brasileira se encontrava. A Europa, havia muito, simbolizava no imaginário brasileiro tudo o que era civilizado e o avanço do progresso naquele continente esteve associado ao eugenismo. Assim, uma classe médica em expansão e ansiando promover um papel de especialistas na conformação da vida social foi atraída por essa corrente de pensamento, nutrindo um ingênuo otimismo sobre sua própria capacidade de fazer o bem. “Era um grupo pouco afeito a análises revolucionárias das raízes raciais e econômicas das misérias sociais brasileiras” (STEPAN, 2004, p. 337-338).

Por fim, a autora apresenta o quarto elemento que teria contribuído para a ascensão da eugenia no Brasil: a crise de identidade racial do país. Raça e relações raciais eram aspectos centrais da realidade social e dos debates ideológicos sobre a capacidade brasileira e o destino nacional. Como nação culturalmente dependente, o Brasil era fortemente influenciado pelas ideias raciais da Europa, da França em

especial. Assim, interpretações racistas do Brasil vindas do exterior causavam dúvidas quanto à identidade racial do país. Em suma, essas interpretações assumiam que cruzamentos promíscuos que tinham ocorrido no Brasil desde os tempos coloniais até aquele momento haviam produzido um povo degenerado, instável, incapaz de desenvolvimento progressivo. Muitos entre a elite brasileira compartilhavam desse ponto de vista (STEPAN, 2004, p. 338).

Tendo em vista o espaço que as discussões sobre eugenia tomaram globalmente, uma constituinte realizada nesse período histórico seguramente seria envolvida por esse intenso debate. Na análise dos discursos políticos alcançados por esta pesquisa, inúmeras motivações podem ser percebidas para a defesa do protagonismo eugênico na condução de políticas públicas, tais como motivações científicas, econômicas e religiosas.

Quanto às motivações científicas, de certa forma já explanadas acima, fica notório no discurso dos constituintes que a eugenia goza de imensa credibilidade por ser considerada uma ciência que esteve envolvida com o progresso alcançado no continente europeu. Nesse sentido, destaca-se a seguir parte do discurso de Xavier Oliveira proferido na 58ª Sessão, em 25 de janeiro de 1934.

E continúa o sábio biologista sueco⁶⁷, autoridade máxima neste assunto:

“Verifica-se que o cruzamento de raças próximas costuma dar bons resultados, não só no tocante ao físico, mas também ao psíquico.”

Chamo bem a atenção para êste problema, que é eminentemente técnico:

“No tocante ao cruzamento de raças próximas, continúa êle – costuma dar bom resultado, não só quanto ao físico, mas também quanto ao psíquico; ao passo que a mistura de raças muito diversas entre si dá sempre resultados desfavoráveis.”

E adiante ainda:

“De pleno acôrdo com a maioria dos representantes da Biologia racial moderna, como Dovenpors, Fischer, Ploetz, Lenz Baur, Milson-Ehle, Scheids - e outros, não recomendo, de modo algum, a mestiçagem, em geral.”

E conclúe:

“Combatemos, principalmente, o cruzamento de raças, biologicamente muito diferenciadas”.

É a conclusão que tira de suas experiências e a faz com a responsabilidade de seu nome. De acôrdo com êle estão ainda centenas de outros biologistas, como Oliver, Gates, Gobinau, Lapouge, Reibmayer, e tantos mais, que seria longo enumerar, visto que a ciência está agora na ordem do dia, pois saiu da Alemanha,

⁶⁷ Referência a Hermann Lundborg, diretor do Instituto de Biologia Racial de Upsala, na Suécia.

Suécia, Estados Unidos e ganhou até a América do Sul. O Brasil inclusive. Marchemos com ela (ANNAES, p. 458-459, v. VI).

O imperativo para se marchar com a ciência europeia, que “ganhou até a América do Sul”, demonstra esse apelo caracterizado pela ciência como sinal de cultura, civilidade e progresso entre os constituintes. Essa motivação científica pode ser a primeira para a classe médica, mas, no contexto constituinte, ela surge como justificativa para a motivação econômica.

A Emenda 740 é uma perícópe importante para este trabalho. Nela não há referências diretas para a questão eugênica, mas sim a preocupação com o melhoramento racial para desempenho do trabalho. Essa emenda traz como proposta:

O artigo n. 113 do título XII será assim redigido:
A ordem econômica deve ser organizada conforme os princípios da justiça e as necessidades da vida nacional visando o estabelecimento em todo o país de um padrão de vida compatível com a dignidade do homem. Dentro desses limites é garantida a liberdade econômica (ANNAES, p. 160, v. IV).

Depreende-se que o grupo político que apresenta essa proposta tem como motivação a questão econômica, defendendo um sistema de liberdade econômica com ressalvas ao excesso de individualismo gerador de mais problemas sociais. Há, contudo, um impasse para a concretização desse ideal: a ineficiência do homem. Nesse sentido, o grupo defende que todas as medidas para se alcançar essa qualidade de vida sejam estimuladas, como se verifica em parte da justificativa dessa emenda transcrita a seguir:

É fundamental para todos os povos o fortalecimento de sua potência econômica; esta potência resulta da capacidade, eficiência e produtividade de seus elementos. É justificável, portanto, que se procure orientar a ordem econômica em todo o país, de acordo com os reclamos de vida digno, ao qual ao mesmo passo lhe propicie aperfeiçoamento, de acordo com os reclamos da civilização. Os índices de progresso de um povo que lhe assinalam condigna posição no concerto internacional, são precipuamente as condições com que satisfaz as necessidades básicas de sua vida material e as solicitações da sua vida moral. Daí a necessidade do enriquecimento das nações, como resultante do trabalho eficiente de seus filhos, o qual, por sua vez se manifesta nos padrões de vida e que conseguem atingir. Por mais de uma vez, temos tido ocasião ele nos manifestar sobre a necessidade do fortalecimento econômico de uma nação, para que

assim melhor lhe fique assegurada de modo absoluto, a independência política. A todos os respeitos e sob todos os aspectos, só se deve considerar efetiva a independência política de uma nação, quando ela se baseia em uma situação econômica forte.

[...]

A pobreza do povo é uma indiscutível realidade brasileira. Trabalhamos pouco e com pequena eficiência, sendo mínimo o rendimento médio do nosso trabalho “per capita”: somos assim de uma fraca produtividade. Não temos praticamente capitais próprios ou economias. São lastimáveis as condições de vida material, alimentação, educação e cultura do nosso cabôclo no interior e do praiano, no litoral.

Os poderes públicos do Brasil tem forçosamente que encarar êsses fatos na decretação das leis e das medidas que possam decisivamente facilitar a aceleração do progresso social. O mundo se nos apresenta hoje como um grande laboratório, de onde, se sabendo observar, poderemos tirar em proveito do Brasil os ensinamentos que as lições dos outros países no fornecem em abundância. A nossa penúria e o nosso atrazo provêm incontestavelmente da ineficiência do nosso homem e do desconhecimento do nosso meio. Como passo inicial. o grande problema é, incontestavelmente, observa com acerto o prof. Miguel Couto, a educação do povo. Essa educação, porém, não pode ser adstrita á difusão do ensino primário; tem que se estender a uma esfera mais larga abrangendo uma intensa e contínua apreciação do homem. em face do meio, de forma que todo o individuo válido que habite o Brasil possa e saiba conquistar pelo seu esforço, um padrão de vida, isto é, condições de alojamento, de alimentação, de abrigo corporal, educação e cultura, capazes de lhe assegurarem uma vida normal, digna do ente civilizado. O ensino, a higiene e o trabalho devem constituir, portanto, a preocupação maxima de todos os patriótas. Os fatores que permitam uma rápida melhoria do nosso padrão de vida médio, têm que ser acoroçoados, não podendo e não devendo ficar á mercê de nossa lenta evolução natural.

Os capítulos que tratam do ensino e da higiene no anteprojecto constitucional estão merecendo o necessário estudo dos competentes. É preciso que aos que se referem a ordem econômica se dispensem iguais ou maiores cuidados. “Dizem eminentes, sociólogos que as condições sociais em um país refletem as suas condições econômicas. Se é assim, será pela atuação nos fatos econômicos que poderemos obter o relativo bem estar de que carecemos. É pois mistér levantar o padrão de vida brasileiro, aumentar o poder aquisitivo e valorizar o nosso homem.”

“Nunca nos esqueçamos, porém, que sistemas, administrativos e políticos são méros apoios sôbre os quais temos que atuar, crescer e produzir pelo trabalho nacional. Leis e decretos não criam produtividades e riquezas. Racionalizemos o trabalho abrangendo em seu programa desde o estudo sistemático de nossos problemas financeiros até o aperfeiçoamento do nosso homem pelo saneamento e pela cultura; desde a racionalização agrícola até a racionalização de nossos mercados internos. No dia em que a maioria dos brasileiros conhecer o plano da racionalização de todas as nossas forças produtivas, baseado em estudos de comissões, técnicos imparciais, que inspirem confiança por se apoiarem em estudos cientificamente feitos sôbre bases reais, nêsse dia será fácil

a união sagrada de todos os nossos patrícios em torno dessa fórmula de trabalho e de ordem. Com semelhantes diretrizes, não será difícil prégar, e alcançar em cruzadas incessantes, a prosperidade e a grandeza da pátria.”

Estamos, pois, no Brasil, na fase imperativa da valorização do homem (ilegível). As nossas intervenções estadistas devem se confinar por êsses objetivos.

Roberto Simonsen; Abelardo Vergueiro Cesar; Cardoso de Melo Neto; Horacio Lafer; José Carlos de Macedo Soares; Carlota P. de Queiroz; Manoel Hyppolito do Rego; Oscar Rodrigues Alves; Alcantara Machado; Barros Penteado; Cincinato Brago; Almeida Camargo; Ranulpho Pinheiro Lima; A. Siciliano; Abreu Sodré; Th. Monteiro de Barros Filho; A.C. Pacheco e Silva; M. Whately; Plinio Corrêa de Oliveira; C. Moraes Andrade; Henrique Bayma (ANNAES, p. 160ss, v. IV).

A transcrição acima esboça uma preocupação com a eficiência do brasileiro para o trabalho. A afirmação “*A nossa penúria e o nosso atrazo provêm incontestavelmente da ineficiência do nosso homem e do desconhecimento do nosso meio*” reporta para um diagnóstico superficial da realidade brasileira que desconsidera o contexto histórico-social para transferir para o indivíduo a responsabilidade por sua penúria. A solução proposta é a educação e a higiene (sanitização) e por tal caminho seguirá o eugenismo desenvolvido no país.

Quanto às motivações religiosas, um dos eixos deste trabalho, elas ficarão mais evidentes no debate sobre imigração e ensino religioso. Mas cabe aqui apontar desde já para o contexto de reaproximação da Igreja ao governo e seu arsenal político eficiente na defesa de seus interesses na constituinte. A Igreja católica organizou-se para incluir na Carta Constitucional uma pauta bem definida, denominada Questão Religiosa. Trata-se da assistência religiosa às forças armadas, do ensino religioso facultativo nas escolas, da monogamia indissolúvel e do registro civil do casamento religioso. Tais reivindicações foram integralmente incluídas no texto constitucional.

No tocante a essa pauta oficial da Igreja, a indissolubilidade do casamento revela uma afinidade direta com o pensamento eugênico. No discurso de Annes Dias⁶⁸, por exemplo, há uma citação a Theodore Roosevelt, como notável estadista, que, estudando “os efeitos do divórcio em sua pátria, afirmou que esta marchava para o suicídio da raça” (ANNAES. p. 202, v. VIII). Tal constituinte também afirma que:

⁶⁸ Ver nota de rodapé nº 62 p. 114.

Um dos mais exaltados divorcistas patricios reconhece textualmente “que a continuidade do matrimônio é um instinto da espécie e que a união por toda a vida é o ideal para o qual deve tender o aperfeiçoamento”. Ora, o divórcio afasta dêsse ideal porquê torna instáveis e precários os laços conjugais (ANNAES, p. 203, v. VIII).

A defesa da família tradicionalmente constituída é um dos grandes temas da constituinte de 1934. A religião entra como estrutura ideológica para a sacralidade do casamento e sustentadora de ideais morais, dentro de uma perspectiva que parece entender que apenas no arcabouço religioso a família se legitima. Nesse sentido, a Igreja e liberais se posicionam favoráveis ao casamento monogâmico indissociável. Para eles, isso garante a estabilidade da família e, conseqüentemente, do Estado.

O divórcio dissolve as famílias e, entre os mais extremados divorcistas se acham os que tentam anular a noção de pátria e destruir a sociedade. Para êsses o divórcio é a primeira conquista necessária, pois a desorganização da família facilitará a da sociedade (ANNAES, p. 204, v. VIII).

Além dessa pauta que representa interesses oficiais da Igreja, é importante destacar uma pauta defendida pelo conservadorismo católico que visa defender a família tradicional, com papéis sociais bem definidos e controlados pelo Estado, e promover uma regeneração moral da sociedade, que vinha, na opinião desse grupo, definindo moralmente nos últimos 40 anos de república na qual a presença da Igreja estivera enfraquecida no cenário público, como se observa no trecho a seguir:

O SR. FERNANDO MAGALHÃES – Nesta hora, ouço uma voz unanime clamar contra quarenta anos de República inútil, que desperdiçou a riqueza e inutilizou a cultura, que preparou doutores sem conta e ensino sem crédito. Pergunto: que foi que preparou esta sociedade desorganizada?

O SR. GUARACI SILVEIRA – Indago do orador: êsses quarenta anos de República destruíram que? Quatrocentos anos de ensino religioso que nada adiantou á Pátria.

O SR. FERNANDO MAGALHÃES – Foram êsses quarenta anos, que culminaram numa revolução...

UM SR. DEPUTADO – Revolução política.

O SR. FERNANDO MAGALHÃES – . . . que se aponta como purificação, que veio resgatar os males reconhecidos por esta Assembleia revolucionária; revolução que se preparou, como consequência fatal da dissolução, da miséria popular, do abandono da Igreja, do esquecimento da palavra divina, do desconhecimento da noção essencial da Família, quando não se respeita a

organização da casa; foram esses quarenta anos da República leiga que aceleraram a catástrofe nacional, culminante na Revolução de 1930 (ANNAES, p. 282, v. II).

A pauta moral do discurso eugênico encontra amparo nesse contexto. A relação entre Igreja e eugenia é um tanto quanto velada, mas há elementos que comprovam sua direta afinidade. Nesse sentido, a emenda 740 supracitada, por exemplo, é assinada por uma das principais vozes da Igreja na Assembleia, Plínio Correia de Oliveira, além de outros deputados eleitos com a indicação da LEC, como Manuel Hipólito do Rego e Jose de Alcantara Machado de Oliveira. E a emenda 781 é assinada por deputados vinculados à LEC – como José Carlos de Macedo Soares, além dos já mencionados José de Alcantara Machado de Oliveira e Manuel Hipólito do Rego –, assim como por deputados defensores da questão religiosa – como Teodoro Monteiro de Barros Filho e Moraes Andrade, ambos eleitos pela legenda da Chapa Única. O nome, no entanto, que melhor reúne a Igreja ao movimento eugênico é Xavier de Oliveira⁶⁹, o que ficará mais claro posteriormente neste trabalho.

Quanto à emenda 781, trata-se de um texto muito relevante para esta pesquisa, pois revela um teor eugênico que recebe o apoio de vozes ligadas aos interesses da Igreja, como mencionado acima. Essa emenda tem seu conteúdo parcialmente integrado à Carta Constitucional. Sendo assim, torna-se importante sua reprodução aqui:

N. 781

Onde convier:

CAPÍTULO – ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. Incumbe á União como aos Estados e aos Municípios, nos termos da lei federal:

- a) velar pela saúde pública, assegurando o indispensável amparo nos desvalidos, creando serviços especializados e estimulando os serviços sociais cujas finalidades procurará coordenar;
- b) incentivar a educação eugênica e sexual;
- c) amparar a maternidade e a infância;
- d) socorrer as famílias de prole numerosa;
- e) proteger a juventude contra toda exploração, bem como contra o abandono físico, moral e intelectual;
- f) adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a mortalidade e a morbilidade infantil;
- g) adotar medidas de higiene social, visando impedir a propagação das doenças transmissíveis;

⁶⁹ Ver seção 4.3.1, p. 111.

h) cuidar da higiene mental, incentivando a luta contra os venenos sociais.

Parágrafo único. Todos os problemas relativos á saúde e á assistência serão estudados e coordenados por Conselhos Técnicos e pelos órgãos creados visando o aperfeiçoamento da raça.

Justificação

Não será novidade introduzir na Constituição Brasileira um programa unitário de ação social. A Alemanha, que possui velhas tradições de autonomia local e regional, não hesitou. na Constituição de Weimar, em fazer recair sobre os poderes públicos a obrigatoriedade de cuidar dos problemas sociais, procurando atenuar os sofrimentos consequentes da miséria (assistência paliativa); reconduzir o indivíduo e a família ás condições normais de existência (assistência curativa); prevenir os flagelos sociais (assistência preventiva); melhorar as condições sociais e elevar o nível da existência (assistência construtiva).

País novo, de grande vastidão territorial, de clima variável, com uma população constituída pelas raças mais heterogêneas, de costumes e hábitos diferentes, vivendo nas mais diversas condições higiênicas, não se compreende a razão de se não incluir na nossa magna Carta um Capítulo em que se consubstancie, em linhas gerais, medidas para remediar as necessidades da coletividade, baseadas em dados científicos e racionais.

Assim, a educação eugênica se impõe, atendendo a que a eugenia não só tem por fim a procriação em boas condições fisiológicas, como ainda estuda as causas disgenéticas ou as que podem influir direta ou indiretamente sobre o valor da espécie dando a cada cidadão o sentimento da responsabilidade na formação da raça.

A educação sexual é a base da luta antivenérea e é paralela á educação eugênica, de acôrdo com as conclusões da Conferência Internacional para a reafirmação do ideal moral no mundo.

Insistir sôbre a necessidade do Estado amparar a infancia e a maternidade é um truismo nos dias que correm.

Adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a mortalidade e a morbididade infantil é, de acôrdo com as resoluções da Conferência Nacional de Proteção á Infancia, realizada no Rio de Janeiro em outubro de 1933, um dever indeclinável do Estado.

As medidas de higiene social devem obedecer a uma unidade de ação de forma a dar eficiência á luta contra a verminose, o impaludismo, a tuberculose, a lepra, as doenças venéreas, o cancer.

Convém, outrossim, que figure na Carta Constitucional a expressão do sentimento coletivo que anima os brasileiros da atual geração, dando aos poderes públicos a incumbência de zelar pela higiene mental e combater os vícios sociais sobretudo o alcoolismo.

Dessa forma, a atual geração afirmará aos pósteros que os mágnos problemas atinentes ao futuro da raça não deixaram de preocupar os que se empenharam na elaboração da Carta Constitucional de 1933.

Sala das Sessões, 16 de Dezembro de 1933. – A. C. Pacheco e Silva. – Carlota P. de Queiroz. – Almeida Camargo. – C. de Mello Neto. – Roberto Simonsen. – A. Siciliano. – Ranulpho Pinheiro Lima. – Abelardo Vergueiro Cesar. – Oscar Rodrigues Alves. – Th. Monteiro de Barros Filho. – Alcantara Machado. – Barros Penteado. – José Ulpiano. – Abreu Sodré. – Cincinato Braga. – Manuel Hyppolito do Rego. – José Carlos de Macedo Soares. – M. Whatelly. – Henrique

Bayma. – Horacio Lafer. – C. Moraes Andrade. (ANNAES, p. 175-176, v. IV).

Apreende-se dessa emenda como a ideologia eugênica desenvolveu-se no Brasil, tendo em vista o contexto de reaproximação da Igreja ao centro do poder e o movimento de regeneração moral da sociedade. Nessa conjuntura, eugenizar significa sanear (STEPAN, 2004, p. 345). O propósito geral da emenda está explícito no parágrafo único – “visando o aperfeiçoamento da raça” –, mas as medidas propostas fogem do extremismo observado, por exemplo, no eugenismo nazista, para propor um caminho que tende para os ramos mais higienistas do eugenismo, como a educação eugênica, a puericultura, o combate à mortalidade e à morbosidade infantis, e um tema que tem muito amparo na moralidade católica: o combate ao alcoolismo e outros males sociais.

A Higiene é um ramo da medicina que se ocupou da descrição e redescricao dos objetos sociais em conformidade com os cânones da ciência médica. A inserção do movimento no Brasil se deu a partir do século XIX, como esforços da nova elite urbano-comercial e de intelectuais brasileiros, especialmente da classe médica, amplamente influenciados por ideais europeus de civilização, urbanismo e medicina social, incluídos no grande projeto de organização de um Estado Nacional (GONDRA, 2004, p. 251). Esse movimento, por suas muitas congruências com o eugenismo, fornece-lhe ferramentas para a concretização de seus objetivos, tendo em vista algumas resistências ao eugenismo impostas naquele contexto. De fato, Stepan vai afirmar que o conservadorismo católico foi um importante fator para que o eugenismo no Brasil assumisse características próprias. Para ela,

à medida que a Igreja católica se aproximava do Estado brasileiro [...], eugenistas radicais como Kehl achavam o ambiente pouco propício a programas sancionados pelo Estado para esterilização dos “inadequados e inaptos” ou dos “grosseiramente degenerados” defendido por Afrânio Peixoto, José Fontanelle, Pacheco e Silva, e Leitão da Cunha. Frustraram-se igualmente os esforços dos eugenistas e de trabalhadores e médicos radicais pela legalização do aborto em casos excepcionais, do controle da natalidade por motivos eugênicos ou outras razões (STEPAN, 2004, p. 375).

Naquele contexto, esterilização, controle da natalidade e aborto eram percebidos como anticatólicos e continuariam ilegais no Brasil até muito recentemente. O tema aborto ainda hoje representa muitas tensões nos debates

políticos e sociais. Mas uma legislação antialcoólica, pauta antiga de eugenistas brasileiros, e o exame pré-nupcial obrigatório obtiveram considerável apoio.

O discurso de Leitão da Cunha⁷⁰, ao defender o uso de práticas eugênicas, segue nesse sentido – o de evitar “os exageros iniciais”.

Quando Gasparin, em 1.846, estabeleceu a sua zootécnica ou zootecnia, tinha um fim comercial: aproveitar dos animais aquilo que êles pudessem dar em quantidade maior, pelo aperfeiçoamento de qualidades raciais que seriam, pelo cruzamento devidamente orientado, acentuados em cada qual dos tipos, de maneira a obter-se, mais tarde, uma certa estabilização. Felizmente, quando Galton, em 1.869, pensou no homem aperfeiçoado, não adotou o termo “antropotécnica”, o que daria a impressão de que seríamos bons animais, para perfeito aproveitamento comercial. Escolheu o termo “eugenia”, para traduzir o aperfeiçoamento do homem, aperfeiçoamento êsse que, naturalmente, sofre evidentes restrições; e essas restrições jámais, quaisquer que sejam as leis que se estabeleçam, poderão desaparecer de modo completo, porquê o animal que as terá de sofrer será o próprio autor delas, e logo se incumbirá de encontrar os meios de sofismar as exigências da lei, que tiver redigido. Tão logo surgiram, como é de regra, em consequência das primeiras tentativas da prática da eugenia, os exageros iniciais, Kant, criticando Maupertius, que pretendia criar um tipo de homem uniforme, declarou que é precisamente na mistura do bom e do mal que está a grande mola impulsora das fôrças latentes da humanidade, a força para o desenvolvimento de sua melhor inteligência e a satisfação da sua finalidade. É verdade que, para confirmar êsse asserto, Fischer e Rodenwafdt observaram a boa qualidade dos mestiços existentes em Rehoboth e Kizar, resultantes respectivamente do cruzamento do sangue alemão e holandês com o hotentote, e do sangue holandês, alemão, inglês e francês dos habitantes dessa ilha situada ao norte de Timor. Boas nega a superioridade das raças chamadas puras. Servem estas citações para coibir os abusos, sem entretanto, permitir se conclua pela inutilidade das práticas eugênicas e de todos os cuidados possíveis no período pré-concepcional, na vida ante-natal e na vida extra-uterina para melhorar o homem, não só no físico, como, sobretudo, no moral e no intelectual (ANNAES, p. 34, v. IX).

O tema da educação eugênica⁷¹ assume considerável importância na ideologia eugênica brasileira. Haja vista as limitações impostas pela conjuntura supracitada, a educação eugênica aparece como meio possível de se criar uma cultura eugênica, ou seja, dar a cada cidadão o sentimento da responsabilidade na

⁷⁰ Raul Leitão da Cunha nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, no dia 2 de janeiro de 1881, e formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1903, seguindo então para a Europa, onde se especializou em anatomia patológica. Em 1920 assumiu a direção dos Serviços Sanitários do Rio de Janeiro, assessorando nessa ocasião Carlos Chagas. Elegeu-se deputado pelo Distrito Federal à Assembleia Nacional Constituinte na legenda do Partido Democrático.

⁷¹ O tema é mais amplamente abordado na seção 5.4.3.

formação da raça. A emenda 781 vai introduzir a educação eugênica nas incumbências da União, Estados e municípios, já que o anteprojeto apresentado pelo governo provisório não a previa nesses termos⁷². Embora a Comissão dos 26 tenha tentado retirar a expressão do texto, substituindo-a por ‘incentivar a educação’, a educação eugênica entra na Carta constitucional, ficando de fora a expressão educação sexual, o que pode representar certas reservas do conservadorismo católico para adotar tal termo⁷³.

Outra temática presente na emenda 781 é a legitimidade conferida ao Estado para a interferência nas questões familiares. O contexto mundial aponta para o fortalecimento de Estados fiscalizadores e autoritários. O eugenismo concorda com esse tema, obviamente por entender que as políticas eugênicas são de obrigação do Estado, o que será inúmeras vezes defendido nos debates. Miguel Couto⁷⁴ é favorável a tese, por exemplo, de que o Estado assuma a tutela de crianças e devolva já educados à suas famílias, tendo em vista a superação de alguns problemas colocados à época: a frequência dos alunos e a disponibilidade de professor nas escolas rurais.

Meus nobres colegas, peço permissão para repetir que se o Governo fundasse grandes institutos de educação primária, mandando reunir os educandos, que estão a vários quilômetros uns dos outros, fazendo-os tutelados seus para entregá-los às suas famílias, já educados, ao fim de sete anos, teríamos resolvido o problema (ANNAES, p. 449, v. VIII).

A Igreja demonstra apoio à ideia de interferência do Estado sobre as questões familiares, pois revela congruência com os seus interesses de controle e fiscalização das famílias. Para Gwyer de Azevedo⁷⁵, trata-se de interesses políticos em jogo. Esse constituinte, em tom de denúncia contra os interesses políticos das ligas católicas, transcreve um programa da Confederação Católica de Belo Horizonte publicado em 1931, no jornal *Estado de Minas*, em suas “Notas Religiosas”, sob o título “Santificação da Família”, transcrito a seguir:

⁷² A emenda 781 é uma reformulação do artigo 110 do Anteprojeto de Constituição apresentado pelo Governo Provisório. Ver seção 4.1.2.

⁷³ A questão do preconceito à educação sexual é um tema que Renato Kehl vai empreender esforços para desfazê-lo, principalmente no trabalho *O problema da educação sexual: importância eugênica, falsa compreensão e preconceitos – Como, quando e por quem deve ser ministrada*, apresentado no I Conferência Nacional de Educação, em 1927.

⁷⁴ Ver seção 4.3.7

⁷⁵ Ver seção 4.3.3.

**Programa de ação da Confederação Católica de Belo Horizonte,
em 1931 – Trabalho apresentado pelo padre Álvaro Negromonte,
e que o transcrevemos por partes:**

*Visitar todas as casas da paróquia, examinando-lhes as
necessidades espirituais*

O Pároco divide a paróquia em “grupos de casas” por quarteirões ou ruas, que serão confiados a uma senhora. Esta divisão racional e metódica, feita sobre a planta da paróquia, não deve deixar escapar nem uma casa.

É prudente copiar a divisão e arquivá-la, juntamente com o nome e o endereço da zeladora encarregada do grupo.

Para maior eficiência do trabalho, convém que os “grupos de casas” não tenham muitas casas, 40, 50 no máximo.

O vigário, que deve conhecer bem as suas paroquianas, distribuirá os “grupos” às senhoras que mais facilmente os puderem visitar.

Entregar um “grupo de casas” a uma senhora que morasse muito longe dele, seria, de antemão, inutilizar as esperanças, a menos que se tratasse ele uma verdadeira apóstola – o que é raro.

Nomeada, a encarregada começa imediatamente a sua tarefa: descobrir as uniões ilícitas, as crianças por batizar, as que não frequentam o catecismo, as que não fizeram a primeira comunhão, os que não fazem a páscoa, os enfermos que precisam de sacramento, os que tem filhos em colégios protestantes, etc, etc

A zeladora, para fazer estas sindicâncias, deve ter muito jeito, muita prudência. Muitas vezes, no simples curso de uma conversa bem orientada, se chega facilmente ao resultado desejado, do que com perguntas diretas, importunas e irritantes.

Imprudência seria declarar que o fim da visita é conhecer as necessidades espirituais. . . A visita se faz sob um pretexto qualquer: um aniversário, um nascimento, um batizado, uma moléstia, um luto, ou em companhia de uma amiga da casa e mil outros motivos que nunca faltarão a uma mulher para visitar a outra.

E . . . toca a conversar, que nesta conversa é que sai tudo!... Aí se fica sabendo que são só contratados no civil, que os meninos ainda não estão batizados, ou não frequentam o catecismo, que aquele maiorzinho, não fez a primeira comunhão e até. . . as rugas dos esposos.

De tudo o que se tiver informado, com prudência e segurança, a zeladora tomará nas escritas e apresentará em sessão para que se fique sabendo:

- 1º) o número de casas visitadas;
- 2º) o número das uniões ilícitas;
- 3º) o das legitimadas;
- 4º) as crianças de mais de um mês, por batizar;
- 5º) os batismos de adultos, tanto por fazer, como os conseguidos;
- 6º) as crianças que não frequentam o catecismo;
- 7º) outras necessidades espirituais.

Do que for apresentado em sessão do Apostolado, a secretaria fará um relatório sucinto e completo para apresentar à Confederação (ANNAES, p. 243, v. V).

Um pequeno trecho do discurso que se segue à apresentação desse programa é importante para a compreensão do tema. Esse discurso está disponível como ANEXO A de uma forma mais ampla.

O SR. GWYER DE AZEVEDO – Isso é aceitável? Isso é a santificação da família? Não, senhores! Isso é uma espionagem, e das piores! (apoiados e não apoiados. Palmas no recinto e nas galerias)

Sr. BARRETO CAMPELO – Permita-me V. Ex. uma explicação: espionagem, bisbilhotice seria se fosse debaixo do espírito de curiosidade; mas tudo isso é feito para cura de males sociais generalizados.

O Sr. GWYER DE AZEVEDO – Não adivinho intenções. Pelo que li, trata-se de uma ordem de espionar, penetrando a intimidade e os segredos dos lares. Isso se obtém no confissionário e não por êsses processos. Isso, pois, não é ensino moral, porquê êste não admite tais recursos.

O Sr. ZOROASTRO GOUVEIA – Aliás, é um simples adminículo ao confissionário, que é a arma da espionagem. (Trocam-se apartes.)

O Sr. GWYER DE AZEVEDO – Não quero tomar mais tempo á Assembleia. Respondida a nota de Sua Eminência, faço-lhe daqui um apêlo, no sentido de que detenha a marcha dessas ligas católicas, que, divorciadas das mais prementes necessidades do povo, que pede pão (muito bem), vivem apenas a fazer eleitores, com o fim de atingirem os seus objetivos políticos (Apoiados. Protestos. Palmas nas galerias) (ANNAES, p. 244, v. V).

Depreende-se do trecho acima, que o espaço privado da família deve ser fiscalizado. A Igreja parece criar seus métodos para fazê-lo, mas obviamente, se ao Estado fosse conferido esse poder de fiscalizar a moral dentro dos lares, isso cooperaria com a questão religiosa, principalmente no que tange o combate aos males sociais. O anteprojeto de Constituição apresentado pelo governo provisório trazia em seu artigo 110 esse pensamento de uma forma mais clara:

Art. 110 Incumbe á União, como aos Estados e aos Municípios, nos termos da lei federal:

- a) Velar pela pureza, sanidade e melhoramento da família;
- b) Facilitar aos pais o cumprimento de seus deveres de educação e instrução dos filhos;
- c) Fiscalizar o modo por que os pais cumprem os seus deveres para com a prole e cumpri-los subsidiariamente;
- d) Amparar a maternidade e a infância;
- e) Socorrer as famílias de prole numerosa;
- f) Proteger a juventude contra toda exploração, bem como contra o abandono físico, moral e intelectual.

Nessa proposta, fica bem notória a intenção de munir o Estado com o poder de fiscalizar as relações entre pais e filhos. A letra c não foi incluída no texto constitucional, assim como não estava presente no conteúdo da emenda, mas revela como a possibilidade de o Estado intervir no seio familiar era um tema presente. O deputado João Simplício⁷⁶ vai questionar a possibilidade de abusos que tal proposta do Governo Provisório poderia causar, principalmente no interior do Brasil, nos termos a seguir:

O artigo 110, Sr. Presidente, prescreve, como incumbência da União e dos Estados, nos termos da lei federal, além de certos deveres sociais, fiscalizar o modo por que os pais cumprem os seus deveres para com a prole e cumprí-los subsidiariamente. Pergunto eu: como na própria Capital Federal poderá a autoridade municipal saber do que se passa em nossas casas, como cumprimos os deveres para com os nossos filhos, afim de nos impelir á determinada conduta? E o que não se poderá e deverá esperar de abusivo e perigoso no interior do Brasil a que essa Constituição vai servir? (ANNAES, p. 312, v. II).

Como visto até aqui, o combate aos males sociais é um argumento de cunho eugênico que encontra congruência no conservadorismo católico e nos projetos higiênicos do Estado. Para justificar o programa de Santificação da Família, por exemplo, Barreto Campelo⁷⁷ afirma que a Igreja vai desempenhar um importante papel para a cura dos males sociais generalizados. Em uma concepção religiosa, pode-se entender por males sociais generalizados, entre outros, as uniões ilícitas, os jogos de azar e o alcoolismo. Para os eugenistas, interessa, principalmente, o combate ao alcoolismo, mas, de igual modo, percebe-se a afinidade de interesses.

O *Club 3 de Outubro* é um outro grupo político na constituinte que vai demonstrar essa relação entre motivações religiosas e a pauta eugênica⁷⁸. Como já demonstrado anteriormente, onde se destacam figuras notadamente ligadas à Igreja católica, os temas eugenistas são eufemizados, enfatizando-se a questão higienista. Tal grupo vai apresentar à Assembleia um documento denominado Programa

⁷⁶ João Simplício Alves de Carvalho nasceu em Jaguarão (RS) no dia 2 de agosto de 1868. Militar de carreira, atuou no governo de Vargas enquanto presidente do estado do Rio Grande do Sul. Em maio de 1933, elegeu-se deputado à Assembleia Nacional Constituinte pela legenda do PRL daquele estado. Como constituinte, produziu diversos pareceres e emendas ao anteprojeto constitucional então em discussão, do qual discordava, particularmente no tocante à educação e ao ensino.

⁷⁷ Francisco Barreto Rodrigues Campelo nasceu em Recife no dia 3 de janeiro de 1888. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Recife em dezembro de 1911. Apoiou a campanha da Aliança Liberal e, após a Revolução de 1930, elegeu-se em 1933, como candidato independente, deputado por Pernambuco à Assembleia Nacional Constituinte.

⁷⁸ Ver seção 4.2.1.

Revolucionário⁷⁹, no qual suas principais teses são apresentadas. Na elaboração desse documento, participaram Waldemar Falcão⁸⁰, Líder dos Representantes da LEC, com o expresso apoio de Arruda Câmara, sacerdote católico, líder da bancada de Pernambuco, e Plínio Correia de Oliveira, uma importante voz do laicato católico. Dentre suas teses, destacam-se:

- Será inflexivelmente abolida a indústria das loterias, sob qualquer pretexto por que se exerça, não sendo de maneira alguma tolerados os jogos de azar, que tão prejudicialmente afetam o caráter, a vontade e as iniciativas de cada indivíduo.
- Criar-se-á uma legislação apropriada a incentivar a temperança, regulamentando-se o comércio das bebidas espirituosas e a sua venda a retalho, taxando-se pesadamente as bebidas alcoólicas e fomentando o mais possível a utilização, para fins puramente industriais, do álcool e dos seus sucedaneos.
- À República, aos Estados e aos Municípios incumbe zelar pela moralidade, saúde e melhoria social do indivíduo e da família.
- A juventude deve ser protegida contra as explorações e contra o abandono moral, físico e intelectual.
- Nessa ordem de ideias, estimulará o poder público, por todos os meios, as instituições e fundações que, com fins beneficentes, atingirem verdadeiramente os objetivos acima, auxiliando-as e protegendo-as, na medida do bem social que forem espalhando a través da sua atuação (ANNAES, p. 222-223, v. III).

O programa revolucionário do *Club 3 de Outubro* revela a preocupação com a decadência moral do brasileiro. Assim, defende a organização da sociedade brasileira em torno das classes produtoras e trabalhadoras, “com a colaboração preciosa das forças morais que se apoiarem nas tradições e na índole brasileira”. É notório que tais forças morais dizem respeito à Igreja e às Forças Armadas, em outra parte denominadas “fôrças morais acordes com as tradições e tendencias do Povo Brasileiro” (ANNAES, p. 193, v. III). O programa defende o primado dessas classes sobre a legislação e o controle sobre a organização da sociedade nacional,

em tudo quanto disser respeito á sua economia, á direção dos negócios públicos, á repressão dos vícios, ao saneamento físico, moral, intelectual, político, profissional e técnico da nacionalidade, não esquecidas as massas trabalhadoras pobres e incultas das cidades e do interior (ANNAES, p. 222, v. III).

O objetivo é assegurar o equilíbrio social necessários e aparelhar “o país dos meios de assistência indispensáveis á eliminação progressiva das injustiças, das

⁷⁹ Alguns trechos mais relevantes desse documento são disponibilizados no ANEXO B.

⁸⁰ Ver nota de rodapé n. 56, p. 104.

opressões econômicas e do pauperismo, fatores lastimáveis de inquietação e de desordem internas". No plano de ensino, tem-se em vista a cultura física e o aperfeiçoamento moral da população escolar. As "forças morais organizadas" são chamadas a cooperar nesse projeto (ANNAES, p. 224, v. III).

Nesse ponto, é importante apresentar uma motivação imiscuída entre todas as demais citadas; trata-se do temor mundial de expansão do comunismo⁸¹. Nesse sentido, o nazismo e o fascismo aparecem como importante bagagem ideológica, política e econômica no combate a essa "ameaça". Costa Fernandes⁸², por exemplo, vai tecer consideráveis elogios a Mussolini transcritos a seguir:

Quanto á Italia, devo dizer cheio da maior admiração pelo estadista emérito que orienta o govêrno daquele país, que Mussolini, interpretando a defesa da sociedade e da família e com a noção perfeita de um patriotismo sadio, procurou consolidar os princípios em que aquelas se apoiam, estabelecendo o ensino religioso obrigatório, por acreditar na influência que êle incontestavelmente exerce na elevação moral das almas, condição indispensavel para felicidade de um povo. Êste exemplo, dado por um dos homens mais notáveis dêstes ultimos tempos, deve impressionar os povos que desejam salvar-se dos efeitos do ciclone, produzido pelo desequilíbrio econômico do Mundo, ciclone que procura destruir a civilização ocidental, que é uma das mais belas conquistas do Cristianismo (ANNAES, p. 111, v. V).

Aqui, Costa Fernandes defende o ensino religioso nas escolas públicas amparado em Mussolini, "estadista emérito que orienta o govêrno daquele país (Itália)". Destacam-se no texto as expressões: "defesa da sociedade e da família" e "noção perfeita de patriotismo sadio". Para Costa Fernandes, o exemplo de Mussolini deveria inspirar os "povos que desejam salvar-se dos efeitos do ciclone [...] que procura destruir a civilização ocidental". Ciclone deve ser lido como comunismo. Na visão do constituinte, o comunismo é uma grande ameaça a "uma das mais belas conquistas do Cristianismo" – a sociedade ocidental. De maneira geral, esse entusiasmo por Mussolini era compartilhado entre os eugenistas brasileiros, que admiravam os amplos programas de proteção familiar desenvolvidos por ele na Itália fascista, "programas cuja orientação pró-família, pró-catolicismo, antiabortiva e antifeminista era altamente congruente com a ideologia eugênica brasileira" (STEPAN, 2004, p. 376).

⁸¹ Para a análise do discurso anticomunista, sob a égide da moral, ver seção 5.3.2.

⁸² Ver seção 4.3.4.

A despeito da intenção de se demonstrar essas motivações para defesa do protagonismo eugênico nos debates políticos, é importante destacar que a realidade social se apresenta mais como uma teia, com conexões complexas e algumas vezes sutis, do que como tipos perfeitos, cujo único intento é uma exposição didática. Essas temáticas retornarão neste trabalho, representando o movimento espiral de teorização dentro da proposta metodológica aqui adotada.

Apesar da variedade de grupos ideológicos formando a Assembleia, é possível perceber, como demonstrado, certa unanimidade sobre o tema: a necessidade de aperfeiçoamento da raça para o progresso do país. Nesse contexto, o aperfeiçoamento da raça torna-se questão urgente e altamente patriótica. A seguir, destacam-se duas citações nas quais o teor nacionalista e patriótico associa-se à necessidade de melhoramento racial para se obter o progresso. No discurso de Pacheco e Silva⁸³, médico, Diretor do Sanatório Pinel, representante dos empregadores, voltado aos problemas relacionados com a medicina e a higiene social, essa tônica é notória.

Felizmente para mim, o assunto é de tal ordem que eu não creio haja entre os representantes de todos os recantos do Brasil quem tenha opinião discordante e não reconheça a urgência de se cuidar do aperfeiçoamento da raça, procurando por todos os meios melhorar as suas condições físicas, apurar os seus predicados morais e aprimorar os intelectuais. A condição essencial para que um povo se erga, transforme as suas forças num centro de energias vitais capaz de dar expansão às iniciativas dos seus filhos, para impor-se perante as nações do mundo, tornando respeitadas as suas fronteiras, está na integridade física, mental e moral da raça (ANNAES, p. 262-263, v. VII).

Em Xavier de Oliveira⁸⁴, a temática também é recorrente.

Como se está a vêr, a importância desta questão está em sua simples enunciação: Jámais seremos uma grande nação se não cuidarmos, de defender e melhorar a nossa raça. Deixo, pois, o assunto, ao saber e ao patriotismo elevado, ciênte e conciente desta Assembleia e fico certo de que, de seu “verdictum” algo sairá de útil, prático e eficiente, em bem da saúde física e mental dos brasileiros, e da formação eugenica da nossa nacionalidade, que é o que visa a emenda cuja justificação cabal tenho como feita (ANNAES, p. 249, v. IV).

⁸³ Ver seção 4.3.6.

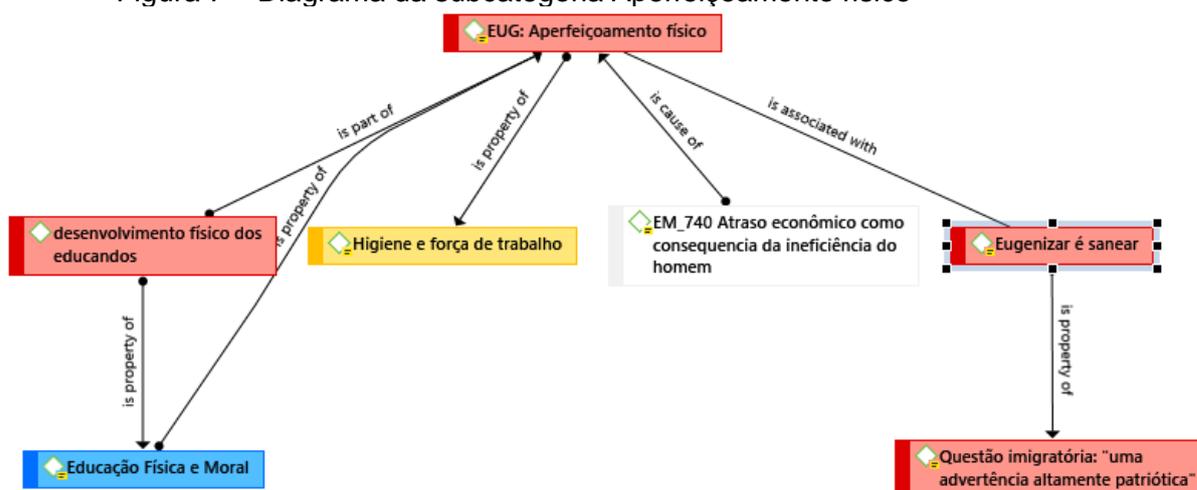
⁸⁴ Ver seção 4.3.1.

Fica evidente, nas citações apresentadas até aqui, que a preocupação eugênica de aperfeiçoamento da raça envolve o aperfeiçoamento físico, moral e intelectual. Nesse sentido, a partir desse ponto, busca-se explorar cada uma dessas dimensões, apresentando a teoria emergente dos dados deste trabalho.

5.2 Aperfeiçoamento físico: raça, saúde e corpo

O aperfeiçoamento físico é um conceito atrelado a diversas motivações que tangem ao aperfeiçoamento para o trabalho, para o exercício militar e o melhoramento racial. Trata-se de uma importante propriedade da categoria Aperfeiçoamento Racial, uma vez que reúne os conceitos de raça e corpo, elementos importantes para o estudo nesta tese da relação ente Educação, Saúde e Religião. O diagrama dessa subcategoria está representado na figura a seguir:

Figura 7 – Diagrama da subcategoria Aperfeiçoamento físico



Fonte: Desenvolvido pelo autor no ATLAS.ti.

5.2.1 O mito do branqueamento: um caminho possível

No campo científico, a década de 1930 é marcada por uma maior ênfase na questão racial no movimento eugênico brasileiro. A década anterior foi tomada por um sentimento nacionalista que precisava refutar as ideias ligadas às teorias raciais clássicas de que a mistura de raças geraria degeneração, uma vez que a massa populacional era composta por miscigenados. Assim, os esforços voltaram-se para criar uma visão mais otimista do país, o que culminou com uma reformulação da ciência racial da época. Nesse contexto, a tese do branqueamento se destaca.

Segundo essa tese, o histórico de miscigenação era visto não como causa de degeneração, mas de regeneração, porque levava a um progressivo branqueamento da população por meios naturais. Além disso, a miscigenação teria evitado os conflitos raciais observados nos Estados Unidos, assim como os horrores nazistas. Nesse período, manifestações públicas de cunho racistas iriam contra o curso dos desenvolvimentos sociais e ideológicos.

Destarte, a tese do branqueamento, que remontava a um período anterior, ganha hegemonia, ao apresentar-se como uma espécie de esperança nacional (HAUFBAUER, 2000, p. 2). É importante enfatizar que tal tese estava assentada no ideário eugênico de superioridade da raça branca. Assim, os “cruzamentos entre mulatos e brancos favoreceriam o branqueamento não só pela superioridade biológica dos brancos como também pelo fato de que os mulatos preferiam parceiros mais brancos que eles próprios” (STEPAN, 2004, p. 358). Nesse período, referência à raça no espaço público tem conotação de “raça brasileira” ou “nossa raça”. A palavra perde o sentido original da teoria racial clássica ligado à essência do indivíduo, na qual a metamorfose de “raça negra” em “raça branca” era algo inimaginável, para assumir um sentido mais antropológico de cultura, ou seja, um *ethos* brasileiro.

Ao final da década de 1920 e início da de 1930, contudo, uma eugenia mais extrema, de estilo anglo-saxão, passou a se manifestar de forma mais ampla. Alguns fatores são apontados por Stepan (2004, p. 367) para essa virada como a ascensão de políticas eugênicas extremas na Alemanha e nos Estados Unidos, o desenvolvimento de ideologias estatizantes e antidemocráticas no Brasil⁸⁵ e a desaceleração da imigração branca para o país (que poderia levar ao fracasso a teoria do branqueamento). O principal nome dessa eugenia mais radical aqui é Renato Kehl, considerado o líder do movimento eugênico no país. Kehl sempre teve uma postura mais radical do que seus pares, mas, a fim de angariar apoio ao ideal eugênico, flexibilizou seu discurso. Na década de 1930, no entanto, ele lidera esse processo que marca um período de descrença no ideal de sanitização e educação como eugeniação, para uma defesa mais contundente da “verdadeira eugenia”, a saber, entre outras coisas, a esterilização dos degenerados e criminosos, a

⁸⁵ Que culminaram, por exemplo, na fundação da Ação Integralista Brasileira (AIB) em 1932.

imposição de exames pré-nupciais obrigatórios e a legalização do controle da natalidade (STEPAN, 2004, p. 368).

No entanto, no campo científico, mas principalmente no político, essa tendência não se consolidou e encontrou considerável resistência, como já apontado anteriormente. Ideias mais radicais e notadamente racistas, entretanto, podem ser identificadas, em algumas circunstâncias, como ocorre, por exemplo⁸⁶, na justificativa da emenda 1.164 de Xavier de Oliveira e no discurso de Miguel Couto proferido em 16 de fevereiro de 1934. Sobre a justificativa dessa emenda, destacam-se alguns trechos mais relevantes⁸⁷:

O problema das raças humanas, cada vez mais assume preponderância notável, entre os que em maior relêvo são havidos pelas nações organizadas na hora atual da humanidade. De outro não sei que o sobrepuje em importância para a vida dos povos, maximé, para um país em formação como o Brasil, pois, a meu vêr, nenhum lhe corre parelhas na ordem das grandes cogitações, que ora devem preocupar as suas “élites” científicas, e todos os seus homens de cultura, profana ou religiosa, nomeadamente, os seus homens de govêrno. O tema que me proponho desenvolver, certamente, não comporta uma incursão maior por êsse emaranhado insolúvel, que é a formação racial – diria melhoramento – sub-racial – da nossa incipiente nacionalidade.

Vale, entretanto, dizer algo de incisivo sôbre êsse lamentável descaso em que sempre tem estado essa questão em nosso país; e , sem aludir á inferioridade patente dos elementos de formação étnica da nossa antiga Colonia, lastime-se, todavia, a incúria de 110 anos de govêrno independente de uma nação imigratória que, ainda hoje, permite sejam incorporados ao seu maior patrimônio – o homem – até os rebutalhos de raças, mais ou menos, degeneradas, como algumas da Asia Oriental, além de outras, quiçá tão indesejáveis, como todas as do Oriente próximo (Ásia Menor), aquelas e estas, boas ou más, sãs ou doentes, inferiores ou superiores, mas, todas, para a nossa formação eugênica, só comparáveis aos insanos incuráveis de outros povos que também recebemos, tratamos e mantemos em nossos hospitais, sempre, superlotados. Esta a tese que procurei desenvolver na emenda supra, que, entretanto, envolve assunto de mágná importância para o Brasil, como igualmente, para todas as demais nações do Continente Americano.

[...]

Atenha-se em que o alienigena que nos procura vem em busca de um novo “habitat”, de uma nova pátria, e deve formar conôscos a nossa própria futura raça (?), a nossa própria nacionalidade, e vêr-

⁸⁶ Outra observação sobre o assunto é o comentário de Artur Neiva: “Queremos um tipo mais alto, e tanto o almejamos que o eminente professor Roquette Pinto, em estudo a propósito das fichas do Dr. Lobo, demonstrou tipos diferentes no Norte, no Centro e no Sul do país. É a nossa aspiração: mais robustez, mais altura, buscando o tipo que melhor nos sirva – o das raças mediterraneas, como dizia o ilustre Deputado, Sr. Teotônio Monteiro de Barros.” (ANNAES, p. 342, v. VII)

⁸⁷ A emenda está disponível no ANEXO C.

se-á quantos aspectos a serem estudados seriamente inclúe esta mágna questão, do Brasil de amanhã.

Para se avaliar melhor, ainda, da sua importancia irrecusável, basta uma visão de conjunto sôbre o tipo racial das zonas do país beneficiadas pela imigração que, até aquí lhes vem sendo privilégio, em comparação com o das outras, aonde não tem chegado um pouco de sangue da raça forte - a branca – a única, sem exceção, que uma vez selecionada, convem á assimilação da nossa sub-raça, que inegavelmente evolue para o tipo branco, ainda que impuro, o qual já lhe é, predominante.

[...]

Não é possível continuarmos a receber africanos, asiáticos e outros indesejáveis inclusive, psicópatas, de todas as partes do mundo. Ademais, é um assunto êste da seleção dos imigrantes que, por igual, deve interessar tanto á nação que envia como, á que recebe o migrador. Êste, para vencer e não naufragar no novo "habitat" que vai procurar, deve ser, tem que ser, forçosamente um forte.

Sei, porém, que, mesmo por empréstimo, sou eugenista, quando digo que, de orientais, pouco assimiláveis, bastam ao Brasil os cinco milhões que somos, os nordestinos e planaltinos de Minas, Baía, e Mato Grosso e Goiaz, sem falar nos autóctones da Amazonia, aos quais, quatro séculos de civilização passaram indiferentes á sua inferioridade patenteada numa decadência incontestável, que marcha para uma extinção talvez não muito remota.

Ainda bem, porque não é possível um povo forte ser constituído de homens fracos, nem tão pouco fazer uma grande nação com uma raça inferior.

Como se está a vêr, a importancia desta questão está em sua simples enunciação: Jámais seremos uma grande nação se não cuidarmos, de defender e melhorar a nossa raça (ANNAES, p. 546-549, v. IV).

Xavier de Oliveira assume o conceito de raças humanas, revelando a radicalidade de seu discurso, em comparação com seus pares. O próprio Miguel Couto, que também assume um viés mais radical, tem um receio maior para usar a expressão, como se verá em seu discurso a seguir. Em Xavier de Oliveira, é notória a exaltação da “raça branca”, como raça forte, enquanto elementos negros, asiáticos e indígenas são considerados inferiores. Os indígenas são ainda condenados à extinção, o que para o constituinte é positivo no processo de se “fazer uma grande nação”. Muito embora essa posição racista de Xavier de Oliveira, há em seu discurso o conceito de “nossa raça”, que estaria, na verdade, em uma condição de “sub-raça”, podendo ser melhorada para um possível nível de “raça”, com destaque para o ponto de interrogação incluído após a afirmação. Isso releva um nível de transitoriedade no discurso de Xavier de Oliveira do radicalismo de Kehl para uma confiança na doutrina do branqueamento, hegemônica nos quadros científicos do país.

Em Miguel Couto, também se observam essas contradições. O conceito de raça é relativizado, mas seriam inegáveis as “inconfundíveis” diferenças entre três grupos humanos, como se segue em alguns destaques⁸⁸:

Também eu não tenho, Sr. Presidente, os preconceitos de nacionalidade, de cor, ou de raça. Quanto á nacionalidade, porquê nesta era, chamada a idade oceânica ou internacional, de há muito o estrangeiro deixou de ser o inimigo; é antes o amigo, o comensal, o companheiro, o mutuante de nossa fortuna. Na “Vida de Santo Agostinho”, referiu-se o padre Manuel Bernardes áquele, que fazia conta de seus bens, dizendo: tenho tanto em raízes, tanto em rebanhos, tanto em escravos, tanto em amigo... Os trabalhadores estrangeiros são, pois, agentes da nossa riqueza.

Não tenho preconceitos – repito – contra o estrangeiro, como não os tenho aos homens de cor.

Porventura alguém, neste país, é branco puro?

[...]

Pedro Calmon, em trabalho recentemente publicado sôbre o mesmo assunto, disse: “Em 1768 havia na Baía um branco para 19 pretos e no Rio de Janeiro um branco para 17 pretos.” Ora, conhecida a fertilidade da raça negra, muito maior que a da branca, imaginem os Srs. Constituintes como está misturado o nosso sangue com o dessa raça.

Por isso mesmo, podemos dizer que, se já prestámos um tão grande serviço á humanidade na mestiçagem do preto, é o bastante. Não nos peçam outras, tanto mais quanto ainda não completámos a primeira. A do amarelo, a outrem deve competir.

Não tenho, pois, como disse, preconceitos de raça.

[...]

Da minha parte, não sei que seja raça. Os melhores autores também não o sabem.

[...]

Se a ciência ainda não fixou o conceito de raça, há, contudo, Senhores, grupos humanos completamente diversos e inconfundíveis. Há, enfim, pretos, amarelos e brancos; classifiquem-nos como quiserem, mas são diferentes. Tanto que Oliveira Viana, que tem a opinião que há pouco citei, escreveu uma carta ao Dr. Fidelis Reis nos seguintes termos:

“O que devemos procurar aqui introduzir são raças que sejam ricas em eugenismo. Ora, de todas as raças humanas, são as indo-europeias as que acusam um coeficiente mais elevado de eugenismo. Logo só estas nos servem – porquê o progresso das sociedades e a sua riqueza e cultura são criação dos seus elementos eugênicos, cuja função na economia social, é análoga á função do oxigênio, na economia animal.

Bem sei que não há raças desprovidas de eugenismo: têm-no o mais rude negro da África, como o saxão mais puro. Há, porém, raças mais fecundas em elementos superiores e raças menos fecundas. Em cem famílias de hotentotes e em cem famílias de alemães da Pomerania, o número de descendentes eugênicos destas é

⁸⁸ O discurso está disponível de forma mais ampla no ANEXO D.

incomparavelmente maior do que o daquelas – o que equivale dizer que, cinquenta anos mais tarde, o núcleo alemão estará em grau de cultura e prosperidade infinitamente superior ao atingido pelo núcleo oriundo das famílias hotentotes. Para nós, portanto, que, pelo fato mesmo de termos uma formação, em que predominam dois sangues inferiores (o negro e o índio), somos um povo de eugenismo pouco elevado, o grande problema é a arianização intensiva da nossa composição étnica. Tudo quanto fizermos em sentido contrário a essa arianização é obra criminoso e impatriótica” (ANNAES, p. 76-78, v. VIII).

Trata-se de um discurso de tendência muito semelhante ao anterior: enaltecer a raça branca como possuidora de elementos superiores, em detrimento das demais. Parte-se da constatação de que o brasileiro já tem uma formação miscigenada – “Porventura alguém, neste país, é branco puro?” –, na qual “predominam dois sangues inferiores (o negro e o índio)”, logo medidas eugênicas mais radicais tornam-se inviáveis, depositando-se a confiança no melhoramento racial, lê-se arianização, por meio da tese do branqueamento. Percebe-se nesses dois discursos que, mesmo em meio a eugenistas mais radicais, existe uma convergência para a tese do branqueamento, confiando-se na superioridade da raça branca em se sobrepor às demais na formação racial do país.

O sucesso da tese do branqueamento dependia do incurso constante de imigrantes brancos. No entanto, a imigração europeia estava paulatinamente sendo substituída pela imigração de japoneses e outros povos do oriente médio. Daí o grande debate em torno da questão imigratória na Constituinte de 1934.

5.2.2 Eugenia, saúde e religião na questão imigratória

A questão imigratória diz respeito à tentativa de normatização da entrada de imigrantes no país, tendo em vista o que se denomina por máximo valor étnico na descendência dos imigrantes. Dentro da pauta eugênica, interessam apenas aqueles indivíduos de potencial eugênico elevado. Nesse sentido, tenta-se proibir a entrada de “amarelos” e “negros”, por serem considerados de índice eugênico inferior.

Defendendo a imigração irrestrita está a necessidade econômica por mão de obra. Entretanto, argumentos eugênicos, higiênicos e até religiosos serão utilizados para demonstrar que essa imigração seria prejudicial para os planos nacionalistas de salvação da Pátria. No entanto, fica evidente nos debates que o que está

definindo as propostas eugênicas sobre imigração é um preconceito de classe e de credo, como afirma Arruda Falcão⁸⁹, para quem o simples fato de ocupar terras devolutas já seria suficiente para defender a imigração irrestrita, conforme termos a seguir:

É por isso que estou com Alberto Torres quando acentuou que, no Brasil, as questões mais importantes são resolvidas com lateralidade, iluminados pelo raio visual de um preconceito de classes, de credo, de concepção especialista (ANNAES, p. 344, v. VII).

A defesa da raça é a linha condutora do pensamento dos médicos Xavier de Oliveira e Miguel Couto, como verificado nas transcrições dos discursos apresentadas acima. Xavier de Oliveira ainda se manifesta contrário à insistência no aspecto puramente econômico da imigração e defende sua modernização para o aspecto eugênico – “que é aquele pelo qual ela [imigração] empolga o mundo na atualidade” (ANNAES, p. 449, v. VI). Teotonio Monteiro de Barros também argumenta sob um viés racista, mas defende cotas imigratórias, ao invés da total proibição da imigração de negros e amarelos.

A questão higiênica também vem à tona nesse debate, representada, principalmente, pelo médico Pacheco e Silva:

A nossa observação demonstra serem os japoneses extremamente sujeitos a certos distúrbios mentais e que, quando alienados, manifestam acentuada tendência para a prática de crimes. Dado os seus sentimentos religiosos e o pouco valor que lhes merece a vida, não só revelam acentuada propensão ao suicídio, como são levados a executar delitos os mais barbaros e atrozes, cujas vítimas são, não raro, membros da própria família. Não nos move, ao trazer êsses fatos ao conhecimento desta douta Assembleia, nenhum sentimento xenofóbico, não temos qualquer prevenção contra esta ou aquela raça, mas julgamos de nosso dever contribuir para salvaguardar a formação da nacionalidade, revelando o que a experiência nos ensina (ANNAES, p. 225, v. XI).

Nesse sentido, a higiene mental vai buscar conferir um discurso médico-higiênico para justificar a proibição do ingresso de determinadas nacionalidades ou, pelo menos, seu controle por meio da fiscalização higiênica. Para Xavier de Oliveira, a questão da higiene social, ou controle dos males mentais, deveria ser a maior preocupação dos constituintes, uma vez que o mundo caminhava nesse sentido.

⁸⁹ Advogado, Partidário da Revolução de 1930, eleito deputado à Assembleia Constituinte na legenda do Partido Social Democrático (PSD) de Pernambuco.

[...] a eugenia, problema maximo da raça, se imbrica com outros aspéctos da questão brasileira, porque é, antes de tudo, um problema econômico, feição que não abórdo porquê não tenho capacidade para fazê-lo. (Não apoiados.) É, porém, Sr. Presidente, assunto ainda de saúde pública, e devo recordar que o mundo inteiro a êle se atêm com o maior empenho, pelo menos, as nações que têm capacidade para se organizar eugenicamente (ANNAES, p. 469, v. VI).

Esse constituinte defende que políticas eugênicas sejam voltadas para a “mentalística” e não unicamente para o problema antropológico. Assim, utilizando dados estatísticos chega à conclusão de que a presença de estrangeiros nos manicômios superava, proporcionalmente, a de brasileiros. Ao ser questionado por Morais de Andrade sobre quais grupos de imigrantes apresentavam mais esse problema, ele se recusa a apontá-los, mas afirma que os asiáticos representam importante cifra nesse conjunto. Para Xavier de Oliveira, os imigrantes psicopatas se aproveitam dos serviços de saúde, casando-se com brasileiros, assumindo os direitos, assim, de serem cuidados pelo Estado. Isso, na visão do constituinte, gera um risco eugênico de descendentes brasileiros psicopatas (ANNAES, p. 463, v. VI). No trecho a seguir, extraído da justificativa da Emenda 1.164⁹⁰, Xavier de Oliveira enfatiza novamente esse assunto:

Vale, entretanto, dizer algo de incisivo sôbre êsse lamentável descaso em que sempre tem estado essa questão em nosso país; e, sem aludir á inferioridade patente dos elementos de formação étnica da nossa antiga Colonia, lastime-se, todavia, a incúria de 110 anos de govêrno independente de uma nação imigratória que, ainda hoje, permite sejam incorporados ao seu maior patrimônio – o homem – até os rebutalhos de raças, mais ou menos, degeneradas, como algumas da Asia Oriental, além de outras, quiçá tão indesejáveis, como todas as do Oriente próximo (Ásia Menor), aquelas e estas, boas ou más, sãs ou doentes, inferiores ou superiores, mas, todas, para a nossa formação eugênica só comparáveis aos insanos incuráveis de outros povos que também, recebemos, tratamos e mantemos em nossos hospitais, sempre, superlotados (ANNAES, p. 546-547, v. IV).

Revelando todo o cunho eugênico de seu pensamento, Xavier de Oliveira vai de fato se preocupar com “o estrangeiro tarado física ou mentalmente”, que ainda não tivesse sido retirado aos hospitais ou manicômios, permanecendo no convívio social e formando um lar. “Que é o que vai suceder? Procrear uma prole miserável

⁹⁰ Disponível integralmente no ANEXO D.

que, esta sim, vai merecendo asilo e médico, desde a infância, como inúmeros são os casos” (ANNAES, p. 548, v. IV). Dessa forma, além do controle de imigração, impõe-se o exame de sanidade física e mental, ou exame pré-nupcial, como uma medida apoiada com fins de evitar proles defeituosas por transmissão contagiosa e hereditária de males graves, visando, assim, defender e melhorar a raça brasileira. Adolpho Eugênio Soares Filho, relator do projeto substitutivo para o capítulo Família e Educação da Comissão dos 26, assim justifica a inclusão desse dispositivo.

Inseri, no substitutivo, a obrigatoriedade do exame pré-nupcial, exame de sanidade física e mental dos nubentes, “conforme os moldes da eugenia, previstos em lei”, por ser uma medida reclamada por todos, aconselhada pela ciência, de relevante e incontestável e inadiável necessidade para a melhoria racial, para evitar proles defeituosas por transmissão contagiosa e hereditária de males graves. Atualmente todos os povos, os mais cultos, embora, já com tipo definido de raça bela e forte, trazem na sua legislação esta salutaríssima e previdente providência. Não seria decente que nos conservassemos estacionados, aferrados na ignorancia e no êrro de deixarmos que a nossa população continue se inutilizando, se definhando, se tornando incapaz para tudo devido às moléstias incuráveis e transmissíveis, na maioria dos casos pelo contágio conjugal. Se queremos ter mentalidade sã, cuidemos primeiramente da saude do corpo. Assim o diz a máxima de Juvenal: “*Mens sana in corpore sano*”. (ANNAES, p. 440, v. X).

De qualquer forma, o que fica desvelado nesta pesquisa é que a questão religiosa interfere diretamente nas políticas imigratórias. Lança-se mão de argumentos como interesses capitais da nacionalidade, melhoramento racial e até mesmo defesa da saúde pública, no entanto o que se impõe, de fato, é a rechaça à imigração de povos não católicos.

Leandro Pinheiro, favorável à migração nipônica, tem o cuidado de afirmar que, no Pará, os japoneses estariam adaptados de modo absoluto quanto à religião e à educação. O eugenista Artur Neiva vai questionar essa afirmação dizendo que os japoneses seriam insinceros em matéria de conversão religiosa (ANNES, p. 338-339, v.VII). A imigração assíria é outro tema que preocupa os eugenistas. Assim, Medeiros Neto (líder da maioria), mesmo favorável às medidas restritivas da imigração, mas como voz do governo na casa, acha necessário tranquilizar a opinião da Assembleia, como a opinião pública, com referência ao assunto em tela, para mostrar que o governo havia tratado com a Liga das Nações, estabelecendo, dentre outras, a condição de crença (ANNAES, p. 277, v. VIII).

Xavier de Oliveira também evidencia a questão religiosa em seu pensamento sobre a imigração. Para ele, a inspeção de imigrantes deveria ser conduzida de uma forma técnica, ou seja, sob a égide da eugenia, “sem esquecer também os fatores morais – sociais e religiosos – que também não podem ser desprezados” (ANNAES, p. 549, v. IV). No trecho a seguir, Xavier de Oliveira mais uma vez demonstra a questão religiosa na definição de seu pensamento sobre imigração de asiáticos:

Acrescento eu, que se é êle inassimilável, sob o ponto de vista da antropologia, propriamente, mais ainda o é, e de maneira integral, do ponto de vista do seu psiquismo. Isto, como uma característica de seu normo-tipo racial, e, mais, até, por sua própria constituição intrapsíquica, sem esquecer, nem pôr de lado, as razões mais profundas ainda, de seu misticismo religioso, mesclado com o fanatismo patriótico, que é uma das mais notáveis das suas qualidades intrínsecas.

Em Teotônio Monteiro de Barros também fica evidente a questão religiosa na sua relação com a questão imigratória. Esse constituinte, em seu discurso contrário à imigração nipônica, utiliza o argumento de que esses imigrantes não se misturam à população do local onde se instalam como colonos, pelo contrário, enquistam-se formando aglomerados populacionais totalmente isolados. O deputado relata sua experiência de visita a uma dessas comunidades, conforme os termos a seguir:

[...] eu, pessoalmente, no sertão da nossa terra fui encontrar um dêsses quistos amarelos, que me surpreendeu e alarmou, de forma terrível, por que fui defrontar-me com uma vila trazendo, desde o nome, indícios de desnacionalização. Chama-se “Novo Oriente”. Nela estão localizadas inúmeras famílias – parece-me que seiscentas. [...]

Uma companhia colonizadora localizou, se me não engano, 600 famílias numa área de muitos mil alqueires. A colônia tem uma população escolar de cerca de 80 alunos. Lá se encontra esse núcleo absolutamente segregado da vida nacional, em todos os seus detalhes. [...]

Tanto me impressionaram êsses fatos que corri, pressuroso, ao bispo da diocese e solicitei que, como primeiro elemento de nacionalização, mandasse para lá um vigário e criasse uma paróquia. Corri, ainda, ao Govêrno de São Paulo... [...]

Digo o seguinte: nessa população havia dois professores japoneses, um médico japonês.

[...] Corri á Secretaria da Educação em São Paulo e lembro-me de que me dirigi ao oficial de gabinete do Sr. Valdomiro Silveira, então secretário, com estas palavras: “que ia tratar naquela secretaria de um caso nacional”, solicitando-lhe com urgência que remetesse professores para aquela escola. Aliás, devo fazer justiça. Estavam os predios construidos.[...]

Assim, foi graças á essa interferência, no fundo dos sertões paulistas, de alguns homes que zelam por êsses interêsses, que são os mais fundamentais da nacionalidade, que começaram a entrar para lá os primeiros elementos que hão de processar a obra de assimilação (ANNAES, p. 243, v. VI).

Depreende-se do relato acima que a questão religiosa está permeando a questão imigratória. Nesse caso, além da religião, o deputado defende a escola como agente de nacionalização desses imigrantes. Nesse sentido, o ensino religioso nas escolas públicas e o ensino rural serão incisivamente defendidos pelo pensamento eugênico na Assembleia Constituinte, em primeiro plano pela questão nacional, mas também atendendo às reivindicações da questão religiosa.

5.2.3 A maldição de Cam e o debate racial

Apresentada essa conjuntura social, política e científica que convergem para a defesa da tese do branqueamento da população, é importante também destacar uma construção histórico-social das ideias de “negro” e “branco” que extrapolam os discursos raciais propriamente ditos. Andreas Haufbauer vai defender que o ideário de branqueamento da população remonta a períodos mais longínquos da história e que está baseado em um discurso religioso medieval. Esse antropólogo afirma que, “desde os primórdios das línguas indo-europeias, o branco representava o bem, o bonito, a inocência, o puro, o divino”. O negro, por outro lado, era associado ao “moralmente condenável, ao mal, às trevas, ao diabólico, à culpa”. “Na Idade Média, o grande paradigma de inclusão e exclusão social era a filiação religiosa, e não a cor da pele” (HOUFBAUER, 2003, p. 70). Nesse sentido, a cor negra era utilizada para identificar todos aqueles não confessantes da fé católica romana. Assim, muçulmanos (mouros) e povos “descobertos” pelas navegações portuguesas são chamados de negros (não apenas os africanos).

A igualação entre negro e escravo está relacionada a uma interpretação de um trecho do Antigo Testamento (Genesis 9), no qual o termo escravo (*servus*) aparece pela primeira vez. Noé teria amaldiçoado Canaã, filho de Cam, por causa de um comportamento imoral, referindo-se a ele como o “escravo dos escravos”. Segundo Haufbauer (2000, p. 8), posteriormente “em textos exegéticos judaicos e escritos muçulmanos, seria construída uma ligação fatal entre ‘imoralidade’, ‘culpa’,

‘escravidão’, e a cor ‘negra’”. Assim, culpa e imoralidade foram relacionadas com o fenômeno da escravidão.

A maldição de Cam vai legitimar por muitos anos a escravidão de povos africanos no Brasil⁹¹. Sabe-se que, nesse processo, jesuítas brasileiros incentivaram o transporte de escravos africanos para o Novo Mundo com o objetivo de “salvar as almas enegrecidas”, visando integrá-los ao cristianismo, uma vez que “buscar transformar o mal em bem e o pagão em crente eram atitudes valorosas para o bom cristão e constituiu, desde cedo, uma orientação central do catolicismo romano” (HAUFBAUER, 2007, p. 3).

Tendo em vista esse escopo histórico, percebe-se como a teoria do branqueamento encontrou respaldo nesse pensamento católico, no sentido de conferir possibilidade de salvação ao negro. Assim, é possível observar como os ideais eugênicos vão tomando forma dentro de um contexto de ideologias raciais já pré-concebidas ao longo do processo de formação do país. A igreja já havia se posicionado contrária às ferramentas eugênicas mais radicais por meio da encíclica papal *Casti Conubii*, de 1930, o que representou uma grande barreira para a aceitação dessas medidas. O que sobra, então, é o caminho da eugenia sanitizante e educacional.

A proposta do *Club 3* de Outubro é bem representativa desse pensamento hegemônico desse momento. Associado ao princípio de aperfeiçoamento da raça, tem-se a defesa do melhoramento físico e moral por meio da educação. Utiliza-se o conceito de “cultura física” como um dos objetivos desse plano, que seria aplicado em estabelecimentos de instrução pública e particular.

No desdobramento de todo êsse plano de ensino e educação, deverá ter-se constantemente em vista a cultura física e o aperfeiçoamento moral da população escolar. Nessa ordem de cogitações, atenderá sempre o plano de ensino, em qualquer das suas modalidades atrás expressas, ás seguintes preocupações:

a) desenvolvimento físico dos educandos, para o que promoverá programas racionais de cultura física, gradualmente desenvolvidos, consoante a idade, o sexo, as condições climáticas, etc. Tais programas serão oficializados e, como tal, adotados em todos os estabelecimentos de instrução pública e particular.

Como resultantes dessa preocupação, adotará ainda o poder público, nêsse particular, as seguintes medidas:

⁹¹ No ano de 2011, o pastor e deputado federal Marco Feliciano (PSC/SP) utilizou essa mesma interpretação para “explicar” o sofrimento e as mazelas sofridas pelo povo africano.

I - Oficialização dos esportes, notadamente daqueles que, por sua natureza, tenham relações mais diretas com a instrução militar ou sirvam mais propriamente para desenvolver, na criança ou no adulto, as qualidades militares;

I - Estímulo e auxílio, tanto moral como material, a todas as sociedades e instituições esportivas, que colimem o objetivo do aperfeiçoamento físico do brasileiro, ou atendam aos requisitos contidos na última parte do inciso precedente (ANNAES, p. 224, v. III).

O *Club 3 de Outubro* tem um forte caráter de defesa dos interesses militares e dos valores morais tradicionais. A defesa da educação física por esse grupo encontra respaldo, então, na preparação dos educandos para o serviço militar, além da concepção eugênica de melhoramento da raça, mas encontraria uma considerável barreira de aceitação pelas elites conservadoras que considerariam as atividades físicas inferiores às atividades intelectuais. Essa representação tem raiz no papel do catolicismo romano na formação dessas elites desde o período colonial. Destaca-se o pensamento agostiniano de cunho platônico que valoriza o espiritual em detrimento do físico. Esse dualismo fica bem evidente na declaração de Fernando Magalhães ao ser questionado sobre o papel social da Igreja.

O SR. ACIR MEDEIROS – O orador é como pai que permite á criança liberdade de chorar, mas nega aquilo de que ela mais precisa: pão para o estômago. A Igreja dá o pão espiritual, mas nega pão ao estômago. Enquanto ela ergue monumentos riquíssimos, o proletariado morre á mingua de recursos.

O SR. FERNANDO MAGALHÃES – V. Ex. está comparando o material com o espiritual, o que é diferente. O alimento tem fim sórdido; o espírito tem destinos superiores (*Trocam-se numerosos apartes*) (ANNAES, p. 285-286, v. II).

O cristianismo tem uma relação história complexa com o corpo. Esse, por estar relacionado com o terreno, o material, a carne, é tido como a prisão da alma. Nesse sentido, o corpo torna-se culpado, perverso, necessitando ser dominado e purificado através da punição. A dor física teria um valor espiritual, tendo como referência a morte de Cristo. O lidar bem com a dor do corpo seria mais importante do que saber lidar com os prazeres (BARBOSA et al., 2011, passim). É o discurso higiênico que conferirá à educação física um fim aceitável para a Igreja.

5.2.4 Educação física e os conflitos religiosos com o corpo

A educação física ganha legitimidade dentro do discurso médico no combate ao grande “mal” da infância para a concepção higiênica: a masturbação. Atribuía-se a essa prática a causa de quase todas as doenças físicas e mentais, logo deveria ser combatida. A educação física serviria para coibir o ócio, esse considerado, juntamente com a leitura de romances, o acesso a obras de arte eróticas e a peças de teatro, o motivador de tal prática (SANTOS, 2010, p. 72). Nessa esteira, afirma José Gondra:

Exaurir fisicamente o corpo e entorpecer o espírito de aconselhamento moral seriam, portanto, estratégias para interditar o corpo dos meninos da prática masturbatória, que, no interior da ordem médico-higiênica, concorria para impedir a constituição de um corpo forte e robusto, uma boa moral e uma sabedoria desejada. No cumprimento desse roteiro estaria o remédio contra o raquitismo e a fraqueza, contra o demônio dos vícios e a ignorância (2004, p. 536).

Seguramente, a Igreja compartilhava dessa ideia, uma vez que, desde o século XVI, a masturbação é considerada como um pecado mortal, não apenas contra a natureza, mas contra a palavra divina (SANTOS, 2010, p. 59)⁹². No entanto, essa cultura física é vista com ressalvas pelo grupo de educadores católicos⁹³ da Associação Brasileira de Educação (ABE), o que pode ser observado na tese de Amélia de Rezende Martins, intitulada *Uma Palavra de Atualidade* (tese n. 27), apresentada na I Conferência Nacional de Educação, realizada em Curitiba, em 1927. Essa tese apresenta uma concepção de cultura física sob uma ótica prioritariamente de cunho moral:

Um ponto hoje muito atacado, em se tratando da educação, é o da cultura física. Neste momento, merecem, entre nós, especial atenção os esportes. Ginástica, dança e outros começam na idade escolar e continuam em voga, com a maior aceitação na sociedade; e os esportes vão exigindo cada vez menos roupa, para que não sejam tolhidos os movimentos, e a moral leiga não acha mal em que se

⁹² Nesse sentido, a tese de Leidina Helena de Oliveira e Silva (2002) busca demonstrar que a Igreja Católica teria uma visão favorável à prática física, a despeito da maioria dos teóricos da história da Educação Física que veem uma posição contrária da Igreja à atividade. Assim conclui a autora: “Acreditamos que, ao contrário do que muitos afirmam, a Igreja Católica foi uma grande incentivadora dos esportes e da prática de atividades físicas que, como vimos, surgiram eivados de seus valores e regulações. Não faria sentido opor-se àquilo que ela mesma ajudou a regular” (SILVA, 2002, p. 130).

⁹³ Esse grupo católico estava em disputa pela autoria do projeto educacional da ABE com o grupo que defendia de forma contundente a laicização do ensino.

banhem juntos todos os meninos de todas as idades, nus, porque assim, sendo uma coisa natural e a curiosidade não ficando aguçada, a criança não vê malícia – moral leiga, moral de princípios perversos, sob a capa de muita ingenuidade. A criança começa não achando mal na nudez e acaba não achando mal em tudo que exige a sua natureza. A natureza é assim, a natureza não é imoral – só tem sublimidade a natureza –, e vamos atrás desses princípios a ver até onde eles nos levam. Para os esportes femininos, por tal forma a mulher se habitua a vestir pouco que depois, na sociedade, já não tem o pudor do seu corpo. Se não há mal na nudez, porque fazem os governos, os próprios governos sem crença, vestir os índios? Se não há mal, deixemo-los com a sua liberdade; para eles as vestes constituem verdadeiro martírio. Se mal existe, sejamos coerentes – faça a polícia vestir os civilizados que na própria consciência não conhecem o sentimento do decoro. São duras as minhas palavras, meus senhores, mas vós bem sabeis que a realidade é ainda mais dura. Não sou contra o esporte – seria absurdo não desejar, entre os nossos patrícios, “a alma sã num corpo sã” –, mas da moral depende muito a saúde do corpo, senão completamente o corpo se atirará aos mais tristes desastros, entregue a uma alma doente; é portanto necessário conjugarem-se, para esse ideal de robustecer a nossa mocidade, as necessidades do corpo e as necessidades da alma. Parece-me que o esporte moderno se por vezes cogita da saúde mais ainda visa à estética (voltamos ao paganismo) e prepara o corpo para todas as seduções.... a dança... os bailados... o andar das moças.... (MARTINS, 1997 (1927), p. 155)

O discurso higiênico na Constituinte tem entre seus principais representantes o médico Raul Leitão da Cunha, que posteriormente seria ministro da Educação e Saúde entre os anos de 1945 e 1946. Para esse constituinte, que representa claramente as articulações entre o pensamento higiênico e eugênico, a educação física é importante para o funcionamento normal do espírito, como se segue:

A educação física tem por fim, naturalmente, melhorar, as condições corporais do indivíduo e, portanto, facilitar o funcionamento normal do seu espírito, porquê um doente do corpo sofre espiritualmente e nunca poderá produzir tudo o que seria capaz de dar, se não tivesse as preocupações, e a molestia que o corpo doente lhe causa. Não poderemos, entretanto, aplicar ao homem o que se faz com os animais e que poderia ser iniciado mesmo durante a vida antenatal, ou preceder, mesmo, à fecundação (ANNAES, p. 33, v. II).

Percebe-se no discurso de Leitão da Cunha uma forte base eugênica de melhoramento do homem, apesar das limitações culturais (que o constituinte diz serem éticas) impostas, comparativamente à liberdade de melhoramento possível na zootecnia. A educação física é associada com o discurso higiênico de responsabilização das moléstias como causa do atraso do país. Como nem tudo

pode ser melhorado antes da fecundação, a educação física exerce o papel de melhorar as condições corporais do indivíduo e a higiene, as condições sanitárias. O objetivo final é um corpo são, um espírito são e um indivíduo capaz de produzir na plenitude de sua potencialidade. Percebe-se, assim, uma congruência de vários interesses na legitimação da educação física no espaço escolar, além de uma tentativa de tornar o tema da educação física tolerável aos católicos⁹⁴.

A obrigatoriedade da Educação Física nas escolas primárias, secundárias, profissionais e normais, como estava prevista no Anteprojeto de Constituição do Governo Provisório e no Projeto de Constituição da Comissão dos 26, não entrou no texto final da Carta Magna, muito embora o princípio embutido nos objetivos higiênicos e eugênicos da Educação Física estivesse mantido, conforme art.138 em suas letras destacadas a seguir:

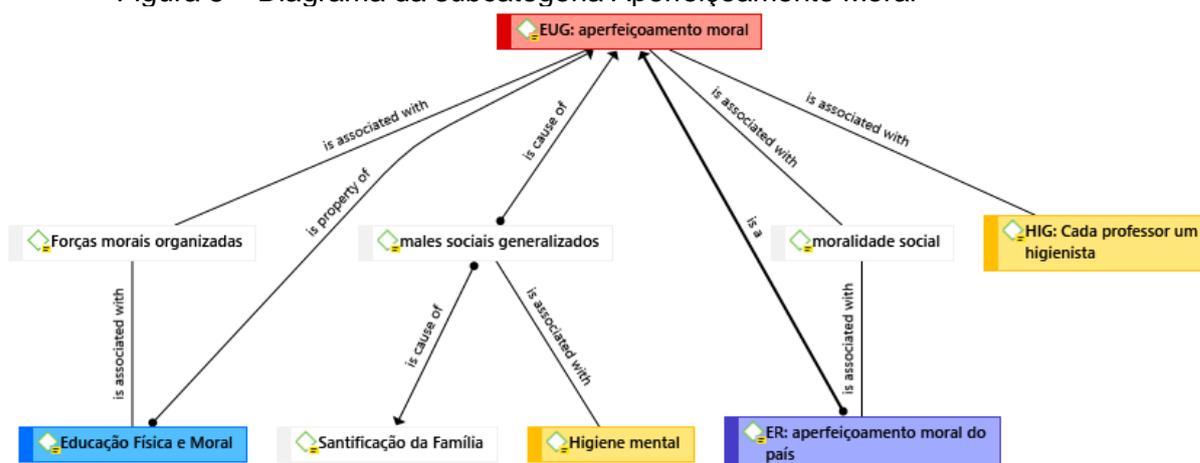
Art. 138 - Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas:
b) estimular a educação eugênica;
e) proteger a juventude contra toda exploração, bem como contra o abandono físico, moral e intelectual;
g) cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociais.

5.3 Aperfeiçoamento moral: o ensino religioso

Não está dissociado da ideia de melhoramento racial o aperfeiçoamento moral da sociedade. Nas citações anteriores, é possível verificar que, quando se menciona o aperfeiçoamento físico, a questão moral também está presente. De fato, o ideal moral reúne os grupos mais diversos a seu favor. Protestantes, católicos, positivistas, higienistas e eugenistas não questionam a importância da regeneração moral em um projeto de construção nacional. O diagrama da subcategoria Aperfeiçoamento Moral está apresentado na figura a seguir:

⁹⁴ As escolas protestantes já possuíam a educação física no currículo desde o final do Império, quando se estabeleceram no país.

Figura 8 – Diagrama da subcategoria Aperfeiçoamento Moral



Fonte: Desenvolvido pelo autor no ATLAS.ti.

Em um ideal moral laico, parte-se do pressuposto de que moral independe de religião. Nessa concepção, a despeito do ensino religioso, defende-se a obrigatoriedade da Educação Moral e Cívica, como observado nos trechos do discurso de Guaraci Silveira⁹⁵ destacados a seguir.

Sr. Presidente, a emenda que tive a oportunidade de apresentar a respeito do assunto...

O SR. CORREIA DE OLIVEIRA – Muito bem; vamos discutir as emendas. Isto sim.

O SR. GUARACI SILVEIRA – . . . dizia que a educação moral e cívica deveria ser matéria obrigatória nas escolas.

O SR. COSTA FERNANDES – Moral? Sem religião, não há moral (ANNAES, p. 274, v. II).

O SR. GUARACI SILVEIRA – Mais uma vez, Senhores, peço o privilégio de poder falar, comprometendo-me a responder os apartes dos ilustres colegas. A minha emenda, Sr. Presidente, foi no sentido de se ensinar a moral e o civismo.

O SR. COSTA FERANDES – Moral sem religião não existe.

O SR. LUIZ SUCUPIRA – Trarei, aqui, depoimentos de pastores protestantes, afirmando que a moral sem Deus não existe.

O SR. ANES DIAS – O orador não considera a religião como digna de ser ensinada nas escolas?

O SR. GUARACI SILVEIRA – Considero a religião como necessidade absoluta para o homem; mas deve ser ministrada no lar e no templo (ANNAES, p. 277, v. II).

Guaraci Silveira é uma das principais vozes defensoras do ensino laico. Como protestante, obviamente, mostra-se favorável a questões morais, mas questiona o

⁹⁵ Ver seção 4.3.2.

método para se alcançar esses objetivos⁹⁶. Essa posição confrontadora do constituinte ao discurso católico gera muitos apartes e revela um contexto de acirrada tensão entre católicos e protestantes naquele período. De qualquer forma, fica claro no pensamento de Guaraci Silveira que a moral pode ser ensinada nas escolas, sob a égide da laicidade.

A emenda 931, assinada por Acyr Medeiros, Ferreira Neto e João Vitaca, de cunho anticlerical, não questiona os méritos da religião como elemento moralizador do povo, no entanto afirma que o encargo da religião sob o Estado é perigoso e deveria recair sobre a família. O trecho a seguir reflete o caráter anticlerical de tal emenda: “Sabe-se em toda parte que o dogma entrou em falência. O Deus das religiões já não faz jus nem á crença nem á confiança dos homens, fontes que são de uma moral arquitetada de acôrdo com os interesses da sua igreja” (ANNAES, p. 559, v. III). Nessa perspectiva, há necessidade de ensinar doutrinando o povo, mas com base numa moral laica.

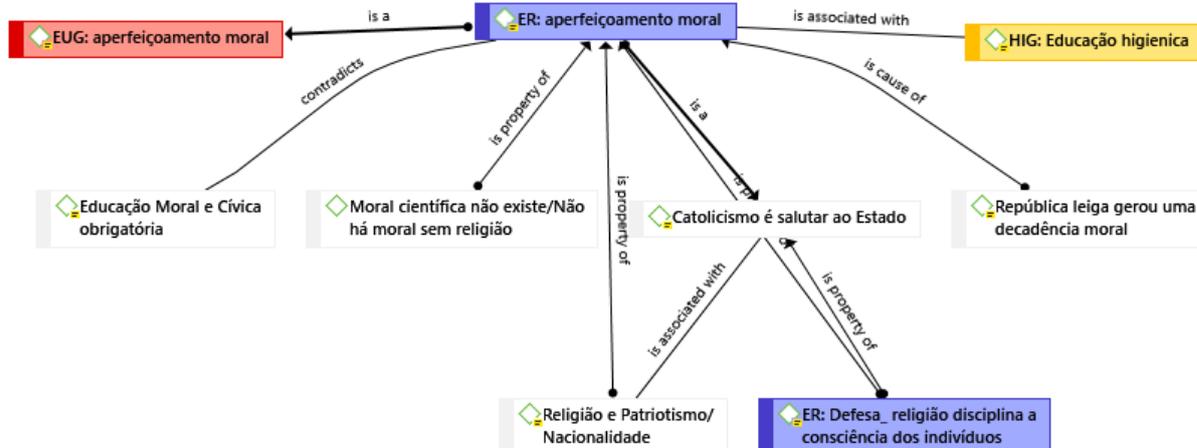
O ensino cívico é um termo presente no Anteprojeto do Governo Provisório. O projeto da Comissão dos 26 apresenta para votação da plenária a obrigatoriedade da educação moral e cívica. No entanto, o tema vitorioso do embate é o ensino religioso.

5.3.1 A defesa do ensino religioso na Constituinte de 1934

A Defesa do Ensino Religioso é uma macrocategoria que aqui se relaciona com a macrocategoria Aperfeiçoamento Racial a partir dos códigos EUG: aperfeiçoamento moral e ER: aperfeiçoamento moral. Os diagramas que revelam essas relações podem ser observados nas Figuras 6 (p.116) e 8 (p.151), assim como na figura a seguir, que representa o diagrama da subcategoria ER: aperfeiçoamento moral.

⁹⁶ Nesse sentido, pode-se citar: “Tudo quanto se faça para que o Brasil, povo católico romano, odeie a mentira, abomine a injustiça, ame a verdade, pratique a fidelidade conjugal, não viva em carnavais, como aqui temos contemplado; tudo quanto seja para êsse fim, encontrará em mim apoio, dado de todo o coração. No que discordo dos companheiros que me apartei, é no método que está sendo usado para alcançar essa finalidade”. (ANNAES, p. 272, v. II)

Figura 9 Diagrama da subcategoria ER: Aperfeiçoamento Moral



Fonte: Desenvolvido pelo autor no ATLAS.ti.

Questão religiosa⁹⁷ é o conceito amplamente utilizado no espaço da constituinte para se referir ao conjunto de propostas defendidas pela Igreja católica, a saber: assistência religiosa às forças armadas, ensino religioso facultativo nas escolas, monogamia indissolúvel e registro civil do casamento religioso. Sabe-se ser esse um momento no qual a Igreja busca restabelecer sua posição e direitos perdidos quando da implantação da República e a Constituinte seria o espaço privilegiado para promover o que seria expresso como Reajustamento Religioso da Carta Magna com a consciência da Nação brasileira. Na opinião de Simon Schwartzman (1986, p. 119), o ensino religioso nas escolas públicas era talvez o mais importante elemento dessa pauta.

A defesa desse ensino baseia-se em duas linhas:

- a) uma aspiração da maioria católica; e
- b) uma grande necessidade do país.

Quanto à primeira, os argumentos utilizados voltam-se para o país como uma grande Nação Católica. Nesse sentido, expressões como país católico, povo católico, maioria da casa, Brasil cristão, entre outras, são utilizadas para justificar o reordenamento religioso da constituição como vontade de uma maioria que poderia ditar as leis a toda a nação. Contrária a essa ideia é a acusação de opressão de liberdade de consciência.

Destarte, o tema da liberdade de consciência assume o centro dos debates acerca da defesa do ensino religioso. Pela defesa do ensino leigo, o ensino religioso

⁹⁷ Trata-se de uma subcategoria da macrocategoria Defesa do Ensino Religioso. Ver p. 116.

nas escolas seria imposição do catolicismo sobre outros credos. Por outro lado, sua defesa na questão religiosa assume um caráter mais abstrato. Ao mesmo tempo que sua importância é afirmada, pois a liberdade é um dom de Deus, nega-se sua amplitude, uma vez que liberdade está perto da licença. Logo, essa liberdade tende a ser relativizada. A única consciência que pode ser livre é aquela disciplinada pela Igreja, logo, a importância do ensino religioso.

O discurso católico contrário às acusações de imposição de consciência será baseado na característica de facultatividade do ensino religioso, ou seja, se o ensino é facultativo, não pode ser considerado imposição. Adroaldo Costa⁹⁸ argumenta sobre isso nestes termos:

Tenho para mim que a maioria da Nação Brasileira é católica e que ela, portanto, tem o direito de ditar as leis a toda a Nação, porquê, no regime democrático, e nós vivemos em uma democracia, é a maioria quem governa. Entretanto, repitamo-lo mais uma vez, para que todo aquele que tiver ouvidos ouça, nós não queremos que só os desejos da maioria sejam satisfeitos, senão que os desejos da totalidade o sejam, e, por isso, queremos o ensino da religião, como um direito de uso facultativo e não de obrigação imperativa; queremos o ensino de todas as religiões, de todos os credos: o da religião católica para os católicos; o da de Lutero, para os luteranos; o da de Alan Kardec, para os espiritistas; o da de Maomet, para os seus adeptos, e assim por diante. Poderá haver maior liberdade, maior tolerancia, maior respeito à consciência alheia? (ANNAES, p. 196, v. VII)

No entanto, como argumenta Guaraci Silveira, se o ensino religioso fosse realmente facultativo, como previa a legislação, não haveria qualquer manifestação contrária, pois não teria qualquer opressão de consciência. Mas o que ocorreu na realidade, segundo tal constituinte, foi uma imposição do ensino religioso, burlando a lei vigente naquele momento⁹⁹, conforme trecho a seguir:

O SR. GUARACI SILVEIRA – Durante a interventoria do Dr. Laudo Camargo, em São Paulo, foi regulamentado o ensino religioso nas escolas. Lendo a regulamentação, que era magistral, nenhum protestante teria receio do ensino religioso. Dizia a lei regulamentadora que o ensino seria facultativo; que nenhum

⁹⁸ Adroaldo Mesquita da Costa foi eleito, com mais dois constituintes, na legenda da Frente Única Gaúcha (FUG), que fazia oposição no Rio Grande do Sul ao grupo governista que foi apoiado pela LEC e elegeu 13 deputados. No entanto, como católico ultramontano, se inclinava em favor das medidas propostas pela LEC. Isto lhe valeu um considerável número de votos entre eleitores católicos de oposição, e em sua atuação na Constituinte acabou por revelar-se um dos mais constantes defensores das posições da Igreja.

⁹⁹ Trata-se do Decreto n. 19.941, de 30 de abril de 1931, que dispunha sobre a instrução religiosa nos cursos primário, secundário e normal, tornando-a facultativa.

professor, na classe, poderia falar em religião; que as aulas religiosas seriam dadas a requerimento dos pais, com firmas reconhecidas; que o ensino seria feito fora do período escolar; e que os professores seriam nomeados pelas autoridades eclesiásticas. Bravos, diríamos todos nós. Aí estava uma fórmula que não oprimia a quem quer que fosse.

O SR. BARROS PENTEADO – É, exatamente, o que todos queremos.

O SR. GUARACI SILVEIRA – Pois bem, Senhores. No Estado de São Paulo, alguns dias depois, o que se verificava? Não havia mais necessidade de requerimento; as professoras distribuíam fichas e exigiam dos alunos que trouxessem a resposta.

[...]

O SR. GUARACI SILVEIRA – O que é fato é que, as aulas religiosas, contra a lei, passaram a ser dadas na classe pelas professoras (ANNAES, p. 273-274, v. II).

Tal debate fica bem caracterizado no trecho a seguir do discurso de Fernando Magalhães em 13 de dezembro de 1933:

O SR. FERNANDO MAGALHÃES – Sinto, portanto, esta disposição muito humana, muito razoável, muito merecedora situação de quem se debate na ansia de compreender e de nós. E é por esse motivo que, sentindo, chorando e sofrendo as calamidades do Brasil, compreendendo a dificuldade que se entrevê no seu futuro, ameaçado de destruição, como ameaçados de destruição foram aqueles que tiveram depois de chorar nos muros sabáticos, noto que é preciso respeitar a crença de todos – e esta é a minha resposta – sem imposições, que não existem, mais com a simples condição facultativa...

O SR. ANTONIO RODRIGUES DE SOUSA – É uma imposição disfarçada.

O SR. FERNANDO MAGALHÃES – A êste aparte de V. Ex. eu não sei responder.

O SR. TOMAZ LÔBO – Porque não pode responder.

O SR. FERNANDO MAGALHÃES – Não posso porque seria obrigado a dizer que a opinião de V.Ex. é também disfarçada.

O SR. TOMAZ LOBO – Perdão; disfarçada, não. Assumo atitudes; defino o meu pensamento. O que desejo é um regime de liberdade.

O SR. FERNANDO MAGALHÃES – Com que intuito? A liberdade está perto da licença.

O SR. TOMAZ LÔBO – V. Ex. está pregando e querendo impor uma religião.

SR. ANTÔNIO RODRIGUES DE SOUSA – Religião é questão de consciência; não pode ser imposta em hipótese alguma.

O SR. FERNANDO MAGALHÃES – Acabo de afirmar a condição facultativa do dispositivo constitucional.

O SR. ANTÔNIO RODRIGUES DE SOUSA – É imposição disfarçada (ANNAES, p. 285-286, v. II).

Dentro dessa linha argumentativa, percebe-se a força de uma ideologia da democracia como vontade da maioria, muito embora seja importante enfatizar o

discurso esclarecido de homens além do seu tempo que rechaçam tal ideia, como Guaraci Silveira, para quem o respeito ao direito dos homens é o principal argumento contra a questão religiosa. Para ele, os direitos dos homens devem ser respeitados, logo não precisam constar na constituição. “Incluir os direitos da maioria na Carta Magna seria um veículo de opressão das minorias” (ANNAES, p. 280, v. II).

5.3.2 Não existe moral sem religião

O SR. GUARACI SILVEIRA – ... dizia que a educação moral e cívica deveria ser matéria obrigatória nas escolas.

O SR. COSTA FERNANDES – Moral? Sem religião, não há moral.

O SR. GUARACI SILVEIRA – Num país que se diz cristão, é óbvia a pergunta.

O SR. CORREIA DE OLIVEIRA – O país é católico. A maioria dos brasileiros é católica e a expressão genuína do cristianismo é o catolicismo.

O SR. GUARACI SILVEIRA – Não concordo com V. Ex. Essa maioria vamos ver, daqui a poucos dias, no carnaval (ANNAES, p. 274, v. II)

A segunda linha de defesa do ensino religioso é no campo da moral. Parte-se do pressuposto que a Igreja católica tem uma missão civilizadora de guiar os povos, “regenerando os costumes do mundo pagão, dignificando a mulher, ensinando a verdade e o bem” (ANNAES, p. 319, v. V). Arruda Câmara, para ilustrar tal tese, cita as universidades, colégios, hospitais, orfanatos, além de mencionar “os descobrimentos e as invenções, a catequese dos índios e a colaboração na liberdade dos povos”. O sacerdote católico, citando Robespierre, destaca a importância do catolicismo para a moralidade dos povos, pois tal culto seria capaz de “deixar nos espíritos dogmas imponentes, que prestam apóio às ideias morais e á doutrina sublime e tocante da virtude que o Filho de Maria ensinou outróra aos seus concidadãos” (ANNAES, p. 319, v. V). E ainda, citando Agostinho, vai defender que a fé cristã, ao invés de ser prejudicial ao Estado, lhe é salutar. Essa contribuição da fé cristã ao Estado por meio da Igreja diz respeito a diversos mecanismos sociais de controle que o discurso religioso é capaz de impor aos fiéis.

“Tu diriges e instrues as crianças com ternura, os adolescentes com energia, os velhos com brandura, como o comporta a idade, não só do corpo, mas também da alma. Submetes as mulheres aos seus maridos, por uma casta e fiel obediência, não para saciar a paixão, mas para propagar a prole e constituir a sociedade da família. Dás autoridade aos maridos sobre as suas mulheres, não para que abusem da fraqueza do seu sexo, mas para seguir as leis do sincero

amor. Subordinas os filhos aos pais, por uma espécie de sujeição livre, e dás aos pais autoridade sôbre os filhos para a exercerem com ternura. Unes não sómente em sociedade, mas numa espécie de fraternidade os cidadãos aos cidadãos, as nações ás nações e a humanidade inteira com a lembrança dos primeiros pais. Ensinas aos reis a velar sôbre os povos e prescreves aos povos que se submetam aos reis. Ensinas com esméro a quem é devida a honra, a afeição, o respeito, o temor, a consolação. os conselhos, o estímulo, a correção, a censura, o castigo, e fazes saber como não sendo todas as coisas devidas a todos é devida a todos a caridade e a ninguém a injustiça.” E alhures: “Aqueles que dizem que a doutrina de Cristo é contrária ao bem do Estado, dêem-nos um exército de soldados, tais como os faz a doutrina de Cristo, dêem-nos governadores de províncias, pais, filhos, maridos, esposas, senhores, servos, reis, juízes, contribuintes. enfim recebedores, como os quer a doutrina cristã. E ousem ainda dizer que ela é contrária ao Estado. Mas ao invés não hesitem em confessar que ela é salutar ao Estado, quando observada (carta CXXX, a. Marcelino)” (ANNAES, p. 319, v. V).

Depreende-se do texto acima que tal colaboração com o Estado se resume em legitimar práticas conservadoras e mantenedoras do *status quo* como medidas de controle social – patriarcalismo, submissão da mulher, subordinação dos filhos, monogamia indissolúvel –, além de medidas de legitimação política, ou seja, submissão a governos, o que é um importante elemento de repressão a movimentos de questionamento da ordem social.

Para que a Igreja coloque em prática toda essa potencialidade social, é necessário chegar ao povo. Segundo Schwasrtzmann, o catolicismo no país se caracteriza pelo que se denomina de “catolicismo habitual” ou de fachada, ou seja, as “normas éticas e morais da Igreja eram constantemente violadas, destacando todos em um estado mais ou menos permanente de pecado”, situação “compensada pelos ritos de absolvições” (SCHWASRTZMAN, 1986, p. 112). Daí o apoio a um plano Nacional de Educação – cujo projeto educacional já estava sendo disputado pelo grupo de educadores católicos da ABE – e a universalização do ensino – tendo em vista que a escola pública era para poucos. Mas o primeiro passo no projeto da Igreja seria realmente o ensino religioso.

Nesse sentido, o ministro Juarez Távora defende a separação entre Estado e religião, mas apoia a colaboração recíproca, na solução dos problemas morais da nacionalidade. Como católico, acredita na “força invencível dos preceitos morais, oriundos de qualquer crença – desde que seja realmente uma crença, e

consustancie, no seu Evangelho, uma séria de princípios enobrecedores” (ANNAES, p. 365, v. II).

No discurso do ministro, essa força moral não poderia ser desprezada diante das questões que agitavam o mundo. Para Juarez Távora, esse controle se daria de forma mais eficiente pela “consciência disciplinada dos indivíduos” do que pela “manopla de ferro dos governos”.

Si, em auxílio da tarefa quasi sobrehumana do poder público não vierem essas obscuras forças individuais que, isoladamente nada valem, mas somadas e desviadas, poderão converter-se em torrente impetuossíssima, não sei que será de nós, ao léo dos desvarios e agitações da época que vivemos (Apoiados), sobretudo porque saímos das academias sem saber o abc dos problemas fundamentais da nacionalidade, desconhecendo integralmente as nossas próprias realidades (ANNAIS, p. 365, v. II).

Diante do perigo de secularização apontado pelo ministro, Guaraci Silveira questiona se de nada havia servido a realidade religioso brasileira para um fim benéfico do destino do país. Diante de qual questionamento, Juarez Távora afirma que:

Certamente que o espírito religioso tem influído beneficemente nos nossos destinos. Pelo menos ninguém pode afirmar que a mentalidade instilada, desde o berço, nas almas cristãs e, mais especialmente, nas almas católicas, tenha concorrido, direta ou indiretamente, para lançar mais algumas achas á terrível fogueira, em que os espíritos modernos se atiram, á procura de qualquer coisa nova, que os liberte das dúvidas e angústias, em que os traz meio submergidos a civilização contemporanea (ANNAES, p. 265, v. II).

E ainda sobre a disciplinarização da consciência, Costa Fernandes afirma:

Sr. Presidente, se afastarmos da consciência a ideia de Deus, "se deixarmos, na sombra, o pensamento eficaz das sanções inevitáveis de além túmulo, destruiremos irremediavelmente toda ordem moral". São palavras do maior filósofo brasileiro, do maior teólogo deste País – o Padre Franca (ANNAES, p. 108, v. V).

O discurso moral, de certa forma, é conciliador de várias vertentes. O *Club 3* de Outubro, como já evidenciado acima, revela certa afinidade com o discurso religioso e, quanto ao aperfeiçoamento moral dos educandos, fica notória a valorização da importância do que é denominado de forças morais organizadas na implantação desse projeto. Assim, em seu Programa Revolucionário defende:

Como resultantes dessa preocupação, adotará ainda o poder público, nêsse particular, as seguintes medidas:

III - Aperfeiçoamento moral dos educandos, para cujo objetivo instituirá o poder público uma regulamentação conveniente, facilitando e estimulando o mais possível a ação e o apostolado das forças morais organizadas, acórdes com as tradições e as tendências nacionais, para que colaborem com os poderes governamentais na formação do carácter, na elevação moral e no aperfeiçoamento psicológico da mocidade brasileira. Tal conduta do poder público jamais importará em opressão ou coação, sob qualquer aspécto, para com aqueles que discreparem das doutrinas esposadas por tais correntes morais, ficando entendido que êsses elementos discrepantes de maneira alguma poderão sofrer por isso qualquer restrição na plenitude dos seus direitos civís ou políticos, nem tão pouco a mais leve diminuição no seu direito de livre manifestação do pensamento (ANNAES, p. 225, v. III).

Importante destacar alguns termos utilizados nesse trecho, a começar por apostolado – termo notadamente oriundo do espaço religioso que aponta para uma missão confiada a alguém. Além disso, tais forças morais organizadas deveriam ser “acórdes com as tradições e as tendências nacionais”. A grande crítica dos que defendem o reajustamento religioso da carta magna seria que a constituição anterior, de carácter liberal e laica, estaria em desacordo com as aspirações da maioria da população. Assim, instituições que estivessem afinadas com o que seria o interesse do povo são chamadas a contribuir com os poderes governamentais “na formação do carácter, na elevação moral e no aperfeiçoamento psicológico da mocidade brasileira”. Entende-se, então, que forças morais organizadas se tratam da Igreja e das Forças Armadas.

Cabe ainda o destaque dado ao papel do Estado na fiscalização desse ensino moral. Costa Fernandes argumenta que, na Polônia, os princípios orientados pela Instrução Pública oferecem um exemplo de vigilância do Estado, pela fiscalização da formação do carácter da mocidade, no cuidado pela elevação do seu nível moral, do desenvolvimento da noção de patriotismo e dos sentimentos religiosos, pois o ensino religioso é obrigatório para todos os alunos nas escolas do país. Nesse sentido, estão as bases da defesa da fiscalização higiênica das escolas¹⁰⁰ (ANNAES, p. 111, v. V).

Muito embora conciliador, o discurso moral na defesa da educação religiosa é questionado energicamente. Guaraci Silveira e Gwyer de Azevedo denunciam um

¹⁰⁰ Assunto abordado na seção 5.4.

plano católico, em início de execução, para estabelecer o catolicismo como religião oficial, no qual o ensino religioso nas escolas seria apenas uma “primeira etapa”. Segundo esses deputados, o que estaria proposto no anteprojeto em matéria religiosa constituiria “o mínimo das aspirações católicas”. Gwyer de Azevedo afirma: “Dizem alguns: o nosso objetivo é levantar o nível moral do nosso povo; que não há moral sem religião, etc. Tudo isso está muito bonito, mas corresponde a um insulto á nossa inteligência, depois das declarações que se lêem diariamente nos jornais” (ANNAES, p. 492, v. II).

À guisa de ilustração, segue um artigo do jornal *Diário de São Paulo*, apresentado à Assembleia por Gwyer de Azevedo, no qual as intenções de religião oficial ficam expressas.

No dia 8 de Junho de 1931, publicava o *Diário Popular* o seguinte: “A religião oficial – O decreto sobre o ensino religioso, promulgado pelo Governo Provisório, provocou, ao que parece, grande entusiasmo entre os católicos militantes. A mesa do Sr. Abgar Renault, secretário particular do Sr. Francisco Campos, ministro da Educação, está cheia de pilhas e pilhas de telegramas de felicitações ao autor do decreto, que, como se sabe, está também empenhado numa campanha política em Minas, a favor do Sr. Olegário Maciel e contra o Sr. Artur Bernardes. Entretanto, se o entusiasmo é grande, ainda não se esboçaram de leve os meios e os processos de aplicação. As leis devem, de fato, ser feitas para ser aplicadas e tudo depende da oportunidade. O decreto sobre o ensino religioso terá vindo com o senso da oportunidade para ser completamente executado? Ainda é cedo para responder. Como informação podemos registrar que, nos círculos militares das organizações católicas, com o Sr. D. Sebastiao Leme á frente, como inspirador e chefe, é intenso o movimento no sentido de ser consagrado, na futura Constituinte, o princípio da religião do Estado. Ouvimos há pouco pessoa que representa o pensamento de D. Sebastião Leme declarar o seguinte: ‘O decreto sobre o ensino religioso não deve ser considerado senão como uma etapa, a primeira’. ‘O que precisamos é colocar a Igreja católica no lugar que lhe compete. Na futura Constituição, estabeleceremos a religião de Estado, faremos do catolicismo a religião oficial, ensinada nas escolas, proclamada nas repartições. Toleraremos os outros cultos, que serão permitidos. Mas a religião oficial será a católica. O Estado não será neutro. Somos a maioria e assim o queremos. Podemos impôr a nossa vontade’. Essa versão é oficial, pois é repetida por todos que privam com o ilustre Cardeal, que está decidido a levar avante a campanha. De fato, temos elementos para afirmar que D. Sebastião Leme não recuará nessa cruzada, que considera de grande importância para o Brasil. O assunto, como se vê, merece estudo e será objeto de grandes controvérsias, se houver liberdade para isso. O Govêrno Provisório já concedeu um pouco á corrente clerical. Que poderemos fazer dessa tendência? Os próprios católicos militantes devem examinar com toda a atenção e escrúpulo a reivindicação do Cardeal. Valerá a

pena para a própria igreja, sob o ponto de vista dos interesses católicos, o estabelecimento da religião oficial?” (ANNAES, p. 239-240, v. V).

Embora os principais constituintes católicos neguem as intenções de restaurar a religião oficial, observa-se que a Igreja logrou importantes conquistas em seu projeto de retomar o espaço perdido com a República: as emendas religiosas são incorporadas à Constituição; Getúlio Vargas, em um ato de acatamento à autoridade da Igreja, se casa no religioso, após anos de vínculo estritamente civil; e Gustavo Capanema é empossado no Ministério da Educação e Saúde, após negociações das quais participou Alceu Amoroso Lima¹⁰¹, que se transformaria, daí por diante, em mentor espiritual e intelectual do Ministro e de toda a atividade educacional no país. Em 1934, Alceu Amoroso Lima encaminha a Capanema um manuscrito delineando que a expectativa da Igreja no governo iria muito além da questão religiosa (SCHWARTZMAN, 1986, p. 121).

Costa Fernandes é um dos grandes defensores do ensino religioso dentro de uma perspectiva moral. Para ele, ao estabelecer o ensino religioso obrigatório, Mussolini estaria defendendo a sociedade e a família, pois elas estariam apoiadas nesses princípios (da religião). O ensino religioso obrigatório elevaria a “moral das almas, condição indispensável para a felicidade de um povo” (ANNAES, p. 111, v. V). Esse deputado ainda vai fazer uma ligação entre a defesa da moral e o anticomunismo, no sentido de que ser comunista é imoral. Nesse sentido, lança mão do discurso do Ministro da Instrução Pública do Japão para defender o ensino religioso, tendo em vista a regeneração moral.

Enquanto no Brasil, país de população católica, alguns espíritos, sob o preconceito de liberdade de consciência, se opõem ao ensino religioso nas escolas, no Japão, onde o sentimento de patriotismo atingiu ao seu mais alto grau, os seus homens justamente impressionados pelo desenvolvimento progressivo da imoralidade naquele país, pela falta de disciplina mental das crianças, pela voz do Ministro da Instrução Pública fiséram o seguinte apêlo ao visitador apostólico, de Tóquio: “Até agora a política de dêste ministério orientou-se pelo materialismo. É a doutrina da época corrente; mas, todos devemos confessar os resultados deploráveis colhidos, a decadência assustadora da moralidade pública e privada, a floração do comunismo; e, nos tempos mais recentes, simptomias graves de rebeldia e de indisciplina social. Chegou, pois, a hora de reconhecermos que o ensino público no Japão tem de se espiritualizar. Para êste fim, a colaboração dos educadores religiosos

¹⁰¹ Sobre Alceu Amoroso Lima, importante figura do laicato católico, ver seções 4.1.1 e 4.2.2.

é-nos absolutamente necessária. É essa colaboração, por meio dos missionários, que eu venho solicitar. Os princípios da religião católica têm de informar, doravante, a educação da mocidade escolar, sob pena de abrirmos, de par a par, as portas ao perigo vermelho mais terrível.”

Estas palavras do Ministro Japonês devem ser consideradas insuspeitas; e, todos aqueles que se interessam pelo bem da Pátria, não podem deixar de refletir sobre o assunto (ANNAES, p. 108, v. V).

O discurso anticomunista é um importante veio de aproximação entre religiosos e eugenistas, além, obviamente, de ser benquisto pelo governo. O ensino religioso nas escolas, por exemplo, é defendido pelo grupo eugenistas como meio de equilibrar a questão imigratória, considerando-se o risco de importação desses ideais com os imigrantes europeus. No ponto de vista da Igreja, segundo Castro (2007, p. 23), “preocupava aos religiosos a ação dos anarquistas e comunistas que, atuando no meio operário, aliciava os trabalhadores das bases católicas”.

Também contribuía para as atitudes anticomunistas a ampla divulgação das mensagens de Nossa Senhora por ocasião de sua aparição em Fátima (1917), pedindo orações para a conversão da Rússia comunista (WERNET, 2007, p. 14). A Igreja colaborava para a construção de um imaginário coletivo em que o comunista se identificava com o demônio, símbolo do mal. Nesse sentido, só as iniciativas da Igreja seriam suficientes para combatê-lo. É mais um elemento sustentador das relações entre governo varguista e a Igreja, que se caracteriza, segundo Castro (2007, p. 23), por um regime de “concordata-moral”, no qual a Igreja colabora na legitimação do governo e esse se empenha no combate aos inimigos hereges, que, além dos comunistas, incluem os protestantes, espíritas e judeus.

É premente frisar, ainda, que, independente do discurso religioso, a pauta eugênica tem um cunho moralista intrínseco. A Sinarquia¹⁰², por exemplo, é um documento eugênico, mas que refuta toda possibilidade de relação entre a Igreja e o Estado. Assim defende esses princípios tal projeto:

Art. 193. O Estado continúa separado das igrejas, e não tem relações de dependência ou aliança com elas.

¹⁰² Anteprojeto de Constituição elaborado por Sócrates Diniz em substituição ao projeto Governamental. Apresentado à Constituinte por meio da emenda n. 185, assinada por Edwald Posolo, Eugenio Monteiro de Barros, Edmar da Silva Carvalho, Martins e Sila, Sebastião Luiz de Oliveira e Alberto Surek. No pensamento de Sócrates Diniz, o executivo deveria ser composto pelo Presidente da República e ministros de Estado, que, em número de nove, atenderiam aos ministérios ou departamentos da administração pública, entre eles a Saúde, como Higiene e eugenia; e a Educação e Instrução, sendo a instrução ligada à cultura, enquanto a educação, ao aproveitamento racional da cultura em benefício da coletividade.

Art.194. O ensino nas escolas é leigo.

Art. 195. O ensino religioso só é permitido nos templos, nos seminários, nos conventos e nas residências particulares (ANNAES, p. 61, v. III).

Aparece nesse projeto o caráter mais laico do eugenismo. Esse documento não menciona, no entanto, o termo educação eugênica amplamente defendido nas emendas religiosas, mas defende uma “severa fiscalização das exigências higiênicas nas habitações, escolas, oficinas, embarcações, minas e hospitais” (ANNAES, p. 61, v. III). Aqui também aparece o entendimento de saúde como Higiene e Eugenia. Por fim, o aperfeiçoamento moral é um ideal eugênico e higiênico congruente com a grande pauta de regeneração moral da sociedade que interessa à Igreja. Como já verificado, as ferramentas mais radicais do eugenismo não encontram respaldo, logo, é a Higiene, por meio da educação escolar e sanitária, que vai fornecer as bases para a limpeza moral da sociedade.

5.4 Aperfeiçoamento intelectual: educação para salvação pública

A verdade é dura, mas deve ser dita. Nunca, no Brasil a educação nacional foi encarada de frente, sistematizada, erigida, como deve ser, em legítimo caso de salvação pública.

Getúlio Vargas¹⁰³

Para sobre o discurso constituinte uma extrema confiança otimista no poder da educação de resolver os problemas do país. O movimento da Escola Nova¹⁰⁴ teria contribuído para esse sentimento de que bastaria a modernização e racionalização do sistema educacional para que os problemas nacionais comesçassem a se resolver. Essa subcategoria significa, assim, a visão da Educação como um importante problema social, tendo em vista a ineficiência do homem, que aparece, então, como causa do atraso econômico, e está representada no diagrama a seguir:

¹⁰³ Em discurso de instalação da Assembleia Nacional Constituinte em Sessão Solene de 15 de novembro de 1933.

¹⁰⁴ Importante aqui fazer um adendo sobre a ressignificação dos educadores católicos à ideologia liberal da Escola Nova, que ganhara força no contexto educacional brasileiro. A pedagogia católica empenhou-se em encontrar um caminho médio entre as concepções tradicionalistas da educação e o ideário da educação nova. Concomitante à crítica, havia um processo crescente de autorreformulação, o que propiciou o desenvolvimento de um escolanovismo católico. Ver: GHIRALDELLI JR., 2009, p. 58-64.

Figura 10 – Diagrama da subcategoria Aperfeiçoamento intelectual



Fonte: Desenvolvido pelo autor no ATLAS.ti.

O discurso de Getúlio Vargas na Sessão solene de instalação da Assembleia Constituinte vai dedicar importante espaço para defender um plano de educação que colocasse o Brasil entre os grandes países no cenário internacional, antecipando o tom hegemônico de defesa de uma educação pública e gratuita, mas que em Vargas tem forte cunho de atender aos interesses de fornecer mão de obra capacitada para o sistema capitalista em consolidação, como se segue:

Todas as grandes nações, assim merecidamente consideradas, atingiram nível superior de progresso, pela educação do povo. Refiro-me á educação, no significado amplo e social do vocábulo: física e moral, eugênica e cívica, industrial e agrícola, tendo, por base, a instrução primária de letras e a técnica e profissional.

[...]

Relembrai o exemplo do Japão. O imperador Mutzuhito, certo dia, baixou um édito determinando “fosse o saber procurado no mundo onde quer que existisse, e a instrução difundida de tal forma que em nenhuma aldeia restasse uma só família ignorante e que os pais e irmãos mais velhos tivessem por entendido que lhes cabia o dever de ensinar os seus filhos e irmãos mais moços”.

O imperador foi obedecido. O milagre da instrução, em pouco mais de 40 anos, de 1877 a 1919, fez com que a exportação e a importação do país centuplicassem; o Japão vencia a Rússia e entrava para o rol das grandes potências (ANNAES, p. 105-106, v. I).

No mesmo sentido – o de colocar o problema educacional em evidência – está Martins e Silva, representante da classe trabalhadora.

Estou de acordo com o professor Miguel Couto, quando diz que o problema educacional é o principal, temos de, em nossa Constituição, determinar seja a educação obrigatória, gratuita e escoimada dos entraves que sempre aparecem, de taxas e sôbre-taxas, que impedem a sua difusão, principalmente entre os filhos dos pobres (ANNAES, p. 452, v. I).

A década de 1920 é marcada pelo fortalecimento dos ideais da Escola Nova no Brasil. Esse pensamento do estadunidense John Dewey, trazido ao Brasil por Anísio Teixeira, propunha a superação do atual sistema educacional brasileiro, que não tinha alcançado o objetivo de resolver os problemas do país. Nesse período, o acesso à escola era restrito às elites. As escolas eram, em sua maioria, particulares e atreladas ao catolicismo, atendendo aos objetivos e padrões exigidos pelas classes mais abastadas. O analfabetismo quase que totalizava na população (FERRIANI, 1992, p. 86; IERVOLINO, 2000, p. 33).

As ideias da Escola Nova promoveram em diversos estados brasileiros reformas escolares, cujo intuito era democratizar o acesso à escola. O combate ao analfabetismo e a escola primária integral também faziam parte das discussões. A escola aparece como instrumento de “preparação de um novo trabalhador, educado para a vida social, pelo desenvolvimento do espírito de solidariedade e de integração, necessário ao industrialismo” (FERRIANI, 1992, p. 86).

Nesse contexto, surge a preocupação com o homem do interior, tido como abandonado, não participante da cidadania e inútil à Pátria. A educação é entendida como capaz de incluir essa população no mundo civilizado, preparando-a para o trabalho. No projeto de aperfeiçoamento racial da população brasileira, a educação, então, ocupa um lugar de destaque, mas sempre associada a ela está a necessidade de higienizar a população. Na esteira de defesa da nacionalidade, tendo o homem do campo como passível de aperfeiçoamento, o discurso eugênico também vai defender a educação higiênica para a população. Tal discurso pode ser observado na justificativa da emenda 740:

A nossa penúria e o nosso atraso provêm incontestavelmente da ineficiência do nosso homem e do desconhecimento do nosso meio. Como passo inicial, o grande problema é incontestavelmente, observa com acerto o prof. Miguel Couto, a educação do povo.

Essa educação, porém não pode ser adstrita á difusão do ensino primário; Tem que se estender, a uma esfera mais larga abrangendo uma intensa e contínua apreciação do homem, em face do meio, de forma que todo o indivíduo válido que habite o Brasil possa e saiba conquistar pelo seu esforço, um padrão de vida, isto é, condições de alojamento, de alimentação, de abrigo corporal, educação e cultura, capazes de lhe assegurarem uma vida normal, digna do ente civilizado. O ensino, a higiene e o trabalho devem constituir, portanto, a preocupação máxima de todos os patriotas. Os fatores que permitam uma rápida melhoria do nosso padrão de vida médio, têm que ser acoroçoados, não podendo e não devendo ficar á mercê de nossa lenta evolução natural (ANNAES, p. 163, v. IV).

Essa associação entre higienismo e eugenismo marca o tom das propostas voltadas para o melhoramento desse indivíduo considerado não civilizado. O discurso do médico Pacheco e Silva é representativo desse movimento que defende a inserção do saber médico, embasado no higienismo de forte cunho eugênico, no espaço escolar.

Não podemos, assim, Sr. Presidente, retardar os progressos da higiene pública, deixar de favorecer a difusão de novos conhecimentos e a utilização pronta das inovações médicas, que se fia entravar os progressos sociaes em todas as direções. Cumprenos não deixar ás gerações futuras trágicos exemplos de indiferença e menosprêzo pela saúde pública. Foi reconhecendo essa necessidade que a conferência escolar do Reich, reunida em 1920, adotou as seguintes resoluções:

A educação escolar em matéria de higiene é a base sôbre a qual repousa a propagação dos preceitos da luta contra as moléstias populares e o crescimento das forças da coletividade. A educação do escolar em matéria de higiene deve ser introduzida em todas as escolas, em todos os graus do ensino. Torna-se imprescindível que essa educação penetre na vida escolar inteira; todos os ramos se prestam, mas toda escola deverá dispor de cursos especiaes de higiene (ANNAES, p. 267-268, v. VII).

O *Club 3* de Outubro também desenhará um projeto específico para a população do interior que concilia educação e higiene dentro de um escopo de aperfeiçoamento racial. Assim, vai defender a criação de escolas populares, destinadas à mocidade dos campos e das zonas rurais. Defende que nessas escolas se professe noções gerais de história, literatura, sociologia, higiene, agronomia e economia agrícola. O objetivo da proposta é que tais escolas se equivalessem a “verdadeiras universidades populares”, com uma importante missão no “desenvolvimento cultural da juventude campesina e do proletariado dos campos

e das cidades do interior, buscando elevar o seu nível mental e habilitando-os a se tornarem cada vez mais úteis à Humanidade e à Pátria” (ANNAES, p. 224, v. III).

Os pensamentos higiênico e eugênico ocupam importante capítulo na história da educação no país, por isso algumas considerações históricas tornam-se relevantes.

5.4.1 O discurso higiênico: saberes médicos na superação dos problemas sociais

O industrialismo sob a égide burguesa determinou graves problemas sociais para a Europa ao longo do século XIX. É nesse período que surgem os primeiros estudos que darão base à medicina social. É também nesse período, no entanto, que se firmam as bases para o surgimento de complexos dispositivos de tutelarização moral e intelectual das classes pobres. A opinião corrente em meados do século XIX nesse contexto de desenvolvimento dos centros urbanos industriais europeus era que

as condições de desgraça das classes trabalhadoras eram resultado de um espírito vicioso, de uma vida imoral, desordenada, liberada de toda regra e de todo contrato coletivo. Cabia, então, (ao Estado) não somente garantir-lhes a saúde, como também a educação higiênica e a moralidade (COSTA, 1981, p. 7-8).

Assim, inicia-se um esforço generalizado de moralização e domesticação das classes populares na Europa, ou disciplinização higiênica, cujo projeto envolveu reorganizar disciplinarmente os grupos sociais marginalizados; as massas pré-industriais que habitavam os subúrbios miseráveis, que ameaçavam os poderosos; aqueles que responderam contra uma existência de miséria e humilhação com o infanticídio, a prostituição, o suicídio e o desequilíbrio mental; a massa de trabalhadores industriais pobres desassossegados que viam na rebelião a única forma de resistir à insustentável situação (COSTA, 1981, p. 8).

Outra estratégia dentro desse projeto de domesticação das classes subalternas é a determinação do “lugar social da mulher como mulher do lar, mãe dedicada, salvação do homem e instrumento privilegiado de civilização da classe operária” (COSTA, 1981, p. 9). Os programas de habitação popular surgiram desse escopo. Assim, a mulher poderia tirar o homem do cabaré, para moralizá-lo. Constava ainda no projeto higiênico a luta contra a insânia e a imoralidade dos

antigos casebres e porões herdados do antigo regime, a fim de que bairros pobres não se tornassem abrigo para grupos subalternos. A higiene quis também fazer desaparecer as aglomerações operárias que constituíam os focos de todas as rebeliões e epidemias que periodicamente irrompiam nas cidades industriais, uma vez que essas enfermidades invadiam os bairros capitalistas (COSTA, 1981).

A importação de ideias europeias quanto ao modelo de “civilização” adotado no processo de desenvolvimento das grandes cidades industriais instaura no Brasil as pautas da moralidade sanitária. A constituição de uma economia urbano-comercial e a projeção de uma elite dominante com inspirações burguesas, que buscava implantar no país uma ordem social europeia e capitalista, fornecem os ingredientes favoráveis para o assentamento do projeto higiênico. As grandes transformações da cidade foram desde então justificadas como questão de saúde, nas quais a força foi posteriormente um instrumento necessário para controle da massa revoltosa. Nesse primeiro momento, o foco era a educação sanitária das elites. Essa ação inclui, além da questão urbana, a definição de um modelo de formação à escola.

Valendo-se dos altos índices de mortalidade infantil e das precárias condições de saúde dos adultos, a educação higiênica impôs à família da elite dominante uma educação física e moral, intelectual e sexual, inspirada nos preceitos de moralidade sanitária. Esta educação, dirigida sobretudo às crianças, modificou os costumes familiares, induziu o culto à saúde e alterou os velhos hábitos coloniais (COSTA, 1981, p. 11).

A higiene social, por meio da educação sanitária das crianças, passa a definir, então, a cultura familiar dos grandes proprietários, coincidindo com a ascensão de ideais burgueses, a saber, europeizar os costumes e urbanizar os hábitos. Antes de atentar a essa proposta pedagógica da higiene, cabe ressaltar outro grupo que colaborou para o estabelecimento desse pensamento no Brasil, a classe médica.

A construção de uma ordem civilizada nos trópicos constituiu-se em um sonho dos homens da ciência médica no Brasil do século XIX. Profissionais atentos ao que acontecia no mundo civilizado, onde muitos haviam se formado, e seduzidos pela civilização não se conformavam com o país nas condições em que se encontrava. No entanto, como destaca Gondra (1981, p. 544), esse projeto esbarrou nas “teimosias e rebeldias de uma sociedade desigual, escravocrata, monarquista e

patriarcal”, ou seja, no conservadorismo da elite brasileira. Contribui a essa discussão a medicina desenvolvida no Brasil nessa época em que

buscava responder às demandas das classes dominantes urbanas, que precisavam superar os efeitos da precariedade das condições de saneamento e de saúde da população, que atingia, sobretudo, as camadas sociais mais pobres, e que eram profundo incômodo para o grupo formado pelos representantes do poder imperial, proprietários e funcionários (ANTUNES, 2009, p. 33).

Essa medicina, baseada no que pode ser chamado de medicina social, traz à cena, assim, a perspectiva da Higiene¹⁰⁵. Esses profissionais, respaldados pela racionalidade, não se limitaram ao corpo humano, mas buscaram transformar a sociedade em um objeto de sua razão médica. Sobre isso, afirma Pacheco e Silva:

Ao se estudar a organização social da maioria dos povos do mundo, conclue-se desde logo que o médico é hoje chamado a cooperar com as suas luzes nos mais diversos problemas, não só naqueles que se prendem diretamente á sua profissão, como em muitos outros resolvidos, até então, á sua revelia. Os médicos, afirmava o velho Virchow, são os advogados naturais dos pobres e, sendo assim, a questão social é da sua alçada e a êles cabe orientá-la. O exercício da profissão os obriga a penetrar nas diversas camadas da coletividade, a observar as condições de vida das diferentes classes de uma população, a estabelecer paralelos, notando as oscilações mais sutís, que só êles podem registrar, o que lhes confere uma posição de excepcional privilégio quando se trata de opinião sôbre os problemas sociais (ANNAES, p. 264, v. VII).

Nessa linha de pensamento, os médicos preocupam-se em eliminar as “imundícies materiais e morais” que infestavam as cidades. Então, sob essa perspectiva, leprosos, loucos, prostitutas, mendigos e crianças abandonadas tornam-se objeto de preocupação dessa classe. A proposta é “a higienização física e moral da sociedade, sua padronização, em prol de uma formação social sadia, composta por indivíduos saudáveis, que, por meios profiláticos, livrassem as cidades da desordem e dos desvios” (COSTA, 1981, p. 11).

A defesa dessa proposta leva a Higiene a se preocupar com a educação escolar. Sendo assim, pautadas no pensamento higienista, as questões referentes à saúde chegaram à escola, retirando do espaço privado da religião ou da família o monopólio sobre a formação das crianças. A Higiene fornece à escola um modelo de

¹⁰⁵ Ramo da medicina que se ocupou da descrição e redescrição dos objetos sociais, em conformidade com os cânones da ciência médica.

organização, um projeto pedagógico calcado na razão médica (GONDRA, 2007, p. 257).

5.4.2 Pedagogia da Higiene: um projeto eugênico para a Escola

“Se eu pudesse, Sr. Presidente, colocaria em cada vila um médico e um professor”.

J.J. Seabra, Annaes, p. 269, v. V

A preocupação da Higiene com a educação escolar define um projeto pedagógico – a pedagogia da Higiene. A ela interessou, no século XIX, transformar predicados físicos, psíquicos e sexuais de seus indivíduos em insígnias de classe social. O caráter de controle sobre o comportamento buscava eliminar, entre outras coisas, a desobediência e a prática da masturbação. Criou-se um culto ao corpo saudável, alimentado pelas ideologias racistas da superioridade racial e social das elites brancas. Quando ações de controle se mostravam insuficientes, partia-se para o afastamento dos indesejáveis pela reclusão nos hospícios então criados, fechando o círculo de um severo programa de exclusão social, em nome da prevenção da saúde (ANTUNES, 2009, p. 34-35).

As iniciativas da Higiene na educação escolar não se restringiam ao projeto pedagógico, mas também influenciaram a arquitetura das escolas. Assim, buscava-se garantir a salubridade no espaço escolar. A higiene escolar prescrevia um projeto arquitetônico e pedagógico. Dessa forma, a Higiene defende a necessidade de escolas, assim como de um modo moderno ou iluminista de instalação desse modelo de formação de homens e mulheres.

Até o final do século XX, as iniciativas da Higiene focam na formação da elite. Quanto às camadas de desclassificados e escravos, negros, mestiços, a pedagogia higiênica não se interessou nesse momento. “Esses continuaram a ser dirigidos pelos instrumentos de coerção de sempre. Entregues à polícia, ao recrutamento militar ou aos espaços de segregação higiênica, como prisões e asilos” (COSTA, 1981, p. 12). A virada do século, no entanto, gera uma mudança nessa prioridade. A conjuntura de uma incipiente industrialização, urbanização, aumento do comércio internacional, correntes imigratórias e a presença de contingentes populacionais

“livres” concentrados no espaço urbano causaram o desvio do foco do projeto burguês de civilidade e modernidade para as classes subalternas.

Nessa conjuntura, a falta de saúde e de educação do povo era vista como a causa do atraso do país. Reverter esse quadro elevaria o país no cenário econômico e social. Para os higienistas, a causa do pauperismo urbano era decorrente da resistência da população pobre e de parte do operariado às normas elementares de asseio, moral e bons costumes (COSTA, 1981, p. 15). Dá-se início, então, a um projeto de controle da razão, moral e saúde das classes subalternas. “Em várias instâncias, são produzidas ideias e criadas práticas higienistas que têm como foco a educação em geral e a instituição escolar em especial” (ANTUNES, 2009, p. 35).

O discurso da Higiene nesse ponto já era aceito como detentor da razão científica, graças a um movimento intelectual que buscou legitimidade para esse discurso que passava, então, a ser enunciado em favor da razão médica em detrimento dos demais discursos e práticas. Assim, os interesses do Estado podiam ser amparados pela legitimidade científica desse grupo.

A higiene ofereceu às classes dirigentes nacionais os argumentos necessários para responder às consequências que o próprio sistema capitalista havia implantado no país. Ao Estado coube organizar e controlar uma população hostil às medidas de racionalidade e civilidade sanitárias desenvolvidas por uma elite intelectual. Nesse momento, as ações da polícia sanitária do Rio de Janeiro, direcionadas por Oswaldo Cruz, sofrem cerrada oposição popular. Dentre esses ocorridos, está o que ficou registrado na história do Brasil como Revolta da Vacina em 1902. Esse fato é ainda ensinado nas escolas como decorrente da ignorância, rebelião e insubmissão do povo arredo à modernidade, legitimando a ação controladora e tutelarizadora das arbitrariedades da elite higiênica e civilizada. A escola pública se tornará, assim, o campo de doutrinação do discurso higiênico com o amparo do Estado.

Em 1910, é criado no Rio de Janeiro o Serviço de Inspeção Sanitária Escolar com duração de apenas seis meses, mas reorganizado em 1916. No entanto, é somente a partir de 1911 que a saúde escolar começa a receber maior atenção das autoridades. O Decreto n. 2.141, de 14 de novembro de 1911, que reorganizou o Serviço Sanitário do Estado de São Paulo prevê, no art. 2, parágrafos 5º e 13º, que é responsabilidade do Estado:

5.º - A execução de quaesquer providencias de natureza aggressiva ou defensiva, como as que tenham por fim a hygiene domiciliaria, a policia sanitaria das escolas, das habitações privadas e collectivas, das pharmacias e drogarias, das fabricas, dos estabelecimentos industriaes e commerciaes, dos hospitaes e maternidades, dos mercados, dos matadouros, dos cemiterios, dos logares e logradouros publicos, a assistencia hospitalar a doentes de molestias transmissiveis, o isolamento e a desinfecção;

13.º - A inspecção medico-sanitaria das escolas publicas e particulares. (SÃO PAULO, 1911)

A inspecção médica incluía os alunos, docentes e empregados das escolas conforme art. 29, §15. Sua finalidade é descrita no art. 67, como se segue:

1.º - A indicação das medidas higienicas e administrativas quanto à situação e construcção dos edificios escolares ;
2.º - A escolha (de accôrdo com a direcção da instrucção publica) do mobiliario escolar, dos methodos e processos de ensino, das posições e attitudes escolares, bem como a distribuição das materias de estudos, das horas de classes, dos recreios e dos exercicios physicos.

3.º - A prophylaxia das molestias transmissiveis ;

4.º - O exame individual dos docentes, alumnos e empregados;

5.º - A vaccinação e revaccinação do pessoal das escolas. (SÃO PAULO, 1911)

Esse decreto ainda dedica seu sexto capítulo para descrever a estrutura das escolas quanto ao local para construcção, sombreamento, ventilação, ângulos arredondados, revestimento, mobília, dentre outros. Determina também a obrigatoriedade da ginástica educativa, assim como da vacinação e revacinação para a matrícula (SÃO PAULO, 1911).

Foi organizado, ainda, no estado de São Paulo, o serviço de Inspeção Médica Escolar que visava garantir a salubridade no espaço físico das escolas e oferecia assistência médica individual aos alunos. Em 1916, os médicos inspetores dessa instituição realizavam conferências públicas e no ano seguinte foram implantadas aulas mensais, sobre “tópicos de hygiene individual e coletiva”. Outras instituições são criadas nesse período, como a Associação Paulista de Assistência Escolar, sociedade de caráter filantrópico que disponibilizava serviços médicos e odontológicos a alunos necessitados. E, em 1920, é criado o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro.

Na década de 1920, o movimento da Escola Nova vai causar uma profunda mudança nos ideais da hygiene escolar. O movimento higienista no Brasil parece

absorver essas diretrizes, passando por uma sensível mudança de discurso. Ao invés de uma “missão civilizadora” oriunda do movimento higienista europeu, passa a uma “cruzada educadora”, oriunda do movimento sanitaria¹⁰⁶ estadunidense, “em que a escola é o local para preparar cidadãos aptos para a vida e para o exercício da Democracia” (MELO, 1981, p. 32).

Nesse sentido, a escolarização era importante para que as grandes camadas da população fossem incorporadas pelas medidas de prevenção (criação dos centros de saúde) e a educação sanitária, baseada nos princípios da emergente Saúde Pública, “na senda do progresso nacional e na formação do novo homem brasileiro”. Preconizava-se ainda a diminuição do poder coercitivo da polícia sanitária ao máximo possível (MELO, 1981, p. 29).

Nesse momento, os higienistas estão desempenhando um papel de grande influência na sociedade e no governo, a ponto de influir na criação do Departamento Nacional de Saúde em 1923, cujo regulamento sanitário era marcado pela ideologia da normatividade higiênica e ampliava sensivelmente o espaço de atuação da higiene. O regulamento contemplava: a educação sanitária da população, prevendo a divulgação da higiene pessoal e pública; a inspeção médica de imigrantes e de outros passageiros que se destinassem ao país; controle e confinamento sanitário de leprosos, tuberculosos e portadores de doenças venéreas; o problema da habitação popular; cuidados com os problemas da saúde infantil, o trabalho da criança e da mulher gestante (COSTA, 1981, p. 16).

Essa influência também pode ser notada nas reformas curriculares da época. Como aponta Ferriani (1992, p. 88), “educação higiênica e escola nova mantinham-se intimamente irmanadas, desde o início da década. Assim, pedagogia e higiene se tocam a ponto de se confundir funções tão distintas”. Um exemplo notável é a inclusão da higiene e puericultura no currículo da Escola Normal Caetano Campos. A reforma da escola normal constituiu a concretização dos ideais da Escola Nova com vistas à profissionalização e um novo local de propagação do discurso higienista para a sociedade, na figura da profissão de professor de higiene. O

¹⁰⁶ Em 1919, nos Estados Unidos, o termo educação sanitária é proposto numa conferência internacional sobre a criança. “As noções de higiene agora são propostas através de medidas preventivas, imunizações e cuidados individuais na prevenção, para o que era mister educar os indivíduos, principalmente as crianças” (MELO, 1981, p. 34).

Instituto de Higiene de São Paulo¹⁰⁷, a partir de 1925, também passa a formar educadores sanitários, curso disponibilizado aos professores do primário. São esses educadores também os responsáveis pela educação nos centros de saúde e nas campanhas Sanitárias e Dispensários (MELO, 1981, p. 34-35).

A relação entre educação e saúde passa a ser amplamente discutida, recebendo mais atenção da sociedade brasileira. Nesse sentido, ocorre, no ano de 1923, o I Congresso Brasileiro de Higiene, em que passam a discutir o problema da alimentação na idade pré-escolar e escolar, dentre outras questões, tendo sempre em pauta a criação de hábitos sadios, o combate às taras sociais e a higiene da raça. Nesse contexto, a educação física assume grande relevância, atuando como articuladora da educação e da saúde, em busca da construção de um novo homem, qual seja, a “melhoria da raça” (ANTUNES, 2009, p. 36).

Nesse período, o personagem Jeca Tatu, de Monteiro Lobato, desempenhou, na análise de Maria Helena Souza Patto, um relevante papel na construção do mito legitimador da política de saneamento que marcou o início do século XX no Brasil: ter saúde é a grande qualidade de um povo. O xucro caipira, vítima de doenças decorrente do descaso estatal, transforma-se num rico fazendeiro após ser atendido por um médico e fazer uso dos “remédios de laboratório”. Nas palavras de Patto (1990, p.104), o personagem assume a “imagem do ideal de homem brasileiro que se disseminava então: sadio, empreendedor, próspero, voltado para o consumo, usuário da mais moderna tecnologia, que reverencia e imita os hábitos de europeus e americanos”. Essa concepção está bem representada no discurso de Vargas, para quem a educação para o sertanejo objetiva:

dar a consciência dos seus direitos e deveres; fortalecer a alma, convencendo-o que existe solidariedade humana; enrijar-lhe o físico pela higiene e pelo trabalho, para premiá-lo, enfim, com a alegria de viver, proveniente do conforto conquistado pelas próprias mãos (ANNAES, p. 105, v. I).

Tal ideia pode ser desprendida também do discurso de Martins e Silva, para quem a situação do homem do campo merece a atenção dos Constituintes:

¹⁰⁷ Fundado por Paula Souza, um dos médicos brasileiros que haviam sido financiados pela Rockefeller Foundation para estudar na primeira Escola de Saúde Pública, criada em 1917 na John Hopkins University (EUA).

A nação deve estar com os olhos voltados para estes problemas. No Brasil de hoje, o que se reclama são atos, realizações práticas; não admitimos mais discursos teóricos. Precisamos, Senhores, olhar para o homem rural, o homem do campo, completamente abandonado. É indispensável dar liberdade a esse trabalhador a quem chamamos “vaqueiro”, e que fica dentro das fazendas sem saber quanto ganha, e sem ter nas mãos um livro, de modo a que possa ser amanhã, um cidadão brasileiro. (*Muito bem*) (ANNAES, p. 452, v. I).

No ano de 1924, não por acaso, foi criado o livreto Jeca Tatuzinho, propagado pelo industrial Cândido Fontoura. O livreto foi considerado a peça publicitária de maior sucesso na história da propaganda brasileira. Esse intento contribuiu para a popularização de noções médicas, aliado aos interesses da indústria farmacêutica em detrimento do conhecimento popular e da subsistência e, como aponta Patto (1990, p. 76), pode ter “contribuído para a cristalização do mito da indolência das populações rurais e, por extensão, dos contingentes populacionais mais pobres das grandes cidades”. No discurso educacional, esse mito contribuiu para a manutenção da crença na indiferença do homem do campo pela escola, assim como na concepção de que a verminose seria a principal causa do fracasso escolar das crianças das classes populares¹⁰⁸.

Em 1926, no III Congresso Brasileiro de Higiene, um projeto ainda mais focado na escola pública entrou em pauta. A preocupação era a necessidade de formar hábitos sadios nas crianças. O pano de fundo dessa preocupação assenta-se na tríade infância-educação-eugenia. Nada mais indicado do que a introdução de modernos sistemas de instrução da criança na escola, a fim de formar a sua

¹⁰⁸ Como ilustração da clara difusão dos ideais sanitaristas por meio do personagem Jeca Tatu, seguem algumas citações extraídas do folheto Jeca Tatuzinho. Disponível em: <http://lobato.globo.com/misc_jeca.asp>. Acesso em: 25 fev. 2013. “– Pois é isso, são Jeca, e daqui por diante não duvide mais do que disser a Ciência. – Nunca mais! Daqui por diante dona Ciência está dizendo, Jeca está jurando em cima! T’esconjuro! E pinga, então, nem para remédio...”; “E Jeca já não plantava rocinhas, como antigamente. Só queria saber de roças grandes, cada vez maiores, que fizessem inveja no bairro. E se alguém lhe perguntava: – Mas para que tanta roça, homem? ele respondia: – É que agora quero ficar rico. Não me contento com trabalhar para viver.” “Jeca parecia um doido. Só pensava em melhoramentos, progressos, coisas americanas. Aprendeu logo a ler, encheu a casa de livros e por fim tomou um professor de inglês. – Quero falar a língua dos bifos para ir aos Estados Unidos ver como é lá a coisa. O seu professor dizia: – O Jeca só fala inglês agora. Não diz porco; é *pig*. Não diz galinha; é *hen*... Mas de álcool, nada. Antes quer ver o demônio, que um copinho da ‘branca’...”. “Suas roças eram ligadas por telefones. Da cadeira de balanço na varanda, ele dava ordens aos feitores, lá longe. Chegou a mandar buscar nos Estados Unidos um aparelho de televisão.” “Resolveu ensinar o caminho da saúde aos caipiras das redondezas. [...] O seu entusiasmo era enorme. ‘Hei de empregar tôda minha fortuna nesta obra de saúde geral, dizia. Meu patriotismo é este. Minha divisa: Curar gente. Abaixo a bicharia! Viva o Biotônico! Viva ANKILOSTOMINA! Viva o Maleitosan! Viva o Fontol!’” “Meninos: nunca se esqueçam desta história; e, quando crescerem, tratem de imitar o Jeca. Se forem fazendeiros, procurem curar os camaradas. Além de ser para eles um grande benefício, é para você um alto negócio. Você verá o trabalho dessa gente produzir três vezes mais.”

“consciência de saúde ideal”. Essa é definida como “a fé no serviço profissional, a vida higiênica e os casamentos eugênicos” (COSTA, 1981, p.17). Esse agressivo movimento intelectual higienista defendeu a

criação nas escolas públicas de pelotões de saúde, através dos quais, além dos hábitos físicos, deveriam ser inculcados hábitos mentais de alegria, de pureza e solidariedade humana, além da exasperação puritana: Não tomo álcool, nem fumo nunca. Hoje fiquei sempre direito, quer de pé, quer sentado. Hoje não menti nem brincando (COSTA, 1981, p. 17).

A família do escolar também estava no campo de operação da higiene. “Como é que valerá tentar formar hábitos sadios em crianças de famílias sífilíticas ou de tuberculosos desprotegidos de assistência sanitária que vão disseminando males, arruinando a raça?” (COSTA, 1981, p. 17). Foi necessário enquadrar o universo familiar e racial das classes subalternas aos preceitos de normalidade sanitária e de padrões eugênicos. Dessa forma, o pensamento higiênico dos anos de 1920 adota com fervor a ideologia elitista e fascista do eugenismo. Essa postura vai definir as práticas de higiene social e educação sanitária até meados dos anos 1940, pautadas em uma teoria racista com o disfarce e máscara da mais moderna cientificidade. “É o período que a prática higiênica atinge sua fase de maior prestígio no cumprimento sanitário e moral dos grupos subalternos” (COSTA, 1981, p. 22).

Na Constituinte, o principal representante desse movimento higienista da educação é o médico Pacheco e Silva. Sobre essa importante relação entre saúde e educação, ele afirma:

A escola desenvolve os predicados da criança, os serviços de higiene preservam e entretêm a saúde; o seguro social protege a existência humana contra os riscos a que vive exposta; a assistência recolhe os desvalidos e a legislação eleva o nível da vida. O problema é, pois, único nos seus múltiplos aspectos, trata-se de sustentar, fortalecer, alargar, a personalidade humana em face dos fatores que tendem a deprimi-la, fragmentá-la, esmagá-la. Daí a razão porquê os médicos que estudam os fatores sociais e suas relações com a medicina e com a higiene devem ser ouvidos, pois a eles cabe estabelecer os postulados indispensáveis para melhorar as condições de miséria fisiológica e, porquê não dizer moral, em que vivem as camadas menos cultas do país. Urge que se apliquem no Brasil, como fazem hoje todos os grandes centros civilizados do mundo, os benefícios decorrentes das investigações científicas, das conquistas dos laboratórios, dos resultados surpreendentes obtidos na profilaxia e no tratamento das doenças, removendo os obstáculos porventura opostos pela rotina, pela tradição, e sobretudo pela

superstição do nosso povo, implantando os mais modernos princípios científicos, auferidos mercê de tamanhos esforços e que tanto têm modificado a vida na face da terra (ANNAES, p. 264-265, v. VII).

O projeto higiênico dependia de uma estreita cooperação entre a ciência, a educação e a legislação. O propósito é preparar a “consciência sanitária” do povo e automatizar os atos individuais. As pautas da higiene escolar desenvolvidas nesse período têm fins de regulamentar e normatizar a vida cotidiana. A intenção era o enquadramento dos modos e atitudes infantis, pensando educar higienicamente todo o povo. A escola atuaria como promulgadora dos bons costumes, propagados pelas crianças em casa, “onde desejam que tudo se passa como na escola, a cujo meio puro e sadio facilmente se acostumam”. A ideologia da higiene escolar teve em Carlos Sá um de seus muito agitadores (COSTA, 1981, p. 25).

Carlos Sá definiu parâmetros para avaliação da normalidade de saúde no espaço escolar. Ele se utiliza de sinais físicos e mentais, apresentados no quadro, a seguir:

Quadro 10 – Parâmetros de normalidade da saúde do escolar conforme Carlos Sá

Sinais físicos	Sinais mentais
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Peso de acordo com a estatura e a idade; ✓ crescimento regular; ✓ cabelos sedosos; ✓ olhos vivos, conjuntivas claras e pálpebras lisas; ✓ rosto levemente rosado e lábios rosados; ✓ boca habitualmente fechada inclusive no sono; ✓ respiração igual pelas duas narinas; ✓ dentes claros e íntegros, bem articulados; ✓ voz bem timbrada; ✓ apetite sem exagero, insuficiência ou perversão, gosto pelos alimentos úteis; ✓ mastigação suficiente, digestão fácil e evacuação intestinal diária; ✓ pele lisa, sem manchas ou cicatrizes; ✓ músculos rijos e articulações bem conformadas; ✓ ossos fortes e direitos, pés bem arqueados; ✓ passo firme e ágil; ✓ boa posição habitual de equilíbrio sobre os dois pés; ✓ ventre contraído; ✓ peito saliente; ✓ ombros na mesma altura; ✓ cabeça erguida; ✓ visão e audição bilateral normal; ✓ sono tranquilo 9 a 10 horas por noite; ✓ boa disposição ao acordar, levantando-se imediatamente; ✓ banho frio; ✓ dentes escovados 2 vezes por dia; ✓ asseio do corpo e das roupas; ✓ vida muito ao ar livre. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Falta de consciência do próprio corpo; ✓ capacidade de fixar a atenção nos estudos e brinquedos; ✓ memória viva; ✓ imaginação razoável; ✓ curiosidade; ✓ interesse pelas pessoas e coisas em derredor; ✓ iniciativa; ✓ confiança em si sem teimosia, nem medo, nem timidez, nem mentira; ✓ prazer em brincar com outras crianças; ✓ relações puras com crianças de outro sexo; ✓ nem vaidade, nem despeito; ✓ cooperação; ✓ alegria; ✓ felicidade.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de COSTA (1981, p. 25-26).

Observa-se, nesses parâmetros, que a ideologia da higiene escolar tem um forte fator de distinção de cor e classe. Por exemplo, “rosto levemente rosado e lábios rosados” só eram possíveis para crianças brancas, oriundas das elites, para quem de fato era destinada a educação escolar. Da mesma forma, “gosto pelos

alimentos úteis” exclui do padrão de normalidade das crianças pobres. Além disso, “asseio do corpo e das roupas” é uma preocupação que exclui os menos favorecidos desses padrões de normalidade.

Dentre os sinais mentais, é interessante observar que Sá desvaloriza a consciência do próprio corpo, o que é concordante com o pensamento católico apresentado anteriormente nesta pesquisa, revelando, mais uma vez, a congruência entre a pauta higiênica-eugênica e a questão religiosa. Revela também a situação escolar desse período no país, no qual as classes menos abastadas estavam excluídas do sistema escolar.

5.4.3 Educação eugênica: uma medida possível

O movimento eugênico no Brasil encontrou fortes resistências para se assumir em seu carácter mais radical observado em países como Alemanha, Reino Unido e Estados Unidos. As construções teóricas aqui desenvolvidas que buscavam rebater as acusações de degeneração racial decorrente da miscigenação encontraram apoio no conservadorismo católico, fortalecendo a tese de branqueamento e determinando um eugenismo de carácter mais higiênico, que, em associação aos ideais da escola-nova, viu na escolarização a possibilidade de salvação racial das futuras gerações. Nesse contexto, a educação eugênica ocupa um papel importante.

O dispositivo constitucional é inserido pela emenda 781¹⁰⁹, que prevê como incumbência da União, Estados e municípios a educação eugênica e sexual, e traz como justificativa:

País novo, de grande vastidão territorial, de clima variável, com uma população constituída pelas raças mais heterogêneas, de costumes e hábitos diferentes, vivendo nas mais diversas condições higiênicas, não se compreende a razão de se não incluir na nossa magna Carta um Capítulo em que se consubstancie, em linhas gerais, medidas para remediar as necessidades da coletividade, baseadas em dados científicos e racionais.

Assim, a educação eugênica se impõe, atendendo a que a eugenia não só tem por fim a procriação em boas condições fisiológicas, como ainda estuda as causas disgenéticas ou as que podem influir direta ou indiretamente sobre o valor da espécie dando a cada cidadão o sentimento da responsabilidade na formação da raça.

¹⁰⁹ Texto disponível integralmente na seção 5.1.

A educação sexual é a base da luta antivenérea e é paralela á educação eugênica, de acôrdo com as conclusões da Conferência Internacional para a reafirmação do ideal moral no mundo. (ANNAES, p. 176, v. IV).

Pacheco e Silva, como médico, defende a educação eugênica pela sua importância na saúde da raça. Para demonstrar “sua magnitude”, cita uma das proposições da Sociedade Alemã de Higiene Racial:

A condição imprescindível para a consecução dos fins da higiene racial é a instrução e a educação eugênicas. Todas as escolas frequentadas pela mocidade devem ter cursos suficientes de Biologia e Eugenia. Todas as escolas superiores devem ser dotadas de cadeiras especiais para o estudo da hereditariedade humana e higiene racial (Eugenia), com possibilidades de pesquisas. A Eugenia deve constituir tema de ensino e de exame para os médicos e para as outras profissões, ás quais assiste o dever de esclarecer o povo. De importância capital é modificar a concepção da vida no sentido de despertar a consciência da responsabilidade eugênica. O florescimento da família até as gerações futuras deve ser considerado como o supremo bem de um povo, devendo, portanto, o Estado empenhar-se com todas as suas forças na sua preservação a-pesar-da penuria atual (ANNAES, p. 227, v. VIII).

A educação sexual, por sua vez, é vista como complemento da educação eugênica e precisa ser entendida sob o ponto de vista conservador. Feministas brasileiras, que defendiam uma visão mais radical sobre sexualidade ou papéis sexuais, eram criticadas por muitos eugenistas, que consideravam tais ideias ameaçadoras para o tradicional papel reprodutivo da mulher (STEPAN, 2004, p. 235). De qualquer forma, o termo “educação sexual” pareceu muito despudorado para o contexto, de forma que não é mantido no texto constitucional.

Destaca-se o papel da educação eugênica no sentido de automatizar os hábitos, o que confere à escolarização grande atenção dos constituintes no sentido de se expandir seu alcance, incluindo a população rural. Assume importância especial também o papel da professora¹¹⁰, que, no discurso de Miguel Couto, deveria assumir o papel de um higienista capacitado pela escola normal¹¹¹.

¹¹⁰ Para Miguel Couto, as professoras têm um importante papel na formação das alunas, ou seja, futuras mães. Tal concepção está ancorada no princípio eugênico que vai defender as políticas puerpéricas para a saúde da raça. Conforme Stepan (2004, p. 374), as políticas do Regime Vargas de atenção dada à saúde das mães “não podem ser entendidas sem referência à história da eugenia no país”.

¹¹¹ Uma medida eugênica mais radical do pensamento de Miguel Couto seria a ideia de retirar as crianças das famílias e serem tuteladas pelo Estado a fim de serem devolvidas já educadas.

A escola normal deve fazer professores abnegados no seu ofício de maior competência e de cada professor, sobretudo, um higienista. Preciso é que nas escolas normais a cadeira mais rigorosamente ensinada seja a de higiene. Pode, na Faculdade de Medicina, desaparecer essa cadeira, mas, nas escolas normais – parece paradoxo, ela é mais necessária; a professora há de ser uma prolecta higienista porquê são os seus alunos, e sobretudo as suas alunas, que vão para suas casas implantar todos os conhecimentos de higiene. (ANNAES, p. 500, v. VIII).

A proposta do movimento eugênico à Assembleia Constituinte de fazer da promoção da educação eugênica uma responsabilidade do Estado nacional foi aceita na constituição, conforme letra b do art. 138. Considerando a identificação dessa eugenia com a saúde (higiene), eugenistas mais radicais tinham consciência da limitação dessa conquista. De fato, essa proposta pouco representou em um país onde, provavelmente, 90% da população eram de analfabetos e a escolarização primária era calamitosa. No entanto, a cláusula tem um valor simbólico de legitimação da Eugenia, inclusive no espaço escolar e sob a tutela do Estado.

5.5 Educação, saúde e religião: articulações em torno da questão eugênica

Dizia eu, Sr. Presidente, que a eugenia envolve, além do problema econômico, essencialmente, o da saúde pública, mais o da educação e, ainda, o da imigração.

Xavier de Oliveira, Annaes, p. 469, v. VI

Neste capítulo, buscou-se apresentar a teorização emersa dos dados aqui interpretados. A relação Educação, Saúde e Religião pôde ser analisada a partir do eixo axiomático do conceito de eugenismo. A categoria para Salvar a Nação reuniu as relações entre as macrocategorias Aperfeiçoamento Racial e Higienização da Nação e Defesa do Ensino Religioso. Cada uma dessas macrocategorias poderia ter sido expressa de uma forma autônoma, mas são as conexões entre elas que desvelam a relação entre a tríade proposta para este estudo. Nesse sentido, mostra-se a importância da elaboração da categoria Para Salvar a Nação, em um nível abstrato superior, que assume a função de categoria central.

Essas relações são analisadas a partir da macrocategoria Aperfeiçoamento Racial, destacando-se as conexões entre suas subcategorias – Aperfeiçoamento físico, Aperfeiçoamento Moral e Aperfeiçoamento Intelectual – e as subcategorias

das demais macrocategorias, o que pode ser visualizado no diagrama apresentado na *Figura 6* (p. 116).

A teorização enfatiza o eugenismo como o eixo aglutinador da tríade de pesquisa proposta, uma vez que ele alimenta o sentimento nacionalista marcante nos debates da Constituinte de 1934, apoiado, por um lado, pelo higienismo, como um importante axioma de pensamento em saúde, e, por outro lado, pela enorme legitimidade e inserção do discurso religioso na população. A educação apresenta-se como uma via privilegiada para concretização desses ideais eugênicos.

O atraso econômico é visto como resultado da ineficiência do brasileiro. Tal problema poderia ser superado, sob a égide eugênica, resolvendo-se dois grandes problemas nacionais: saúde e educação. Nesse sentido, a eugenia, como incumbência do Estado, seria a base científica norteadora das políticas públicas nessas duas áreas. O respaldo intelectual da Higiene e da Eugenia como ciência, logo elementos vinculados ao progresso, serviria para legitimar ações autoritárias do Estado, o que se verifica principalmente na escola, por meio da fiscalização higiênica baseada em ideais eugênicos.

O papel da religião católica, de forma institucional e pela influência cultural, será decisivo para a conformação do movimento eugênico nos moldes que se viu no Brasil. Obviamente, o contexto das nações europeias, cujo desenvolvimento esteve associado ao eugenismo, era diferente do contexto socioeconômico no Brasil: país subdesenvolvido com população, em geral, católica, rural, racialmente mista e analfabeta. Além disso, era marcante no movimento integralista brasileiro uma orientação católica. Dessa forma, o eugenismo desenvolvido aqui foi adaptado, afastando-se dos extremos e voltando-se para um conteúdo mais higienista, o que o direcionou para o caminho da educação, fiscalização higiênica, políticas sanitárias e controle sobre a família. Nesse contexto, a escola é vista como um espaço privilegiado para propagação de bons hábitos e ensino das doutrinas eugênicas. Pôde-se verificar que, se a pauta eugênica logrou algum sucesso, foi devido à afinidade de ideias com o conservadorismo católico.

Os interesses higiênicos e eugênicos sobre a escola se expressam no conceito de Pedagogia da Higiene. Vê-se a congruência com o pensamento religioso no combate do que era entendido como o principal “mal” do escolar: a masturbação. Mas o interesse religioso pela educação escolar é muito mais amplo. A proposta de regeneração moral da sociedade precisa passar pela escola pública, a fim de

abranger camadas da população não alcançadas pela catequese. Nesse sentido, defende-se o ensino público, gratuito e obrigatório em associação ao ensino religioso e à educação eugênica, no sentido de automatizar os hábitos. As medidas de prevenção e a educação sanitária poderiam, com a escolarização, incorporar grandes camadas da população na senda do progresso nacional e na formação do novo homem brasileiro.

Quanto à questão imigratória, mais uma vez percebe-se íntima associação entre as pautas higiênica – com argumentos de cunho sanitarista – e eugênica – com argumentos de cunho nacionalista –, revelando um pano de fundo religioso. Fica desvelado nesta pesquisa que a questão religiosa interfere diretamente nas políticas imigratórias. Sob o argumento de interesses capitais da nacionalidade, melhoramento racial e até da defesa da saúde pública, o que se impõe, de fato, é a rechaça à imigração de povos não católicos. O ensino rural é defendido nesse contexto como importante espaço de nacionalização desses imigrantes, especialmente da grande massa de japoneses que havia ingressado no país, buscando, dessa forma, equacionar a questão imigratória.

O foco do interesse religioso na educação certamente iria além do ensino religioso, confirmando as denúncias apresentadas de que tal ensino era apenas o “primeiro passo” nas pretensões da Igreja. A educação escolar é entendida como a possibilidade formar a alma do brasileiro, inculcando nele uma moralidade religiosa que salvaria a Nação dos caminhos de infelicidade determinados pela laicização do ensino e da ameaça de expansão do comunismo no mundo. No pós-34, a partir da relação entre Alceu Amoroso Lima e do ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema, fica ainda mais clara a intenção da Igreja de que toda a educação do país deveria ser estruturada segundo princípios fundamentais da religião católica¹¹². De fato, mesmo após a era Vargas, o conservadorismo católico continuaria a manter posições importantes no sistema educacional brasileiro por muitas décadas.

¹¹² Sobre as relações entre Alceu Amoroso Lima e Gustavo Capanema na articulação do interesse católico e as políticas educacionais do governo Vargas, ver SCHWARTZMAN (1986), especialmente as partes IV e V.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos quatro anos, período de desenvolvimento deste trabalho, o mundo passou com sérios momentos de agitação política e social. Atentados terroristas com motivação político-religiosa, ascensão do populismo de extrema direita e crise imigratória são elementos que figuram no calamitoso cenário dessas primeiras décadas do século XXI. No Brasil, o quadro não é diferente. Para citar alguns exemplos: impedimento de uma presidente por um congresso corrupto; crise financeira, política e ética; ascensão da violência urbana; ascensão da violência virtual; e, com especial destaque, fortalecimento de um discurso religioso retrógrado, associado a um moralismo antiquado que insiste em perdurar.

O mês de setembro de 2017 é muito simbólico na representação desse contexto. Tal mês foi marcado por intensas manifestações que se relacionam diretamente ao tema da religião na política e no espaço público. Podem ser citados quatro principais eventos que desenvolveram inúmeros debates (confrontos) nas redes sociais e na mídia formal. Primeiro, a exposição *Queermuseu – Cartografias da Diferença na Arte Brasileira*, que ficou em cartaz no Santander Cultural na cidade de Porto Alegre; segundo, a exposição *La Bête*, no Museu de Arte Moderna (MAM) de São Paulo; o terceiro evento é a decisão final do STF sobre a constitucionalidade da confessionalidade do ensino religioso nas Escolas Públicas; e, por fim, a liminar da Justiça Federal do Distrito Federal que autoriza psicólogos a oferecerem tratamento de reversão sexual, a chamada cura gay¹¹³.

O campo religioso passa por grandes transformações e sinaliza para pesados retrocessos. As representações mais progressistas, com as quais o protestantismo histórico no país esteve sempre afinado, parecem estar perdendo terreno para novas manifestações religiosas evangélicas afinadas com ideais autoritárias, personalistas e mercadológicos, que paulatinamente vêm aumentando seu espaço na política e não mascaram o desejo de eleger um presidente da república. Tais movimentos articulam-se com setores religiosos conservadores em torno de projetos político-partidários marcadamente retrógrados que atentam contra os direitos

¹¹³ A liminar pode ser lida no link: <<https://d2f17dr7ourrh3.cloudfront.net/wp-content/uploads/2017/09/ATA-DE-AUDI%C3%80NCIA.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2018. O tema da cura gay é defendido pela bancada evangélica que tem um projeto de Lei 4931/2016 sobre o assunto. A proposta é de autoria do deputado Ezequiel Teixeira (Podemos-RJ).

humanos e os avanços científicos, principalmente no que tangem a questões reprodutivas. Nesse sentido, políticas públicas em áreas cruciais para o país, como educação e saúde, enfrentam o crivo conservador desses grupos, numa tentativa de impedir quaisquer avanços para a consolidação de uma sociedade democrática e equânime.

Tendo em vista esse contexto, esta pesquisa buscou debruçar-se sobre a história a fim de levantar elementos que permitissem uma reflexão sobre o presente quadro sociopolítico, buscando colaborar com todas as iniciativas que visem uma sociedade mais justa, inclusiva e ética. O período delimitado neste estudo foi escolhido devido ao processo de reaproximação entre Igreja e Estado, associado a um movimento que deu grande ênfase nas políticas de saúde no espaço escolar: a Higiene. A proposta de pesquisa da relação entre Educação, Saúde e Religião encontrou na GT um caminho metodológico que permitiu explorar o campo, buscando desvelar os significados dos fenômenos identificados, fazendo emergir dos dados uma teorização substantiva de médio alcance.

A apresentação final desta tese buscou trazer um estudo bibliográfico acerca da laicidade e como ela se conforma no contexto brasileiro, no qual se destaca a forte convicção que associa o catolicismo ao país. Nesse sentido, o debate público em prol de um Estado laico continua necessário no projeto de construção de uma sociedade que respeite as diferenças, em especial, o pluralismo religioso. Esse estudo bibliográfico incluiu também alguns conceitos da interface saúde-educação, destacando a necessidade de articulação dessas áreas para além do campo documental. O amplo debate sobre questões de gênero, direitos sexuais, meio ambiente, atividade física, entre outros, no espaço público, precisa ser encarado na ótica da promoção da saúde, sendo inegável a importância do espaço escolar para tal discussão.

Em seguida, abordou-se, em dois capítulos, a questão metodológica. A GT mostrou-se uma ferramenta adequada para os objetivos desta tese, muito embora tenha representado grandes desafios para este pesquisador. A limitação de tempo, uma vez que a adoção desse método se deu no meio do curso; a utilização de um *software* que passou por um processo radical de atualização após iniciados os trabalhos, o que determinou uma nova fase de apropriação dos recursos e compatibilização do método; a inexperiência na atividade de codificação, que gerou um número elevado de códigos desprovidos de relação com outros códigos,

determinando um atraso na fase de codificação focalizada, é exemplo das dificuldades impostas pela escolha metodológica. Tais limitações determinam a necessidade de continuidade deste estudo, agora que o processo analítico se tornou mais familiar.

É importante destacar que a GT nasce de estudos na área da saúde e é amplamente empregada nesse campo, sobretudo nas investigações de temas a partir da percepção dos sujeitos. Na área da educação, o método vem sendo cada vez mais utilizado e mostra-se como uma valiosa ferramenta para a exploração de temas que carecem de construções teóricas, assim como em abordagens etnográficas e/ou fenomenológicas. Este estudo caracterizou-se por uma abordagem histórica com análise documental. Ressalta-se que o uso de entrevistas é fortemente recomendado na GT, uma vez que permite a análise das percepções e interpretações dos sujeitos, em um processo de construção dos dados – caro para a abordagem construtivista. Entrevistas não foram possíveis neste estudo, tendo em vista a delimitação temporal, mas a fonte primária mostrou-se um rico material de pesquisa, capaz de transmitir, em muitos momentos, o clima dos debates da constituinte estudada. A continuidade desta pesquisa se propõe o desafio de, em alguma maneira, incluir entrevistas como fontes de dados.

A utilização de suportes tecnológicos para o processo de codificação e análise dos dados é altamente recomendada. A fase de codificação inicial gera um número considerável de códigos, o que torna difícil sua manipulação e rastreamento de maneira tradicional para a definição das relações e formação das categorias. Além disso, a possibilidade de construção de diagramas, facilitando a visualização dos códigos, é uma valiosa ferramenta na construção das categorias. O ATLAS.ti é um programa completo, elaborado com vistas ao desenvolvimento de pesquisas com GT, e disponibiliza gratuitamente uma série de materiais e cursos para a aprendizagem dos recursos mais importantes. A desvantagem consiste em ser um programa pago. No entanto, há outros programas gratuitos disponíveis, que parecem igualmente satisfatórios para o processo de pesquisa.

O quarto capítulo desta tese objetivou abordar algumas questões contextuais que apoiassem a leitura e entendimento da teorização. Destaca-se o contexto de reaproximação entre Igreja e Estado, restabelecendo uma relação que perduraria por anos e que deixaria marcas profundas no cotidiano escolar possíveis de serem identificadas hoje, por exemplo, as resistências culturais e institucionais à educação

sexual. Trata-se de um capítulo preparatório para o que vem a seguir, no qual é apresentada a teorização emergida dos dados analisados.

Cada capítulo desta tese traz algumas notas conclusivas, dispensando a reprodução aqui. Entretanto, em relação ao quinto capítulo, é importante destacar que esta pesquisa pôde apontar uma categoria central capaz de integrar todas as demais categorias. Seu significado aponta para o protagonismo religioso em articulação com o pensamento higiênico e eugênico na propositura de uma educação pública e obrigatória, cujo objetivo precípua seria a regeneração moral e racial do brasileiro, condição *sine qua non* para inserção do país no grupo dos países industrializados. Haja vista a latência do pensamento eugênico no mundo de então, em associação com a ascensão de Estados autoritários, os limites impostos pelo catolicismo, no Brasil, podem ser entendidos hoje como benéficos ao país, que não viveu as atrocidades eugênicas vistas em países europeus. No entanto, as estacas do racismo, da xenofobia, da misoginia, da intolerância religiosa e da intolerância política, tão marcantes na sociedade brasileira atual, estão fincadas nesse período.

A constituição de 1934 dará legalidade para ação estatal de aprimoramento eugênico da população, assim como estabelecerá o Plano Nacional de Educação, conduzido por lideranças católicas. A educação para todos é defendida não como um bem em si mesma, mas porque há necessidade de se investir tanto nos corpos quanto na consciência. O Estado, por sua vez, aproximava-se dos valores religiosos aceitos socialmente, penetrando nos vários grupos sociais de forma a garantir novas relações de poder, legitimando sua ação autoritária e centralizada que culminará no Estado Novo em 1937.

O anseio precípua desta tese é suscitar reflexões que possam, em associação a outros trabalhos e iniciativas, apontar novos caminhos institucionais com vistas a superar o paradigma biomédico ainda dominante, de modo geral, no cotidiano escolar quanto à promoção da saúde. Em nenhum momento, este trabalho presume ser normativo ou prescritivo para as diversas realidades que compõem o cenário social e cultural brasileiro, no entanto algumas pistas podem ser elencadas.

A promoção da saúde no espaço escolar esbarra na concepção de saúde hegemônica na sociedade que insiste em afirmar o paradigma biomédico. Embora a OMS tenha universalizado um conceito de saúde que vai além da simples ausência de doença, na realidade cotidiana a saúde é entendida como hospitais e

profissionais da área médica. É importante frisar que a manutenção do paradigma biomédico é extremamente lucrativa para a indústria farmacêutica e a crescente associação do fracasso escolar com transtornos psíquicos é um sintoma dessa tendência contemporânea de se resolver todos os problemas com pílulas.

A conscientização da sociedade para os riscos desse movimento de medicalização da saúde e da educação passa pela escola. É inegável que tal instituição constitua um espaço natural para a promoção da saúde, na medida em que forma crianças, jovens e adultos para o exercício da cidadania. Contudo, ela tem reproduzido o paradigma biomédico ao restringir a saúde às aulas de Ciências e Biologia e ao atendimento médico no espaço escolar, com a atuação de diversos profissionais da área de saúde na escola, ressaltando o aspecto tecnicista e fragmentado do processo.

Enquanto os PCNs entendem a Saúde como um tema transversal, a escola tenta se adaptar à exigência de falar de saúde na tradicional divisão do conhecimento em disciplinas. Ensinar saúde, promover saúde e viver saúde escapa da lógica conteudista, fragmentada, do ensino brasileiro. A proposta dos temas transversais falha porque o docente ainda é regido pela égide da transmissão de informação, enquanto a promoção da saúde na escola está relacionada à formação integral do ser humano. A presença de profissionais de saúde na escola pode ser benéfica, mas de maneira nenhuma pode servir de escusa para os educadores se absterem de seu papel ativo na promoção da saúde.

Nesse sentido, é preciso conscientizar o docente de seu importante papel na promoção da saúde, de modo que não se sinta cada vez mais sobrecarregado com “tarefas” que parecem escapar da alçada de sua profissão. Isso perpassa a formação de professores e a conscientização de gestores. Cada vez mais, a educação precisa ser concebida e defendida dentro de uma perspectiva emancipatória, orientada para a formação da pessoa de forma integral, comprometida com sua autonomia, com o empoderamento, com a conscientização crítica. Nesse sentido, toda educação deve ser uma educação para a saúde, cujo objetivo seja o desenvolvimento do educando, a aquisição da autonomia e a preparação para o exercício da cidadania, logo, uma educação para a promoção da vida. Outro caminho importante é o de políticas públicas que reconheçam a multiculturalidade do país, daí a necessidade de flexibilização curricular para que cada comunidade identifique suas necessidades a partir do próprio contexto.

O tema religião torna-se importante nesse momento. Representações religiosas podem servir de empecilho para que temas importantes em determinado contexto social não sejam abordados, principalmente no campo da educação sexual e direitos reprodutivos. Nesse contexto, revela-se mais uma vez a importância da formação de educadores para que, conscientes dessa construção social, possam identificar essas representações e orientar para ações que, respeitadas as opções e crenças religiosas, tragam luz a determinada comunidade.

Nesse processo, é importante estar alerta para o fato de que em certos momentos políticos o poder público pode estar aliado com forças religiosas que dão sustentação a determinado grupo político, reforçando representações que podem frear o avanço de conquistas democráticas no campo da promoção da saúde na escola. Nesse sentido, cabem os esforços da escola na formação cidadã para que a laicidade se constitua nas novas gerações como um princípio nuclear da sociedade brasileira, além da luta constante pela democratização do poder político.

Outro tema importante suscitado nesta tese também precisa ser levado para a reflexão na formação e na prática docente: a questão eugênica. Como visto, a eugenia tem uma forte raiz na história da educação brasileira, de modo que é premente uma reflexão no sentido de avaliar como representações eugênicas continuam sendo reproduzidas no espaço escolar. Trata-se de uma temática para a qual a pesquisa em educação precisa olhar com mais atenção.

O processo desta pesquisa histórica traçou um período com muitas semelhanças com o cenário brasileiro atual. A temática imigratória, por exemplo, com destaque para a entrada no país de elevado número, principalmente, de haitianos e mais recentemente de venezuelanos, revela um perigoso sentimento xenófobo, que, atrelado às manifestações moralistas supracitadas, ao discurso de ódio propagado pelas redes sociais, à crise no sistema político, aos interesses religiosos na esfera pública se impondo a todos, aponta para propagação de representações já bem presentes no país da década de 1930.

Alerta-se para o perigo da resposta dada naquele período: a ruptura com a ordem democrática. Por outro lado, desperta-se para a possibilidade de mudança. Não se trata de ingenuidade no poder transformador da educação, mas de uma insistente esperança de que esse é um caminho possível em busca da democracia, dos direitos humanos e da justiça social. Não se aventa, obviamente, a

educação viciada na manutenção do *status quo*, mas aquela comprometida com a autonomia, com a cidadania, com a promoção da saúde, com a promoção da vida.

Tal movimento não deve se limitar à escolarização formal, que inegavelmente pode ser um valioso instrumento de mudança social, mas deve alcançar os sindicatos, as comunidades do campo, as favelas e periferias das grandes cidades, as comunidades religiosas comprometidas com a justiça social, o espaço acadêmico, enfim, todas as esferas da vida nas quais a essência educativa esteja presente, a fim de se ressignificar o sentido de salvar a nação.

REFERÊNCIAS

AERTS, D. et al. Promoção de saúde: a convergência entre as propostas da saúde e da escola cidadã. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 1020-1028, jul./ago. 2004.

ALMEIDA FILHO, N. Qual o sentido do termo saúde? **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, jun. 2000.

AMARAL, J. L. **Duzentos anos de ensino médico no Brasil**. 2007. 207 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social, Rio de Janeiro, 2007.

AMARAL, R. A. **Escolas promotoras de saúde**: análise de uma experiência de implantação. 2004. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Santos, Santos, 2004.

ANNAES da Assembléa Nacional Constituinte. Volume I ao XXII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936. Disponível na Biblioteca Digital do Congresso Nacional: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/6>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

ANTUNES, M. A. M. Políticas Públicas em Educação e Saúde: das práticas higienistas à saúde escolar como prática social inclusiva. In: LIMA, E.M.M. et al. (Org.). **Políticas Públicas de Educação-Saúde**. Reflexões, Diálogos e Práticas. Campinas: Editora Alínea, 2009. p. 29-48

AZZI, R. **A Igreja católica na formação da sociedade brasileira**. Aparecida, SP: Santuário, 2008.

_____. **O estado leigo e o projeto ultramontano**. São Paulo: Paulus, 1994 b. (História do pensamento católico no Brasi, v. 4)

BANDEIRA-DE-MELLO, R.; CUNHA, C.J.C.A. Operacionalizando o método da grounded theory nas pesquisas em estratégia: técnicas e procedimentos de análise com apoio do software ATLAS.TI. In: Encontro de Estudos em Estratégia - 3Es, 1., 2003, Curitiba. **Anais...** Curitiba: 3Es, 2003. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/3es2003-39.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2018.

BAPTISTA, S. T. C. **Cultura Política Brasileira, práticas pentecostais e neopentecostais**: a presença da Assembleia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus no Congresso Nacional (1999-2006). 2007. 562 f. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2007.

BARBOSA, M. R.; MATOS, P. M.; COSTA, M. E. Um olhar sobre o corpo: o corpo ontem e hoje. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 24-34, Abr. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822011000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 ago. 2018.

BASSO, C. **Aspectos pessoais e contextuais favoráveis à permanência de estudantes em cursos técnicos do PRONATEC**. 2014. 196 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

BERGER, P. A Dessecularização do mundo: uma visão global. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 9-24, 2000.

_____. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. 5. ed. São Paulo: Paulus, 2004.

_____. **Rumor de anjos**: a sociedade moderna e a redescoberta do sobrenatural. Tradução de Waldemar Boff, Jaime A. Clasen. 2. ed. São Paulo: Vozes, 1997.

BLIKSTEIN, I. Nazismo é um movimento da esquerda? **UOL**, 17 ago. 2017. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/confere/ultimas-noticias/2017/08/17/nazismo-e-um-movimento-da-esquerda.htm?>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

BOMFIM, A. M. et al. Parâmetros curriculares nacionais: uma revisita aos temas transversais meio ambiente e saúde. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 27-52, jan./abr. 2013.

BORSSOI, A. H. **Modelagem matemática, aprendizagem significativa e tecnologias**: articulações em diferentes contextos educacionais. 2013. 255 f. Tese (Dourado em Ensino de Ciências e Educação Matemática) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

BORTOLLETO FILHO, F. (Org.). **Dicionário Brasileiro de Teologia**. São Paulo: ASTE, 2008.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934). **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 16 de Jul. 1934.

_____. Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 ago. 1971.

_____. Conselho Federal de Educação. **Parecer n. 2.264/74**. Programas de Saúde – Educação da Saúde. Relatora: Conselheira Edília Coelho Garcia. Rio de Janeiro: Editex Rio, 1974.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos parâmetros nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Projeto Promoção da Saúde. **As cartas de promoção à saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. (Série B. Textos Básicos em Saúde). Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartas_promocao.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2018.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso**. 3. ed. Brasília: 2004.

_____. Decreto n. 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola – PSE, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 6 dez. 2007. (Seção 1)

CAMPOS, G. W. S. Clínica e Saúde Coletiva Compartilhadas: teoria paideia e reformulação ampliada do trabalho em saúde. In: CAMPOS, G.W.S. et al. **Tratado de saúde coletiva**. 2. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2009, p. 41-80. (Saúde em debate, v.170)

CAMPOS, G. W. S. et al. **Tratado de saúde coletiva**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2009. (Saúde em debate, 170)

CARDOSO, L. S. Civilizar ou educar para liberdade? A proposta educacional do metodismo brasileiro. **Revista Caminhando**, São Bernardo do Campo, v. 8, n. 2, p. 226-235, 2003.

_____. **A identidade da Unimep no movimento de sua política acadêmica**: uma teoria fundamentada nos dados. 2016. 274 f. Tese (Doutorado em Educação) – Escola de Comunicação, Educação e Humanidades da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2016.

CARVALHO, S. R. **Saúde coletiva e promoção à saúde**: uma reflexão sobre os temas do sujeito e da mudança. 2002. 184 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

CASTRO, E. G. **Os “Quebra-santos”**: anticlericalismo e repressão pelo DEOPS/SP. São Paulo: Humanitas, 2007.

CHARMAZ, K. **A construção da teoria fundamentada**. Guia prático para análise qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

CHIMENTÃO, L. K. **Entre quatro binários**: um estudo sobre desenvolvimento profissional docente. 2016. 357 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

CIPRIANI, R. A religião no espaço público. In: ORO, A.P. et al. **A religião no espaço público**: atores e objetos. São Paulo: Terceiro Nome, 2012. p.15-28

COLLARES, C. A. L. Ajudando a desmistificar o fracasso escolar. *In: Toda criança é capaz de aprender?* São Paulo: FDE, 1990. p.24-28. (Série Ideias, 6). Disponível em: <http://www.nutricaoemfoco.com.br/NetManager/documentos/ajudando_a_desmistificar_merenda_escolar.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2013

COLLARES, C. A. L.; MOYSÉS, M.A.A. Educação ou Saúde? Educação X Saúde? Educação e Saúde! **Cad. CEDES**, Campinas, n. 15, p. 7-16, 1985.

_____. **Preconceitos no Cotidiano Escolar** – Ensino e medicalização. São Paulo: Cortez, 1996.

CONTE, T.; CABRAL, R.; TRAVASSOS, G.H. Aplicando Grounded Theory na Análise Qualitativa de um Estudo de Observação em Engenharia de Software—Um Relato de Experiência. **V Workshop “Um Olhar Sociotécnico sobre a Engenharia de Software” (WOSES 2009)**. 2009. p. 26-37.

CORADIM, J. N. **Ciclos reflexivos alternativos**. 2015. 349 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

CORBIN, J.; STRAUSS, A. **Basics of Qualitative Research: techniques and procedures for developing grounded theory**. 3rd ed. Thousand Oaks: Sage, 2008.

COSTA, N. D. Estado, educação e saúde: A higiene da vida cotidiana. **Cad. CEDES**, Campinas, n. 4, p. 5-27, 1981.

COUTINHO, C. R. **Formação político-educativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no contexto do Governo Lula (2003 a 2010)**. 2014. 226f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

CPDOC. **Anos de Incerteza (1930-1937)** – Constituição de 1934. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas. s.d. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/Constituicao1934>>. Acesso em: 11 abr. 2018.

DE PAULA, B. Saúde Integral. *In: BORTOLLETO FILHO, F. (Org.). Dicionário Brasileiro de Teologia*. São Paulo: ASTE, 2008, p. 910-912

FERREIRA, J. R.; BUSS, P.M. Atenção Primária e Promoção da Saúde. *In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Projeto Promoção da Saúde. As cartas de promoção à saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. p. 7-18 (Série B. Textos Básicos em Saúde). Disponível em: <http://dtr2001.saude.gov.br/editora/produtos/livros/pdf/02_1221_M.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2013.

FERRIANI, M. G. C. **A inserção do Enfermeiro na Saúde Escolar: análise crítica de uma experiência**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1991. (Coleção Campi, 3)

FIGUEIREDO, T. A. M.; MACHADO, V. L. T.; ABREU, M. M. S. A saúde na escola: um breve resgate histórico. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 397-402, 2010.

FISCHMANN, R. Estado laico – o direito a ter direitos. **Nossa América**, São Paulo, v. 26, p. 6-12, 2007.

_____. **Estado laico**. 2. ed. Sao Paulo: Memorial da América Latina, 2009. v. 1.

_____. **Estado laico, educação, tolerância e cidadania**: para uma análise da concordata Brasil-Santa Sé. São Paulo: CEMOROC-EDF-USP/FACTASH, 2012. v. 1.

FISCHMANN, R. et al. **Ensino religioso em escolas públicas**: Impactos sobre o Estado laico. São Paulo: FAFE/ FEUSP/ PROSARE/ MacArthur Foundation, Factash, 2008. v. 1.

FREIRE, P. **Ideologia e educação**: reflexões sobre a não neutralidade da educação. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982

_____. **Educação como prática da liberdade**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011a.

_____. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011b.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011c.

FRIESE, S. **ATLAS.ti 8 Windows User Manual**. Berlin: ATLAS.ti Scientific Software Development GmbH, 2018. Disponível em: <<http://atlasti.com/2017/07/25/atlas-ti-8-windows-user-manual/>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

GASQUE, K. C. G. D. Teoria fundamentada: nova perspectiva à pesquisa exploratória. *In*: MUELLER, S. P. M. (Org.). **Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2007, p. 107-142.

GHIRALDELLI JUNIOR, P. **História da educação brasileira**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GIUMBELLI, E. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 80-101, 2008.

GLASER, B.; STRAUSS, A. **The Discovery of Grounded Theory**: Strategies for Qualitative Research. New Brunswick: Aldine, 1967. Disponível em <http://www.sxf.uevora.pt/wp-content/uploads/2013/03/Glaser_1967.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2017.

GÓIS JUNIOR, E.; LOVISOLO, H. R. Descontinuidades e Continuidades do Movimento Higienista do Brasil do século XX. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 41-54, jul. 2008. Disponível em: <<http://cbce.tempsite.ws/revista/index.php/RBCE/article/view/172/181>>. Acesso em: 16 abr. 2013

GOMES, A. M. C. *et al.* **O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964)**. Dir. Boris Fausto. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. (História Geral da Civilização Brasileira, t.3; v.10).

GOMES, A. M. C. Assembleia Nacional Constituinte de 1934. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB**: CPDOC/FGV, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/assembleia-nacional-constituente-de-1934>>. Acesso em: 11 abr. 2018.

GONDRA, J. G. Medicina, Higiene e educação escolar. In: LOPES, E. M. T., FARIA FILHO, L. M. V., GREIVE, C. (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 519-550

GRYNSZPAN, D. Educação em saúde e educação ambiental: uma experiência integradora. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 15, supl. 2, p. 133-138, 1999.

HEIDMANN, I. T. *et al.* Promoção à saúde: trajetória histórica de suas concepções. **Texto Contexto Enferm**, v. 15, n. 2, p.352-358, abr./jun., 2006.

IBGE. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico**. 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb2008/defaulttabpdf_esgot_san.shts>. Acesso em: 12 fev. 2012.

IERVOLINO, S. A. **Escola promotora da saúde**: um projeto de qualidade de vida. 2000. 189 f. Dissertação (Mestrado em Serviços de Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, University of São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6135/tde-01072006-211720/>>. Acesso em: 2013 abr. 07.

IPPOLITO-SHEPHERD, J. A Promoção da Saúde no Âmbito Escolar: A iniciativa regional Escolas Promotoras de Saúde. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Cadernos de Escolas Promotoras de Saúde – I**, Rio de Janeiro: SBP. 2005? p. 8-13. Disponível em: <<http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/cd57/cadernosbpfinal.pdf>>. Acesso em: 2 abr. 2013.

LACERDA, N. A. **Linguagem e cognição**: categorização e significado das concepções de educadores sobre tecnologia digital. 2012. 201 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

LAUAND, J. Pensamento confundente e neutro em Tomás de Aquino. In:_____. **Filosofia, linguagem, arte e educação**: 20 conferências sobre Tomás de Aquino. Coleção Humanidades. São Paulo: Factash Editora, 2007, p.165-184. v. 1.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal. Lógica dialética**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. (Coleção Perspectivas do homem, v.100)

LIMA, V. L. G. P. et al. Promoción de La Salud, Educación para la Salud y Comunicación Social en Salud: especificidades, interfaces, intersecciones. **Promotion & Education**, Saint-Maurice, v. 7, n. 4, p. 8-12, 2000. Disponível em: <ftp://ftp2.minsa.gob.pe/descargas/dgps/documentos/en_consulta/promo_salud_edu_en_salud.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2013.

LINHALES, M. A. **A escola, o esporte e a ‘energização do caráter’**: projetos culturais em circulação na Associação Brasileira de Educação (1925-1935). 2006. 266 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

LOMBARDI, J. C.; LIMA, M. R. O Brasil Republicano: uma história de golpes de Estado. In: LUCENA, C. et al. **A crise da democracia brasileira**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017. p.1-29. v. 1.

LOMÔNACO, A. F. S. Concepções de saúde e cotidiano escolar – o viés do saber e da prática. In: **Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação** (ANPED), 27. Caxambu: Anped, 2004. Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes/27/gt06/t063.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2013.

LUZ, M.T. Saúde. Verbetes. In: PEREIRA, I. B.; LIMA, J. C. F. (Orgs.). **Dicionário de Educação Profissional em Saúde**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Disponível em <<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/sau.html>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

MACHADO, M. D. C. **Política e religião**: a participação dos evangélicos nas eleições. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MAINARDI, N. **Educação em saúde**: problema ou solução? 2010. 135 f. Tese (Doutorado em Serviços de Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MARCON, S.S. **Vivenciando a gravidez**. 1989. 395 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1989.

MARIANO, R. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Civitas**, Porto Alegre, v. 11, n.2, p.238-258, 2011.

MARTINS, A. R. Uma palavra de atualidade. In: COSTA, M.J.; SHENA, D.; SCHMIDT, M. A. (Orgs.). **I Conferência Nacional de Educação** (Curitiba, 1927). Brasília: INEP, 1997. p. 152-158. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/123679>>. Acesso em: 07 ago. 2018.

MATTOS, P. A. A relevante queda do crescimento evangélico revelado pelo Censo 2010. Entrevista especial com Paulo Ayres Mattos. **Revista IHU Online**, 17 ago.

2012. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/512443-a-religiao-tambem-sofreu-um>>. Acesso em: 8 nov. 2016.

MELLO, A. L. **Metodologia Participativa e Biomonitoramento**: promoção da saúde no distrito de Vicente de Carvalho, Guarujá, SP. 2010. 323 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MELO, J. A. C. Educação Sanitária: Uma visão crítica. **Cad. CEDES**, Campinas, n. 4, p. 28-43, 1981.

MIETO, G. S. M. **Virtuosidade em professores de inclusão escolar de crianças com deficiência intelectual**. 2010. 160 f. Tese (Doutorado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

MINAYO, M. C. S Contribuições da antropologia para pensar e fazer saúde. In: CAMPOS, G.W.S. *et al.* **Tratado de saúde coletiva**. 2. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2009. p. 189-218. (Saúde em debate, v.170).

_____. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

MOITA, F. M. G. S. C. **Games**: contexto cultural e curricular juvenil. 2006. 173 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

MONTERO, P. Secularização e espaço público: a reinvenção do pluralismo religioso no Brasil. **Etnográfica**, Lisboa, v. 13, n. 1, p. 7-16, 2009.

_____. Controvérsias religiosas e esfera pública. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 32, n.1, p.167-183, 2012

_____. Religião, Laicidade e Secularismo. Um debate contemporâneo à luz do caso brasileiro. **Cultura y Religión**, [S.l.], v. 7, n. 2, p. 13-31, 2013.

MOREIRA, R. L. Sebastião Leme. Verbete. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** – DHBB: CPDOC/FGV, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/assembleia-nacional-constituente-de-1934>>. Acesso em: 11 abr. 2018.

MOURA, P. R. G. **Ciência e Compreensão**: abordagem fenomenológico-hermenêutica e processo educacional em ciências fundamentado. 2016. 308 f. Tese (Doutorado em Educação em Ciências) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

MOYSÉS, M. A. A. **A Institucionalização Invisível**. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

_____. Fracasso escolar, uma questão médica? In: **Toda criança é capaz de aprender?** São Paulo: FDE, 1989. p. 29-31. (Série Ideias, n. 6) Disponível em:

<http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_06_p029-031_c.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2013

OLIVEIRA, R.S. **Saúde e Escola**: um estudo do cotidiano. 2013. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2013. Disponível em:

<http://ibict.metodista.br/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3349> Acesso em: 28 mar. 2014.

ORO, A.P. et al. **A religião no espaço público**: atores e objetos. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

OTTERMANN, M. Saúde, corpo perfeito e vida plena no Antigo Oriente e no Antigo Israel – Pinceladas em questões que mexem com todo mundo. In: BARASIOLI, P. U. (Org.). **A vida é o que interessa**. Bíblia, saúde e outros ingredientes. São Leopoldo: CEBI, 2009. p. 31-43.

PACHECO, A. S. V. **Evasão e permanência dos estudantes de um curso de administração do sistema Universidade Aberta do Brasil**: uma teoria fundamentada em fatos e na gestão do conhecimento. 2010. 298 f. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

PATTO, M.H.S. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990. (Biblioteca de psicologia e psicanálise, 6).

PELICIONE, M.C.F. **Educação em Saúde e Educação Ambiental**: estratégias de construção da escola promotora da saúde. 2000. 259 f. Tese (Livre-Docência em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

PELICIONI, M. C. F.; TORRES, A. L. **A escola promotora de saúde**. São Paulo: USP/FSP/HSP; 1999. (Série monográfica do Departamento de Prática de Saúde Pública, Eixo Promoção da Saúde, 12). Disponível em: <<http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/cd20/escola.pdf>>. Acesso em: 6 abr. 2013.

PEREIRA, L. A. B. **João Simões Lopes Neto, o pensador social e a educação**: breve estudo sobre a conferência Educação Cívica. 2014. 420 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

PIERUCCI, A.F.; PRANDI, R. **A realidade social das religiões no Brasil**: religião, sociedade e política. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Reencantamento e dessecularização. A propósito do auto-engano em sociologia da religião. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 49, p. 99-117, nov 1997.

_____. Eleição 2010: Desmoralização eleitoral do moralismo religioso. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 89, p. 5-16, 2011.

PIETRO, A.T. **A ecologia da violência sexual contra crianças e adolescentes: redes de proteção e uma intervenção positiva.** 2013. 197 f. Tese (Doutorado em Educação Ambiental) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2013.

RANQUETAT JÚNIOR, C. A. A presença da Bíblia e do crucifixo em espaços públicos no Brasil: religião, cultura e nação. In: ORO, A.P. et al. **A religião no espaço público: atores e objetos.** São Paulo: Terceiro Nome, 2012. p. 61-80.

ROCKWELL, E.; EZPELETA, J. A escola: relato de um processo inacabado de construção. **Currículo sem Fronteiras**, v. 7, n. 2, p. 131-147, jul./dez, 2007. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol7iss2articles/rockwell-ezpeleta.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2013.

SAES, D. **Classe média e sistema político no Brasil.** São Paulo: T. A. Queiroz, 1985. 236p.

SAMPAIO, A. L. D. E. Constituição de 1934-Comemoração de 50 anos. **R C Pol**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 42-44, 1984. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rcp/article/view/60397/58662>>. Acesso em: 07 ago. 2018.

SANTOS, C. O. **A regulação política da sexualidade no âmbito da família por saberes e instituições médicas brasileiras (1838-1940).** 2010. 221 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social, Rio de Janeiro, 2010.

SÃO PAULO. **Decreto n. 2.141**, de 14 de novembro de 1911. Reorganiza o Serviço Sanitário do Estado. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1911/decreto%20n.2.141,%20de%2014.11.1911.htm>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

SCHRÖDER, C. S. **Educação à distância e mudança organizacional na Escola de Administração: uma teoria substantiva.** 2009. 251 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SCHWARTZMAN, S. A política da Igreja e a educação: o sentido de um pacto. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, mar. 1986.

SILVA, L. H. O. **Igreja Católica, Atividades Corporais e Esportes: superando preconceitos.** 2002. 138 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2002.

SILVA, C. R. **Proposta teórico-interpretativa em sexualidade infantil: contribuição à educação sexual a partir da Grounded Theory.** 2015. 341 f. Tese (Doutorado em Educação escolar) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2015.

SILVA, C. S. Escola Promotora de Saúde: uma visão crítica da saúde escolar. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Cadernos de Escolas Promotoras de**

Saúde – I, Rio de Janeiro: SBP. 2005?, p. 14-20. Disponível em: <<http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/cd57/cadernosbpfinal.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2013

SILVA, K. A. P. **Uma interpretação semiótica de atividades de modelagem matemática**: implicações para a atribuição de significado. 2013. 290 f. Tese (Doutorado em Ensino de Ciência e Educação Matemática) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

SILVEIRA, G. T. **Escola Promotora de Saúde**: quem sabe faz a hora. 2000. 224 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

SIMÕES, A.M. **A representação social da AIDS construída a partir das informações veiculadas nos jornais diários**: análise da cobertura sobre AIDS no jornal “Estado de Minas”. 1997. 195 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1997.

SOARES, A.P. **Gestão do conhecimento e conflitos interorganizacionais em EAD**: construção de uma teoria substantiva. 2012. 473 f. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Cadernos de Escolas Promotoras de Saúde – I**, Rio de Janeiro: SBP. 2005?. Disponível em: <<http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/cd57/cadernosbpfinal.pdf>>. Acesso em: 2 abr. 2013.

STRAUSS, A. **Qualitative analysis for social scientists**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

SÜSS, G.P. **Catolicismo Popular no Brasil**. Tipologia e estratégia de uma religiosidade vivida. São Paulo: Loyola, 1979.

TAROZZI, M. **O que é a Grounded Theory**: metodologia de pesquisa e de teoria fundamentada nos dados. Petrópolis: Vozes, 2011.

TELAROLLI JÚNIOR, R. Imigração e epidemias no estado de São Paulo. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, out. 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701996000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 de abril de 2013.

TOLEDO, R. F. **Educação, saúde e meio ambiente**: uma pesquisa-ação do distrito de Iauaretê do município de São Gabriel da Cachoeira/AM. 2006. 326 f. Tese (Doutorado em Serviços de Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

TORRES, M. K. L. *et al.* Análise da utilização da Grounded Theory (Teoria Fundamentada nos Dados) na produção científica brasileira entre 2008-2012. **RBPG**, Brasília, v. 11, n. 24, p. 485-510, 2014. Disponível em:

<<http://ojs.rbpq.capes.gov.br/index.php/rbpq/article/view/509>>. Acesso em: 24 maio 2017.

VIEIRA, S. L. A educação nas constituições brasileiras: texto e contexto. **R. Bras. Est. Pedag.**, Brasília, v. 88, n. 219, p. 291-309, maio/ago, 2007.

VITAL DA CUNHA, C. **Religião e política**: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

WERNET, A. Prefácio. In: CASTRO, E. G. **Os “Quebra-santos”**: anticlericalismo e repressão pelo DEOPS/SP. São Paulo: Humanitas, 2007. p. 11-17.

WESTPHAL, M. Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças. In: CAMPOS, G.W.S. et al. **Tratado de saúde coletiva**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2009. p. 635-667. (Saúde em debate, v.170)

APÊNDICES

APÊNDICE A – Relatório de *memos*

Quadro 11 – Relação de memorandos gerada pelo ATLAS.ti (continua)

<i>Memo</i>	<i>Grounded</i>	<i>Density</i>	<i>Memo Groups</i>	<i>Created</i>	<i>Modified</i>
Volume X	0	0	BIBLIOGRÁFICOS	29/12/2017	12/04/2018
Santificação da Família	1	0	BIBLIOGRÁFICOS	11/08/2016	11/08/2016
Revolução de 30	0	0	BIBLIOGRÁFICOS	01/10/2017	01/10/2017
Pesquisa do Centro Dom Vital sobre o ensino religioso nas escolas públicas do Recife	1	0	BIBLIOGRÁFICOS	02/02/2017	02/02/2017
Emenda 740	0	1	BIBLIOGRÁFICOS	30/09/2017	30/09/2017
Diário Popular	2	2	BIBLIOGRÁFICOS	03/07/2016	11/04/2017
Constituição de Weimer e a educação	0	1	BIBLIOGRÁFICOS	24/02/2017	16/03/2018
Constituição de 91	0	0	BIBLIOGRÁFICOS	05/10/2017	05/10/2017
Uma volta ao passado	1	0	INICIAIS	07/10/2016	07/10/2016
Seleção Social_Miguel Couto	1	0	INICIAIS	07/10/2016	06/07/2017
Saneou a Administração	1	1	INICIAIS	18/05/2016	20/05/2016
Religião ou ensino religioso	1	0	INICIAIS	20/02/2017	07/07/2017
Reajustamento Religioso da Carta Magna	2	2	INICIAIS	28/09/2016	28/09/2016
Quem fez o Brasil?	1	0	INICIAIS	07/10/2016	07/10/2016
Primeiro passo de uma campanha	1	0	INICIAIS	11/08/2016	11/08/2016
P.R.P. antigo - verificar que partido é esse	1	0	INICIAIS	01/06/2016	01/06/2016
O problema do analfabetismo	0	2	INICIAIS	09/05/2017	30/11/2017
O combate ao comunismo justifica o ensino religioso	1	0	INICIAIS	26/01/2017	26/01/2017
Mote para a defesa da liberdade espiritual	1	0	INICIAIS	08/07/2016	08/07/2016
Maioria católica não endossa questão religiosa	1	0	INICIAIS	07/10/2016	07/10/2016
Laicização como ferramenta socialista	2	1	INICIAIS	08/07/2016	02/02/2017
Laicismo escolar	1	0	INICIAIS	29/09/2016	02/02/2017
Laicismo desrespeita a liberdade	1	0	INICIAIS	28/09/2016	02/02/2017

Quadro 11 – Relação de memorandos gerada pelo ATLAS.ti (continuação)

Memo	Grounded	Density	Memo Groups	Created	Modified
Ironia laicista	1	2	INICIAIS	02/02/2017	02/02/2017
Inculcar	1	1	INICIAIS	11/07/2016	13/02/2017
Guerra á religião de Cristo	1	0	INICIAIS	04/07/2016	04/07/2016
Educação e higiene - caráter regional	1	1	INICIAIS	11/08/2016	21/12/2016
Discípulo	1	1	INICIAIS	04/07/2016	13/02/2017
Crítica ao sacerdócio católico	1	1	INICIAIS	07/10/2016	07/10/2016
Costa Fernandes contra os descrentes	1	0	INICIAIS	11/07/2016	11/07/2016
Consequências do ensino religioso obrigatório/Mussolini	1	2	INICIAIS	08/07/2016	23/10/2017
Conferência Internacional para a reafirmação do ideal moral no mundo	1	0	INICIAIS	29/06/2016	29/06/2016
Cerceamento da liberdade de consciência religiosa	2	4	INICIAIS	07/10/2016	07/10/2016
Causa real da unidade histórica	1	2	INICIAIS	11/08/2016	13/02/2017
Carroção do tradicionalismo	1	0	INICIAIS	02/06/2016	02/06/2016
Art. 110 e a intervenção do Estado nas famílias	1	2	INICIAIS	03/06/2016	13/02/2017
Arruda Câmara: Igreja Católica	2	0	INICIAIS	11/08/2016	23/08/2017
Arruda Câmara como representante do pensamento católico	1	0	INICIAIS	06/04/2017	06/04/2017
Termos para pesquisar	0	1	METODOLÓGICO	21/08/2017	21/08/2017
Temas que voltam	0	0	METODOLÓGICO	09/10/2017	16/10/2017
Questões sobre eugenia	0	0	METODOLÓGICO	07/04/2017	07/04/2017
Qualificação	0	0	METODOLÓGICO	05/12/2016	05/12/2016
Qual o interesse na obrigatoriedade e universalização do ensino?	1	1	METODOLÓGICO	07/07/2017	07/07/2017
PROCESSO DE PESQUISA: Palavras localizadoras	0	0	METODOLÓGICO	21/09/2016	21/09/2016
Processo de Pesquisa 2: termos para amostragem seletiva	0	0	METODOLÓGICO	30/09/2017	30/09/2017
Pergunta	0	0	METODOLÓGICO	11/05/2017	11/05/2017
Crítica ao Laicismo	1	1	METODOLÓGICO	28/09/2016	02/02/2017
Conferência Nacional de Proteção à Infância	1	1	METODOLÓGICO	20/05/2016	30/09/2017

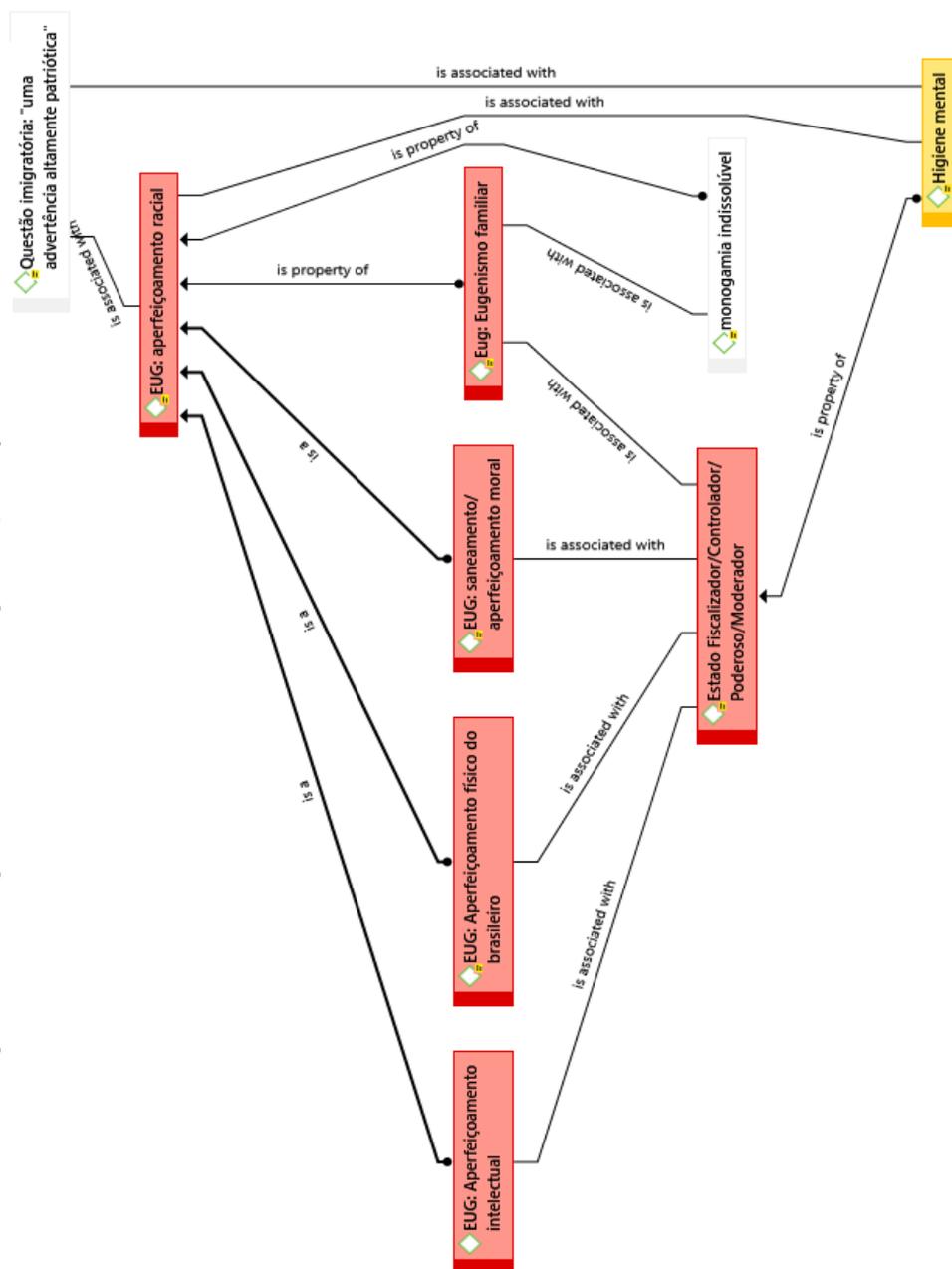
Quadro 11 – Relação de memorandos gerada pelo ATLAS.ti (conclusão)

Memo	Grounded	Density	Memo Groups	Created	Modified
Bom título para um capítulo	1	0	METODOLÓGICO	01/06/2016	01/06/2016
Templo da liberdade religiosa	1	1	SELETIVOS	28/09/2016	28/09/2016
Família no projeto da Igreja	1	4	SELETIVOS	04/02/2017	30/11/2017
Facultabilidade do ensino como justificativa	1	0	SELETIVOS	23/10/2017	23/10/2017
emenda 781	0	2	SELETIVOS	30/09/2017	30/09/2017
Costa Fernandes e Mussolini	1	1	SELETIVOS	08/07/2016	16/08/2017
CLub 3 de Outubro	0	1	SELETIVOS	20/06/2017	23/08/2017
Para Salvar a Nação	0	1	TEÓRICOS	18/08/2017	18/08/2017
Higienismo, Eugenismo, Educação, Imigração e Religião	5	6	TEÓRICOS	05/10/2017	14/03/2018
Higiene, religião e educação	1	2	TEÓRICOS	28/12/2017	15/03/2018
Família, Pátria, Religião e Educação	1	3	TEÓRICOS	30/11/2017	30/11/2017
Caráter laico do eugenismo	0	1	SELETIVOS	16/06/2017	19/06/2017

Fonte: Desenvolvido pelo autor a partir de relatórios gerados pelo ATLAS.ti.

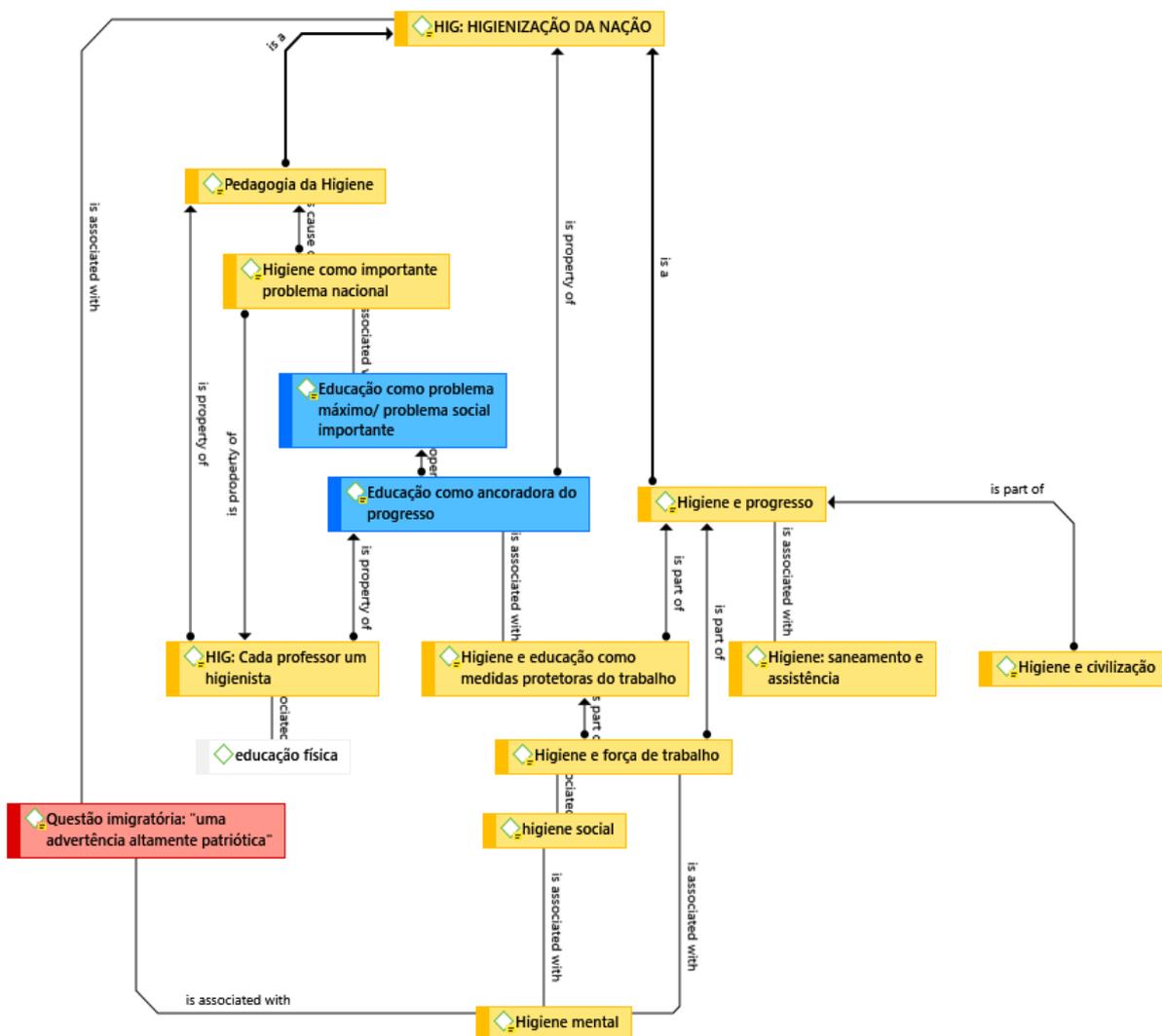
APÊNDICE B – Diagramas

Figura 11 – Diagrama da macrocategoria Aperfeiçoamento Racial



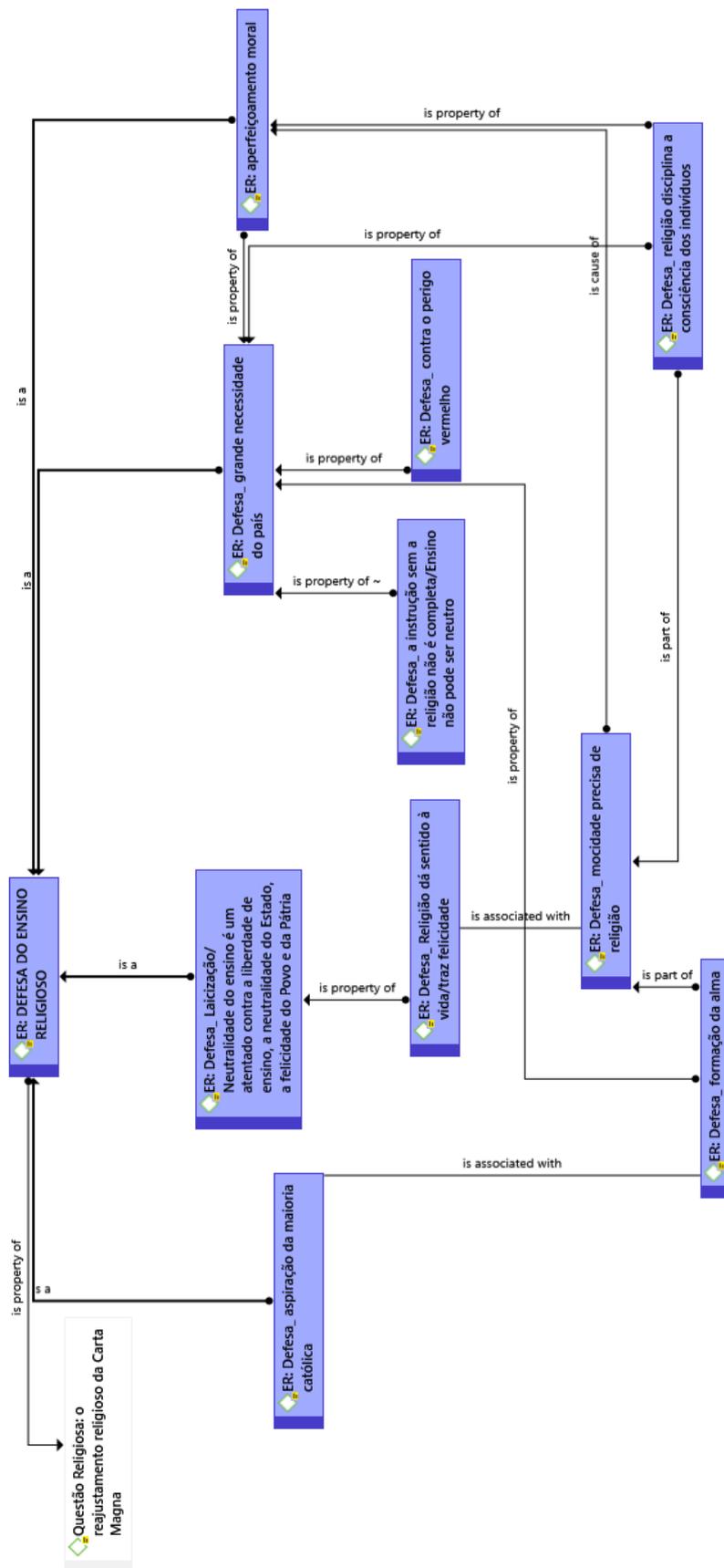
Fonte: Desenvolvido pelo autor.

Figura 12 – Diagrama da macrocategoria Higienização da Nação



Fonte: Desenvolvido pelo autor.

Figura 13 – Diagrama da macrocategoria Defesa do Ensino Religioso



Fonte: Desenvolvido pelo autor.

ANEXOS

ANEXO A – Lista nominal, completa, dos Constituintes, em 15 de maio de 1934

AMAZONAS

Quatro

1. Leopoldo Tavares da Cunha Mello (*União Cívica Amazonense*)
2. Luiz Tirelli (*Alliança Trabalhista – Liberal*).
3. Alvaro Botelho Maia (*União Cívica Amazonense*)
4. Alfredo Augusto da Malta (*União Cívica Amazonense*)

PARA **Sete**

5. Abel de Abreu Chermont (*Partido Liberal*)
6. Mario Midosi Chermont (*Partido Liberal*)
7. Rodrigo da Veiga Cabral (*Partido Liberal*)
8. Clemenlino de Almeida Lisbôa (*Partido Liberal*)
9. Joaquim Pimenta de Magalhães (*Partido Liberal*)
10. Leandro Nascimento Pinheiro (*Partido Liberal*)
11. Luiz Geolás de Moura Carvalho (*Partido Liberal*)

MARANHÃO

Sete

12. Lino Rodrigues Machado (*Republicano*).
13. José Maria Magalhães de Almeida (*União Republicana Maranhense*)
14. Trayahú Rodrigues Moreira (*Republicano*)
15. Francisco Costa Fernandes (*União Republicana Maranhense*)
16. Godofredo Mendes Vianna (*União Republicana Maranhense*)
17. Carlos Humberto Reis (*Republicano*)
18. Adolpho Eugenio Soares Filho (*Republicano*)

PIAUHY

Quatro

19. Agenor Monte (*Nacional Socialista*).
20. Hugo Napoleão do Rego (*Lista Hugo Napoleão*)
21. Francisco Pires de Gayoso e Almendra (*Nacional Socialista*).
22. Francisco Freire de Andrade (*Nacional Socialista*)

CEARÁ

Dez

23. Luiz Cavalcanti Sucupira (*Liga Eleitoral Catholica*)
24. Valdemar Falcão (*Liga Eleitoral Catholica*)
25. José de Borba Vasconcellos (*Social Democratico*)
26. Leão Sampaio (*Liga Eleitoral Catholica*)

27. Jeovah Motta (*Liga Eleitoral Catholica*)
28. João Jorge de Pontes Vieira (*Social Democratico*)
29. José Antonio de Figueiredo Rodrigues (*Liga Eleitora Catholica*)
30. Antonio Xavier de Oliveira (*Liga Eleitoral Catholica*)
31. Manoel do Nascimento Fernandes Távora (*Social Democratico*)
32. João da Silva Leal (*Social Democratico*)

RIO GRANDE DO NORTE

Quatro

33. Francisco Martins Vêras (*Popular do Rio Grande do Norte*)
34. Reginaldo Cavalcanti de Albuquerque (*Social Nacionalista*)
35. José Ferreira de Souza (*Popular do Rio Grande do Norte*)
36. Alberto Roselli (*Popular do Rio Grande do Norte*)

PARAHYBA

Cinco

37. Manoel Velloso Borges (*Progressista*)
38. Odon Bezerra Cavalcanti (*Progressista*)
39. Irenéo Joffily (*Progressista*)
40. Herectiano Zenaide (*Progressista*)
41. José Pereira Lyra (*Progressista*)

PERNAMBUCO

Dezessete

42. Francisco Barreto Rodrigues Campello (*Avulso*)
43. João Alberto Lins de Barros (*Social Democratico*)
44. Agamenon Sergio Godoy de Magalhães (*Social Democratico*)
45. Antonio da Silva Souto Filho (*Republicano Social*)
46. Joaquim de Arruda Falcão (*Social Democratico*)
47. Luiz Cedro Carneiro Leão (*Social Democratico*)
48. Francisco Solano Carneiro da Cunha (*Social Democratico*)
49. Mario Domingues da Silva (*Social Democratico*)
50. Alfredo de Arruda Camara (*Social Democratico*)
51. Arnaldo Olintho Bastos (*Social Democratico*)
52. Augusto Cavalcanti de Albuquerque (*Social Democratico*)
53. José de Sá Bezerra Cavalcanti (*Social Democratico*)
54. Thomaz de Oliveira Lobo (*Social Democratico*)
55. Alde de Feijó Sampaio (*Social Democratico*)
56. Adolpho Simões Barbosa (*Social Democratico*)
57. Osorio Borba (*Social Democratico*)
58. Humberto Salles de Moura Ferreira (*Social Democratico*)

ALAGOAS

Seis

59. Manoel César de Góes Monteiro (*Nacional em Alagoas*)
60. José Affonso Valente de Lima (*Nacional em Alagoas*)
61. Izidro Teixeira de Vasconcellos (*Nacional em Alagoas*)
62. Amando Sampaio Costa (*Nacional em Alagoas*)

63. Alvaro Guedes Nogueira (*Nacional em Alagoas*)
 64. Antonio de Mello Machado (*Nacional em Alagoas*)

SERGIPE
Quatro

65. Leandro Maynard Maciel (*Lista “Liberdade e Civismo”*)
 66. Augusto Cesar Leite (*União Republicana de Sergipe*)
 67. José Rodrigues da Costa Dória (*Lista “Liberdade e Civismo”*)
 68. Deodato da Silva Maia Junior (*Lista “Liberdade e Civismo”*)

BAHIA
Vinte e dois

69. José Joaquim Seabra (*Lista “A Bahia ainda é a Bahia”*)
 70. João Marques dos Reis (*Partido Social Democrático*)
 71. Francisco Prisco de Souza Paraíso (*Partido Social Democrático*)
 72. Clemente Mariani Bittencourt (*Partido Social Democrático*)
 73. Francisco Magalhães Netto (*Partido Social Democrático*)
 74. Arlindo Baptista Leoni (*Partido Social Democrático*)
 75. Antonio de Garcia Medeiros Netto (*Partido Social Democrático*)
 76. Arthur Neiva (*Partido Social Democrático*)
 77. Edgard Ribeiro Sanches (*Partido Social Democrático*)
 78. Alfredo Pereira Mascarenhas (*Partido Social Democrático*)
 79. Manoel Leoncio Galvão (*Partido Social Democrático*)
 80. Attila Barreira do Amaral (*Partido Social Democrático*)
 81. João Pacheco de Oliveira (*Partido Social Democrático*)
 82. Homero Pires (*Partido Social Democrático*)
 83. Manoel Novaes (*Partido Social Democrático*)
 84. Gileno Amado (*Partido Social Democrático*)
 85. Arthur Negreiros Falcão (*Partido Social Democrático*)
 86. Aloysio de Carvalho Filho (*Lista “A Bahia ainda é a Bahia”*)
 87. Francisco Rocha (*Partido Social Democrático*)
 88. Manoel Paulo Telles de Mattos Filho (*Partido Social Democrático*)
 89. Arnold Silva (*Partido Social Democrático*)
 90. Lauro Passos (*Partido Social Democrático*)

ESPIRITO SANTO
Quatro

91. Fernando de Abreu (*Partido Social Democrático*)
 92. Carlos Fernando Monteiro Lindenberg (*Partido Social Democrático*)
 93. Godofredo Costa Menezes (*Partido Social Democrático*)
 94. Lauro Faria Santos (*Partido da Lavoura*)

DISTRICITO FEDERAL
Dez

95. João Jones Gonçalves da Rocha (*Autonomista*)
 96. Henrique de Toledo Dodsworth (*Economista*)
 97. Ruy Santiago (*Autonomista*)
 98. Augusto do Amaral Peixoto Junior (*Autonomista*)

99. Miguel de Oliveira Couto (*Economista*)
100. José Mattoso de Sampaio Corrêa (*Avulso*)
101. Ernesto Pereira Carneiro (*Autonomista*)
102. Raul Leitão da Cunha (*Democrático*)
103. Waldemar de Araujo Jotta (*Autonomista*)
104. Olegário Mariano (*Autonomista*)

RIO DE JANEIRO

Dezezete

105. Benedicto Nilo de Alvarenga (*União Progressista Fluminense*)
106. João Antonio de Oliveira Guimarães (*Popular Radical*)
107. José Eduardo Prado Kelly (*União Progressista Fluminense*)
108. Raul Fernandes (*Popular Radical*)
109. Cesar Fernandes Tinoco (*Socialista Fluminense*)
110. Christovão de Castro Barcellos (*União Progressista Fluminense*)
111. José Alipio de Carvalho Costallat (*Socialista Fluminense*).
112. Acurcio Francisco Torres (*Lista "Constitucionalistas"*)
113. Fernando Augusto Ribeiro de Magalhães (*Popular Radical*)
114. Oscar Weinsehenk (*Popular Radical*)
115. José Eduardo Macedo Soares (*Popular Radical*)
116. Asdrubal Gwyer de Azevedo (*União Progressista Fluminense*)
117. Fabio do Azevedo Sodré (*Popular Radical*).
118. Oswaldo Luiz Cardoso de Mello (*Popular Radical*)
119. José Monteiro Soares Filho (*Popular Radical*)
120. Antonio Barbosa Buarque de Nazareth (*Popular Radical*)
121. Laurindo Augusto Lemgruber Filho (*Popular Radical*)

MINAS GERAES

Trinta e sete

122. José Francisco Bias Fortes (*Progressista*)
123. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada (*Progressista*)
124. Virgílio Alvim de Mello Franco (*Progressista*)
125. José Monteiro Ribeiro Junqueira (*Progressista*)
126. José Braz Pereira Gomes (*Progressista*)
127. Adelió Dias Maciel (*Progressista*)
128. Luiz Martins Soares (*Progressista*)
129. Levindo Eduardo Coelho (*Republicano Mineiro*)
130. João José Alves (*Progressista*)
131. Pedro Aleixo (*Progressista*)
132. Anthero de Andrade Botelho (*Progressista*)
133. Francisco Negrão de Lima (*Progressista*)
134. Gabriel de Rezende Passos (*Progressista*)
135. Augusto das Chagas Viégas (*Progressista*)
136. Pedro da Matta Machado (*Progressista*)
137. Delphim Moreira Junior (*Progressista*)
138. José Maria de Alkmim (*Progressista*)
139. Odilon Duarte Braga (*Progressista*)
140. José Vieira Marques (*Progressista*)
141. Clemente Medrado (*Progressista*)
142. João Nogueira Penido (*Progressista*)
143. Raul de Noronha Sá (*Progressista*)

144. Simão da Cunha Pereira (*Progressista*)
145. João Tavares Corrêa Beraldo (*Progressista*)
146. Joaquim Furtado de Menezes (*Republicano Mineiro*)
147. Christiano Monteiro Machado (*Republicano Mineiro*)
148. Polycarpo de Magalhães Viotti (*Republicano Mineiro*)
149. Daniel Serapião de Carvalho (*Republicano Mineiro*)
150. Aleixo Paraguassú (*Progressista*)
151. Waldomiro de Barros Magalhães (*Progressista*)
152. Lycurgo Leite (*Progressista*)
153. Belmiro de Medeiros Silva (*Progressista*)
154. Celso Porphirio de Araujo Machado (*Progressista*)
155. Octavio Campos do Amaral (*Progressista*)
156. Julio Bueno Brandão Filho (*Progressista*)
157. José Carneiro de Rezende (*Republicano Mineiro*)
158. João Jacques Montandon (*Progressista*)

SÃO PAULO
Vinte e dois

159. Plinio Corrêa de Oliveira (*"Chapa Única"*)
160. José de Alcantara Machado de Oliveira (*"Chapa Única"*)
161. Theotônio Monteiro de Barros Filho (*"Chapa Única"*)
162. José Carlos de Macedo Soares (*"Chapa Única"*)
163. Oscar Rodrigues Alvares (*"Chapa Única"*)
164. Antonio Augusto de Barros Penteado (*"Chapa Única"*)
165. Carlos de Moraes Andrade (*"Chapa Única"*)
166. José de Almeida Camargo (*"Chapa Única"*)
167. Mario Whately (*"Chapa Única"*)
168. Abelardo Vergueiro Cesar' (*"Chapa Única"*)
169. Guaracy Silveira (*Socialista Brasileiro*)
170. Manoel Hypólito do Rego (*"Chapa Única"*)
171. Zoroastro Gouveia (*Socialista Brasileiro*)
172. José Ulpiano Pinto de Souza (*"Chapa Única"*)
173. Cincinato Cesar da Silva Braga (*"Chapa Única"*)
174. Carlota Pereira de Queiroz (*"Chapa Única"*)
175. Antonio Carlos de Abreu Sodré (*"Chapa Única"*)
176. Frederico Virmond Lacerda Werneck (*Socialista Brasileiro*)
177. Antonio Augusto Covêllo (*Lavoura*)
178. José Joaquim Cardoso de Mello Netto (*"Chapa Única"*)
179. Lino de Moraes Leme (*Lavoura*)
180. Henrique Smith Bayma (*"Chapa Única"*)

GOYAZ
Quatro

181. Mario de Alencastro Caiado (*Social Republicano*)
182. José Honorato da Silva e Souza (*Social Republicano*)
183. Domingos Netto de Vellasco (*Social Republicano*)
184. Nero de Macedo Carvalho (*Social Republicano*)

MATTO GROSSO

Quatro

- 185. Generoso Ponce Filho (*Liberal Matto-Grossense*)
- 186. João Villas Bôas (*Constitucionalista*).
- 187. Alfredo Corrêa Pacheco (*Liberal Matto-Grossense*)
- 188. Francisco Villanova (*Liberal Matto-Grossense*)

PARANÁ

Quatro

- 189. Plínio Alves Monteiro Tourinho (*Liberal Paranaense*)
- 190. Manoel Lacerda Pinto (*Social Democrático*)
- 191. Antonio Jorge Machado Lima (*Social Democrático*)
- 192. Idalio Sardemberg (*Social Democrático*)

SANTA CATHARINA

Quatro

- 193. Nereu Ramos (*Liberal Catharinense*)
- 194. Adolpho Konder (*Alliança "Por Santa Catarina"*)
- 195. Aarão Rebello (*Liberal Catharinense*),
- 196. Carlos Gomes de Oliveira (*Liberal Catharinense*)

RIO GRANDE DO SUL

Dezesseis

- 197. Augusto Simões Lopes (*Republicano Liberal*)
- 198. Carlos Maximiliano Pereira dos Santos (*Republicano Liberal*)
- 199. Joaquim Mauricio Cardoso (*Alliança dos partidos Republicano Riograndense e Libertador – legenda "Frente Unida"*)
- 200. Heitor Annes Dias (*Republicano Liberal*)
- 201. Frederico João Wolfenbutell (*Republicano Liberal*)
- 202. João Simplicio Alves de Carvalho (*Republicano Liberal*)
- 203. Renato Barbosa (*Republicano Liberal*)
- 204. Demetrio Mercio Xavier (*Republicano Liberal*)
- 205. Victor Russomano (*Republicano Liberal*)
- 206. João Ascanio Moura Tubino (*Republicano Liberal*).
- 207. Pedro Vergara (*Republicano Liberal*)
- 208. João Fanfa Ribas (*Republicano Liberal*)
- 209. Adroaldo Mesquita da Costa (*Alliança dos partidos Republicano Riograndense e Libertador – legenda "Frente Unida"*)
- 210. Raul Jobim Bittencourt (*Republicano Liberal*)
- 211. Gaspar Saldanha (*Republicano Liberal*)
- 212. Euclides Minuano de Moura (*Alliança dos partidos Republicano Riograndense e Libertador – legenda "Frente Unida"*)

ACRE

Dous

- 213. Alberto Augusto Diniz (*Lista "Chapa Popular" e Liga Eleitoral Catholica*)
- 214. José Thomaz da Cunha Vasconcellos (*Lista "Chapa Popular" e Liga Eleitoral Catholica*)

REPRESENTAÇÃO PROFISSIONAL
Quarenta

EMPREGADOS:

- 215. Acyr Medeiros
- 216. Antonio Ferreira Netto
- 217. Gilberto Gabeira
- 218. Vasco Carvalho de Toledo
- 219. Antonio Rodrigues de Souza
- 220. Waldemar Reikdal
- 221. Luiz Martins e Silva
- 222. Francisco Moura
- 223. Antonio Penaforte do Souza
- 224. Sebastião Luiz do Oliveira
- 225. João Miguel Vitaca
- 226. Alberto Surek
- 227. Armando Avellenal Laydner
- 228. Ewald da Silva Possolo
- 229. Guilherme Plaster
- 230. Eugenio Monteiro de Barros
- 231. Edmar da Silva Carvalho
- 231. Mario Bastos Manhães

EMPREGADORES:

- 233. Milton de Souza Carvalho
- 234. Ricardo Machado
- 235. Walter James Gosling

- 236. Augusto Varella Corsino
- 237. João Pinheiro Filho
- 238. Horacio Lafér
- 239. Pedro Demosthenes Rache
- 240. Alexandre Siciliano Junior
- 241. Euvaldo Lodi
- 242. Mario de Andrade Ramos
- 243. Antonio Carlos Pacheco e Silva
- 244. Carlos Telles da Rocha Faria
- 245. Gastão de Britto
- 246. Roberto Simonsen
- 247. Edgard Teixeira Leite
- 248. Francisco de Oliveira Passos
- 249. David Carlos Meinicke

PROFISSÕES LIBERAIS:

- 250. Ranulpho Pinheiro de Lima
- 251. Levy Fernandes Carneiro
- 252. Abelardo Marinho de Albuquerque e Andrade

FUNCIONARIOS PUBLICOS:

- 253. Mario de Moraes Paiva
- 254. Antonio Máximo Nogueira Penido

ANEXO B – Discurso de Gwyer de Azevedo em 29 de dezembro de 1933 para explicação pessoal

Esgotada a matéria constante da Ordem do dia, dou a palavra, para explicação pessoal, ao Sr. Gwyer de Azevedo.

O Sr. Gwyer de Azevedo (Para explicação pessoal) – Exmo. Sr. Presidente, embora falando em explicação pessoal, venho trazer á Assembléia, novamente, matéria puramente constitucional. Não estava no meu propósito voltar á questão religiosa antes de serem discutidas as emendas por mim apresentadas ao anteprojeto.

Obrigado a esta explicação, peço á Assembléia considere o tempo que vou esbanjar agora, aquí na tribuna, como correndo por conta e responsabilidade dos criadores concientes ou inconcientes do melindroso problema religioso.

Sinto-me satisfeito por haver proporcionado ao Exmo. Sr. Cardeal D. Sebastião Leme oportunidade para desmentir ou desautorizar uma nota atribuída a Sua Eminência e publicada há mais de dois anos.

Um partido político desta Capital – a Liga Eleitoral Católica – publicou a seguinte nota: "A propósito do discurso ontem pronunciado, na Assembléia Constituinte, pelo Deputado Gwyer de Azevedo, recebemos a seguinte comunicação de S. Em. o Cardeal D. Sebastião Leme:

“Leio nos jornais que o Sr. Deputado Gwyer de Azevedo, ontem, na Camara, cita uma nota atribuída a mim sôbre o ensino religioso obrigatório, restabelecimento da religião do Estado, religião oficial, etc.

Não existe nota alguma, nem entrevista, nem declaração, minha, apregoando tais reivindicações.

Tenho dito sempre que não pleiteamos religião oficial, ensino religioso obrigatório, etc. Se o simpático Diário Popular de São Paulo, divulgou coisa diferente foi iludido em sua boa fé. Só os que nunca me ouviram que desconhecem inteiramente a minha orientação a respeito das reivindicações católicas, na futura Constituição, poderiam acreditar na autenticidade das declarações propagadas pelo discurso do Deputado fluminense.”

O SR. FERREIRA NETO – V. Ex. diz que a Liga Eleitoral Católica é um partido político?

O SR. GWYER DE AZEVEDO – É um partido político que se esconde . . .

O SR. FERREIRA NETO – Estranho que a Liga Eleitoral Católica se tenha constituído em partido político, dada a feição universal do catolicismo, quando se negou autorização ao partido comunista para se organizar legalmente como partido político, sob o pretexto de se tratar de uma organização internacional.

O SR. GWYER DE AZEVEDO – A ação da Liga é puramente política, por isso a classifiquei como partido político.

Sr. Presidente, não declarei, em absoluto, que os católicos pleiteavam, no momento, a religião oficial; o ensino religioso obrigatório, etc. Afirmei, sim, que havia um plano em início de execução. Minha explicação foi bem clara. Não quis dizer que se tratava de uma “sopa de pedras”.

Um jornal católico trouxe a primeira resposta, antes de minha explicação pessoal, aliás dizendo muito mal da educação religiosa do articulista. Diz êle:

“As citações do Deputado Fluminense foram bebidas no folheto intitulado ‘A Constituinte e o Culto’, do S.r. Benjamin César, pastor da Igreja Presbiteriana de Campos. É o mentor do Sr. Gwyer.”

Agradeço esta prova de educação e confirmo que encontrei a declaração de S. Eminência no folheto a que o mesmo articulista se refere.

Não contente com isto, passei um telegrama para São Paulo, pedindo confirmação. O telegrama a trouxe, mais ou menos, nos mesmos termos.

O SR. GUARACI SILVEIRA – V. Ex. permite que lembre uma coisa? Essas declarações feitas na grande capital paulista, a Seu tempo, não foram desmentidas.

O SR. GWYER DE AZEVEDO – Até agora não o tinham sido.

O SR. XAVIER DE OLIVEIRA – Talvez porque não houvesse chegado ao conhecimento de S. Eminência o Cardeal, ou mesmo por falta de oportunidade.

O SR. GWYER DE AZEVEDO – Felicito-me por ter dado esta oportunidade ao Cardeal. O artigo que deu margem ao incidente foi publicado no Diário Popular, jornal de grande circulação e muito lido em São Paulo.

O SR. XAVIER DE OLIVEIRA – Talvez não tivesse chegado ás mãos de Sua Eminência.

O SR. GWYER DE AZEVEDO – A representação católica, na capital paulista, é muito grande.

O artigo, publicado no n. 15.540, de 8 de Junho de 1931, do aludido Diário Popular, secção de “Pequenas notas” – todos os que conhecem São Paulo sabem que essa secção é muito lida...

O SR. XAVIER DE OLIVEIRA - Menos no Rio de Janeiro, onde quasi não se lêem os jornais paulistas.

O SR. GWYER DE AZEVEDO - . . . o artigo diz o seguinte:

“A religião oficial - O decreto sobre o ensino religioso, promulgado pelo Govêrno Provisório, provocou, ao que parece, grande entusiasmo entre os católicos militantes. A mesa do Sr. Abgar Renault, 'secretário particular do Sr. Francisco Campos, ministro da Educação, está cheia de pilhas e pilhas de telegramas de felicitações ao autor do decreto, que, como se sabe, está também empenhado numa campanha política em Minas, a favor do Sr. Olegário Maciel e contra o Sr. Artur Bernardes.

Entretanto, se o entusiasmo é grande, ainda não se esboçaram de leve os meios e os processos de aplicação. As leis devem, de fato, ser feitas para ser aplicadas e tudo depende da oportunidade.

O decreto sôbre o ensino religioso terá vindo com o senso da oportunidade para ser completamente executado?

Ainda é cêdo para responder. Como informação podemos registrar que, nos círculos militantes das organizações católicas, com o Sr. D. Sebastião Leme á frente, como inspirador e chefe, é intenso o movimento no sentido de ser consagrado, na futura Constituinte, o princípio da religião do Estado.

Ouvimos há pouco pessoa que representa o pensamento de D. Sebastião Leme declarar o seguinte: ‘O decreto sôbre o ensino religioso não deve ser considerado senão como uma etapa, a primeira’.

‘O que precisamos é colocar a igreja católica no lugar que lhe compete. Na futura Constituição, estabeleceremos a religião de Estado, faremos do catolicismo religião oficial, ensinada nas escolas, proclamada nas repartições. Toleraremos os outros cultos, que serão permitidos. Mas a religião oficial será a católica. O Estado não será neutro. Somos a maioria e assim o queremos. Podemos impôr a nossa vontade’.

Essa versão é oficial, pois é repetida por todos que privam com o ilustre Cardeal, que está decidido a levar avante a campanha. De fato, temos elementos para afirmar que D. Sebastião Leme não recuará nessa cruzada, que considera de grande importancia para o Brasil.

O assunto, como se vê, merece estudo e será objeto de grandes controvérsias, se houver liberdade para isso.

O Govêrno Provisório já concedeu um pouco á corrente clerical. Que poderemos fazer dessa tendência? Os próprios católicos militantes devem examinar com toda a atenção e escrúpulo a

reivindicação do Cardeal. Valerá a pena para a própria igreja, sob o ponto de vista dos interesses católicos, o estabelecimento da religião oficial?”.

O SR. XAVIER DE OLIVEIRA – Pediria ao nobre Deputado licença para dar-lhe um aparte com toda a consideração que merece. Com quem ficou o Deputado Gwyer: com o informante dêsse jorna l, que se dizia autorizado a representar o pensamento de Sua Eminência o Cardeal, ou com as palavras de Sua Eminência constantes da nota da Liga Eleitoral Católica?

O SR. GWYER DE AZEVEDO – Estou satisfeito por haver proporcionado oportunidade para o desmentido da nota.

O SR. XAVIER, DE OLIVEIRA – Nesse caso, está terminada a questão.

O SR. GWYER DE AZEVEDO – A nota existia; eu não a inventei. A mim não cabia desmenti-la. Lastímo mesmo que essa oportunidade não tenha sido oferecida á Sua Eminência pelos representantes católicos, que os há em quantidade no Estado de São Paulo.

UM SR. DEPUTADO – Acho que não poderia haver dúvida com respeito ao pensamento de Sua Eminência, porquanto as suas idéias se acham inteiramente expressas no programa da Liga Eleitoral Católica, que é conhecido. Nada encerram essas declarações relativamente á oficialização do ensino católico no país.

O SR. GWYER DE AZEVEDO – Fui também levádo a admitir a hipótese – já agóra afastada – diante de uma declaração, publicada no “Diario da Noite” do nosso distinto companheiro, pádre Arrúda Câmara. Diz S. Ex.: “O projéto da Constituição brasileira atênde, mais ou menos, ao mínimo das aspirações religiosas da Nação”. Admitámos que seja o mínimo, ou menos do que o mínimo.

Si, o que está no anteprojecto, é o mínimo, deve haver o médio e o máximo. Portanto, éra de admitir que aquêlo programa fosse pensado por alguem. (Muito bem.) Acho que o Sr. Arruda Camara, como sacerdote representa perfeitamente o pensamento católico na Constituinte.

E se S. Ex. declarou, repito, que aquelas aspirações eram o mínimo, deve haver o médio e o máximo. Esse máximo não o conheço, porquê não há nenhuma declaração positiva sôbre êle.

UM SR. DEPUTADO – É apenas o mínimo que estamos pleiteando nésta Assembléia, para a Constituição.

O SR. CARLOS REIS – O orador está argumentando logicamente.

O SR. XAVIER DE OLIVEIRA – Esse mínimo que pleiteámos, e o ante-projecto constitucional já consigna, são as aspirações naturais do povo brasileiro.

O SR. VASCO TOLEDO – Do Povo brasileiro, não; dos que se dizem católicos.

O SR. GWYER DE AZEVEDO – Precisamos conhecer bem a intenção daqueles que ora iniciam êsses trabalhos em favor do ensino religioso. Atendam os ilustres colegas na gravidade das declarações do sr. Arruda Camara: “É em nome da liberdade que os católicos reclamam os seus direitos”.

Não me consta que a liberdade dos católicos brasileiros, desde a Constituição de 1891, tenha sofrido o menor constrangimento, a menor diminuição. (Muito bem.) Pelo contrário, há as maiores regalias; o culto é protegído.

O SR. GUARACI SILVEIRA – A minoria é que não tem direito, nem garantias.

O SR. GWYER DE AZEVEDO – “Direitos, e não favores” – continúa.

O SR. XAVIER DE OLIVEIRA – Si as minorias não tivessem direitos, nem garantias, S. Ex., o Sr. Guaraci Silveira não seria pastor protestante. (Trocam-se inumeros apartes)

O SR. GWYER DE AZEVEDO – Pensei que essas medidas entrassem no ante projecto como uma colaboração, como uma contribuição dos católicos na obra educacional. Mas S. Ex. afirma que são “direitos e não favôres”. Querem liberdade para a sua consciência, “sem constrangimento para a consciência alheia”. – (Trocam -se inumeros apartes).

O Sr. Presidente – Atenção! Está com a palavra o senhor Deputado Gwyer de Azevedo.

O SR. GWYER DE AZEVEDO – Peço aos nobres Deputados me permitam prosseguir.

“O catolicismo não é egoísta. O que pleiteia é um critério amplo e liberal, que interesse a todas as religiões, sem coagir a ninguém, nem mesmos aos seus súditos.”

Óra, as outras religiões são francamente contrárias a esta medida. Os católicos têm levado ao sr. Cardeal informações colhidas apenas em seu meio. Não foram dizer a S. Eminência que reina a maior irritação nos outros cultos. Os independentes receberam mal a medida do anteprojeto.

SR. XAVIER DE OLIVEIRA. Si êsses independentes representam aqui a maioria da nação, que ponham abaixo o dispositivo inserto no anteprojeto.

O SR. VASCO DE TOLEDO – Não há maioria nem minoria. O que não se póde admitir é que, em pleno século XX, numa Constituição, na qual devem ser tratados assúntos de magna importancia, de grande interesse para o país, se pretendam inscrever questões puramente de consciência.

O SR. GWYER DE AZEVEDO - Declara S. Ex.:

“A hora é de lutas. Duas filosofias disputam a posse do homem: a espiritualista e a materialista.

Duas civilizações anseiam pelo domínio do mundo: – a cristã e a comunista”.

Dispensamo-me de comentar esta parte, o que ficará a cargo de outrem. Nota mais grave, entretanto, é a publicada no “O Jornal”, de hontem, sobre o “Ensino Religioso nas Escolas do Estado”, em que o pádre Leopoldo Aires, entre outras cousas, respondendo ao sr. Vivaldo Coaracy, diz.

“Reconhece o Sr. V. Cy, que á Igreja Católica ‘se filiam em sua imensa maioria as populações brasileiras’. Ora, se o ensino religioso nas escolas oficiais é uma aspiração dos católicos – portanto da imensa maioria das populações brasileiras - essa aspiração, num regime que consagra a vontade das maiorias, chega a se constituir em direito, e direito que a preço nenhum pode ser vendido, nem mesmo á custa da paz, quando esta signifique comodismo dos católicos, dentro do ‘status quo’, ou desatenção do Estado aos direitos da consciência católica.

Porque essa haverá de ser uma falsa e inglória paz, pois se funda na tímida abstenção dos católicos da luta por um direito, ou na obliteração dêsse direito pelo Estado.”

Não há *ultimatum* mais claro. Não fazem questão, nem mesmo da paz... Estamos aqui, senhores, justamente para construir em favor da paz e da concórdia no seio da família brasileira. Tais medidas, entretanto, estão irritando, francamente. (Apoiados e não apoiados) O Sr. Cardeal está iludido em sua boa fé. Não quererá, por certo, levar o Brasil a uma guerra religiosa que já se vai esboçando. (Palmas no recinto e nas galerias). Agora, meus Senhores, peço á Assembléia que julgue, pelo que vou ler, das vantagens dessa educação religiosa.

O SR. GUARACI SILVEIRA – Se me fosse permitido, solicitaria aos nobres colegas prestassem a máxima atenção ao que o orador vai ler.

SR. ADROALDO COSTA – Somos todos ouvidos.

O SR. GWYER DE AZEVEDO – O “Estado de Minas”, em suas “Notas Religiosas”, sob o título “Santificação da Família”, – transcreve o seguinte:

Visitar todas as casas da paróquia, examinando-lhes as necessidades espirituais

O Pároco divide a paróquia em “grupos de casas” por quarteirões ou ruas, que serão confiados a uma senhora. Esta divisão racional e metódica, feita sobre a planta da paróquia, não deve deixar escapar nem uma casa.

É prudente copiar a divisão e arquivá-la, juntamente com o nome e o endereço da zeladora encarregada do grupo.

Para maior eficiência do trabalho, convém que os “grupos de casas” não tenham muitas casas, 40, 50 no máximo.

O vigário, que deve conhecer bem as suas paroquianas, distribuirá os “grupos” às senhoras que mais facilmente os puderem visitar.

Entregar um “grupo de casas” a uma senhora que morasse muito longe dele, seria, de antemão, inutilizar as esperanças, a menos que se tratasse ele uma verdadeira apóstola – o que é raro.

Nomeada, a encarregada começa imediatamente a sua tarefa: descobrir as uniões ilícitas, as crianças por batizar, as que não frequentam o catecismo, as que não fizeram a primeira comunhão, os que não fazem a páscoa, os enfermos que precisam de sacramento, os que tem filhos em colégios protestantes, etc, etc

A zeladora, para fazer estas sindicâncias, deve ter muito jeito, muita prudência. Muitas vezes, no simples curso de uma conversa bem orientada, se chega facilmente ao resultado desejado, do que com perguntas diretas, importunas e irritantes.

Imprudência seria declarar que o fim da visita é conhecer as necessidades espirituais. . . A visita se faz sob um pretexto qualquer: um aniversário, um nascimento, um batizado, uma moléstia, um luto, ou em companhia de uma amiga da casa e mil outros motivos que nunca faltarão a uma mulher para visitar a outra.

E . . . toca a conversar, que nesta conversa é que sai tudo!... Aí se fica sabendo que são só contratados no civil, que os meninos ainda não estão batizados, ou não frequentam o catecismo, que aquele maiorzinho, não fez a primeira comunhão e até. . . as rugas dos esposos.

De tudo o que se tiver informado, com prudência e segurança, a zeladora tomará nas escritas e apresentará em sessão para que se fique sabendo:

- 1°) o número de casas visitadas;
- 2°) o número das uniões ilícitas;
- 3°) o das legitimadas;
- 4°) as crianças de mais de um mês, por batizar;
- 5°) os batismos de adultos, tanto por fazer, como os conseguidos;
- 6o) as crianças que não frequentam o catecismo;
- 7°) outras necessidades espirituais.

Do que for apresentado em sessão do Apostolado, a secretaria fará um relatório sucinto e completo para apresentar à Confederação.

O SR. GWYER DE AZEVEDO – Isso é aceitável? Isso é a santificação da família? Não, senhores! Isso é uma espionagem, e das peores! (Apoiados e não apoiados. Palmas no recinto e nas galerias.)

O SR. BARRETO CAMPELO – Permita-me V. Ex. uma explicação: espionagem, bisbilhotice seria se fosse debaixo do espírito de curiosidade; mas tudo isso é feito para cura de males sociais generalizados.

O SR. GWYER DE AZEVEDO – Não advinho intenções.

Pelo que li, trata-se de uma ordem de espionar, penetrando a intimidade e o segredo dos lares. Isso se obtem no confissionário e não por êsses processos. Isso, pois, não é ensino moral, porque êste não admite tais recursos.

O SR. ZOROASTRO GOUVEIA – Aliás, é um simples adminículo ao confissionário, que é a arma da espionagem. (Trocam-se apartes)

O SR. GWYER DE AZEVEDO – Não quero tomar mais tempo á Assembléia. Respondida a nota de Sua Eminência, faço-lhes daqui um apêlo, no sentido de que detenha a marcha dessas ligas católicas, que, divorciadas das mais prementes necessidades do povo, que pede pão (muito bem), vivem apenas de fazer eleitores, com o fim de atingirem os seus objetivos políticos. (Apoiados. Protestos. Palmas nas galerias)

O SR. XAVIER DE OLIVEIRA – A religião dá o pão para o espírito e também assistência aos desamparados.

O SR. GWYER DE AZEVEDO – Há muita gente morrendo de fome e o dinheiro continúa a escoar para o Vaticano! (Palmas e protestos.)

O SR. XAVIER DE OLIVEIRA – Peço licença para dizer que o nobre orador está enganado, porque o Brasil recebe muito mais, do que dá. Poderei provar isso, oportunamente. Enquanto o Governo da República dispõe de 500 leitos para enfermos, no Distrito Federal, a Religião, com as suas ordens, dispõe de 5.000.

O SR. FERREIRA NETO – Subvencionados pelo Govêrno. Pelo menos, na minha terra é assim.

O SR. ZOROASTRO GOUVEIA – E dando êsses 5.000 leitos, não faz a Igreja um esplendido negócio, guardando milhares de contos? (Trocam-se vários apartes. O Presidente faz soar os tímpanos, reclamando atenção)

O SR. GWYER DE AZEVEDO – Aceitarei de bom grado as informações do nobre Deputado e a elas me curvarei, quanto a esta parte do Vaticano, no dia em que receber uma estatística segura da arrecadação feita em todas as paróquias do Brasil.

O SR. XAVIER DE OLIVEIRA – A começar pelo Estado do Rio, que V. Ex. tão bem representa nesta Assembléia.

O SR. VASCO DE TOLEDO – O nobre orador podia também pedir uma estatística dos bens que possuem as irmandades católicas.

O SR. GWYER DE AZEVEDO – Terminando esta explicação pessoal, lanço, novamente, um apêlo á Assembléia, a fim de que pense muito sôbre estas medidas que aí estão, como primeiro passo de uma campanha; a fim de que as estude e sôbre elas medite, para que a nossa obra resulte em favor da concórdia e não da guerra religiosa no Brasil, que tanto amamos. (Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.)

ANEXO C – Programa Revolucionário *Club 3 de Outubro*

Texto parcial

CLUB 3 DE OUTUBRO

Esboço do programa revolucionário de reconstrução política e social do Brasil 1932 - Fevereiro

Representa este trabalho, reflexo materializado de tendências um “Esboço do Programa Revolucionário”.

Está destinado a tornar-se público, a fim de sofrer a ação da crítica judiciosa e receber, em particular, sugestões de técnicos especializados.

Com o concurso destes e de todos os bons brasileiros, espera a comissão nomeada pelo “*Club Três de Outubro*” ultimar o desenvolvimento do seu plano que consiste, atualmente, em transformar as resultantes deste trabalho num “Projeto de Programa”, a ser submetido á apreciação e ao julgamento dos revolucionários.

A comissão: Stenio Caio de Albuquerque Lima. – Augusto do Amaral Peixoto Junior. – Waldemar Falcão. – Abelardo Marinho de Andrade.

A' GUIZA DE INTROITO

A República passada foi toda uma mentira. Estudos e indagações determinaram, nitidamente, os principais fatores da falência do regime político inaugurado em 89: a falta de cultura do povo e o divórcio entre a Constituição de 24 de Fevereiro e a realidade brasileira. Apurando bem, a responsabilidade maior deve caber ao pacto de 91. Houvesse, na lei das leis, dispositivos que cuidassem, precavida e eficientemente, da educação do povo, problema primordial, outros teriam sido a evolução e o desenvolvimento da primeira República.

A engrenagem de um aparelho jurídico-político imperfeito, antiquado e exótico, permitiu que um grupo de maus brasileiros, apartado dos sãos princípios republicanos, sem merecimento e sem patriotismo, empolgasse a direção do país. Esses, a fim de se assegurarem posições privilegiadas na distribuição dos cargos, empregos e funções rendosas, e conscientes do repúdio da opinião independente, uma só preocupação tinham: conservar a conquista realizada. Assim, os princípios sadios, que nortearam as jornadas cívicas de 89 e 91, foram paulatinamente substituídos pela prática sistemática e os tensiva da mentira e da desonestidade. Os cargos públicos, eletivos ou não, cujo provimento devera emanar do próprio povo, foram transformados na moeda preferida pelos detentores das altas posições para angariar amizades e dedicações e recompensar serviços pessoais, mesmo de ordem privada: o filhotismo substituiu o mérito, impossibilitando a seleção dos valores, inerente á forma republicana de governo.

Como consequência primeira, inevitável e fatal, os homens ativos e independentes, os escrupulosos e competentes, os abnegados compatriotas, enfim, os brasileiros dignos e amantes do seu país – foram excluídos ou, por medida de profilaxia moral, afastaram-se da administração pública. As posições a que tinham direito, ocuparam-nas os incapazes, os desonestos, os anônimos, os venais, os servís, os egoístas, em suma, os intrusos, traidores da democracia e da pátria.

E viu-se, então, a república que a revolução destruiu: um legislativo subserviente; uma justiça complacente com o executivo, se não obediente ao mesmo; desaparecimento da estirpe de estadistas, que se creára na monarquia; a desorientação absoluta em economia e finanças; a advocacia administrativa ostensiva, entrelaçada ao industrialismo político; a ausência de partidos em torno de programas; a descontinuidade administrativa; o encarceramento do pensamento; a procrastinação sem fim das reformas sociais reclamadas pelas classes trabalhadoras e produtoras; o Exército desorganizado, desfalcado e reduzido; a Marinha de Guerra insuficiente, desmantelada e desenganada nos seus sonhos de soerguimento; o malestar e a intranquilidade em todas as classes; cêrca de oitenta por cento de analfabetos, etc. Mentira que os três poderes da República fossem independentes entre si; mentira a liberdade de opinião; mentira o direito de voto; mentira a autonomia dos municípios e dos Estados; mentira o sistema representativo; mentira a Igualdade perante a lei; mentira a inexistência de privilegiados; mentira que os postos da administração fossem acessíveis a todos os brasileiros. E, por cima de tudo o, predomínio absoluto do chefe do executivo, cujo arbítrio era, por assim dizer, tão ilimitado quanto o dos autocratas, das velhas monarquias européias.

Em quarenta anos de regime republicano, não se tem notícia de que, dentro da moral ou da ordem, haja sido mudada uma situação política. Fora de dúvida, não era isso o prometido pela Constituição de 91: era exatamente o contrário. Como explicar a disparidade entre a teoria e a prática?

[...]

Que a memória da República que a revolução destruiu, sirva de advertência aos generosos e aos desatentos. E' preciso não repetir o erro dos idealistas de 89. Aproveitemos as conquistas de outros povos, as lições da política mundial, o adiantamento da sociologia, mas sem perdermos a noção da realidade brasileira e sem abjurmarmos as tradições nacionais.

Realizemos a democracia, entregando o govêrno aos que trabalham e produzem. Asseguremos bom rumo á administração, facultando aos especialistas interferência eficiente na gestão dos negócios públicos.

Evitemos o arbítrio, dando o govêrno a órgãos coletivos.

Ergamos uma justiça autônoma, una e independente.

Promovamos a educação intensiva da massa popular, generalizando o culto pelo Direito.

E teremos assim operado a verdadeira reconstrução político-social do Brasil.

(...)

II

Colimando um objetivo construtor e renovador, a execução deste PROGRAMA obedecerá as seguintes idéias gerais de organização:

(...)

5 - SOCIEDADE BRASILEIRA·

A sociedade brasileira, constituída de molde a anular a influência das classes improdutivas e parasitárias, a fortalecer as produtoras e a fazer preponderar as trabalhadoras, em todas as suas modalidades, inclusive as técnicas, as intelectuais e as forças morais acordes com as tradições e tendências do Povo Brasileiro - deverá ser organizada em partidos políticos, associações profissionais e instituições culturais, cuja atividade será regulada pela lei, de maneira harmônica e equitativa, para que diminuam ou desapareçam as injustiças sociais e se evite a exploração de uma classe pelas outras.

Reivindicando para as classes produtoras e trabalhadoras, com a colaboração preciosa das forças morais que se apoiarem nas tradições e na índole brasileiras, o primado da legislação e do controle sobre a organização da sociedade nacional, em tudo quanto dissêr respeito á sua economia, á direção dos negócios públicos, á repressão dos vícios, ao saneamento físico, moral, intelectual, político, profissional e técnico da nacionalidade, não esquecidas as massas trabalhadoras pobres e incultas das cidades e do interior, teremos assegurado o equilíbrio social necessário e aparelhado o país dos meios de assistência indispensáveis á eliminação progressiva das injustiças, das opressões econômicas e do pauperismo, fatôres lastimáveis de inquietação e de desordem internas, na época contemporânea.

(...)

IV

Encarada pelo prisma da sua realização, a ideologia deste PROGRAMA propugna as soluções adiante expostas para os problêmas a seguir:

(...)

5 – ORGANIZAÇÃO SOCIAL

– Regulamentar, convenientemente, a nacionalização, a imigração e a emigração dos estrangeiros, bem assim estimular a sua incorporação á sociedade brasileira, mercê de leis adequadas que, em face do estrangeiro naturalizado e do que permanecer com a sua nacionalidade de origem, proporcionem ao primeiro vantagens e garantias sensivelmente maiores. Nessas leis, levar-se-á em conta, não somente o valor produtivo do braço e do capital estrangeiro, mas também e sobretudo os seus caracteres étnicos, os seus predicados morais e o seu grau de alfabetização, os seus

costumes e qualidades psicológicas, que melhormente possam influir no caldeamento do tipo brasileiro, etc.

– À República, aos Estados e aos Municípios incumbe zelar pela moralidade, saúde e melhoria social do indivíduo e da família.

– A juventude deve ser protegida contra as explorações e contra o abandono moral, físico e intelectual.

– Nessa ordem de idéias, estimulará o poder público, por todos os meios, as instituições e fundações que, com fins beneficentes, atingirem verdadeiramente os objetivos acima, auxiliando-as e protegendo-as, na medida do bem social que forem espalhando através da sua atuação.

– Mediante uma regulamentação conveniente, procurará o poder público auxiliar as famílias numerosas, que se acharem, em estado de penúria, de molde a não serem elas prejudicadas na sua subsistência, e no seu direito de viver, nem tão pouco prejudicada seja a educação das crianças que delas façam parte, mesmo em se tratando de filhos naturais.

– As somas adjudicadas ao Estado ou por êste partilhadas, por força do direito sucessoral, serão obrigatoriamente escrituradas como constituindo um fundo especial, destinado a ser exclusivamente utilizado na efetivação dos fins atrás indicados.

– Exercerá o Estado severa fiscalização e manterá rigorosos preceitos proibitivos no sentido de exterminar todos os vícios individuais e sociais, para o que tomará todas as medidas necessárias, inclusive o estímulo, auxílio e prestígio às instituições que colimarem aquelas finalidades.

– Será inflexivelmente abolida a indústria das loterias, sob qualquer pretexto por que se exerça, não sendo de maneira alguma tolerados os jogos de azar, que tão prejudicialmente afetam o caráter, a vontade e as iniciativas de cada indivíduo.

– Criar-se-á uma legislação apropriada a incentivar a temperança, regulamentando-se o comércio das bebidas espirituosas e a sua venda a retalho, taxando-se pesadamente as bebidas alcoólicas e fomentando o mais possível a utilização, para fins puramente industriais, do álcool e dos seus sucedaneos.

– Cumprindo aos poderes governamentais assegurar em toda a sua plenitude, o direito ao ensino e á educação, dever-se-á intensificar e desenvolver o mais possível a educação nacional, para o que se destinará aos serviços de Instrução, em todas as unidades e sub-unidades políticas do país, uma notável percentagem das rendas públicas.

– Visando atingir eficientemente essa finalidade, estabelecer-se-á um plano de conjunto, com orientação verdadeiramente nacional, abrangendo a organização educativa de todo o país e encerrando como pontos cardiais de realização o seguinte:

a) ensino *primário* obrigatório, de modo que toda a criança brasileira, ao chegar á idade de 11 anos, no máximo, possa ingressar na classe de ensino médio, que representará o limiar do ensino secundário, ou inscrever-se nas escolas profissionais, de artes e ofícios, se assim preferir;

b) ensino *médio* ou elementar, que comportará um ciclo de estudos, capaz de permitir á criança, ao atingir a idade de 15 anos, no máximo, um atestado de capacidade elementar, com o qual ela se matriculará, ou nos cursos ginásiais do ensino

secundário, ou nas escolas de ensino pratico-profissional de tipo *médio* (compreendendo o ensino mais adiantado das várias modalidades da atividade profissional operária), ou ainda nas escolas veterinárias e institutos semelhantes;

c) ensino *secundário* ou *ginasial*, com diplomas finais de habilitação em letras (línguas clássicas ou línguas modernas) e em ciências (físico-químicas ou matemáticas), com as quais poderá o estudante matricular-se nas modalidades especializadas do Curso Superior;

d) ensino *superior* ou *universitário*, ministrado por Faculdades atinentes às especializações de conhecimentos, tendentes ao preparo para o exercício das chamadas profissões liberais;

e) ensino *profissional*, que será ministrado por:

I - Escolas de *artes e ofícios*, que proporcionarão os rudimentos principais da atividade operária;

II- Escolas de ensino *pratico-profissional* de tipo médio, em que se professarão conhecimentos relativamente mais completos das principais artes e profissões manuais e mecânicas, de maneira a preparar o indivíduo para a atividade industrial moderna, através das suas próprias modalidades;

III- Escolas *técnicas*, em que os conhecimentos atrás citados possam ser revistos e adaptados a um grau maior de adiantamento e complexidade, de molde a formar verdadeiros técnicos em química industrial, mecânica, eletricidade, e trabalhos públicos;

IV - Escolas de *especialização*, compreendendo:

Escolas *agrícolas*, disseminadas pelo país, em tipos acordes com as diretrizes econômicas de cada região, e ministrando conhecimentos de agricultura propriamente dita, veterinária, pecuária, horticultura, silvicultura, culturas caféeira, algodoeira, cacaueteira, etc.;

Colonias *agrícolas educacionais*, onde os educandos serão internados por prazos variáveis e submetidos a um regime mixto de educação, tratamento e trabalho;

Escolas *comerciais*, diurnas e noturnas, divididas em secções progressivas, em que sejam proporcionados conhecimentos graduais de técnica comercial, em suas diversas feições, até um curso de altos estudos comerciais, que será o coroamento desse ramo de ensino;

Escolas *normais*, primárias secundárias e profissionais, visando formar professores para qualquer dos ramos de ensino primário, secundário, e profissional;

Escolas *domésticas*, escolas de enfermeiras, escolas de farmácia, escolas dentárias, escolas de navegação, conservatórios de música, academias de belas artes, etc., destinadas a ministrar conhecimentos indispensáveis à direção do Lar pela Mulher; à assistência aos enfermos, ao exercício das atividades farmacêuticas, dentária, marítima, ao aperfeiçoamento da educação musical e artística em geral, através das suas variadas formas, etc.;

V - Escolas *populares*, destinadas à mocidade dos campos e das zonas rurais, e nas quais se professarão noções gerais de história, literatura, sociologia, higiene, agronomia e economia agrícola. Tais escolas, que equivalerão a verdadeiras *universidades populares*, terão uma importante missão no desenvolvimento cultural da

juventude campeзина e do proletariado dos campos e das cidades do interior, buscando elevar o seu nível mental e habilitando-os a se tornarem cada vez mais uteis á Humanidade e á Pátria.

No desdobramento de todo êsse plano de ensino e educação, deverá ter-se constantemente em vista a cultura física e o aperfeiçoamento moral da população escolar. Nessa ordem de cogitações, atenderá sempre o plano de ensino, em qualquer das suas modalidades atrás expressas, ás seguintes preocupações:

a) desenvolvimento físico dos educandos, para o que promoverá programas racionais de cultura física, gradualmente desenvolvidos, consoante a idade, o sexo, as condições climáticas, etc. Tais programas serão oficializados e, como tal, adotados em todos os estabelecimentos de instrução pública e particular.

Como resultantes dessa preocupação, adotará ainda o poder público, nêsse particular, as seguintes medidas:

I - Oficialização dos esportes, notadamente daqueles que, por sua natureza, tenham relações mais diretas com a instrução militar ou sirvam mais propriamente para desenvolver, na criança ou no adulto, as qualidades militares;

II - Estímulo e auxilio, tanto moral como material, a todas as sociedades e instituições esportivas, que colimem o objetivo do aperfeiçoamento físico do brasileiro, ou atendam aos requisitos contidos na última parte do incíso precedente;

III - Aperfeiçoamento moral dos educandos, para cujo objetivo instituirá o poder público uma regulamentação conveniente, facilitando e estimulando o mais possível a ação e o apostolado das forças morais organizadas, acórdes com as tradições e as tendências nacionais, para que colaborem com os poderes governamentais na formação do carácter, na elevação moral e no aperfeiçoamento psicológico da mocidade brasileira. Tal conduta do poder público jamais importará em opressão ou coação, sob qualquer aspécto, para com aqueles que discreparem das doutrinas esposadas por tais correntes morais, ficando entendido que êsses elementos discrepantes de maneira alguma poderão sofrer por isso qualquer restrição na plenitude dos seus direitos civís ou políticos, nem tão pouco a mais leve diminuição no seu direito de livre manifestação do pensamento.

- Ter-se-á também em consideração, em toda a organização do ensino público, no Brasil, os seguintes princípios basilares:

a) o ensino será *gratuito*, para todos aqueles que por si, seus pais ou responsáveis, não disponham de um mínimo de recursos pecuniários, determinado por Lei, consoante o padrão mínimo de vida, que houver sido estatuído;

b) será *estipendiado*, mediante o pagamento de taxas mínimas, para todos aqueles que por si, seus pais ou responsáveis, disponham de recursos pelo menos equivalentes a cinco vezes êsse padrão mínimo de vida;

c) será *estipendiado*, mediante taxas médias, para todos os alunos que por si, seus pais ou responsáveis, disponham de recursos que excedam, pelo menos, vinte vezes esse padrão mínimo de vida;

d) será ainda *estipendiado*, mediante taxas máximas, para todos os alunos que disponham por si, por seus pais ou responsáveis, de recursos que excedam pe lo menos de c incoent a vezes êsse padr ão mínimo de vida;

- e) as taxas ou estipendios, assim cobrados, passarão a constituir em cada estabelecimento de ensino uma Caixa Escolar, que funcionará sob a superintendencia ou administração do govêrno, sendo destinada a prover á aquisição de livros, utensilios e vestuário escolares, a serem fornecidos aos alunos compeendidos nas condições prescrites na alínea a, atrás expresso;
 - f) a admissão e a classificação nas escolas públicas não serão, absolutamente, condicionadas pela situação econômica e social, ou pelo credo político ou religioso dos educandos ou das suas familias, mas tão somente pelas aptidões, conduta e capacidade de assimilação, que os ditos educandos revelarem;
 - g) os membros do magistério gozarão do maximo de prerogativas, vantagens e garantias condizentes com a sua elevada posição social
 - h) gozarão de isenção de diréitos aduaneiros e de frete gratuito nas empresas de transporte do Estado, em todo o territorio da República, os livros e material destinados a serem utilizados pela população escolar do país, bem assim os livros, objetos e utensilios tendentes a promover, difundir e incentivar a cultura moral, científica ou artistica dos brasileiros.
- O Departamento Nacional de Ensino será dirigido por um técnico escolhido pelo Govêrno, de uma lista tríplice organizada pela secção de Educação do Conselho Técnico de Organização Social, devendo esse técnico trabalhar no regime do tempo integral.
 - Serão subordinados aos Estados e ao Distrito Federal os serviços de instrução primária e de ensino normal. Os Estados, e o Distrito Federal também poderão manter estabelecimentos de ensino superior, artístico, secundário, comercial e profissional.
 - As organizações estaduais de educação serão dirigidas, cada uma, por um técnico escolhido pelo Govêrno estadual, de uma lista organizada pelo Conselho Técnico Estadual, devendo esse técnico ser auxiliado pela seccão de instrução primaria e profissional e de ensino superior, artístico, secundário e comercial.
 - Para o custeio dos serviços de instrução primária e profissional e de ensino normal, nos Estados e Distrito Federal, será reservada uma percentagem razoavel das rendas ordinaias dessas unidades políticas.
 - Os serviços de educação serão superintendidos pelo Departamento Nacional de Educação e pelos Departamentos Estaduais de Educação, segundo normas fixadas respectivamente pelos Conselhos Técnicos de Educação, Federal e Estaduais, e discriminadas em regulamentos e instruções por êles aprovados.
 - Ao Departamento Nacional de Ensino ficarão subodinadas:
 - a) as Universidades e os institutos isolados de ensino superior e artístico federais, e a fiscalização das universidades e dos institutos isolados de ensino superior e artístico, estaduais e livres;
 - b) os colégios federais e a fiscalização dos estabelecimentos de ensino secundários, estaduais e livres;
 - c) as escolas profissionais federais e a orientação do ensino profissional estadual e livre;
 - d) as escolas ou universidades populares;
 - e) a orientação e a fiscalização do ensino comercial, agricola ou espezializado, no país;

- f) orientação dos serviços de instrução primária e de ensino normal, a cargo dos Estados;
- g) a orientação da educação física e moral no Brasil;
- h) a orientação e a coordenação dos serviços de estatística escolar no Brasil.

ANEXO D – Discurso de Miguel Couto em 16 de fevereiro de 1934

Texto parcial

Também eu não tenho, Sr. Presidente, os preconceitos de nacionalidade, de cor, ou de raça. Quanto á nacionalidade, porquê nesta era, chamada a idade oceânica ou internacional, de há muito o estrangeiro deixou de ser o inimigo; é antes o amigo, o comensal, o companheiro, o mutuante de nossa fortuna. Na “Vida de Santo Agostinho”, referiu-se o padre Manuel Bernardes áquele, que fazia conta de seus bens, dizendo: tenho tanto em raízes, tanto em rebanhos, tanto em escravos, tanto em amigos . . . Os trabalhadores estrangeiros são, pois, agentes da nossa riqueza.

Não tenho preconceitos – repito – contra o estrangeiro, como não os tenho aos homens de cor.

Porventura alguém, neste país, é branco puro?

O Dr. Oliveira Viana, no seu trabalho “Contingente negro para formação racial do Brasil”, conta que entraram na América, até 1885, treze milhões de pretos do Congo, sem contar os de Mina, os de Benguela, etc.

Pedro Calmon, em trabalho recentemente publicado sôbre o mesmo assunto, disse: “Em 1768 havia na Baía um branco para 19 pretos e no Rio de Janeiro um branco para 17 pretos.” Ora, conhecida a fertilidade da raça negra, muito maior que a da branca, imaginem os Srs. Constituintes como está misturado o nosso sangue com o dessa raça.

Por isso mesmo, podemos dizer que, se já prestámos um tão grande serviço á humanidade na mestiçagem do preto, é o bastante. Não nos peçam outras, tanto mais quanto ainda não completámos a primeira. A do amarelo, a outrem deve competir.

Não tenho, pois, como disse, preconceitos de raça.

[...]

Da minha parte, não sei que seja raça. Os melhores autores também não o sabem. Oliveira Viana diz: “Ninguém hoje consegue ver com clareza o problema das raças”; e Fróes da Fonseca, na sua notável conferência, feita por ocasião do Congresso do Centenário da Academia, presidido pelo nosso sábio colega Levi Carneiro, declarou: – “Admito a opinião de Muckermann, que todo povo, e em verdade todo individuo, entre os povos cultos ao menos, é sempre um mixto racial.”

Haddon, professor de etnologia em Cambridge, afirma: “o tipo racial não existe sinão no nosso espírito. Nem existe, nos nossos dias, uma raça que se possa chamar pura.”

Segundo Topinard: “Raça é uma concepção abstrata; noção de continuidade no descontínuo, de unidade na diversidade.”

Pittard, autor das “Raças e a História”, é de opinião que “raça é a reunião de individuos semelhantes e saídos de pais do mesmo sangue”.

Ankins – “The racial basis of Civilisation” – assim define: “Raça designa um grupo humano, separado dos outros por um ou mais sinaes de diferença física.” Não é lícito esquecer o grande Heckel, que fundou 12 raças em 1873, para passar a 34 em 1879. Topinard, 16 em 1878, e Deniker, 17 em 1900.

Se a ciência ainda não fixou o conceito de raça, há, contudo, Senhores, grupos humanos completamente diversos e inconfundíveis. Há, enfim, pretos, amarelos e brancos; classifiquemos como quiserem, mas são diferentes. Tanto que Oliveira Viana, que tem a opinião que há pouco citei, escreveu uma carta ao Dr. Fidelis Reis nos seguintes termos:

“O que devemos procurar aqui introduzir são raças que sejam ricas em eugenismo. Ora, de todas as raças humanas, são as indo-européias as que acusam um coeficiente mais elevado de eugenismo. Logo só estas nos servem – porquê o progresso das sociedades e a sua riqueza e cultura são criação dos seus elementos eugênicos, cuja função na economia social, é análoga á função do oxigênio, na economia animal.

Bem sei que não há raças desprovidas de eugenismo: têm-no o mais rude negro da África, como o saxão mais puro. Há, porém, raças mais fecundas em elementos superiores e raças menos fecundas. Em cem famílias de hotentotes e em cem famílias de alemães da Pomerania, o número de descendentes eugênicos destas é incomparavelmente maior do que o daquelas - o que equivale dizer que, cinquenta anos mais tarde, o núcleo alemão estará em grau de cultura e prosperidade infinitamente superior ao atingido pelo núcleo oriundo das famílias hotentotes. Para nós, portanto, que, pelo fato mesmo de termos uma formação, em que predominam dois sangues inferiores (o negro e o índio), somos um povo de eugenismo pouco elevado, o grande problema é a arianização intensiva da nossa composição étnica. Tudo quanto fizermos em sentido contrário a essa arianização é obra criminosa e impatriótica.”

ANEXO E – Emenda n. 1.164 de Xavier de Oliveira

N. 1.164

Art. Para o efeito de residência, é proibida a entrada no país de elementos das raças negra e amarela, de qualquer procedência.

Parágrafo único. É obrigatório o exame de sanidade física e mental para todo imigrante ou estrangeiro que se destine ao território nacional ou que se queira naturalizar cidadão brasileiro.

Sala das Sessões, 22 de Dezembro de 1933. – Xavier de Oliveira.

Justificação

O problema das raças humanas, cada vez mais assume preponderância notável, entre os que em maior relêvo são havidos pelas nações organizadas na hora atual da humanidade. De outro não sei que o sobrepuje em importância para a vida dos povos, maximé, para um país em formação como o Brasil, pois, a meu vêr, nenhum lhe corre parêlhas na ordem das grandes cogitações, que ora devem preocupar as suas “élites” científicas, e todos os seus homens de cultura, profana ou religiosa, nomeadamente, os seus homens de govêrno. O tema que me proponho desenvolver, certamente, não comporta uma incursão maior por êsse emaranhado insolúvel, que é a formação racial – diria melhoramente – sub-racial – da nossa incipiente nacionalidade.

Vale, entretanto, dizer algo de incisivo sôbre êsse lamentável descaso em que sempre tem estado essa questão em nosso país; e, sem aludir á inferioridade patente dos elementos de formação étnica da nossa antiga Colonia, lastime-se, todavia, a incúria de 110 anos de govêrno independente de uma nação imigratória que, ainda hoje, permite sejam incorporados ao seu maior patrimônio – o homem – até os rebutalbos de raças, mais ou menos, degeneradas, como algumas da Asia Oriental, além de outras, quiçá tão indesejáveis, como todas as do Oriente próximo (Ásia Menor), aquelas e estas, boas ou más, sãs ou doentes, inferiores ou superiores, mas, todas, para a nossa formação eugênica, só comparáveis aos insanos incuráveis de outros povos que também recebemos, tratamos e mantemos em nossos hospitais, sempre, superlotados. Esta a tese que procurei desenvolver na emenda supra, que, entretanto, envolve assunto de mágna importância para o Brasil, como igualmente, para todas as demais nações do Continente Americano.

Um ligeiro esboço de estatística, a “grosso modo” feita na Clínica Psiquiátrica e nos demais serviços da Assistencia a Psicópatas, provou-se á evidência que, relativamente, há nesta Capital uma proporção mais de psicópatas estrangeiros do que de brasileiros, se se tiverem em vista as cifras totais daqueles e destes na formação global da população do Districto Federal. Vale a pena fixar os números comparativos dos quadros estatísticos abaixo, de alguns serviços manicomiais daqui e de São Paulo, para assim, melhor pode avaliar da gravidade que se oculta neste problema de tão transcendental importância para nós outros.

Vêr-se-á do quadro estatístico abaixo com a natural surpresa, senão mesmo estupefação que terá quem por êle venha a saber que 20% dos insanos que buscam os nossos manicômios são estrangeiros, que esta questão merece um estudo sério, e, reclama uma ação pronta, enérgica e decisiva, por parte, desta Assembleia. É assim que, durante os anos de 1920 a 1924, em cada um de per si e em todos êles englobadamente, foi a que se segue a proporção, com os respectivos totais – parcial de cada ano e geral daquele lustro – de psicópatas estrangeiros nos serviços gerais de Assistência a Psicópatas, nestes compreendidos os seus: hospitais, colônias e ambulatórios: Em 1920 - total de 3.893, dos quais 3.046 brasileiros e 847 estrangeiros; ou seja uma proporção de 21,8% de estrangeiros sôbre os brasileiros; em 1921 - total de 5.865, dos

quais 4.613 nacionais e 1.252 estrangeiros, o que dá uma proporção de 21,4% destes sobre os brasileiros; em 1922 – total de 5.813, dos quais 4.580 brasileiros e 1.233 estrangeiros, proporção destes sobre aqueles 21,03%; em 1923 – total de 5.830, dos quais 4.933 brasileiros e 897 estrangeiros, do que resulta uma proporção de 15,38% dos estrangeiros em sua relação com os nacionais; e, finalmente, em 1924 – total de 5.819, dos quais 4.741 nacionais e 1.078 estrangeiros, ou seja uma proporção de 18,6% dos estrangeiros relativamente aos brasileiros. Em resumo: durante cinco anos, de 1920 a 1924, passaram pelos diversos serviços, da Assistência a Psicopatas 27.228 insanos, dos quais 21.913 brasileiros e 5.307 estrangeiros. Resulta, dêsse cômputo geral de cinco anos, que os estrangeiros concorreram com uma proporção de 19,5% para o total de psicópatas assistidos pelos nossos manicômios durante aquêl lustrô. Visto acima que essa proporção em São Paulo, durante seis anos, de 1923 a 1928, foi um pouco maior – 22% – temos que, de um modo geral, os estrangeiros concorrem com 20% para a população dos nossos ambulatórios, hospitais e asilos de insanos, numa média tirada de estatísticas feitas entre cinco e dez anos.

A eloquencia dessas cifras fala mais alto do que qualquer comentário alusiva ao fato em si mesmo. É nelas, pois, que, principalmente, apoiarei as minhas conclusões sobre esta tese, a qual, como se está a vêr, encerra um grave, gravíssimo problema eugênico para o nosso futuro. Sim, porquê, em verdade, o assunto não se limita, apenas, á sua face, por assim dizer, material, qual a de sustentarmos milhares de bocas inúteis que nos vêm de outras nações; mas, ao revés disto, tem raízes muito mais profundas, e abrange um raio de ação muito maior do que pode á primeira vista parecer. Atente-se, assim, para o estrangeiro tarado física ou mentalmente, que ainda não baixou, ao hospital ou, mesmo, que não é passível de entrar para o manicômio, e que, ao contrário disso, fica sempre, cá fóra equilibra-se socialmente, e, até, forma um lar!

– Que é o que vai suceder?

– Procrear uma prole miserável que, esta sim, logo vai merecendo asilo e médico, desde a infancia, como inúmeros são os casos que se abrigam no Pavilhão Bourneville do Hospital de Psicópatas, os quais, principalmente, serviram de base para a minha observação de mais esta face desoladora dêste problema.

É êste, ao meu vêr o ponto capital da questão imigratória entre nós: a descendência dos imigrantes, que deveria ser e é, ainda, realmente, o maximo fator étnico da nossa formação racial.

Atenha-se em que o alienígena que nos procura vem em busca de um novo “habitat”, de uma nova pátria, e deve formar conôscos a nossa própria futura raça (?), a nossa própria nacionalidade, e vêr-se-á quantos aspectos a serem estudados seriamente inclúe esta mágnã questão, do Brasil de amanhã.

Para se avaliar melhor, ainda, da sua importancia irrecusável, basta uma visão de conjunto sobre o tipo racial das zonas do país beneficiadas pela imigração que, até aquí lhes vem sendo privilégio, em comparação com o das outras, aonde não tem chegado um pouco de sangue da raça forte – a branca – a única, sem exceção, que uma vez selecionada, convem á assimilação da nossa sub-raça, que inegavelmente evolue para o tipo branco, ainda que impuro, o qual já lhe é, predominante. Não esquecer, porém, que os nossos Estados imigratórios já nos oferecem a proporção assombrosa de 20% de insanos estrangeiros entre os totais dos seus manicômios. É que, se temos a nossa repartição de Indústria Pastoril habilitada de técnicos de reconhecida competência para selecionar os reprodutores àos nossos rebanhos, que estamos sempre a importar, não temos, ainda, uma repartição para selecionar os estrangeiros que nos vêm de todas as partes do mundo, para ajudar a formar a nossa, porquê, como tal, não pode

ser considerada a Inspetoria de Imigrantes, com apenas um médico oculista, e sem outros especialistas votados a essa questão eminentemente técnica.

Técnica, repito, sem esquecer também os fatores morais – sociais e religiosos – que também não podem ser desprezados.

Entretanto, para a sua face mais importante, a meu vêr, e que é, justamente, a profilaxia racial e mental do imigrante, difícil de fazê-la, e mais difícil, ainda, de aplicá-la, aí está a emenda radical, que ofereço á consideração da Assembléia, e que só ela resolverá a questão, como a têm resolvido outras nações da América.

Não é possível continuarmos a receber africanos, asiáticos e outros indesejáveis inclusive, psicópatas, de todas as partes do mundo. Ademais, é um assunto êste da seleção dos imigrantes que, por igual, deve interessar tanto á nação que envia como, á que recebe o migrador. Êste, para vencer e não naufragar no novo "habitat" que vai procurar, deve ser, tem que ser, forçosamente um forte.

Vou além um pouco, para afirmar que o duende da humanidade, como o sol, vem do Oriente para o Ocidente. E não sei bem se me afasto do tema que desenvolvo, afirmando que, mentalmente, o oriental nos é indesejável; nem se deixa de ser bom brasileiro jurando que o Brasil não deve ser a terra prometida de Israel, nem a Amazonia a Mandchuria do futuro.

Sei, porém, que, mesmo por empréstimo, sou eugenistas, quando digo que, de orientais, pouco assimiláveis, bastam ao Brasil os cinco milhões que somos, os nordestinos e planaltinos de Minas, Baía, e Mato Grosso e Goiaz, sem falar nos autóctones da Amazonia, aos quais, quatro séculos de civilização passaram indiferentes á sua inferioridade patenteada numa decadência incontestável, que marcha para uma extinção talvez não muito remota.

Ainda bem, porque não é possível um povo forte ser constituído de homens fracos, nem tão pouco fazer uma grande nação com, uma raça inferior.

Como se está a vêr, a importancia desta questão está em sua simples enunciação: Jámais seremos uma grande nação se não cuidarmos, de defender e melhorar a nossa raça.

Deixo, pois, o assunto, ao saber e ao patriotismo elevado, ciente e conciente desta Assembléia e fico certo de que, de seu "verdictum", algo sairá de útil, prático e eficiente, em bem da saúde física e mental dos brasileiros, e da formação eugenica da nossa nacionalidade, que é o que visa a emenda cuja justificação cabal tenho como feita.

ANEXO F – Decreto n. 19.941 - de 30 de abril de 1931

Dispõe sobre a instrução religiosa nos cursos primário, secundário e normal

O Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil decreta:

Art. 1º Fica facultado, nos estabelecimentos de instrução primária, secundária e normal, o ensino da religião.

Art. 2º Da assistência às aulas de religião haverá dispensa para os alunos cujos pais ou tutores, no ato da matrícula, a requererem.

Art. 3º Para que o ensino religioso seja ministrado nos estabelecimentos oficiais de ensino é necessário que um grupo de, pelo menos, vinte alunos se proponha a recebê-lo.

Art. 4º A organização dos programas do ensino religioso e a escolha dos livros de texto ficam a cargo dos ministros do respectivo culto, cujas comunicações, a este respeito, serão transmitidas às autoridades escolares interessadas.

Art. 5º A inspeção e vigilância do ensino religioso pertencem ao Estado, no que respeita a disciplina escolar, e às autoridades religiosas, no que se refere à doutrina e à moral dos professores.

Art. 6º Os professores de instrução religiosa serão designados pelas autoridades do culto a que se referir o ensino ministrado.

Art. 7º Os horários escolares deverão ser organizados de modo que permitam os alunos o cumprimento exato de seus deveres religiosos.

Art. 8º A instrução religiosa deverá ser ministrada de maneira a não prejudicar o horário das aulas das demais matérias do curso.

Art. 9º Não é permitido aos professores de outras disciplinas impugnar os ensinamentos religiosos ou, de qualquer outro modo, ofender os direitos de consciência dos alunos que lhes são confiados.

Art. 10. Qualquer dúvida que possa surgir a respeito da interpretação deste decreto deverá ser resolvida de comum acordo entre as autoridades civis e religiosas, afim de dar à consciência da família todas as garantias de autenticidade e segurança do ensino religioso ministrado nas escolas oficiais.

Art. 11. O Governo poderá, por simples aviso do Ministério da Educação e Saúde Pública, suspender o ensino religioso nos estabelecimentos oficiais de instrução quando assim o exigirem os interesses da ordem pública e a disciplina escolar.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1931, 110º da Independência e 43º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.